

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
DOUTORADO EM ADMINISTRAÇÃO**

LAURA ALVES SCHERER

**MIGRAÇÃO, TRABALHO IMATERIAL E SUBJETIVIDADE:
(RE)INVENÇÃO DOS MODOS DE VIVER DE MIGRANTES E REFUGIADOS**

Porto Alegre

2020

LAURA ALVES SCHERER

MIGRAÇÃO, TRABALHO IMATERIAL E SUBJETIVIDADE:
(RE)INVENÇÃO DOS MODOS DE VIVER DE MIGRANTES E REFUGIADOS

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Administração.

Orientadora: Prof^a Dra. Carmem Ligia lochins Grisci

Porto Alegre

2020

CIP - Catalogação na Publicação

Scherer, Laura Alves

Migração, Trabalho Imaterial e Subjetividade:
(re)invenção dos modos de viver de migrantes e
refugiados / Laura Alves Scherer. -- 2020.

231 f.

Orientadora: Carmem Ligia Iochins Grisci.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Escola de Administração, Programa de
Pós-Graduação em Administração, Porto Alegre, BR-RS,
2020.

1. Mobilidade Internacional. 2. Subjetividade. 3.
Trabalho Imaterial. 4. Imigrante. 5. Refugiado. I.
Grisci, Carmem Ligia Iochins, orient. II. Título.

LAURA ALVES SCHERER

**MIGRAÇÃO, TRABALHO IMATERIAL E SUBJETIVIDADE:
(RE)INVENÇÃO DOS MODOS DE VIVER DE MIGRANTES E REFUGIADOS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Administração.

Aprovado em 29 de junho de 2020.

Banca examinadora:

Profa. Dra. Carmem Ligia Iochins Grisci
Orientadora
PPGA/EA/UFRGS

Profa. Dra. Fernanda Tarabal Lopes
PPGA/CEFET-MG e EA/UFRGS

Profa. Dra. Lucia Barbosa de Oliveira
EBAPE/FGV

Profa. Dra. Shalimar Gallon
PPGA/IMED

**Aos meus pais,
por todo amor e pelo incentivo
constante aos estudos.**

AGRADECIMENTOS

A conclusão desta tese é parte de um percurso formado por muitos encontros com pessoas e instituições que ajudaram a tecer e a singularizar a minha trajetória como doutoranda. Reservo este espaço para demonstrar meu carinho e minha profunda gratidão.

Aos migrantes e refugiados que contribuíram com esta tese, agradeço pela confiança que em mim depositaram ao me contarem suas histórias e pela oportunidade de construção conjunta deste trabalho. O período de convivência com vocês se mostrou realmente uma experiência transformadora para mim. Espero ter correspondido às expectativas de vocês! Muito obrigada! Muchas gracias! Mèsi anpil ! شكرا لك ! Jërëjëf! Merci beaucoup ! O ʒeun púpò! Thank you!

Agradeço à minha orientadora, Profa. Carmem Grisci, cuja sabedoria e sensibilidade transmitidas nas orientações foram fundamentais à construção desta tese. Obrigada pela confiança que depositaste em mim e, em especial, por teres me apresentado referências literárias e modos de pesquisar que instigam à experiência do olhar. Tais ensinamentos contribuíram enormemente à minha formação como pesquisadora. Muito obrigada!

Ao Prof. Jean-François Chanlat agradeço pela oportunidade e pelo acolhimento durante o período de pesquisa na *Université Paris-Dauphine*. Agradeço as ricas trocas ocorridas durante as conversas, os seminários e as reuniões da *Chaire Management, Diversités et Cohésion Sociale*. *Je vous remerci pour tout !*

Aos membros da banca, Professoras Fernanda Tarabal, Lucia de Oliveira e Shalimar Gallon, agradeço por dedicarem seu tempo a este trabalho e pelas valiosas contribuições. Também agradeço à Profa. Fernanda, por me indicar valiosos caminhos para os estudos em Paris e à Profa. Lucia, pelas trocas durante os eventos acadêmicos. Ademais, agradeço ao Prof. Sidinei Rocha-de-Oliveira, que participou da qualificação e defesa do projeto, assim como da minha caminhada como doutoranda, pelo exemplo de ética e generosidade com que partilha conhecimento e incentiva os alunos. Meu profundo agradecimento a vocês!

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul, meu agradecimento pela formação gratuita e de qualidade. Da mesma forma, a todos os técnicos-administrativos, em especial ao Thiago Antunes, e professores do Programa de Pós-Graduação em Administração, em especial à Profa. Andrea Oltramari e à Profa. Angela Scheffer, pelas reflexões sobre Relações de Trabalho e Gestão de Pessoas e pela presença em momentos importantes da minha trajetória de doutorado.

À Universidade Federal do Pampa, campus Santana do Livramento, agradeço pela oportunidade de ter tirado a licença capacitação para dedicar-me integralmente aos estudos durante a maior parte de minha trajetória doutoral.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), agradeço pela bolsa que me foi concedida pelo Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior – PDSE.

Agradeço, também, a todos que fizeram da minha jornada como migrante-acadêmica na França uma experiência de aprendizagem incrível e singular. A todos os professores e os colegas da equipe de *Management & Organisation* da *Université Paris-Dauphine*, especialmente aos doutorandos Amanda, Asma, Aurore, Carlos, Dianzhuo, Elise, Marine, Nour, Romain e Teresa. E a todos *les résidents* da *Maison du Brésil*, em especial, a minha amiga Nathalia. *Merci beaucoup* !

Ao OIC (Observatório Internacional de Carreiras) e ao GINEIT (Grupo Interdisciplinar de Estudos da Inovação e do Trabalho), obrigada pelas construtivas discussões das quais nasceram muitas boas ideias e projetos. Agradeço a todos os queridos colegas e, em especial, aos que dividiram comigo momentos marcantes neste percurso, Aline, Cátia, Camila, Claudia, Cristiane, Gabriele, Giovanna, Liana, Rosana e Sergio.

Obrigada aos ensaístas Marcia, Renato e Vinicius, grupo que, ao compartilhar etapas, prazos, angústias e desafios desta trajetória de doutorado cresceu junto, nutrindo coleguismo e amizade! Obrigada meus queridos! Aprendi muito com cada um de vocês!

Às amigas e colegas de orientação, Ana, Caroline, Jenifer e Vanessa, agradeço pelas inúmeras discussões teóricas, reflexões, risadas, palavras e pelos gestos de apoio e incentivo. Também à Luiza que, mais tarde, se juntou a nós. Tenho admiração e carinho imenso por vocês!

Aos colegas da Unipampa, especialmente à Silvia e ao Paulo, que mesmo à distância acompanharam e incentivaram a minha trajetória como doutoranda, meu agradecimento.

Agradeço à minha família, meu porto seguro, aos meus pais, Jurema e Luiz Fernando, meus exemplos de vida, sempre atentos e dispostos a me apoiar para que eu possa continuar. Sem o suporte de vocês eu jamais teria chegado até aqui. À minha amada irmã, Luíza, e ao meu amado sobrinho, Davi, obrigada pelos momentos de alegria da vida em família. Ao Paulo, meu amor, agradeço pela presença, pelo companheirismo e por me acompanhar (literalmente) em praticamente todos os momentos deste sonho que era o doutorado. Teus cuidados e carinho fizeram toda a diferença! Amo vocês!

Meu muito obrigada, de coração!

*Somos uma espécie em viagem
Não temos pertences, mas bagagem
Vamos com o pólen, no vento
Estamos vivos porque estamos em movimento
Nunca estamos quietos, somos transumantes
Somos pais, filhos, netos e bisnetos de imigrantes*

Trecho traduzido e extraído da música "Movimiento" de Jorge Drexler

RESUMO

Tendo em vista o recrudescimento dos novos fluxos migratórios do sul global para o Brasil na última década, a tendência à hegemonia do trabalho imaterial no capitalismo flexível e globalizado e as limitações de estudos da Administração acerca de migrantes e refugiados no entrelaçamento entre mobilidade internacional e trabalho, tem-se como objetivo geral, nesta tese, cartografar os processos de subjetivação que compõem o trabalho imaterial nos percursos de migrantes e refugiados. Para tanto, se alicerça nos pilares Migração, Trabalho e Subjetividade, os quais confluem na abordagem da Autonomia das Migrações (MEZZADRA, 2012; 2015). Pauta-se fundamentalmente nas produções teóricas sobre migração e refúgio (AGIER, 2016; CASTLES, 2010, SAYAD, 1979), seus dispositivos de proteção e regulação (ACNUR; OIM; BRASIL, 1997; 2017), trabalho imaterial (GORZ, 2005; LAZZARATO; NEGRI, 2001), espaços liso e estriado (DELEUZE; GUATTARI, 2012b), modos de individuação e singularização (GUATTARI; ROLNIK, 1996) e modos de viver em deslocamento (BAUMAN, 1999; 2011). A cartografia, enquanto método, permitiu uma experimentação da pesquisadora como *flâneur*-cartógrafa na cidade de Porto Alegre/RS e possibilitou a participação-intervenção em um território-rizoma formado por 36 eventos-atividades, cinco informantes-chave e 16 migrantes econômicos e refugiados que desenvolvem trabalhos nas áreas de música, dança, alimentação, moda, idioma e representação político-cultural utilizando referências de seus países de origem, que são Venezuela, Haiti, Síria, Senegal, Costa do Marfim e Nigéria. A partir das observações-participantes e das entrevistas, produziram-se quatro dimensões analíticas: Partir, Chegar, Empreender(-se) e (Re)inventar(-se). A tese defendida é a de que, pela via do trabalho imaterial, desponta a (re)invenção de modos de viver de migrantes e refugiados no país de destino. Tal argumento se sustenta nas frequentes investidas em traçar linhas de fuga de um espaço estriado individuante em direção a um espaço liso singularizante que visibiliza o trabalho imaterial dos migrantes e refugiados, evidenciado, sobretudo, pelo uso de referências dos países de origem e pela situação de migração ou refúgio. Os momentos preponderantes da processualidade dessas passagens e sobreposições podem ser percebidos nas restrições de vida devido às situações-limite instaladas nos países de origem; no empenho para migrar ou refugiar-se sobrelevando o paradoxo das migrações empurradas e autônomas; nos dispositivos legais, burocráticos e políticos que gerenciam as vidas (e possibilidades de trabalho) nas travessias e no país de destino; no direcionamento ao “mercado de trabalho *para* migrantes e refugiados” vinculado à precarização, à desvalorização social e à aporofobia; nos investimentos em form(a)ções; nos modos de criação de atividades artísticas, técnico-manuais e comunicacionais do trabalho imaterial; no que eles trazem na bagagem; na (co)participação de clientes e no uso de redes sociais da internet no ciclo de produção; na formação de um novo “mercado de trabalho *para* migrantes e refugiados” vinculado ao afeto e à política; na rede de cooperação afetiva, social, rentabilizadora e emancipatória consubstanciada ao trabalho imaterial e agenciada ao longo do percurso; e, enfim, no devir-migrante e no devir-refugiado como leitura dos modos de viver em deslocamento. Sem abandonar o que são, migrantes e refugiados percebem, nas atividades do trabalho imaterial, outras formas de viver, de se envolver na vida já existente e, ao mesmo tempo, de continuar em deslocamento, provocando outros devires.

Palavras-chave: migrante; refugiado; subjetividade; trabalho imaterial; mobilidade internacional.

ABSTRACT

In view of the recrudescence of new migratory flows from the global south to Brazil in the last decade, the tendency to hegemony immaterial labour in flexible and globalized capitalism, and the limitations of Business Studies about migrants and refugees between international mobility and labour, the general objective of this thesis is to map the processes of subjectivation that compose immaterial labour in the paths of migrants and refugees. To do so, it is based on the Migration, Work, and Subjectivity pillars, which converge in the Autonomy of Migration approach (MEZZADRA, 2012; 2015). It is fundamentally based on theoretical productions on migration and refuge (AGIER, 2016; CASTLES, 2010, SAYAD, 1979), its protection and regulation devices (UNHCR; IOM; BRAZIL, 1997; 2017), immaterial labour (GORZ, 2005); LAZZARATO; NEGRI, 2001), concepts of smooth and striated spaces (DELEUZE; GUATTARI, 2012b), modes of individuation and singularization (GUATTARI; ROLNIK, 1996), and modes of living in displacement (BAUMAN, 1999; 2011). Cartography as a method allowed the researcher to experiment as a *flâneur*-cartographer in Porto Alegre - RS and enabled participation-intervention in a territory formed by 36 events-activities, five key informants and 16 economic migrants and refugees who develop work in the areas of music, dance, food, fashion, language and political-cultural representation with references from their countries of origin: Venezuela, Haiti, Syria, Senegal, Ivory Coast and Nigeria. From the participant observations and interviews, four analytical dimensions were produced: Leaving, Arriving, Endeavoring (oneself) and (Re)Inventing (oneself). The thesis is that through immaterial labour emerges the (re)invention of ways of living for migrants and refugees in the country of destination. This argument is based on the frequent attempts to draw lines of flight from an individuating striated space towards a singularizing smooth space that highlights the immaterial labour of migrants and refugees, evidenced, mainly, by the use of references from the countries of origin and the situation of migration or refuge. The preponderant moments of the procedurality of these passages and overlaps can be seen in the restrictions of life due to the limiting situations installed in their countries of origin; in the effort to migrate or take refuge, raising the paradox of pushed and autonomous migrations; in the legal, bureaucratic and political devices that manage their lives (and work possibilities) in the crossings and in the country of destination; in the direction of the "labour market for migrants and refugees" linked to precariousness, social devaluation and aporophobia; in the investments in education; in the ways of creating artistic, technical-manual and communicational activities of immaterial labour; in what they bring in their luggage; in the (co)participation of clients and in the use of Internet social networks in the production cycle; in the formation of a new "labour market for migrants and refugees" linked to affection and politics; in the affective, social, profitable and emancipatory networks cooperation consubstantiated in the immaterial labour and managed along the paths; and finally, in the becoming-migrant and becoming-refugee as a reading of the ways of living in displacement. Without abandoning who they are, the activities of immaterial labour provide other ways of living, of feeling, of getting involved in the already existing life and, at the same time, ways of continuing in displacement, provoking other becomings.

Keywords: migrant; refugee; subjectivity; immaterial labour; international mobility.

RÉSUMÉ

Au vu de la recrudescence de nouveaux flux migratoires du Sud du globe vers le Brésil au cours de la dernière décennie, de la tendance à l'hégémonie du travail immatériel dans le capitalisme flexible et mondialisé et dans les limitations des études de Gestion à propos des migrants et des réfugiés dans l'entrelacement entre mobilité internationale et travail, cette thèse a pour objectif général cartographier les processus de subjectivation qui composent le travail immatériel dans les parcours des migrants et des réfugiés. Pour ce faire, ce travail s'appuie sur les piliers : Migration, Travail et Subjectivité ; qui convergent dans l'approche de l'Autonomie des Migrations (MEZZADRA, 2012 ; 2015). Il repose principalement sur des productions théoriques concernant la migration et le refuge (AGIER, 2016; CASTLES, 2010, SAYAD, 1979), ses dispositifs de protection et de régulation (ACNUR ; OIM ; BRASIL, 1997 ; 2017), le travail immatériel (GORZ, 2005; LAZZARATO; NEGRI, 2001), les espaces lisses et striés (DELEUZE ; GUATTARI, 2012b), les modes d'individuation et de singularisation (GUATTARI; ROLNIK, 1996) et les modes de vie en déplacement (BAUMAN, 1999 ; 2011). La cartographie, en tant que méthode, a permis à la chercheuse une expérimentation comme flâneur-cartographe dans la ville de Porto Alegre / RS, aussi bien que la participation-intervention dans un territoire rhizome formé de 36 événements-activités, cinq informateurs clés et 16 migrants économiques et réfugiés qui développent des travaux dans les domaines de la musique, de la danse, de la gastronomie, de la mode, de la langue et de la représentation politico-culturelle, en utilisant des références de leurs pays d'origine, tels que le Venezuela, Haïti, la Syrie, le Sénégal, la Côte d'Ivoire et le Nigeria. À partir des observations participantes et des entretiens, quatre dimensions analytiques ont été produites : partir, arriver, (s') entreprendre et (se) (ré) inventer. La thèse défendue est que, à travers le travail immatériel, émerge la (ré) invention des modes de vie des migrants et des réfugiés dans le pays de destination. Cet argument repose sur les efforts fréquents pour tracer des lignes de fuite d'un espace individualisant strié vers un espace singularisant lisse qui rend visible le travail immatériel des migrants et des réfugiés, ce qui se traduit surtout par l'utilisation des références des pays d'origine et par la situation de migration ou de refuge. Les moments prépondérants du processus de ces passages et superpositions peuvent être perçus dans les restrictions de vie dues aux situations limites présentes dans les pays d'origine ; par l'effort de migrer ou de se réfugier, soulevant le paradoxe des migrations poussées et autonomes ; par les dispositifs juridiques, bureaucratiques et politiques qui gèrent la vie (et les possibilités d'emploi) aux points de passage et dans le pays de destination ; en ce qui vise le «marché du travail *pour* les migrants et les réfugiés» lié à la précarité, à la dévaluation sociale et à l'aporophobie ; par les investissements en form(a)tions ; par les manières de créer des activités artistiques, techniques-manuelles et communicationnelles du travail immatériel ; en ce qu'ils apportent dans leurs bagages ; par la (co) participation des clients et dans l'utilisation des réseaux sociaux d'internet dans le cycle de production; par la formation d'un nouveau «marché du travail *pour* les migrants et les réfugiés» lié à l'affection et à la politique ; par le réseau de coopération affective, sociale, rentable et émancipatrice incarnée dans le travail immatériel et gérée tout au long du parcours ; et, enfin, par le devenir-migrant et le devenir-réfugié en tant que déchiffrement des modes de vie en déplacement. Sans abandonner ce qu'ils sont, les migrants et les réfugiés perçoivent, dans les activités de travail immatériel, d'autres façons de vivre et d'être impliqués dans la vie existante et, en même temps, de continuer à se déplacer, provoquant d'autres devenir.

Mots-clés : migrant ; réfugié ; subjectivité ; travail immatériel ; mobilité internationale.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Posicionamento dos migrantes na perspectiva do trabalho	73
Figura 2 - Pontos, linhas e superfícies dos espaços liso e estriado	75
Figura 3 - Migração, trabalho e subjetividade: um olhar entrelaçado	94
Figura 4 - Mapa do território de pesquisa	118
Figura 5 - Cartografia dos processos de subjetivação que compõem o trabalho imaterial nos percursos de migrantes e refugiados	199

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Migrações sul-sul X Migrações sul-norte	50
Gráfico 2 - Solicitações de refúgio no Brasil (2010-2018).....	51
Gráfico 3 - Movimentação de trabalhadores migrantes no mercado de trabalho formal brasileiro (2011-2018).....	64
Gráfico 4 - Evolução do Saldo de Movimentações de Trabalhadores Migrantes (2011 a 2018).....	66

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Países de origem dos solicitantes de refúgio no Brasil.....	52
Quadro 2 - Número de Carteiras de Trabalho e Previdência Social emitidas para migrantes, por ano, segundo <i>status</i> migratório (2010 a 2018).....	63
Quadro 3 - Percorso como <i>flâneur</i>-cartógrafa em Porto Alegre 2017-2019	109
Quadro 4 - Informantes-chave.....	112
Quadro 5 - Apresentação dos migrantes e refugiados	113
Quadro 6 - Entrevistas e encontros com os migrantes e refugiados	116
Quadro 7 - Apresentação dos percursos – Partir	123
Quadro 8 - Apresentação dos percursos – Chegar	141
Quadro 9 - Apresentação dos percursos – Empreender(-se).....	164

LISTA DE SIGLAS

ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados ou Agência da ONU para Refugiados
CONARE	Comitê Nacional para os Refugiados
CNIg	Conselho Nacional de Imigração
CTPS	Carteira de Trabalho e Previdência Social
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ILO	International Labour Organization
IOM	International Organization for Migration
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
OBMigra	Observatório das Migrações Internacionais
OIM	Organização Internacional para as Migrações
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SINE	Sistema Nacional de Emprego
SindiPOA	Sindicato da Hotelaria e Gastronomia de Porto Alegre
UN/DESA	Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas
UNHCR	United Nations High Commissioner for Refugees

SUMÁRIO

PERCURSO DA PESQUISA(DORA)	19
1 INTRODUÇÃO	21
1.1 ARGUMENTO, QUESTÕES E OBJETIVOS DA TESE	26
1.2 RELEVÂNCIA E ESTRUTURA DA PESQUISA	28
2 REFERENCIAL TEÓRICO	33
2.1 MIGRAÇÃO.....	33
2.1.1 Globalização: Mobilidade para Quem?.....	33
2.1.2 Usos/Desusos/Abusos de Termos relativos às Migrações	36
2.1.3 Desdobramentos Conceituais e Legais no Contexto Brasileiro	42
2.1.4 Movimentos de Migração e Refúgio.....	48
2.2 TRABALHO	55
2.2.1 Transformações do Trabalho e dos Fluxos de Produção.....	55
2.2.2 Trabalho Imaterial.....	57
2.2.3 Trabalho para Imigrantes e Refugiados	61
2.3 SUBJETIVIDADE	74
2.3.1 Espaço Liso e Estriado	74
2.3.2 Modos de Individuação e Singularização.....	79
2.3.3 Andarilho, Jogador, Turista e Vagante: modos de viver a vida em deslocamento.....	81
2.4 AUTONOMIA DAS MIGRAÇÕES: CONFLUINDO MIGRAÇÃO, TRABALHO E SUBJETIVIDADE	86
3 EPISTEMOLOGIA E MÉTODO	95
3.1 PÓS-ESTRUTURALISMO E CARTOGRAFIA.....	95
3.2 PISTAS DO MÉTODO CARTOGRÁFICO	98
3.3 APROXIMAÇÃO DO TERRITÓRIO	101
3.4 ESTRATÉGIAS E PROCEDIMENTOS DE PRODUÇÃO DA CARTOGRAFIA	106
3.4.1 Observação-participante e entrevista.....	107
3.4.2 Eventos-atividades e participantes da pesquisa.....	108
3.4.3 Aspectos éticos	119
3.5 ANÁLISE DOS DADOS PRODUZIDOS.....	120
4 TESSITURA DOS PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO NO PERCURSO DE MIGRANTES E REFUGIADOS	122

4.1 PARTIR	122
4.1.1 Família-formação-trabalho no país de origem.....	124
4.1.2 Vidas Empurradas e Autonomia das Migrações	128
4.1.3 Travessias e atravessamentos	134
4.1.4 Um olhar sobre o partir.....	138
4.2 CHEGAR	140
4.2.1 Às margens	142
4.2.2 Inserções laborais transitórias	148
4.2.3 Form(A)ções no país de destino	154
4.2.4 Um olhar sobre o chegar	160
4.3 EMPREENDER(-SE)	163
4.3.1 Modos vernáculos de criação de trabalho imaterial.....	165
4.3.1.1 Atividades artísticas na perspectiva de modos de expressão histórico-culturalis-informativos.....	166
4.3.1.2 Atividades técnico-manuais na perspectiva da habilidade-criatividade-imaginação.....	169
4.3.1.3 Atividades comunicacionais na perspectiva das relações sócio-político-culturalis.....	173
4.3.2 Agenciamentos relativos às especificidades estrangeiras no ciclo de produção.....	177
4.3.2.1 O que vem na bagagem.....	177
4.3.2.2 Os dispositivos midiático-tecnológicos gratuitos e sem fronteiras	179
4.3.2.3 O cliente (co)produtor-comunicador do ponto sul da globalização	182
4.3.3 A mobilização total do migrante/refugiado empreendedor de si	187
4.3.4 Um olhar sobre o empreender(-se)	192
4.4 (RE)INVENTAR(-SE)	195
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	200
5.1 PRINCIPAIS RESULTADOS E CONTRIBUIÇÕES.....	200
5.2 DESAFIOS, LIMITAÇÕES, IMPLICAÇÕES DA PESQUISA E SUGESTÕES PARA ESTUDOS FUTUROS	209
POST-SCRIPTUM: O MIGRANTE/REFUGIADO EMPREENDEDOR DE SI EM TEMPOS DE CORONAVÍRUS (COVID-19).....	214
REFERÊNCIAS	216
APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	231

PERCURSO DA PESQUISA(DORA)

Curiosidade e encantamento por conhecer pessoas e lugares, aprender sobre diferentes idiomas, culturas e modos de viver são desejo e prática que mobilizam meu percurso de vida e, conseqüentemente, norteiam minhas escolhas acadêmicas e profissionais. Durante a Graduação em Administração, no trabalho de conclusão, realizei uma pesquisa inspirada nessas particularidades, especificamente no processo de internacionalização de empresas. Na pós-graduação, o foco de minhas pesquisas tem sido o indivíduo em contexto internacional.

No curso de Especialização, desenvolvi estudo relacionado à vida e ao trabalho de imigrantes chineses no Brasil, e no Mestrado desenvolvi dissertação relativa ao processo de resiliência de expatriados brasileiros na China, com foco na área de gestão internacional de pessoas. Como professora do curso de Graduação em Administração da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), localizada em Santana do Livramento, município de fronteira, desenvolvi um projeto de pesquisa com fronteiriços – indivíduos que moram na região da fronteira entre Brasil e Uruguai, podendo morar, circular, estudar e trabalhar em ambos os países.

Além disso, tive experiências de trabalho em países como Uruguai, Canadá e Índia, o que me colocou como sujeito atuante em territórios que eu desconhecia, fazendo-me sentir na pele como viver em outros lugares pode ser uma experiência diferente daquilo que os nossos olhos estão acostumados. Embora eu tenha me preparado para tais vivências e tenha sido bem recebida nesses países, os estranhamentos foram constantes e me fizeram refletir sobre distintos modos de viver.

Essas experiências me fizeram pensar que a minha trajetória de administradora, professora e pesquisadora esteve voltada à interação entre estrangeiros e brasileiros com viés em pessoas que tiveram a oportunidade de se planejar e escolher sair de seu país de origem em busca de experiência profissional. Tal movimento, comum no mundo globalizado, não é a única possibilidade. Logo no início do meu percurso de doutorado, vieram à tona reflexões sobre a necessidade e urgência de sensibilização para o fato de que há indivíduos que são empurrados a deixar a vida que construíram para recomeçá-la em outro país.

Nesse sentido, motivada pelos estudos que venho desenvolvendo e ciente dos fluxos migratórios que se avolumam, não me vejo alheia à situação de milhares

de migrantes econômicos, migrantes ambientais e refugiados espalhados pelo mundo. Ao andar pelas ruas de Porto Alegre, cidade onde resido atualmente, e de outros municípios do Brasil, deparei-me com indivíduos que reconheço como estrangeiros, seja pelas suas conversas em outros idiomas, pelas suas vestimentas ou pelos seus traços característicos de países cujas pessoas estão migrando para o Brasil. Diante disso, senti necessidade de refletir sobre a situação que estão vivendo, sobre seus trabalhos, profissões, casas, famílias, amigos, enfim, suas vidas que foram deixadas e recomeçadas em outros lugares.

Já com esses pensamentos pulsantes, tive a oportunidade de realizar um dos maiores sonhos de minha vida – viver e estudar na França, como doutoranda na Université Paris-Dauphine. Lá pude experienciar um tipo de percurso migratório que ainda desconhecia. Ao mesmo tempo em que levava a vida de migrante-acadêmica, pude realizar uma pesquisa-intervenção paralela à tese sobre os modos de viver e trabalhar de refugiados em Paris. Essa experiência foi profunda e basilar à continuidade da tese no Brasil.

Para fechar esta apresentação, de modo a provocar o leitor e adiantar o teor desta pesquisa, registro um trecho de uma conversa que tive com um dos participantes desta tese, o senegalês Saloum, pouco antes da minha partida à França. A reação dele ao saber da minha experiência de migração retrata uma das minhas inquietações – aproximações, distanciamentos, nuances, estereótipos – acerca da multiplicidade e complexidade das migrações:

Mas, Laura, a tua migração vai ser totalmente diferente. Porque um (1): tu fala francês. Dois (2): (pausa) imigração é muito doido. Quando falam migração no meu entendimento é alguém que se arrisca que foi para se refugiar, que não fala idioma. Que vai a um país talvez, ao qual é diferente, as culturas são diferentes. Mas hoje se tu chega na França, se tu não abre a boca, ninguém vai saber se tu é de lá ou não. Se tu olhar pra mim, tu vai saber que eu não sou daqui, tu vai saber sim! (SALOUM)

Ao atentar a essa realidade, encontrei discussões teóricas com abordagens provocadoras, que me possibilitaram discutir o tema sob uma lente voltada à produção de subjetividades, que aproximei dos modos de viver e de trabalhar de migrantes e refugiados no Brasil. Ao mesmo tempo em que me reconheço perto e longe dessa realidade, sinto que dar visibilidade ao tema é uma responsabilidade e uma necessidade.

1 INTRODUÇÃO

A migração é um fenômeno que acompanha a história da humanidade e constantemente é mote de estudo de diversas áreas do conhecimento. Nos últimos anos, tem sido explorada de forma mais intensa na academia e nos veículos de informação e comunicação devido aos crescentes fluxos migratórios, que alcançaram patamares históricos e continuam em ascensão.

Esse recrudescimento é efeito do fenômeno da globalização e suas forças capitalísticas, que visa a aumentar não só o fluxo de bens, serviços e capitais ao redor do mundo, mas também de indivíduos (MARTINE, 2005). Na era globalizada, as leis de mercado perturbam os modos de regulação por meio da desterritorialização do poder econômico e da reterritorialização do trabalho (GAULEJAC, 2007; DELEUZE; GUATTARI, 2012b), o que acaba provocando tensionamentos e desigualdades que afetam Estados, organizações e indivíduos. Assim, a mobilidade se torna um valor altamente cobiçado na ordem global, enquanto a liberdade de movimentos se torna uma escassa mercadoria desigualmente distribuída (BAUMAN, 1999; BERRY; BELL, 2012; CASTLES, 2010; FREITAS, 2009).

Enquanto para alguns a globalização significa liberdade, fascínio e glamour para além das fronteiras (FREITAS, 2009), para outros manter-se fixado em sua localidade é uma imposição muitas vezes indesejável e penosa (BAUMAN, 1999; 2017). Fugir dessa imposição da ordem capitalística em direção a outro país seria um ato de resistência (SOUZA, 2016). Esse é o viés desta tese, em que a mobilidade impulsionada pelas forças capitalísticas globais é trazida à discussão a partir do fenômeno da migração internacional. Compreende-se que, sob o ponto de vista do percurso realizado, o indivíduo que se desloca por migração internacional é migrante, o que alude ao emigrante (saída do país de origem) e ao imigrante (chegada ao país de destino), como facetas de um mesmo processo (SAYAD, 1979). Contudo, sob o ponto de vista do motivo que leva o indivíduo a partir de seu país, há uma série de nomenclaturas que reverberam indícios sobre o tipo de oportunidades acessíveis no país de destino.

Diante das diversas motivações e alternativas à migração internacional, surgem múltiplos termos que podem ser analisados pela perspectiva do “puxa-empurra”, conforme Bauman (1999; 2011). Considera-se que expatriado, gestor

global, executivo transnacional, autoexpatriado e imigrante são indivíduos que migram de modo espontâneo – são puxados, portanto, pelas forças capitalísticas da globalização. À exceção do imigrante, os demais, em geral, são oriundos de países do norte global¹, e se inserem em postos de trabalho que exigem qualificação. Por outro lado, refugiado, diáspora, imigrante ambiental, imigrante com visto humanitário e imigrante econômico são termos que remetem aos crescentes e atuais fluxos migratórios, nomeando indivíduos que são empurrados de seus países de origem pelas forças capitalísticas da globalização. Em geral, esses sujeitos são oriundos de países do sul global e se inserem em postos de trabalho mais precarizados, de baixa qualificação.

Tais nomenclaturas e os respectivos conceitos não são unanimidade no meio acadêmico, na legislação e na mídia. Por mais que haja um esforço para classificar cada vez mais as migrações, essas tentativas podem promover definições reducionistas da pluralidade da vida (SCHERER; PRESTES; GRISCI, 2019). Além disso, por mais que se busque uma singularidade semântica, sempre haverá casos que dela escapem (BAUMAN; RAUD, 2018).

Contudo, aludir a esses termos é necessário para que seja possível visualizar as discrepâncias, as desigualdades e os preconceitos que circundam a temática das migrações e, principalmente, para chamar a atenção ao fato de que as migrações empurradas² da atualidade não são necessariamente uma escolha ou parte do planejamento de vida e trabalho, mas uma imposição à vida. Mesmo que, ainda assim, haja muitas tensões e conflitos na pluralidade de forças estruturais e na capacidade de agência ou capacidade subjetiva de ação na migração (MEZZADRA, 2015).

Nesse sentido, dentre os atuais fluxos migratórios mistos, complexos, diversos, multifacetados, toma-se como principal foco de interesse da presente tese migrantes e refugiados do sul global que migraram para o Brasil em cenários de incerteza, empurrados de seus países de origem pelas forças capitalísticas da globalização. Adianta-se que, mesmo ao considerar todos esses indivíduos como

¹ Norte global se refere a regiões mais desenvolvidas: Europa e América do Norte, além da Austrália, Nova Zelândia e Japão. Sul global refere-se a regiões menos desenvolvidas: África, Ásia (excluindo Japão), América Latina e Caribe e Oceania (excluindo Austrália e Nova Zelândia) (UN/DESA, 2019).

² Nesta tese, elegeu-se o termo migração empurrada, com base em Bauman (1999; 2011), a fim de evitar a dicotomia da migração forçada versus voluntária. Ainda, a partir do termo propõe-se que devido às forças capitalísticas globais desfavoráveis, estes indivíduos são empurrados de sua terra e, logo, levados a tomar a decisão de migrar.

migrantes, optou-se por denominar os sujeitos de pesquisa desta tese como migrantes e refugiados, em linha com o que defende a Organização Internacional para as Migrações³ e a Agência da ONU para Refugiados⁴, a fim de chamar a atenção à proteção legal específica que os refugiados e solicitantes de refúgio necessitam (ACNUR, 2015). Paralelamente, considera-se que a análise conjunta de migrantes e refugiados traz luz à mobilidade humana como uma força constitutiva da reestruturação global do capitalismo, tanto em seu caráter de regime de acumulação quanto de ordem sociopolítica (DE GENOVA; GARELLI; TAZZIOLI, 2018).

A partir de 2014, houve um recrudescimento do número de refugiados e de migrantes econômicos ou ambientais no fluxo migratório mundial, sendo que tal fenômeno vinha se mantendo constante desde os anos de 1990, conforme aponta o relatório anual da Agência da ONU para Refugiados (UNHCR, 2016). Até o final de 2018, estima-se que 29,4 milhões de indivíduos tenham cruzado fronteiras de países levados pela migração empurrada⁵, em função de perseguições, conflitos, guerras, violência e violação dos direitos humanos. Dentre eles, encontram-se migrantes com necessidade de proteção, refugiados reconhecidos e solicitantes de refúgio com necessidade de acolhida e de oportunidades para recomeçarem suas vidas em terras estrangeiras (UNHCR, 2018).

A ideia de uma globalização diluidora de fronteiras vem sendo colocada em xeque, tendo em vista as reações estarecidas de países em cujas portas migrantes e refugiados batem em condições desumanas, precisando de todo tipo de ajuda (BAUMAN, 2017). Para esses milhões de migrantes e refugiados, as fronteiras não desapareceram, ao contrário, os muros estão cada vez mais altos, principalmente os das nações mais influentes, que são responsáveis pelo processo de exclusão dos que ali buscam viver e trabalhar (AGIER, 2016; BAUMAN, 2017; BÓGUS; FABIANO, 2015; CARPENEDO; NARDI, 2017; CASTLES, 2010; HILARIO et al., 2018). Mesmo em países que abrem suas fronteiras, como é o caso do Brasil, que alinha sua

³ A Organização Internacional para as Migrações (OIM) ou, em inglês, International Organization for Migration (IOM) é a Agência da Organização das Nações Unidas (ONU) para migrantes. Criada em 1951, a Organização trabalha em estreita parceria com os governos, outras organizações e a sociedade civil para fazer frente aos desafios da migração.

⁴ Agência da ONU para Refugiados é o nome mais conhecido do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) ou, em inglês, United Nations High Commissioner for Refugees (UNHCR). Foi criada em 1950 pela Organização das Nações Unidas (ONU) após a Segunda Guerra Mundial para ajudar milhões de europeus que haviam fugido de seus países ou perdido suas casas.

⁵ O relatório anual da Agência da ONU para Refugiados (UNHCR, 2018) utiliza o termo migração forçada.

legislação aos acordos internacionais de direitos humanos e proteção ao refúgio, ainda há muros que extrapolam os muros de fronteiras (MARINUCCI, 2017). Muros aparentes e não aparentes têm implicações para aqueles que buscam no trabalho um modo de (re)construir a vida.

Como base teórica para guiar a análise desse percurso migratório, toma-se a Autonomia das Migrações, abordagem que vai além das políticas de Estado, das legislações e do comportamento da sociedade hegemônica enquanto agente perpetuadora de preconceitos, exclusão e dominação (MEZZADRA, 2012; 2015; MOULIER-BOUTANG, 1998; PAPADOPOULOS; STEPHENSON; TSIANOS, 2008). A Autonomia das Migrações volta o olhar aos tensionamentos e conflitos que ocorrem nos movimentos subjetivos desses migrantes, especialmente os relativos ao trabalho (ALTENRIED et al., 2018; PAPADOPOULOS; STEPHENSON; TSIANOS, 2008). Em vista disso, foca nos processos de subjetivação, ou seja, nos modos de singularização e individualização (GUATTARI; ROLNIK, 1996) que tomam o migrante quando ele sai de sua terra em direção à outra. Nesse contexto, interessa, portanto, entender a “composição do trabalho vivo e [a] produção de subjetividade ligada à mercantilização da força de trabalho” (MEZZADRA, 2012, p. 71).

Da mesma forma, entende-se o trabalho na perspectiva do trabalho imaterial⁶, compreendendo-o como as atividades corporais, intelectuais, criativas, afetivas e comunicativas que mobilizam o trabalhador a produzir-se para o trabalho (GRISCI, 2011). Esse trabalho, além de produzir subjetividades, gera valor econômico. Dessa maneira, se por um lado o trabalho imaterial é tomado como modo de controle de subjetividades, por outro lado também é capaz de transformar e de constituir indivíduos sociais independentes e autônomos (GORZ, 2005; NEGRI, 2018). Sua capacidade constitutiva está na força coletiva, ou seja, nas redes, nos fluxos, na cooperação, de onde surgem novos modos de viver e de trabalhar (LAZZARATO; NEGRI, 2001; NEGRI, 2018). No caso específico dos migrantes e refugiados, aproxima-se a noção teórica de trabalho imaterial aos percursos de vida, aos saberes vernáculos, às subjetividades guiadas por referências dos seus países de origem, os quais compõem modos de trabalhar.

⁶ Não obstante controvérsias relativas ao uso do termo trabalho imaterial, optou-se por mantê-lo dado seu potencial de abrangência, visibilização e compreensão relativos ao fenômeno de transformações do trabalho.

Subjetividade, na perspectiva de Guattari e Rolnik (1996), implica falar do consumo de sistemas de representação, de sensibilidade e de percepção do mundo pela observação do território em que o indivíduo está inserido e ao qual tem acesso. Um território equivalente ao país, à casa, ao trabalho, à profissão, à classe, à etnia e aos ambientes em que o indivíduo convive com seus familiares e grupos sociais de convivência, além das imagens, das palavras, das significações as quais ele tem acesso por meio de dispositivos tecnológicos. A subjetividade é, portanto, modelada, fabricada no social pelos processos de subjetivação. Tais processos podem ser notados a partir dos conceitos de espaço liso e estriado (DELEUZE; GUATTARI, 2012b) e de modos de individuação e singularização (GUATTARI; ROLNIK, 1996).

O liso e o estriado se manifestam nos modos de praticar, percorrer e experimentar o espaço. O espaço estriado é delimitado, fechado, contudo é possível tomar linhas de fuga para adentrar o espaço liso que, por sua vez, é aberto, ilimitado, tem múltiplas direções, não estabelece facetas fixas e móveis. No espaço estriado ocorre o progresso, mas é no liso que se situa o devir. Em relação a esses espaços podem se estabelecer contrastes simples e complexos. Eles podem, também, se misturar, de modo a se transformar, a se manifestar em passagens de um a outro (DELEUZE; GUATTARI, 2012b). Há complicações, alternâncias e superposições que são mais bem compreendidas quando se analisa os modos de individuação e singularização em determinado contexto social, político, cultural e econômico.

Os modos de individuação dizem respeito à produção serializada de indivíduos pelo controle social. Os modos de singularização se referem aos movimentos de resistência, a uma afirmação de outras maneiras de ser, de outras sensibilidades, de outras percepções que movem a vida (GUATTARI; ROLNIK, 1996). Julga-se que tais processos de subjetivação podem ser exemplificados pelas metáforas relativas a estratégias de vida condizentes com deslocamentos, conforme proposto por Bauman (1999; 2011) – o andarilho, o jogador, o turista e o vagante⁷. À partida, considerou-se os quatro tipos apresentados pelo autor como potenciais visibilizadores dos indivíduos das migrações movidas pela globalização.

⁷ Nas obras de Bauman (1999) e (2011) o termo utilizado na tradução para a língua portuguesa do Brasil foi vagabundo. Contudo, optou-se por substituí-lo por vagante, ao entender que mantém o mesmo sentido do conceito – aquele que vagueia – retirando, pois, a conotação pejorativa – aquele que não gosta de trabalhar.

Diante disso, evidenciam-se processos de individualização/serialização de migrantes e refugiados em uma sociedade que busca quantificá-los e classificá-los (MEZZADRA, 2015), além de comumente atribuir-lhes um estereótipo de “coitados” e “desqualificados”, mesmo quando possuem qualificação (CARDOSO, 2013), limitando-os ao espaço estriado de um mercado de trabalho precário (SAYAD, 1979) que os nativos não querem ocupar (HILARIO et al., 2018). É necessário, contudo, identificar modos de singularização, como sugerem De Genova, Garelli e Tazzioli (2018), enxergando além dos rótulos e, em linha com Castles (2010), alcançando o protagonismo dos migrantes e refugiados. Afinal, fugir já é traçar uma linha de fuga, conforme lembra Souza (2016), que pode ser vista como uma (re)invenção, como uma ampliação da vida, como um alargamento do território existencial e não como conformidade e redução.

1.1 ARGUMENTO, QUESTÕES E OBJETIVOS DA TESE

Considerando que migrantes e refugiados busquem se distanciar do mercado de trabalho precarizado que geralmente lhes cabe devido aos arranjos globais da ordem capitalística, torna-se pertinente a argumentação de que **pela via do trabalho imaterial desponta a (re)invenção de modos de viver de migrantes e refugiados no país de destino**. Pondera-se que é pela via do trabalho imaterial, portanto, que migrantes e refugiados podem vir a se distinguir dentre os demais que ocupam baixos e precarizados postos de trabalho, condição historicamente imposta ao estrangeiro, visto como outro, como estranho. Movimentos como esse, ainda, podem dar forma a outro mercado de trabalho voltado ao contexto de migração e refúgio que escapa das estatísticas formais e governamentais. Em uma sociedade que tudo busca controlar, escapar por linhas de fuga é ato de resistência. É claro que esse percurso não exime tais indivíduos de uma vida de percalços. É nesse teor que o aporte dos processos de subjetivação – modos de individualização e singularização – auxilia a mostrar as passagens entre espaços liso e estriado.

Para refletir sobre o caminho a percorrer e sobre a sustentação deste argumento de tese, conduziu-se o pensamento em direção a algumas indagações: que processos de subjetivação constituem os percursos de vida e trabalho de migrantes e refugiados? Que modos de viver e trabalhar os atuais fluxos de

migração possibilitam vislumbrar? Há linhas de fuga para além daquela que os deslocou de seu país de origem? Como ocorrem esses percursos no cotidiano? Que tipos de trabalho, na concepção de trabalho imaterial, se apresentam a migrantes e refugiados na perspectiva dos espaços liso e estriado? Quais afetamentos, quais modos de singularização são capazes de mobilizar a fuga do aprisionamento no espaço estriado? Como se configuram os modos de individuação e singularização de migrantes e refugiados?

Frente a isso, considerando a aproximação entre migração, trabalho e subjetividade, pergunta-se: **tendo em vista os atuais fluxos migratórios empurrados pelas forças capitalísticas da globalização, como o trabalho imaterial compõe processos de subjetivação nos percursos de migrantes e refugiados?**

Para o desenvolvimento da pesquisa, tomou-se a cartografia como método. A cartografia, cujo sentido é investigar processos de produção de subjetividades, acompanhar percursos, conexões de redes ou rizomas⁸ (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2015), esteve em constante rearranjo teórico-metodológico-empírico para a aproximação e acesso a um território de pesquisa que privilegiasse migrantes e refugiados do sul global e que fazem uso de referências de seus países de origem para trabalhar. Desse modo, realizou-se um percurso como *flâneur-cartógrafa* no cenário de migração da cidade de Porto Alegre, capital do estado do Rio Grande do Sul, Brasil, o qual possibilitou acompanhar um território existencial em que sujeito e objeto de pesquisa se relacionam e se (co)determinam (ALVAREZ; PASSOS, 2015), isto é, que expressa os processos de subjetivação que compõem o trabalho imaterial desses migrantes e refugiados.

Nesse sentido e a fim de responder a questão de pesquisa, mapeou-se como objetivo geral **cartografar os processos de subjetivação que compõem o trabalho imaterial nos percursos de migrantes e refugiados**. Como objetivos específicos foram elencados os seguintes aspectos:

(i) identificar e apresentar migrantes e refugiados que fazem uso de referências de seus países de origem para trabalhar;

⁸ Rizoma é um conceito presente na filosofia de Deleuze e Guattari. O rizoma cresce em todas as direções, é múltiplo, tem sucessivos reinícios. Suas principais características são as possibilidades de conexão de qualquer ponto a outro ponto, em qualquer ordem, a heterogeneidade, as multiplicidades e as rupturas que podem ser retomadas em qualquer ponto (DELEUZE; GUATTARI, 2011).

- (ii) caracterizar o percurso migratório dos migrantes e refugiados;
- (iii) descrever o trabalho nos países de origem e no país de destino, assim como os agenciamentos engendrados relativos ao trabalho imaterial;
- (iv) analisar modos de individualização e singularização dos migrantes e refugiados em espaços liso e estriado;
- (v) refletir sobre o trabalho imaterial imbricado à migração e ao refúgio como modo de viver.

1.2 RELEVÂNCIA E ESTRUTURA DA PESQUISA

A proposição do tema acerca dos processos de subjetivação que compõem o trabalho imaterial nos percursos de migrantes e refugiados encontra algumas justificativas em termos prático-sociais e teóricos, no cenário nacional e internacional, que dizem da relevância da pesquisa.

Em termos prático-sociais, o Brasil e os demais países da América Latina têm se apresentado como destino para o atual fluxo migratório de países do sul global, dividindo a opinião da população em relação às políticas de entrada e acolhida dos migrantes (BÓGUS; FABIANO, 2015). No entanto, no que se refere ao saldo migratório, uma pesquisa realizada em 2019 pelo Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas (UN/DESA) revela que o número de brasileiros que estão fora do país é maior do que o de estrangeiros no seu interior, isto é, o Brasil é um país que registra mais emigrantes (1.7 milhão) do que imigrantes (807 mil), sendo a porcentagem de imigrantes equivalente a 0,39% da população (GLOBAL MIGRATION DATA PORTAL, 2020). Considerando a América Latina e Caribe, a porcentagem registrada também é baixa – em 2019 os imigrantes, independentemente de nacionalidade, representavam 1,8% da população (IOM, 2020). Embora pouco expressivos, esses números crescem constantemente e já colocam o tema em um patamar de discussão nacional e internacional.

Em outros cenários, as estimativas da mesma pesquisa realizada em 2019 são mais altas. Quando comparados à população de cada região, os imigrantes representam 21% na Oceania, 16% na América do Norte e 11% na Europa (IOM, 2020), de modo que os reflexos do processo migratório são mais visíveis demograficamente.

Um exemplo que ilustra essa situação é a seleção francesa de futebol, campeã da Copa do Mundo da Rússia em 2018. Dos 23 jogadores, apenas quatro não tinham raízes significativas em outros países. Dois nasceram na África, dois provêm de territórios que pertencem à França e que têm seleções próprias, onze são filhos de imigrantes ou refugiados e quatro tem avós ou antepassados em outros países. Juridicamente, todos são franceses, porém carregam consigo origens étnicas distintas (OS DOIS..., 2018). Esse time, aclamado pela vitória na Copa de 2018, exemplifica as transformações benéficas que as migrações podem proporcionar a um país. Por outro lado, nos momentos de derrota revelam-se comportamentos hostis, como relataram um jogador alemão e um belga. O primeiro, de ascendência turca, decidiu se aposentar da seleção alegando ser tratado de forma diferente dos outros jogadores, tendo passado, inclusive, por situações de racismo. O segundo comenta que o tratamento recebido pela mídia também é seletivo – quando o time ganha ele é referenciado como o atacante belga, e quando perde referem-se a ele como o atacante belga de ascendência congoleza.

O compartilhamento de espaço e a convivência entre nativos e estrangeiros é uma realidade crescente em quase todo o globo. As migrações massivas têm transformado demografias nacionais e instigado novas configurações sociais, culturais, econômicas e laborais, de modo a gerar conflitos nessas relações. Atitudes variadas em relação aos “outros” afetam comportamentos e interações, influenciando relações interculturais e de trabalho (CHANLAT, 2013; CHANLAT; PIERRE, 2018; RODRIGUEZ; MEARN, 2012). Para Agier (2016) e Bauman (2017), haverá cada vez mais e mais pessoas tendo que abandonar suas casas e buscar refúgio em outros lugares. O choque está recém no início e não há solução em curto prazo. Portanto, há que se pensar em possibilidades para o cosmopolitismo e a convivência comum no mundo contemporâneo.

O Brasil, que nos últimos anos tem visto crescer o número de solicitações de refúgio por parte de indivíduos originados do sul global (africanos, árabes, caribenhos e latinos), tem sido destino em massa, em especial, de haitianos, desde 2010, e de venezuelanos, cujo movimento está no auge atualmente. Cabe destacar que, entre 2011 e 2018, dos onze países que mais obtiveram o reconhecimento de pessoas refugiadas, 50% são árabes, 19% são africanos e 4% são latino-americanos, sendo a Síria o país que mais obteve refugiados reconhecidos (BRASIL, 2018). Nesse mesmo período, das autorizações de residência concedidas

pelo Conselho Nacional de Imigração (CNIg), dos treze principais países contemplados, 53,8% são do continente africano e 23,1% são da Ásia e da região do Caribe (DIEME et al., 2019).

Mesmo com a aprovação da Lei de Migração, em 2017 (BRASIL, 2017a), considerada de vanguarda por voltar o olhar aos direitos humanos, na prática a situação é complexa. No início de 2019, o governo brasileiro anunciou a saída do Brasil do Pacto Global de Migração da ONU, acordo que trata questões sobre como proteger de forma mais efetiva os migrantes e como integrá-los à sociedade. No mesmo período, acompanhou-se a imigração de venezuelanos pela fronteira em Roraima, o que provocou um inchaço na população de cidades como Pacaraima e a capital, Boa Vista. Desse processo decorrem relatos de xenofobia, confrontos e manifestações violentas entre brasileiros e imigrantes (NA ROTA..., 2018).

Em termos teóricos, parte-se da constatação que os estudos sobre migração internacional e trabalho predominantes na área da Administração privilegiam migrantes de países do norte global que ocupam cargos de trabalho qualificados, cuja relação trabalho-migração já era premeditada antes de deixarem o país de origem (BERRY; BELL, 2012; GMS, 2019; SCHERER; PRESTES; GRISCI, 2019). Já, a abordagem da Autonomia das Migrações propõe uma discussão que vai além do que as teorias *mainstream* sobre a migração já discutem, abrangendo as múltiplas categorias de migrantes. Nesse contexto, o migrante não é colocado em posição de vítima que necessita ser integrado à sociedade de destino, mas visto como um cidadão que está lutando por seu percurso de vida e trabalho, à luz de uma leitura dos tensionamentos e conflitos dos processos de subjetivação (MEZZADRA, 2012; 2015), o que se apresenta como potencial de contribuição para a área de conhecimento desta tese.

Os primeiros estudos dessa abordagem foram desenvolvidos no final dos anos de 1990 na Europa (MOULIER-BOUTANG, 1998), e têm sido utilizados especialmente por teóricos europeus para discutir sobre migrantes que se deslocam em busca de melhores oportunidades de trabalho, muitas vezes de forma irregular (MEZZADRA, 2012). Recentemente, dado à chamada crise⁹ do refúgio, têm surgido

⁹ Nesta tese usa-se com cautela o termo “crise”, tendo em vista que a mobilidade é um direito, conforme pressuposto da abordagem da Autonomia das Migrações. Ainda, conforme Souza (2016, p. 8), “nomear como ‘crise’ o aumento incessante dos deslocamentos é apenas uma forma de legitimar a violência constante em que vivem parcelas enormes da população mundial, especialmente as mais pobres”.

pesquisas internacionais com foco em refugiados e demais migrantes (ALTENRIED et al., 2018; APARNA; SCHAPENDONK, 2018; DARLING, 2017; DE GENOVA; GARELLI; TAZZIOLI, 2018; MOFFETTE; WALTERS, 2018) empurrados pelas forças capitalísticas da globalização.

No Brasil, a perspectiva da Autonomia das Migrações ainda é pouco expressiva, sendo abordada por diferentes áreas do conhecimento que se interessam pela intersecção entre migração, trabalho e subjetividade, a exemplo dos trabalhos de Corsini (2007) na área de Serviço Social, Baraldi (2014) na área de Relações Internacionais e Ferreira (2017) na área de Biblioteconomia.

Na Administração, os estudos nacionais recém começaram a apresentar interesse por migrantes de países do sul global, por trabalhadores de chão de fábrica, coincidindo, pois, com o crescimento atual dos fluxos de migrações empurradas. São exemplos desses estudos¹⁰ Bueno, Manthey e Ramos (2015), Camargo e Herédia (2018), Filippim, Schumarcher e Alperstedt (2018), Pereira e Oliveira (2017) e Zeni e Filippim (2014), que apontam perspectivas embasadas na visão de integração dos migrantes na sociedade e no mercado de trabalho.

Nesse sentido, a construção desse tema é um desafio para a Administração, especialmente no Brasil, pois os estudos ainda são incipientes. Isso incentivou a busca por um arcabouço teórico interdisciplinar para esta tese, conforme incentiva Castles (2010), especialmente no que tange às áreas de Administração, Antropologia, Ciências Sociais, Direito, Filosofia, Psicologia Social e Sociologia. Além disso, ao olhar para o campo empírico, percebe-se que: (i) novos fluxos migratórios começam a se mostrar expressivos no país; (ii) os números de solicitação de refúgio de diferentes nacionalidades crescem a cada ano; (iii) o processo de interiorização dos migrantes venezuelanos para outros estados do país está em curso; (iv) a nova legislação migratória ainda é muito recente; (v) muitas organizações desconhecem os trâmites para contratação de imigrantes e refugiados; e (vi) as taxas de desemprego provocadas pela crise política e econômica do país ainda são altas, causando tensionamentos entre brasileiros e migrantes/refugiados e demandando desses últimos um esforço descomunal em busca de trabalho como via de reconstrução de suas vidas.

¹⁰ Foi realizada uma busca com os termos “migração”, “migrante”, “refúgio” e “refugiado” nas bases de dados Anpad, Spell, Scielo e Portal Periódicos Capes no dia 10/07/2018. Foram considerados apenas os artigos que relacionam trabalho e os atuais fluxos de migração empurrada para o Brasil.

Como fechamento desta introdução, apresenta-se a estrutura da pesquisa realizada. Esta tese está organizada em cinco capítulos. Não que a sua construção tenha ocorrido em uma perspectiva linear. Pelo contrário, a multiplicidade de linhas que emergiram e constituíram a pesquisa foram potentes e desafiadoras. No entanto, para fins de apresentação priorizou-se a sua processualidade.

Neste primeiro capítulo foi possível conhecer a contextualização e a problemática da pesquisa, o argumento, as questões, os objetivos, bem como a relevância da tese. No segundo capítulo apresenta-se o referencial teórico acerca de Migração, Trabalho e Subjetividade, pilares que sustentam a Autonomia das Migrações. No terceiro capítulo apresenta-se a cartografia como método de pesquisa, seus pressupostos epistemológicos, estratégias e procedimentos de produção e de análise dos dados. No quarto capítulo apresenta-se a análise dos resultados, por meio da tessitura dos processos de subjetivação no percurso de migrantes e refugiados em quatro dimensões analíticas, a saber: Partir, Chegar, Empreender(-se) e (Re)inventar(-se). No quinto capítulo apresenta-se as considerações finais, os principais resultados, contribuições, desafios, limitações, implicações da pesquisa e sugestões para estudos futuros. Por fim, julgou-se pertinente apresentar um *post-scriptum* acerca da relação do migrante/refugiado com a situação atual relativa à pandemia do coronavírus (COVID-19), circunstância que emergiu ao final do processo de escrita desta tese.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O capítulo de referencial teórico desta tese é constituído pelos pilares Migração, Trabalho e Subjetividade, os quais sustentam a abordagem da Autonomia das Migrações.

2.1 MIGRAÇÃO

No pilar Migração apresenta-se, primeiramente, tensionamentos e desigualdades relativos às mobilidades na globalização, seguidos de categorizações de percursos migratórios e diversos termos que emergem em uma tentativa de classificar migrantes em tipologias. Complementarmente, apresentam-se desdobramentos conceituais e legais no contexto brasileiro e, por fim, dados e reflexões sobre os movimentos de migração e refúgio.

2.1.1 Globalização: Mobilidade para Quem?

Associada à expansão do mercado para além das fronteiras no sistema capitalista, a globalização é caracterizada pelos crescentes intercâmbios comerciais e financeiros em uma economia aberta e internacionalmente integrada. De uma maneira ou outra, praticamente todos os países participam da organização econômica global. Essa dinâmica leva à redução da proteção e participação estatal na economia nacional e, concomitantemente, ao aumento do fluxo de bens, serviços e capitais ao redor do mundo, bem como ao impulsionamento do crescimento do número e tamanho de empresas transnacionais. Também é notório o impacto da globalização em termos políticos, culturais, sociais, ambientais e demográficos, aspectos que passam por aceleradas transformações frente à diminuição dos custos de transporte, tecnologia, informação e comunicação (MARTINE, 2005; CASTLES, 2010). Em um primeiro olhar, poder-se-ia afirmar que esse movimento se caracteriza como um espaço liso, conforme propõem Deleuze e Guattari (2012b), um espaço aberto, ilimitado, de múltiplas direções, que se constitui por fluxos sucessivos e infinitos.

Entretanto, “no fenômeno da globalização, há mais coisas do que pode o olho apreender” (BAUMAN, 1999, p. 7). Nessa dinâmica frenética, a globalização dispõe de matizes, ritmos e características próprias, que provocam tensionamentos e desigualdades (BERRY; BELL, 2012; CASTLES, 2010; MARTINE, 2005). As empresas multinacionais impõem ao mundo sua lei de mercado, perturbando os modos de regulação por meio da desterritorialização do poder econômico e de uma reterritorialização do trabalho (GAULEJAC, 2007; DELEUZE; GUATTARI, 2012b). Assim, o capital é jogado contra o trabalho, naturalizando concorrências exacerbadas e deslocamentos não só de capitais, bens e serviços, mas também de organizações e pessoas (GAULEJAC, 2007).

A imobilidade não é uma opção. Por vontade ou a contragosto, a ordem é estar em movimento, ser nômade. Para alguns indivíduos é possível se tornar global, o que sinalizaria liberdade; para outros, a possibilidade à vista é a de se fixar em suas localidades, muitas vezes um destino indesejado (BAUMAN, 1999; BERRY; BELL, 2012; CASTLES, 2010; FREITAS, 2009). “Ser local num mundo globalizado é sinal de privação e degradação social” (BAUMAN, 1999, p. 8). Para sair dessa condição, tendo por base a ideia de Guattari e Rolnik (1996), seria necessário recusar/resistir à subjetivação capitalística¹¹. Deleuze e Guattari (2012b) atentam ao fato de que é possível ser nômade¹² sem sair do lugar e de que se pode viajar sendo sedentário. Para os autores,

também existem viagens no mesmo lugar; [...] São nômades por mais que não se movam, não migrem, são nômades por manterem um espaço liso que se recusam a abandonar, e que só abandonam para conquistar e morrer. Viagem no mesmo lugar, esse é o nome de todas as intensidades, mesmo que elas se desenvolvam também em extensão. Pensar é viajar [...] Em suma, o que distingue as viagens não é a qualidade objetiva dos lugares, nem a quantidade mensurável do movimento — nem algo que estaria unicamente no espírito — mas o modo de espacialização, a maneira de estar no espaço, de ser no espaço. Viajar de modo liso ou estriado, assim como pensar... Mas sempre as passagens de um a outro, as

¹¹ “Guattari acrescenta o sufixo ‘ístico’ a ‘capitalista’ por lhe parecer necessário criar um termo que possa designar não apenas as sociedades qualificadas como capitalistas”, mas também setores do ‘Terceiro Mundo’ ou do capitalismo ‘periférico’ e economias ditas socialistas, que vivem numa espécie de (contra)dependência do capitalismo. “Tais sociedades, segundo Guattari, em nada se diferenciariam do ponto de vista do modo de produção da subjetividade” (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p.15).

¹² O termo nômade é utilizado com conotações diferentes nas obras de Bauman (1999; 2011) e Freitas (2009) e na obra de Deleuze e Guattari (2012b). Enquanto para Bauman e Freitas o termo está mais próximo ao sentido denotativo, objetivo, de alguém que não tem residência fixa e não se estabelece em lugar algum, para Deleuze e Guattari o termo é vinculado ao espaço liso, ao pensamento nômade.

transformações de um no outro, as reviravoltas (DELEUZE; GUATTARI, 2012b, p. 202).

Segundo Bauman (1999) e outros autores como Berry e Bell (2012), Castles (2010) e Freitas (2009), a mobilidade se torna um valor altamente cobiçado na ordem global, enquanto a liberdade de movimentos é uma escassa mercadoria desigualmente distribuída, responsável pelas estratificações da pós-modernidade. A livre opção é restrita a alguns, e destino atroz para outros. Esses “outros” aumentam incessantemente em número e tendem a afundar cada vez mais no desespero, fruto de uma existência sem perspectiva (BAUMAN, 1999; 2017).

Logo, para o autor, em vez de globalização, o termo mais adequado seria “glocalização”¹³, cuja definição é, essencialmente, o processo de concentração de capitais, finanças e outros recursos, mas sobretudo, de concentração da liberdade de se mover e de agir (BAUMAN, 1999). Nesse sentido, Castles (2010, p. 15) complementa que a “utopia pós-moderna de um mundo de mobilidade sem fronteiras ainda não alvoreceu e, assim, ainda parece apropriado abordar as migrações como processos baseados na desigualdade e discriminação, e controlados e limitados pelos Estados”.

A promessa do livre comércio e deslocamento é encoberta/distorcida. A conexão entre a miséria e o desespero dos muitos “imobilizados” e a liberdade dos poucos com mobilidade não é simples de perceber, a ponto de parecer que se trata de dois fenômenos distintos (BAUMAN, 1999). Cabe destacar o estudo de Berry e Bell (2012) por apontar que na literatura de Administração, o retrato da globalização é esmagadoramente positivo para as organizações, negligenciando seus efeitos de desigualdade entre os indivíduos que migram. Nessa linha, jamais se suspeitaria pela mídia e pelo discurso *mainstream* que o célere enriquecimento e o célere empobrecimento brotam da mesma raiz (BAUMAN, 1999). Acrescenta-se que também não se suspeitaria que o cruzar fronteiras por motivos de intercâmbio, estudo, qualificação, trabalho e turismo tenha a mesma raiz do cruzar fronteiras devido à pobreza, ao medo e às guerras.

Nesse sentido, ao impor as maneiras de organizar a produção, a globalização institui relações de classes sociais por meio de fronteiras nacionais que são

¹³ Bauman (1999, p. 78) cita o termo “glocalização” com base em Roland Robertson “que expõe a inquebrantável unidade entre as pressões globalizantes e locais – fenômeno encoberto no conceito unilateral de globalização”.

escondidas para manter determinadas pessoas e instituições no poder (BERRY; BELL, 2012), assim como estratifica quem atravessa fronteiras conforme o motivo que leva à migração. Isso torna a globalização muito mais complexa, para além de uma ideia de mundo sem fronteiras ou, até mesmo, da constituição de uma dicotomia entre ricos e pobres. Em vez disso, percebe-se uma rede do tipo rizoma em constante construção, na qual espaços lisos não param de ser transvertidos em espaços estriados e estes, por sua vez, revertidos, devolvidos aos lisos (DELEUZE; GUATTARI, 2012b). Uma das lentes que permite olhar essa questão da mobilidade na globalização diz respeito aos tipos de migração, apresentados a seguir.

2.1.2 Usos/Desusos/Abusos de Termos relativos às Migrações

A questão da mobilidade na era globalizada abrange diversos tipos de deslocamento, tanto internos quanto externos a um país. Esse não é um movimento exclusivo da era global, mas está presente na história da humanidade, (re)configurando países, grupos e modos de vida. No atual momento da ordem capitalista, sobressaem-se os deslocamentos que são norteados pelos processos de subjetivação capitalística e pelas relações de territorialização, desterritorialização e reterritorialização entre capital e trabalho.

O fluxo migratório internacional se apresenta como fenômeno múltiplo e complexo, alcançando patamares recordes a cada ano. Conforme o Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas, a estimativa era de que, em 2019, 272 milhões de pessoas no mundo vivessem em países diferentes da sua nacionalidade, o que representa um aumento de 51 milhões desde 2010. Isso representa 3,5% da população global, em comparação a 2,8% no ano 2000 (UN/DESA, 2019). A heterogeneidade das migrações se manifesta por estratos socioeconômicos, gênero, idade, religião, cultura, estatuto legal e, sobretudo, por experiências de vida e motivações para migrar (PADILLA, 2013).

Dentre os fatores que motivam a migração estão: prosperidade econômica, estudo, trabalho, relacionamentos afetivos, desigualdade, demografia, violência, conflito, perseguição, catástrofes ambientais e de outras ordens (IOM, 2018). Dado esse cenário, o período atual tem sido considerado como a era das mobilidades (CASTLES, 2005; HAAS; CASTLES; MILLER, 2020; RODRIGUEZ; MEARNES, 2012).

Nesse sentido, diversas frentes, tais como os Estados, a ACNUR, a OIM, as ONG's, os meios de comunicação e diferentes áreas da academia se interessam em quantificar e classificar esse fenômeno em categorias e tipologias.

É possível pensar as migrações internacionais sob diferentes categorizações. Na ótica da volição individual, por exemplo, as migrações podem ser chamadas de espontâneas ou forçadas, voluntárias ou involuntárias; sob a ótica legal, o migrante pode ser regular ou irregular, documentado ou indocumentado; sob a ótica laboral, pode-se dizer que há um polo de migrantes qualificado-especializado e outro polo de migrantes com baixa qualificação; sob a ótica do país de destino das migrações, elas podem ser desejáveis ou indesejáveis, etc. Isto posto, um indivíduo, quando cruza fronteiras de um país, é classificado nessas categorias que, por sua vez, determinam como o sujeito será chamado, direcionando seus modos de vida e trabalho no país de destino.

Tendo em vista as diversas possibilidades de classificação, a Organização Internacional para as Migrações apresenta um glossário em que denomina os migrantes com base no motivo da migração – espontânea ou forçada – e na qualificação para o trabalho – alta ou baixa (IOM, 2019), o que auxilia a delinear a linha desta tese, juntamente com a abordagem do puxa-empurra de Bauman (1999; 2011). Observa-se de antemão que, a visão dominante, é a de que movimentos migratórios de trabalhadores qualificados/especializados são aclamados como mobilidade profissional, já os de trabalhadores considerados sem qualificação são condenados como migração indesejada (CASTLES, 2010).

A “migração espontânea” se refere ao indivíduo ou grupo que migra sem qualquer auxílio estatal, nacional ou internacional. Passível de uma aproximação compreensiva a tal categoria, a IOM (2019) também apresenta a “migração individual”, em que o indivíduo migra individualmente ou com a família a partir de autofinanciamento, patrocínio individual, organizacional ou governamental. Esses movimentos também podem ser chamados de migrações voluntárias, já que é a vontade do indivíduo de ir para o exterior que os caracteriza essencialmente. Como motivação, Padilla (2013) cita fatores relacionados a trabalho, estudo, relacionamentos afetivos, casamento, qualidade de vida, vontade de conhecer outros países e outras culturas.

Pela linha de pensamento de Bauman (1999; 2011), há algo que puxa esses movimentos. Mesmo que tais indivíduos, denominados pelo autor como “turistas”¹⁴, pensem se mover de forma espontânea ou proposital, o que ocorre é uma força de atração, um puxamento. Deslocam-se pela inquieta insatisfação, pelo desejo de contraste, pela experimentação, para escapar de decepções. Em geral, esses movimentos são realizados por quem a IOM (2019) classifica como trabalhador migrante qualificado ou altamente qualificado, aquele que tem o nível de educação, habilidade, experiência e especialização adequados para desempenhar tarefas e deveres ligados a um determinado trabalho. Aos migrantes qualificados geralmente é concedido tratamento preferencial no que tange à admissão em um país, de modo que estão, portanto, sujeitos a menos restrições relativas à duração da estada, à mudança de emprego e à reunificação familiar (IOM, 2019). Cabe ressaltar que quando se fala em migração qualificada, nem sempre a formação do migrante é levada em consideração, mas sim o seu posto de trabalho, isto é, a participação em um mercado de trabalho qualificado.

Como exemplos de migração puxada, pode-se pensar em diversas situações que são estudadas na Administração. Conforme Berry e Bell (2012) e Scherer, Prestes e Grisci (2019), embora a área de conhecimento em questão não utilize com frequência a expressão migração e prefira empregar mobilidade internacional, há diferentes termos que conceituam a situação do indivíduo que vai para o exterior e a sua relação com o trabalho, como: (i) **expatriados**, indivíduos que são enviados para trabalhar no exterior com vínculo organizacional, muitas vezes acompanhados de suas famílias; (ii) **executivos** e **gestores globais**, também chamados de **flexpatriados**, que vão fazer negócios, treinamentos, atividades nas empresas das quais fazem parte; e (iii) **autoexpatriados**, que decidem morar no exterior para recomeçar a vida, objetivando encontrar um emprego melhor, um salário melhor, qualidade de vida, segurança, etc. Cabe ressaltar que o mesmo conceito conferido a autoexpatriado pela área de Administração pode ser atribuído ao que a IOM (2019) denomina como migrante. O termo migrante (ou imigrante – fazendo referência a alguém que já está em terra estrangeira) é mais utilizado em áreas de conhecimento que tradicionalmente estudam o fenômeno das migrações, como Antropologia, Demografia, Direito, Relações Internacionais e Sociologia. Em relação à origem, em

¹⁴ O turista integra uma das quatro metáforas de viver a vida em deslocamento propostas por Bauman (1999; 2011) que são apresentadas nesta tese no pilar Subjetividade.

termos de tendências gerais, estes indivíduos são oriundos do norte global, onde inclusive há concentração de estudos sobre expatriação e o seu contexto de trabalho qualificado. Toma-se como exemplo o The Global Mobility Survey (GMS, 2019), cuja pesquisa aponta que dos cinco países que mais enviaram expatriados em 2018 e 2019, quatro são países europeus e o outro é a China.

A “migração forçada” caracteriza o movimento migratório em que existe um elemento de coação, de ameaça à vida ou à sobrevivência, podendo ocorrer com um único indivíduo ou com sociedades inteiras. A origem desse processo está relacionada a interrupções e impedimentos de modos de vida, seja por causas naturais ou provocadas, como desastres ambientais, químicos ou nucleares, fome, miséria, guerras, colapsos econômicos (OIM, 2009; IOM, 2019). Também se pode entender esse movimento como migração involuntária, pois a decisão de partir não vem de um desejo de abandonar a terra de origem, mas do fato de que o indivíduo é obrigado a se deslocar para sobreviver. Nessa mesma linha de entendimento, “migração por sobrevivência” é outra forma de denominar o mesmo fenômeno, segundo Corrêa et al. (2015).

Sobre movimentos como esse, Bauman (2011) diz que são empurrados por trás e puxados pela frente por esperanças ainda não colocadas à prova. Ainda assim, há um peso maior no lado do empurrar, visto que os “vagantes”¹⁵, onde quer que estejam, estão em um lugar ao qual não pertencem. Por isso, ocupam postos de trabalho menos desejados pela população local. Na classificação da IOM (2019), são os trabalhadores migrantes de baixa qualificação, cujo nível de escolaridade, experiência profissional ou qualificações os tornam aptos apenas para a prática de ocupações tipicamente de baixa qualificação. É importante distinguir entre “trabalhos pouco qualificados” e “trabalhadores migrantes de baixa qualificação”, uma vez que trabalhos que exigem baixo nível de qualificação são frequentemente realizados por migrantes qualificados, o que resulta na sua sobrequalificação¹⁶ (CAVALCANTI, 2015; MARINUCCI, 2017).

Como exemplo de migração empurrada, inicialmente pode-se pensar nos **refugiados**, que são forçados a deixar seus países em função de risco à segurança

¹⁵ O vagante integra uma das quatro metáforas de viver a vida em deslocamento propostas por Bauman (1999; 2011) que são apresentadas nesta tese no pilar Subjetividade.

¹⁶ Termo utilizado quando um indivíduo possui qualificação superior à necessária para o seu posto de trabalho.

física, inclusive risco de morte. São indivíduos que fogem devido a fundado temor de perseguição por motivo de raça, religião, nacionalidade, grupo social, opiniões políticas ou devido à grave e generalizada violação de direitos humanos, geralmente, relacionada a conflitos armados (UNHCR, 2018). Também se pode pensar nos **migrantes** enquanto indivíduos que precisam abandonar seus países por estarem privados de condições e recursos que assegurem a sobrevivência. Essa é uma perspectiva muito discutida pelo prisma humanitário, e difere da primeira perspectiva de migrante apresentada na migração puxada. Atualmente, esses migrantes têm sido subcategorizados em **imigrantes ambientais** – que migram em função das alterações ambientais repentinas ou progressivas que afetam negativamente as suas condições de vida – e em **imigrantes econômicos** – que migram em função de cenários de baixa qualidade de vida ou de colapsos econômicos, financeiros e políticos que não permitem condições de vida satisfatórias nos seus países (OIM, 2009; IOM, 2019). Em relação à origem, em termos de tendências gerais, estes indivíduos são oriundos do sul global. Toma-se como exemplo o *Global Trends* (UNHCR, 2019), cuja pesquisa aponta que dos cinco países origem de refugiados e migrantes em situação de vulnerabilidade ao final de 2019, todos são do sul global: Síria, Venezuela, Afeganistão, Sudão do Sul e Mianmar.

É importante salientar que, com base em Ventura (2016), em princípio a diferença entre migrantes e refugiados consistiria na vontade do indivíduo de se deslocar ou não. No caso da migração, haveria o desejo de partir e, no refúgio, um impedimento para ficar, como a situação do puxa-empurra descrita por Bauman (2011). Porém, quando se compara os imigrantes econômicos/ambientais e os refugiados, essa diferença se torna cada vez mais tênue – e este é também o entendimento trazido para esta tese. Embora seja nítida a ideia de não poder permanecer no país diante de conflitos armados, também é razoável pensar que frente a colapsos econômicos, sociais e desastres ambientais os meios de sobrevivência podem desaparecer e, por isso, os indivíduos são empurrados ao movimento migratório. Esse tipo de mobilidade não necessariamente é indesejada pelo país de destino, e ela até pode ser oportuna, mas em condições (geralmente precárias) que atendam ao mercado de trabalho imigrante, e somente quando tal necessidade existir (VENTURA, 2016).

O sociólogo Sayad, autor clássico dos estudos migratórios, associa o imigrante a “um trabalhador definido e tratado como provisório” (SAYAD, 1979, p. 55). Sua existência e estadia no país de destino dependem de trabalho, porém ele não tem os mesmos acessos dos nativos ao mercado de trabalho, visto que há restrições simbólicas que pairam na sociedade. Contudo, para Agier (2016), o migrante de hoje não é mais aquele trabalhador imigrante. Há algo que não se encontra mais. A figura do migrante contemporâneo é outra: menos estável, formada por algo que é múltiplo, situada entre várias âncoras, ainda que precárias, entre as inserções parciais e provisórias na economia do país de acolhida ou de trânsito. É uma forma de presença no mundo que estará sempre em um lugar à fronteira, um “entre dois”.

Embora os tipos de migração sejam apresentados de modo dicotômico – espontânea/puxada e forçada/empurrada – os esforços de órgãos e organizações no sentido de categorizar os tipos de migrantes não podem ser simplesmente reduzidos a uma divisão binária. Esse é apenas um recurso de escrita, já que, para a presente tese, entende-se as mobilidades globais como rizomáticas, constituídas por múltiplas formas de deslocamento. Tal olhar sobre a ambivalência de termos acompanha o pensamento de Bauman e Raud (2018). Para os autores, o esforço em atribuir categorias a um mesmo fenômeno se origina da inquietude humana em sair do ambiente familiar e, assim, vagar em novos territórios, estranhos e escassamente mapeados. Como resultado, de um lado, busca-se a singularidade semântica, o que acaba por sobrecarregar o espaço com um excesso de significados; por outro, tem-se a noção de que a realidade não conseguirá ser exaustivamente descrita, de que sempre haverá pontos em branco. Agier (2016) acrescenta que o surgimento de nomenclaturas forma um mundo de migração no interior de um único planeta, mas isso tem fragmentado a sua organização social e jurídica, que é capaz de ditar como o estrangeiro será ou não acolhido e inserido na sociedade de destino.

Nesse sentido, guardadas as distintas motivações de deslocamento – que classificam o indivíduo em uma ou outra nomenclatura – pode-se dizer que todos eles são migrantes. Migrar consiste em se deslocar a outro país por tempo indeterminado ou definitivo. Quem sai do seu país, emigra, quem entra em um país estrangeiro, imigra. Portanto, todos são migrantes – emigrantes e imigrantes (SCHERER; PRESTES; GRISCI, 2019). Uma visão aproximada também é sustentada por autores como Agier (2016), Mezzadra (2005; 2012; 2015) e Sayad

(1979), que utilizam em suas obras o termo migrante como uma espécie de conceito guarda-chuva. Essa abordagem contempla uma multiplicidade de indivíduos que migram internacionalmente, sendo que tal percurso não pode ser visto apenas pela ótica da imigração, ou seja, pelo fato de já se estar em um país de destino. Antes disso, ocorre um processo de emigração da terra natal, por diferentes razões, o que sugere uma proposta de análise contextual e ampliada. Com base nessa perspectiva, mesmo que os indivíduos foco deste estudo, oriundos de migração empurrada, possam ser nomeados de forma distinta, como migrantes e como refugiados, ainda assim é possível chamá-los simplesmente de migrantes. Observa-se que a opção pela menção do termo refugiado ao lado de migrante é uma forma de chamar a atenção à condição legal específica desses indivíduos, como se observa a seguir.

2.1.3 Desdobramentos Conceituais e Legais no Contexto Brasileiro

No Brasil, o Estatuto dos Refugiados, definido pela Lei nº 9.474/1997, acompanha a interpretação de diretrizes internacionais da Organização das Nações Unidas, como: (i) a Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948; (ii) o instituto do refúgio estabelecido pela Convenção sobre o Estatuto dos Refugiados de 1951; (iii) o Protocolo sobre o Estatuto dos Refugiados de 1967; (iv) a Declaração de Cartagena de 1984; e (v) todo dispositivo pertinente de instrumento internacional de proteção de direitos humanos com o qual o governo brasileiro está comprometido. Essa legislação (BRASIL, 1997) reconhece como refugiado todo indivíduo que:

- I - devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país;
- II - não tendo nacionalidade e estando fora do país onde antes teve sua residência habitual, não possa ou não queira regressar a ele, em função das circunstâncias descritas no inciso anterior;
- III - devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país.

Com o intuito de esclarecer procedimentos e critérios que determinam a condição de refúgio, a Agência da ONU para Refugiados (ACNUR) disponibiliza um manual para auxiliar os 148 Estados que são parte da Convenção de 1951 e/ou do Protocolo de 1967, documentos que contextualizam os elementos conceituais de

refugiado. Nesse manual (ACNUR, 2011), enfatiza-se que a expressão “fundado temor de perseguição” é o elemento-chave da definição do termo refugiado.

O substantivo “temor” é acrescido do adjetivo “fundado”, ilustrando que apenas a palavra do solicitante não basta para que seja reconhecida a condição de refugiado, uma vez que é averiguado se esse temor encontra fundamento em uma ocorrência concreta, de modo que se busca conhecer as condições do país de origem do solicitante de refúgio. Ainda que não seja um objetivo em si mesmo, tal elemento importa para a verificação da credibilidade das declarações prestadas. A expressão “fundado temor” contém, portanto, um elemento subjetivo e outro objetivo, sendo que, para determinar sua existência, ambos os elementos devem ser considerados (ACNUR, 2011).

No que se refere ao elemento “perseguição”, pode-se inferir que está relacionado à ameaça à vida, à liberdade ou a outras violações de direitos humanos. A perseguição está normalmente relacionada à ação das autoridades do país, mas também pode advir de segmentos da população que não respeitam padrões estabelecidos nas leis nacionais. Nesse sentido, cada caso tem que ser analisado em suas especificidades pela ACNUR ou pelo órgão competente de cada país (ACNUR, 2011).

Como forma de detalhar além do prescrito na Convenção de 1951, a ACNUR (2015) explica que refugiado é o indivíduo que escapou de conflitos armados ou perseguições. Com frequência, sua situação é tão perigosa e intolerável que ele deve cruzar fronteiras internacionais para buscar segurança nos países mais próximos, e então se tornar um refugiado reconhecido internacionalmente, com acesso à assistência dos Estados, da ACNUR e de outras organizações. Esse indivíduo passa a ser reconhecido como refugiado precisamente porque é muito perigoso para ele voltar ao seu país e, nesse caso, a negação de um lugar para se refugiar pode ter consequências vitais (ACNUR, 2015).

Para Almeida (2000), quem busca refúgio é um ser humano que foge da violência; muitas vezes, não possui nenhuma espécie de documento e, portanto, não é cidadão de nenhum Estado. O país que lhe concede o estatuto de refugiado lhe dá a primeira proteção do Direito, vinculando-o a uma nova ordem jurídica, resgatando sua cidadania perdida. Esse é o primeiro passo na recuperação da dignidade humana (ALMEIDA, 2000). Os efeitos dessa condição são extensivos ao cônjuge, aos ascendentes e descendentes, assim como aos demais membros do grupo

familiar que dependem economicamente do refugiado, desde que se encontrem em território nacional (BRASIL, 1997; ACNUR, 2011).

É necessário destacar que é recorrente que a literatura e as notícias da mídia, em geral, associem a expressão refugiado à imigrante, muitas vezes confundindo os termos. O conceito de imigrante, conforme a nova Lei de Migração nº 13.445/2017, é bastante amplo: pessoa nacional de outro país ou apátrida que trabalha ou reside e se estabelece temporária ou definitivamente no Brasil. Portanto, pode-se dizer que o refugiado é também um imigrante. O que frequentemente diferencia esses sujeitos é o motivo da migração.

D'oco (2016), por exemplo, considera que o imigrante se desloca pela possibilidade de ascensão econômica ou pela oportunidade de estudar; já o refugiado faz um movimento forçado, a partir de uma situação de coação, incluindo a ameaça de vida e de subsistência. Porém, como citado na seção anterior sobre os termos relativos à migração, essa diferenciação não é simples de articular. Também não há uma definição jurídica internacional sobre o que é ser um imigrante (como há para refugiado), portanto cada país é livre para realizar sua interpretação (PAULIC; MAUGER, 2016).

Por isso, no Brasil, foi estabelecido um tipo de entrada especial ao imigrante que vive um processo de migração forçada/empurrada, mas que não se enquadra no conceito de refugiado – é o visto de acolhida humanitária, que aproxima ainda mais os conceitos de imigrante e refugiado. Conforme a nova Lei de Migração (BRASIL, 2017a):

o visto temporário para acolhida humanitária poderá ser concedido ao apátrida ou ao nacional de qualquer país em situação de grave ou iminente instabilidade institucional, de conflito armado, de calamidade de grande proporção, de desastre ambiental ou de grave violação de direitos humanos ou de direito internacional humanitário, ou em outras hipóteses, na forma de regulamento.

Para o Ministério da Justiça e Cidadania, o visto humanitário pode ser aplicado às mesmas situações de um refugiado, mas também a vítimas de crises econômicas e ambientais – categorias não contempladas no refúgio (BRASIL, 2016a). Conforme Pereira e Abreu (2016), em 2010, com a entrada dos primeiros

haitianos¹⁷ no Brasil, o Estado brasileiro optou por acolhê-los por meio de um programa diferenciado de proteção internacional, paralelo à legislação especial referente aos estrangeiros (BRASIL, 1980) da época e até mesmo ao Estatuto de proteção dos refugiados (BRASIL, 1997). A estratégia foi a de conceder o chamado “visto humanitário”, a partir de 2012, aos considerados “refugiados ambientais haitianos” (que não são considerados refugiados pela ONU em virtude de não estarem sendo perseguidos) como ferramenta de proteção complementar, pelo prazo de cinco anos, conforme Resolução Normativa de nº 97 do Conselho Nacional de Imigração, podendo ser renovada.

Jubilut e Madureira (2014) atribuem a essas vítimas o nome de deslocados ambientais, por não serem considerados refugiados. Mesmo assim, os autores entendem que eles são indivíduos que foram forçados a deixar seu habitat natural em função de uma ruptura ambiental natural ou ocasionada pelo próprio homem, ou seja, por uma situação que ameaçou sua existência ou qualidade de vida. Os autores reforçam, ainda, que esses desastres naturais são cada vez mais frequentes e obrigam milhares de indivíduos a se deslocar.

Situação semelhante, que se enquadra na questão de visto humanitário, vem ocorrendo recentemente com o fluxo migratório de venezuelanos para o Brasil devido à crise política e econômica estabelecida na Venezuela. Por serem originários de um país que faz fronteira com o Brasil, os venezuelanos podem solicitar residência temporária no país, conforme Portaria Interministerial nº 9, de 14 de março de 2018. Porém, devido ao motivo da migração e à intensificação desse processo desde 2014¹⁸, com pico expressivo em 2018, também é possível aos venezuelanos realizarem uma solicitação de refúgio, sendo que posteriormente é definido se o migrante recebe o registro de refugiado ou de residência temporária.

¹⁷ O Haiti é o país com maior número de vítimas fatais por catástrofes naturais, contabilizando 229.699 mortes ao longo dos últimos 20 anos. Nesse período, o desastre mais mortal foi o terremoto de janeiro de 2010, na capital Porto Príncipe, que matou mais de 220 mil pessoas, levando mais de 2 mil haitianos a migrarem para o Brasil somente naquele ano. O Haiti ainda passou por três anos de seca em função do *El Niño*, até ser atingido, em 2016, pelo Furacão Matthew (AGÊNCIA BRASIL, 2016; PEREIRA; ABREU, 2016). Conforme relatório *Global Trends* da ONU, em 2016, somavam-se 75.073 haitianos solicitantes de proteção (UNHCR, 2016).

¹⁸ Conforme relatório *Global Trends* da ONU, até o final de 2018, somavam-se 3,4 milhões de venezuelanos que solicitaram proteção em diversos países (UNHCR, 2018). No Brasil, segundo o Ministério da Justiça, foram 201 pedidos em 2014, 822 em 2015, 3.375 em 2016, 17.865 em 2017 e 61.681 em 2018 (BRASIL, 2018; 2019).

Até julho de 2019, embora o Brasil já tenha recebido a solicitação de refúgio de mais de 110 mil venezuelanos (POLÍCIA FEDERAL, 2019), apenas 174 haviam sido reconhecidos como refugiados (ACNUR, 2019a), o que mostra os embaraços entre a legislação e os emaranhados do “tecido da vida” e o quanto as migrações estão cada vez mais mistas (HÉLAN, 2016).

Quanto aos procedimentos para solicitação de refúgio, o estrangeiro que chega ao território nacional pode expressar a vontade de solicitar reconhecimento como refugiado¹⁹ a qualquer autoridade migratória que se encontre na fronteira e, conforme o princípio da não devolução (*non-refoulement*), em hipótese alguma ele pode ser deportado para território em que sua vida ou liberdade sejam ameaçadas, mesmo que ele esteja em situação irregular ou indocumentada (ACNUR, 2011).

No Brasil, compete ao Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), órgão vinculado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, analisar o pedido e declarar o reconhecimento da condição de refugiado, orientar e coordenar as ações necessárias à eficácia da proteção, da assistência e do apoio jurídico aos refugiados. O refugiado e o imigrante têm direito à cédula de identidade comprobatória de sua condição jurídica, à carteira de trabalho e a documento de viagem (BRASIL, 1997; 2017a).

Após realizada a solicitação de refúgio, cabe ao Departamento de Polícia Federal emitir protocolo em favor do solicitante e de seu grupo familiar que esteja em terras brasileiras, autorizando a estada até a decisão final do processo. Isso permite ao Ministério do Trabalho expedir carteira de trabalho provisória para o exercício de atividade remunerada no país. Ressalta-se que enquanto esse processo está pendente, o indivíduo ainda é um solicitante de refúgio, e não um refugiado. Além disso, esse indivíduo também não possui ainda um visto humanitário, sendo aplicável a ele a legislação vigente relativa ao migrante, a saber, a Lei de Migração (nº 13.445/2017).

Proferida a decisão como refugiado, o CONARE o notifica para registrar-se no Departamento de Polícia Federal, devendo assinar termo de responsabilidade e

¹⁹ Cabe ressaltar algumas restrições que impossibilitam um indivíduo de se beneficiar da condição de refugiado: já desfrutar de proteção ou assistência por parte de organismo ou instituição das Nações Unidas que não a ACNUR; residir no território nacional e ter direitos e obrigações relacionados à condição de nacional brasileiro; ter cometido crime contra a paz, crime de guerra, crime contra a humanidade, crime hediondo, participado de atos terroristas ou tráfico de drogas; ser considerado culpado de atos contrários aos fins e princípios das Nações Unidas (BRASIL, 1997; ACNUR, 2011).

solicitar cédula de identidade pertinente. Quando um pedido de refúgio é negado, mas subsistem preocupações humanitárias, o CONARE pode encaminhar o caso ao Conselho Nacional de Imigração (CNIg), que tem o papel de buscar soluções alternativas de proteção (GODOY, 2011), como o visto humanitário ou outras formas de autorização de permanência, como a residência temporária. A ACNUR (2011) lembra que cabe recurso a uma primeira decisão não favorável. Em caso de aceite do recurso ou caso o pedido tenha sido acatado prontamente, o pleiteante de refúgio obtém o direito de ser assentado em um Estado que o receba.

Há casos em que um refugiado, mesmo protegido em um país estrangeiro, solicita o reassentamento em um segundo país. Esse fato decorre quando não se aplicam mais as condições necessárias para a proteção ou integração no primeiro país de refúgio (LEÃO, 2011). Isso pode ocorrer quando a vida, a liberdade, a segurança, a saúde, o acesso ao trabalho ou outros direitos humanos fundamentais estão em risco também no país de refúgio, ou quando esse país não tem estrutura interna para atender essas necessidades (MENEZES; REIS, 2013). Tais circunstâncias conformam uma situação imperativa que impulsiona a necessidade de se encontrar outro país de acolhida para o refugiado. Quando um indivíduo está em um terceiro país, isto é, seu segundo país estrangeiro com vistas à proteção internacional, não sendo nem o seu país natal e tampouco o primeiro país estrangeiro que lhe concedeu refúgio, é considerado um refugiado reassentado (LEÃO, 2011).

Por fim, é possível perceber e evidenciar que a legislação e os acordos internacionais vão se modificando na medida em que os Estados se deparam com a concretude de novas situações migratórias em seus territórios. Novas categorias jurídicas surgem, visto que as novas e múltiplas situações do tecido da vida não cabem mais nas categorias antigas (HÉRAN, 2016). Isso mostra a dinâmica existente entre Estados e fluxos migratórios. Os primeiros estão em tentativa constante de controlar quem pode entrar e sair de suas fronteiras; e os segundos estão em constante reconfiguração e tentativa de romper tais aparatos legais devido a forças estruturais de ordem global e capitalista que os impulsionam a movimentos de migração e refúgio.

2.1.4 Movimentos de Migração e Refúgio

A massa de indivíduos que se movimentam pelo mundo em busca de refúgio vem aumentando demasiadamente nos últimos anos. Segundo Bauman (2017), tais indivíduos são vítimas da bestialidade das guerras, dos despotismos, das violências e das brutalidades de uma existência vazia, causados pelo número crescente de Estados “afundando” ou já submersos, ou, para todos os propósitos, de territórios sem Estado. Sendo assim, percebe-se terras “sem leis, [que são] palcos de intermináveis guerras tribais e sectárias, assassinatos em massa e de um banditismo permanente do tipo salve-se quem puder” (BAUMAN, 2017, p. 11).

Nesse contexto, somente quem partilha as mesmas ideias do Estado tem a possibilidade de desfrutar da liberdade de escolha, e o indivíduo que não está de acordo vive em constante tensão, tornando-se um estranho em perigo na própria terra. Dessa forma, a liberdade do indivíduo é restringida pelo enfraquecimento das relações humanas e pela inversão de atuação do Estado que, em vez de protegê-lo, o persegue. Essa situação parece não oferecer ao indivíduo outra alternativa (BAUMAN; DONSKIS, 2019), senão partir em busca de refúgio (BAUMAN, 2007, 2017). Ainda, além de ações de perseguição individual ou coletiva, também há movimentos de migração que se dão pela letargia e pelo abandono de governantes que deixam milhares de pessoas à deriva. O que se nota, é a impossibilidade do cidadão de agir frente a situações de desastres ambientais e à estagnação econômica e social que impede o vislumbrar de um futuro próspero no seu local de origem. De acordo com Bauman (2002), não se trata de uma mudança de lugar, mas sim da perda de lugar na terra de origem.

O recrudescimento do movimento de migração forçada teve início em 2014 (UNHCR, 2016), quando o cenário evidenciado pela mídia era (e ainda é em muitos lugares) de milhares de pessoas, de famílias inteiras, ultrapassando fronteiras em direção à Europa e América do Norte, respectivamente o primeiro e segundo principais destinos das migrações em geral, conforme UN/DESA (2019). Como via de entrada, migrantes e refugiados usam barcos improvisados e caminham em grupos organizados por traficantes de pessoas, os chamados coitotes, sendo que, não raro, muitos morrem. Também há os que, com recursos próprios, financiam seus bilhetes de viagem, e os que recebem auxílio de organizações internacionais (ACNUR, 2017; DA TERRA..., 2017).

Mares agitados, frágeis botes superlotados e sem coletes salva-vidas, cenas de sofrimento, de solicitação de socorro, de corpos de adultos e crianças sobre a água ou estendidos à beira da praia por não terem conseguido terminar a travessia, impedimentos policiais diante de muros e cercas de arame farpado a guardarem fronteiras, são exemplos de imagens que vêm estampando noticiários. Quando atravessam as fronteiras, muitos acampam em praças das cidades, em estações de trem ou em barracas nas áreas próximas às fronteiras, proliferando campos de refugiados. Outros se juntam aos guetos, aos familiares e amigos já residentes e, assim, fazem parte da cena cotidiana de múltiplas formas.

Para quem se encontra no Brasil, tais imagens eram, até determinado momento, apenas uma realidade geograficamente distante, capaz de suscitar estranhamentos, comover, afligir e, com o passar do tempo, tornar-se banal como mais uma de tantas barbáries divulgadas. Hoje, tornou-se uma realidade muito próxima. Guardadas as peculiaridades, aqui o mar é substituído pela travessia a pé, em fronteira seca. O Brasil tem sido destino de várias nacionalidades, mas pode-se destacar dois fluxos desse tipo de migração em massa: (i) a vinda de haitianos, que teve início em 2010; (ii) a vinda de venezuelanos, mais recentemente, que entram pela fronteira norte do país. No estado brasileiro de Roraima, foram construídos centros de acolhimento para venezuelanos, espaços provisórios onde eles permanecem até serem levados em viagem, pelo governo federal, para outros estados do país. Tal processo é chamado de interiorização de migrantes.

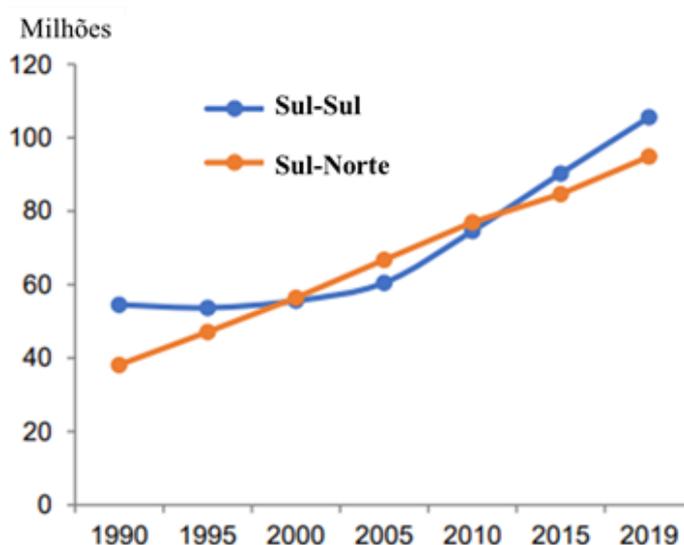
Concomitante à atuação dos governos, e muitas vezes fornecendo suporte que o Estado não alcança, destaca-se a atuação de organizações da sociedade civil de apoio humanitário, comunidades de igrejas e grupos ativistas que formam uma rede de hospitalidade e auxílio a migrantes e refugiados. Nessas entidades diversos atores, práticas e discursos interagem, negociando relações de poder, produzindo seus próprios espaços-tempos, por vezes até mesmo de forma paternalista, outras vezes, em direção a micropolíticas que visam à autonomia dos migrantes (APARNA; SCHAPENDONK, 2018).

A realidade brasileira compõe o cenário dos novos movimentos Sul-Sul que vêm modificando o processo migratório no mundo. Conforme o Departamento para Assuntos Sociais e Econômicos das Nações Unidas (UN/DESA, 2019), o Sul global se refere a países menos desenvolvidos, já o Norte global se refere a países mais desenvolvidos. O panorama mundial é de que, desde 2005, a migração Sul-Sul

(migrantes originários do Sul, vivendo no Sul), tem crescido mais rápido do que a migração Sul-Norte (migrantes originários do Sul, vivendo no Norte), assim como, nos últimos anos, a migração forçada tem crescido muito mais rápido do que a migração voluntária.

O número de refugiados e de solicitantes de refúgio aumentou em uma taxa média anual superior a 8% entre 2010 e 2017, enquanto o de outros migrantes cresceu a uma taxa anual de menos de 2% entre 2010 e 2019. A partir de 2017, mais de 83% dos refugiados e solicitantes de refúgio viviam no Sul global. O Sul recebe cerca de 84% da população total do mundo, e é a origem de cerca de 74% de todos os migrantes internacionais. O número de migrantes Sul-Norte tem aumentado cerca de 9 milhões a cada cinco anos (desde 1990, o número de migrantes Sul-Sul permaneceu quase inalterado em cerca de 60 milhões – entre 1990 e 2005 – e depois aumentou rapidamente para mais de 105 milhões em 2019) (UN/DESA, 2019). O Gráfico 1 traz esse detalhamento:

Gráfico 1 - Migrações sul-sul X Migrações sul-norte



Fonte: UN, DESA (2019).

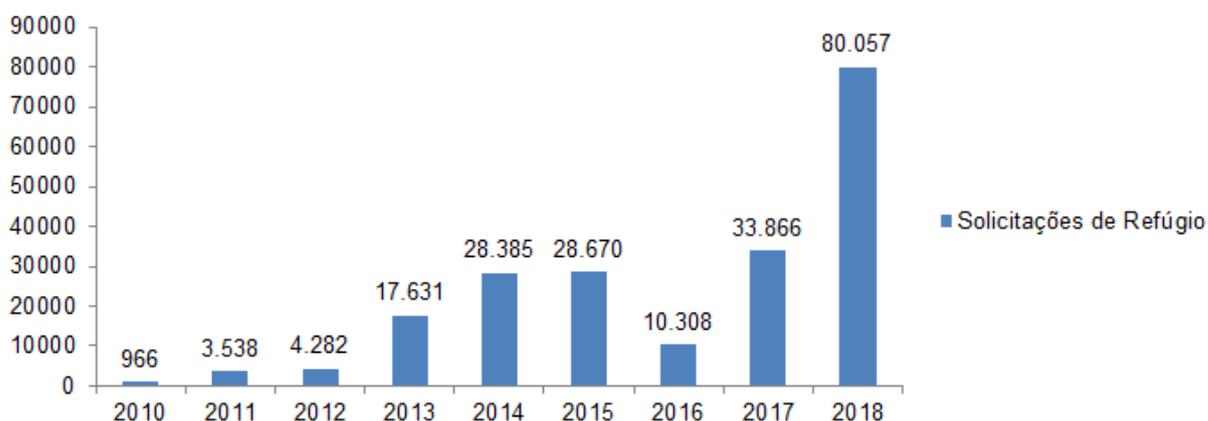
Os dados do *Global Trends*, relatório anual da Agência da ONU para refugiados, revelam que, em 2018, 29,4 milhões de pessoas cruzaram fronteiras de países por deslocamento forçado em função de perseguições, conflitos, violência e violação de direitos humanos. Desse montante, 25,9 milhões são refugiados²⁰

²⁰ Nessa estatística, a ONU também considerou como refugiados os apátridas e outros migrantes com necessidade de proteção devido a deslocamento forçado (UNHCR, 2018).

reconhecidos e 3,5 milhões ainda estão em estágio de solicitação de refúgio com necessidade de proteção (UNHCR, 2018).

No Brasil, conforme o Ministério da Justiça e Segurança Pública (BRASIL 2017b; 2018; 2019), o número total de solicitações de refúgio aumentou quase 3.000% entre 2010 e 2015. Em 2016 esse número diminuiu, mas voltou a crescer em 2017, e novamente em 2018. O dado mais recente aponta que, de 2010 a 2018, o Brasil registrou 207.703 solicitantes de refúgio, como pode ser visualizado no Gráfico 2. Até dezembro de 2018, apenas 11.231 desses indivíduos haviam sido reconhecidos como refugiados. Os demais receberam autorização de residência como imigrantes ou continuam em situação provisória à espera de regularização.

Gráfico 2 - Solicitações de refúgio no Brasil (2010-2018)



Fonte: Elaborado pela autora (2020) com base em Brasil (2017b; 2018; 2019).

Ressalta-se que, em 2018, o Brasil registrou mais de 80.000 solicitações de refúgio, tornando-se o sexto país que mais recebeu tais pedidos naquele ano (atrás apenas dos Estados Unidos, Peru, Alemanha, França e Turquia, respectivamente). Isso se deve ao aumento acentuado de demanda de venezuelanos, responsáveis por mais de três quartos das solicitações de refúgio em 2018 (61.600), seguidas por 7.000 solicitações de haitianos (UNHCR, 2018).

De acordo com o relatório Refúgio em Números, publicado anualmente desde 2015 pelo Ministério da Justiça, indivíduos de mais de 80 diferentes nacionalidades já foram legalizados no Brasil (BRASIL, 2017b). Conforme o Quadro 1, as solicitações mais expressivas são de indivíduos oriundos de regiões da América Latina (Venezuela), Caribe (Cuba e Haiti), África (Angola, Congo, Gana, Nigéria e Senegal), Oriente Médio (Líbano e Síria) e Ásia (Bangladesh, China, Índia e

Paquistão), o que vai ao encontro dos dados das Nações Unidas relativos às migrações Sul-Sul.

Quadro 1 - Países de origem dos solicitantes de refúgio no Brasil

2015		2016		2017		2018	
Haiti	48.371	Venezuela	3.375	Venezuela	17.865	Venezuela	61.681
Senegal	7.206	Cuba	1.370	Cuba	2.373	Haiti	7.030
Síria	3.460	Angola	1.353	Haiti	2.362	Cuba	2.749
Bangladesh	3.287	Haiti	646	Angola	2.036	China	1.450
Nigéria	2.578	Síria	391	China	1.462	Bangladesh	974
Angola	2.281	Congo	382	Senegal	1.221	Angola	675
Congo	2.167	Nigéria	326	Síria	823	Senegal	462
Gana	2.166	China	322	Nigéria	549	Síria	409
Líbano	1.749	Paquistão	261	Bangladesh	523	Índia	370
Venezuela	1.529	Senegal	251	Congo	364	Outros	4.284
Outros	14.760	Outros	1.631	Outros	4.288	-	-

Fonte: Elaborado pela autora (2020) com base nos relatórios Refúgio em Números²¹ (BRASIL, 2016b; 2017b; 2018; 2019).

A quantidade de indicadores e categorias atribuídas ao fenômeno do refúgio é intrigante e surpreendente para quem acompanha o tema nos noticiários e, até mesmo, para quem o estuda. As estatísticas não alcançam as contabilizações do tempo real e, menos ainda, a dimensão que representam, afinal, cada número é uma história, uma vida. São histórias de vida cada vez mais próximas de todos. O que antes, para a maioria dos países do sul global, como o Brasil, era visto apenas em fotografias, imagens de jornais, televisão ou internet, hoje está nas ruas da vizinhança.

Diante desse cenário de instabilidade, os sistemas de proteção internacional estão sob intensa pressão. Em muitos países, os controles de fronteiras estão cada vez mais rigorosos, com o intuito de melhorar a segurança interna e impedir a entrada de imigrantes em situação irregular (BÓGUS; FABIANO, 2015). Para Castles (2005), o controle transfronteiriço carrega a ideia de soberania, como se a

²¹ Os dados da coluna 2015 são referentes ao total acumulado de anos anteriores até 20/03/2016.

fronteira fosse análoga a uma torneira, que pudesse ser aberta ou fechada a qualquer tempo, conforme os interesses nacionais. Poder-se-ia utilizar a construção de muros como outra metáfora possível a esse contexto, se tal construção não fosse fato concreto.

Nesse sentido, toma-se como exemplo a principal promessa de campanha do atual presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, a construção de um muro de mais de 2.000 quilômetros na fronteira dos EUA com o México. Em contrapartida, iniciaram-se alguns movimentos de contestação, quando centenas de pessoas protestaram contra a construção dessa barreira na região fronteira²². Em uma cidade do sul da França, os próprios cidadãos nacionais construíram um muro para impedir a entrada de migrantes em um hotel desativado que o governo francês havia adquirido para abrigar os imigrantes. Alegavam que o país não tem estrutura para receber essas pessoas²³.

Associa-se à discordância de governos ou de parte da população de alguns países em aceitar imigrantes e refugiados, a uma herança colonial. Alinhando-se à ideia de Sayad (1979), pode-se dizer que o passado da colonização projeta-se no presente da imigração nos países considerados do norte global. Alerta-se que mesmo que os Estados Unidos tenha sido colonizado, historicamente também ocupa lugar de colonizador. Não se pode negligenciar que os mesmos países, que em momentos anteriores expropriaram, precarizaram e minimizaram as condições de vida em outros países menos desenvolvidos; em momento posterior criam muros para impedir a entrada daqueles que buscam fugir dessas condições. Estes países do norte global, portanto, negam o outro que eles próprios expropriaram (AGIER, 2016; CASTLES, 2010; VILLEN, 2015a).

Apesar dos muros que possa encontrar ao buscar um país para refugiar-se, quando um indivíduo está em um local em que a própria segurança é colocada em risco, parece não haver muito tempo para optar entre permanecer no país de origem ou partir. A decisão de deixar para trás tudo o que possui é uma questão de sobrevivência, pois é penoso viver em meio à calamidade. Além disso, segundo

²² TEXANOS realizam primeira grande marcha contra o muro de Trump. **O Globo**. 12 de agosto de 2017. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/texanos-realizam-primeira-grande-marcha-contramuro-de-trump-21699269#ixzz4q2O7ecC6> Acesso em: 17/08/2017.

²³ CIDADE FRANCESA constrói muro para bloquear migrantes. **O Globo**. 24 de julho de 2017. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/cidade-francesa-construi-muro-para-bloquear-migrantes-21624477>. Acesso em: 17/08/2017.

Bauman (2007), a insegurança que esse indivíduo vivencia não é apenas física, mas também existencial, pois perde pessoas e um conjunto de coisas que tem significado para ele. Nesse sentido, esses refugiados e migrantes são pessoas, adultos e crianças, homens e mulheres, que tinham uma vida em seus países de origem, e que, por questões de segurança, sobrevivência ou desejo de uma vida melhor deixaram suas casas, seus empregos, seus diplomas, seus estudos, suas famílias e tudo o mais que lhes era valioso (BAUMAN, 2016, 2017). Paradoxalmente, eles carregam esses elementos consigo como algo tatuado na alma e, conforme Lussi (2015), como algo que não podem apagar em quaisquer que sejam as fases de sua vida ou os âmbitos de sua existência.

Chegar a terras estrangeiras, mesmo em países que dizem ter uma política migratória aberta, como é o caso do Brasil, não é experiência que flui naturalmente para o migrante e o refugiado, pois há diferenças culturais, raciais e sociais em uma mesma localidade, em um mesmo espaço (BAENINGER, 2015). Ademais, segundo Bógus e Fabiano (2015), existe no Brasil uma proliferação de manifestações ofensivas, racistas e xenófobas que são dirigidas aos imigrantes e refugiados, antes de modo disfarçado e, agora, de forma aberta e hostil, tornando-se até mesmo tema de polarização política. Essa situação de discriminação e preconceito os deixa em alta vulnerabilidade, sendo que sofrem frequentes ataques à integridade física ou moral, por meio de mensagens pelas redes sociais virtuais, principalmente destinadas aos negros, africanos e sul-americanos (BÓGUS; FABIANO, 2015).

Há, contudo, preocupação e controle por parte dos Estados comprometidos com o instituto do refúgio e com o processo de aceitação dos imigrantes na sociedade receptora, no sentido de acolher e proteger esse contingente de pessoas por meio de políticas públicas (LUSSI, 2015). Essa população somente passa a desfrutar de direitos no momento em que se integra à sociedade de destino. Nesse sentido, o papel da sociedade, em suas diferentes frentes, é primordial no acolhimento, de modo que não basta esperar que o Estado trace normas e dite regras, visto que é no cotidiano, na convivência coletiva que elas ganham expressão (BAENINGER, 2015).

Os tópicos citados são apenas alguns dos desafios referentes aos percursos de migração e refúgio em outro país. Ainda há outros fatores subjacentes no cotidiano, em especial o trabalho, elemento que dá base à reconfiguração da vida de migrantes e refugiados.

2.2 TRABALHO

No pilar Trabalho, primeiramente apresentam-se as transformações do trabalho e dos fluxos de produção no intuito de mostrar o caminho que leva à noção de trabalho imaterial. Complementarmente, são apresentados resultados de pesquisas que mostram o atual cenário de trabalho para migrantes e refugiados.

2.2.1 Transformações do Trabalho e dos Fluxos de Produção

Assume-se o trabalho como central na vida dos indivíduos e como eixo organizativo da sociedade movida pelo sistema capitalista. As transformações do trabalho conduzem a um consenso de que o atual estágio do capitalismo iniciou em meados dos anos 1970 e continua se modificando (ANTUNES, 2018; BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009; HARVEY, 2017; MOULIER-BOUTANG, 2007; NEGRI, 2018).

Para Boltanski e Chiapello (2009), existe um conjunto de crenças associadas à ordem capitalista que legitima ações e disposições coerentes com ela, respaldando o cumprimento de tarefas mais ou menos penosas e instrumentalizando estilos de vida. Essa ideia é denominada de espírito do capitalismo – comercial, industrial e flexível/globalizado –, sistema perene e universal que se renova diante das mudanças econômicas de cada época. Interessa no âmbito do presente estudo o capitalismo flexível e globalizado.

O capitalismo flexível e globalizado apresenta espírito mais difuso, opaco e de difícil tematização. Tem como característica essencial colocar em prática novas tecnologias e despersonalizar a autoridade e a hierarquia (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009). Em relação à flexibilidade, Harvey (2017) aponta três amplas constatações: (i) novas tecnologias abrem-se à reconstituição das relações de trabalho e dos sistemas de produção em bases sociais, econômicas e geográficas inteiramente distintas; (ii) flexibilidade é um termo que legitima um conjunto de práticas políticas; e (iii) o regime de acumulação flexível não se tornou hegemônico em toda a parte.

Para Moulier-Boutang (2007), na era pós-fordista assiste-se a uma subversão das sequências produtivas, isto é, da divisão do trabalho e de seus componentes. A sequência clássica concepção/produção/comercialização passa a ser invertida. É a

inovação profunda que comporta a produção flexível e o *just in time*. A produção flexível, que pode ser exemplificada a partir do ciclo curto da confecção e do *prêt à porter* ou das indústrias culturais, faz aparecer ainda mais claramente o caráter produtivo do consumo, que produz informação e regulação em tempos reais de produção. Enfim, os dispositivos tecnológicos permitem que seus usuários se tornem coprodutores da inovação (MOULIER-BOUTANG, 2007).

Com efeito, toda a hierarquia do trabalho e das classes sociais é afetada e precarizada por meio do processo que Gorz (2005) define como “terceirização em cascata”, que informaliza boa parte do sistema produtivo e mantém apenas uma fatia dos trabalhadores qualificados sob a proteção de “empresas mães” (GORZ, 2005). Além da informalização do trabalho com seu desenho polimorfo (ANTUNES, 2018), essa precarização pode ser vista, conforme Harvey (2017) e Antunes (2018), pela diminuição de direitos trabalhistas e pelo aumento de subcontratação, subemprego, emprego temporário e atividades autônomas (ditas empreendedoras), na lógica de que cada ser humano se torna uma microempresa.

Antunes (2018), por sua vez, alerta para o fato de que hoje se vive a nova era de precarização estrutural do trabalho e destaca alguns exemplos: a erosão do trabalho contratado e regulamentado dominante no século XX e o advento de diversas formas de trabalho atípico, precarizado e voluntário (haja vista as novas possibilidades trazidas pela Reforma Trabalhista brasileira de 2017); o empreendedorismo, que faz proliferar distintas formas de flexibilização salarial, de horário, de funções ou de organização; e a degradação ainda mais intensa do trabalho imigrante em escala global.

Ressalta-se que Deleuze (1992) já predizia uma nova fase capitalista que enfrentaria a dissipação de fronteiras e a explosão de guetos, estando atrelada às transformações do trabalho e dos fluxos de produção. Isso remete a uma passagem da sociedade disciplinar à sociedade de controle, de uma sociedade com tempo e espaço de trabalho divididos e fechados a uma sociedade operante em espaços abertos, com formas mais diluídas, prazos mais curtos e rotação rápida, características condizentes com os fluxos migratórios da atualidade, numerosos demais para o confinamento e a disciplina. Essa passagem viria a engendrar a hegemonia do trabalho imaterial, conforme se contextualiza a seguir.

2.2.2 Trabalho Imaterial

A produção capitalista no período fordista, segundo Negri (2018), era estruturada pelos regimes disciplinares e de acumulação e dirigida essencialmente pelos lucros gerais da cooperação planejada do trabalho industrial. No período pós-fordista do trabalho imaterial, ao contrário, quando os conhecimentos produtivos e as capacidades sociais de cooperação se difundem ainda mais largamente na totalidade do tecido social, o capital explora as formas emergentes da força de trabalho de maneira nova, extraindo a riqueza social produzida em comum e, de certa maneira, subsumindo a valorização da totalidade do campo social.

Nesse sentido, Harvey (2017) afirma que o controle do trabalho envolve uma mistura de repressão, familiarização, cooptação e cooperação, elementos organizados não somente no contexto do trabalho, mas na sociedade como um todo. Há um controle social das capacidades físicas e mentais. A educação, o treinamento, a persuasão, a mobilização de certos sentimentos sociais, como a ética do trabalho, a lealdade aos companheiros, o orgulho local e nacional e propensões psicológicas (a busca pela identidade por meio do trabalho, a iniciativa individual e a solidariedade social) desempenham um papel e estão claramente presentes na formação de ideologias dominantes. Estas são cultivadas por meios de comunicação em massa, instituições religiosas, educacionais e por vários setores do aparelho do Estado, sendo afirmadas pela articulação e experiência dos que fazem o trabalho.

As formas de organizar, gerir e produzir retratam diferentes configurações do trabalho contemporâneo ao demandarem organizações e trabalhadores flexíveis, e ainda remetem às implicações à constituição do sujeito. Atualmente, a demanda é por um trabalhador autônomo, polivalente, flexível, mobilizado e engajado na tarefa, gestor de si diante da nova relação produção-consumo que vem a caracterizar o trabalho imaterial como aquele que exige a subjetividade (GORZ, 2005; LAZZARATO; NEGRI, 2001; PELBART, 2003).

O trabalho imaterial, conforme Grisci (2011, p. 456), refere-se ao

“conjunto de atividades corporais, intelectuais, criativas, afetivas e comunicativas inerentes ao trabalhador, atualmente valorizadas e demandadas como norma impositiva que torna o trabalhador sujeito ativo do trabalho e como condição indispensável à produção”.

O ciclo de produção do trabalho imaterial, segundo Lazzarato e Negri (2001), tem em seu âmago a imaterialidade, ou seja, a subjetividade que ativa e arranja a sinergia dessa nova relação produção-consumo. Esta ativação acontece por meio de um processo comunicativo da rede de cooperação produtiva e da relação social do produtor com o consumidor que, por sua vez, torna-se também comunicador. O produto/serviço, resultante de diferentes tipos de saberes e de novas formas de (auto)exposição, gera essencialmente conteúdo e valor informativo, cultural, criativo, imaginativo e, nesse entrelace entre produtor-consumidor, gera também valor econômico.

Desse modo, a base da produtividade se torna o investimento no cérebro humano socializado, que requer o máximo de liberdade e de ruptura da relação disciplinar nas fábricas e o máximo de liberdade no trabalho (NEGRI, 2001; PELBART, 2000). Para Lazzarato e Negri (2001), trata-se de uma força de trabalho social e autônoma. Assim, por meio do trabalho imaterial, atuais modos de gestão do trabalho agem em uma tentativa de moldar, organizar e comandar subjetividades, colocando o trabalhador sempre à disposição para o trabalho, em um exercício de autovigilância (GRISCI, 2011).

Na visão de Cocco (2001), o trabalho imaterial se apresenta até mesmo para os trabalhadores que estão na informalidade e em formatos precarizados de trabalho (e de vida). Ao se depararem com a ausência de Estado, esses indivíduos são capazes de se mobilizar em uma verdadeira inserção cidadã de trabalhadores. A classe operária, por exemplo – à qual, em geral, os migrantes se juntam – “não emerge e não luta porque existe. Ao contrário, existe porque luta, se forma nos concretos acontecimentos nos quais ela se nega como força de trabalho e afirma sua autonomia” (COCCO, 2001, p. 17). Assim, não é necessariamente o trabalho imediato ou o tempo cronológico que o indivíduo trabalha que se refere ao trabalho imaterial, mas “a apropriação de sua produtividade geral, a sua compreensão da natureza e o domínio sobre esta [por meio] da sua existência enquanto corpo social” (LAZZARATO; NEGRI, 2001, p. 28).

Gorz (2005, p. 19) explica que trabalhadores pós-fordistas entram “em processo de produção com toda a bagagem cultural que adquirem nos jogos, nos esportes de equipe, nas lutas, disputas, nas atividades musicais, teatrais, etc.”. Da mesma forma, é valorizada a diversidade de capacidades heterogêneas, “o julgamento, a intuição, o senso estético, o nível de formação e de informação, a

faculdade de apreender e de se adaptar a situações imprevistas” (GORZ, 2005, p. 29). E ainda, são valorizados os saberes dos mais heterogêneos, como o cálculo matemático, a retórica, a arte, a pesquisa técnico-científica, as normas estéticas (GORZ, 2005). Para o autor, tais atividades desenvolvidas fora do trabalho estimulam a vivacidade e a capacidade de cooperação.

Nesse sentido, os modos de trabalhar pós-fordistas se apropriam do saber vernacular, explorando-o. O trabalho do sujeito é produzir a si mesmo continuamente por meio de saberes que são fonte de criação de valor (GORZ, 2005). No caso dos migrantes e refugiados, atenta-se para a apropriação dos saberes, dos laços, das referências específicas dos países de origem dos indivíduos e da própria situação de migração e refúgio.

A utilização do próprio potencial de desenvolvimento alinhado a uma boa gestão de si, na perspectiva da autorrentabilização, seria, portanto, o fator-chave do sucesso, tanto do indivíduo trabalhador quanto da empresa (GAULEJAC, 2007; BAUMAN, 2011). Trabalhar é produzir-se, ou seja, o operador deve doar-se ou entregar-se de maneira contínua à gestão, produzindo-se como sujeito para assumi-la. É o advento do autoempreendedor, em que o trabalhador atua como empreendedor, seja qual for o seu estatuto, na gestão das suas capacidades, que são consideradas o seu capital fixo (GORZ, 2005). O indivíduo torna-se, pois, uma empresa, sendo que no lugar daquele que depende de salário, vê-se o empresário da força de trabalho, que providencia o seu próprio aperfeiçoamento. Ocorre, então, um deslocamento da relação empregador-empregado para uma relação em que as grandes empresas se tornam clientes do autoempresário anunciado como Eu S/A (GORZ, 2005).

O autoempreendedor (GORZ, 2005), o empreendedor de si, o gestor de si (GAULEJAC, 2007) ou o trabalhador autônomo (LAZZARATO; NEGRI, 2001) fundamentam carreiras seja de quem é proprietário de um negócio, seja de quem tem vínculo empregatício em organizações. Isso ilustra a argumentação de que o trabalho imaterial tende a ser hegemônico (HARDT; NEGRI, 2005; LAZZARATO; NEGRI, 2001) no capitalismo flexível e globalizado (HARVEY, 2017) e que os conhecimentos produtivos e as capacidades sociais de cooperação se difundem na totalidade do tecido social.

A cooperação simples ou alargada está presente nos processos de trabalho – da manufatura à grande indústria – e, por sequência, a organização capitalista do

trabalho reforça a cooperação e a qualifica progressivamente até explorá-la como atividade social. Dessa forma, a produção pós-industrial, fundada pelo capital cognitivo, acentua a potência produtiva do trabalho imaterial graças à cooperação dos trabalhadores (em particular, graças a conexões tecnológicas da atualidade) (NEGRI, 2018). Assim, o trabalho imaterial é consubstanciado por formas coletivas de redes, de fluxos e de cooperação, uma cooperação produtiva por meio da vida (NEGRI, 2001).

Mesmo estando submissa à lógica capitalista, a cooperação não é tolhida de ser constituída e de ter sentido de autonomia e independência. Ao contrário, ela abre antagonismos e contradições que pedem, no mínimo, uma “nova forma de exposição”, pressupõe novos modos de ser e de existir, modos de vida que funcionam nas suas expressões coletivas, cooperativas e inovativas (LAZZARATO; NEGRI, 2001).

Pode-se considerar como potência de agir em direção aos novos modos de vida, o afeto – uma expansão singular e, ao mesmo tempo, universal. Singular porque põe o agir para além de qualquer medida que a potência não contém em si mesma, em sua própria estrutura e nas reestruturações contínuas que ela constrói. Universal porque os afetos constroem uma comunidade de sujeitos. O não-lugar do afeto fica no cerne dessa comunidade, pois ela é uma potência. Não se trata de uma comunidade de coerção, mas de desejo, uma expansão que não encontra limites, apenas obstáculos (NEGRI, 2001). Na mesma linha, pode-se considerar a política – aquela relacionada às atividades que, pelo exercício do diálogo, buscam articulação coletiva e ajudam a compor a existência de determinados grupos (MANSANO; CARVALHO, 2015).

Por outro lado, a economia política pós-moderna reconhece que o valor se forma na relação com o afeto, isto é, o afeto é fundamentalmente produtivo, e ao tentar controlá-lo, limita-se sua potência (NEGRI, 2001). Estende-se esta ideia também à política (MANSANO; CARVALHO, 2015). De qualquer modo, a força produtiva mantém-se sob controle, organizando-se para calcar novas formas de exploração sobre as novas figuras de valorização e sobre os novos sujeitos que a produzem (NEGRI, 2001; PELBART, 2013). Assim, a relativa autonomia no trabalho, no modo de produção cognitiva, não remove a exploração, haja vista as características de fadiga e sofrimento que lhe são próprias. É uma exploração da subjetividade por ela mesma (NEGRI, 2018).

Uma vez na fase cognitiva do desenvolvimento capitalista, o trabalho imaterial tido como social e cooperativo torna-se ainda mais potente porque ele é mergulhado em um mundo de redes de comunicação e conexões digitais que atravessam as grandes indústrias, e também a realidade de todas as formas de economia, incluindo os trabalhos considerados mais materiais hoje em dia. “O capital é valorizado pelos fluxos cooperativos nos quais os músculos, as linguagens, os afetos, os códigos e as imagens são submetidos aos processos materiais de produção” (NEGRI, 2018, p. 87, tradução nossa). E assim se visibiliza a tendência à hegemonia do trabalho imaterial (HARDT; NEGRI, 2005; LAZZARATO; NEGRI, 2001).

Antunes (2018) posiciona-se de forma um pouco diferente ao argumentar que o trabalho material ainda é predominante. Apesar disso, admite que trabalho material e imaterial estão cada vez mais imbricados e inter-relacionados. O autor defende que a imaterialidade cresce cada vez mais nas novas cadeias produtivas globais. Assim, é preciso enfatizar que o trabalho imaterial se tornou também parte vital da forma-mercadoria, em vez de ser excluído do complexo processo de criação de valor vigente no capitalismo financeiro, informacional e digital de nosso tempo (ANTUNES, 2018). Em linha com esse argumento, Mansano (2009) e Mansano e Carvalho (2015) apontam um sujeito que transita entre o trabalho material e o imaterial, em maior ou menor grau, em todas as profissões, ilustrando múltiplas políticas de subjetivação.

O tópico a seguir mostra que estudos relativos ao trabalho de migrantes e refugiados evidenciam esses indivíduos voltados predominantemente ao trabalho material. Essa realidade pouco mudou desde o estudo de Sayad (1979), o qual mostra que as oportunidades apresentadas estavam atreladas a trabalhos precarizados, que nativos não queriam ocupar.

2.2.3 Trabalho para Imigrantes e Refugiados

O trabalho condiciona toda a existência do imigrante. Porém, não se trata de qualquer trabalho, nem é possível encontrá-lo em qualquer lugar (SAYAD, 1979). Na década de 1970, Sayad (1979, p. 55) já alertava que o trabalho disponível para imigrantes – e hoje também para refugiados – “é o trabalho que o ‘mercado de trabalho para imigrantes’ lhe[s] atribui e no lugar em que lhe[s] é atribuído: trabalhos para imigrantes que requerem, pois, imigrantes”. Os diversos levantamentos

estatísticos da atualidade servem de base para verificar que essa concepção, a qual se vincula a um espaço estriado e aos modos de individuação das forças capitalísticas globais, ainda persiste.

Em âmbito mundial, a última pesquisa da Organização Internacional do Trabalho (OIT), em 2018, aponta 164 milhões de trabalhadores migrantes no mundo em busca de melhores oportunidades de emprego, o que inclui, também, os refugiados reconhecidos nos países pesquisados (ILO, 2018). Na pesquisa de 2015, eram mais de 150 milhões de trabalhadores migrantes, sendo que foram mapeados dados referentes ao sexo e setor de atuação desses indivíduos. Desse total, 83,7 milhões são homens e 66,6 milhões são mulheres. A maioria dessa força de trabalho internacional está no setor de serviços, com 106,8 milhões de trabalhadores, representando 71,1% do total. Em seguida, aparece o setor da indústria, incluindo manufatura e construção, com 26,7 milhões (17,8%), e a agricultura, com 16,7 milhões (11%). Dentre todos os trabalhadores migrantes, 7,7% atuam na área doméstica (ILO, 2015).

No Brasil, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indicam que o número de imigrantes internacionais passou de 143 mil, no censo de 2000, para 268 mil, no censo de 2010 (IBGE, 2012). A avaliação de 2019 realizada pelo Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas (UN/DESA) aponta um número bem maior, estimando que 807 mil pessoas tenham migrado para o Brasil (GLOBAL MIGRATION DATA PORTAL, 2020).

Já o Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra) apresenta que 774,2 mil imigrantes foram registrados no Brasil de 2011 a 2018, considerando todos os amparos legais. Essas pessoas são majoritariamente do sexo masculino, jovens e com nível de escolaridade médio ou superior (CAVALCANTI et al., 2019). Específico aos refugiados reconhecidos no Brasil, estes possuem grau de escolaridade acima da média dos brasileiros, conforme estudo com amostra de 487 refugiados, em que 34,4% concluiu o Ensino Superior, enquanto 15,7% da população brasileira concluiu o mesmo nível de ensino (ACNUR, 2019b).

Em 2018, predominaram migrantes, refugiados e solicitantes de refúgio advindos do sul global, destacando-se haitianos e venezuelanos, os quais tiveram o maior número de emissão de carteiras de trabalho no país (CAVALCANTI et al., 2019). De 2010 a 2018, foram emitidas 305.796 Carteiras de Trabalho e Previdência Social (CTPS) a migrantes, sendo 60% delas a trabalhadores migrantes permanentes

e 28,7% a solicitantes de refúgio e refugiados. Contudo, entre 2017 e 2018, houve uma inversão, com queda no que se refere a trabalhadores permanentes (29,9%) e crescimento relativo e absoluto dos solicitantes de refúgio e refugiados (57,7%) (SIMÕES; CAVALCANTI; PEREDA, 2019), conforme indica o Quadro 2.

Quadro 2 - Número de Carteiras de Trabalho e Previdência Social emitidas para migrantes, por ano, segundo *status* migratório (2010 a 2018)

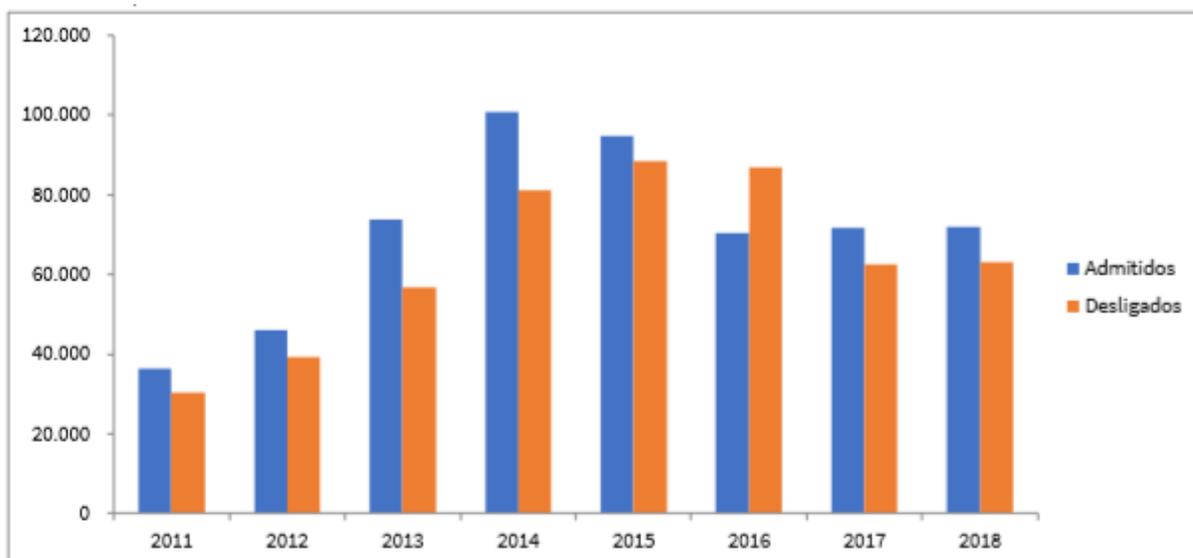
Status	Total	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Total	305.796	8.649	13.042	23.244	37.050	45.695	41.352	32.063	35.715	68.986
Permanente	184.540	7.274	10.645	19.180	29.381	35.096	19.627	22.840	19.878	20.619
Temporário	28.813	915	1.544	2.578	2.948	3.340	2.724	1.298	2.170	11.296
Solicitante de refúgio/refugiado	87.866	253	550	1.094	4.146	6.489	18.385	7.403	13.162	36.384
Fronteiriço	4.577	207	303	392	575	770	616	522	505	687

Fonte: Simões, Cavalcanti e Pereda (2019).

Quanto ao número de trabalhadores formais estrangeiros, dados do Ministério do Trabalho (MTb) apontavam que, em 2010, havia um quantitativo de 54.333, e que em 2015 esse número subiu para 125.535 (PORTAL BRASIL, 2017).

Já o OBMigra apresenta dados referentes ao movimento de admissões e desligamentos de migrantes no mercado de trabalho formal. O Gráfico 3 mostra que entre 2011 e 2014 cresceu o número de migrantes admitidos. Em 2015 e 2016, em razão da crise econômica, as admissões se retraíram, mas tiveram uma pequena recuperação em 2017 e 2018. As demissões acompanharam o movimento das admissões, exceto em 2016, quando se sobrelevaram. Durante todo o período, a distribuição de admissões de migrantes, por sexo, foi, em média, de 70% de homens e de 30% de mulheres (SIMÕES; CAVALCANTI; PEREDA, 2019).

Gráfico 3 - Movimentação de trabalhadores migrantes no mercado de trabalho formal brasileiro (2011-2018)



Fonte: Simões, Cavalcanti e Pereda (2019).

Em relação aos setores de atividades econômicas formais que mais empregaram imigrantes no Brasil destacaram-se, em 2018, nesta ordem, os setores de serviços (referentes a atividades administrativas, transportes, alimentação e alojamento), da indústria e do comércio e reparação. Já os grupos ocupacionais que mais empregaram migrantes foram, nesta ordem: (i) produção de bens e serviços industriais; e (ii) serviços, vendedores do comércio em lojas e mercado (CAVALCANTI et al., 2019; SIMÕES; CAVALCANTI; PEREDA, 2019). Sabe-se, contudo, que muitos migrantes vão para o mercado de trabalho informal, não havendo um controle quantitativo sobre essas ocorrências.

A relação entre imigração e trabalho no Brasil foi tema do estudo de Villen (2015a), que traz apontamentos sobre a forma de entrada do imigrante²⁴ no Brasil e o tipo de trabalho que ele desenvolve. O trabalho destinado ao imigrante não depende de sua qualificação, mas das portas de entrada no país e da sua ligação com a posição ocupada no mercado de trabalho brasileiro. Essas formas de abertura, embora sejam múltiplas, dificilmente estão dissociadas do trabalho.

De um lado, há um polo dos recursos humanos qualificados, da qualificação-especialização produtiva, legalizada, ultrasseletiva e burocrática do trabalho imigrante. Nele estão contidos os perfis profissionais de imigrantes hoje eleitos como

²⁴ O imigrante mencionado no trabalho de Villen (2015a) se refere a todas as classificações de estrangeiros no Brasil, conforme o Estatuto do Estrangeiro - Lei nº 6.815/1980, que foi substituído pela Lei da Migração nº 13.445/2017.

produtivos para os setores de atração no Brasil, ou seja, os agentes importados como mão de obra para a modernização. Há também os casos particulares de entradas via Mercosul, em função de estudo, casamento e paternidade/maternidade. Esses cidadãos recebem um tratamento especial, porém não desburocratizado, para entrar, residir e trabalhar no Brasil (VILLEN, 2015a).

No outro polo, relativo aos fluxos geralmente explicados como “acaso emergencial da história da imigração no país, que devem receber tratamento humanitário”, estão os indivíduos para os quais a porta de entrada (ao menos a porta da frente), seja no país ou no mercado de trabalho, está fechada, como ocorre em muitos outros países em escala mundial. A esse público se apresenta restritivamente outra porta, que se abre emergencialmente e é direcionada a setores altamente marcados pela precarização do trabalho, como a indústria têxtil, de abate de animais, construção civil, trabalho doméstico, dentre outros. E não se trata de uma questão exclusivamente de qualificação-especialização, de documentos, de língua e nem mesmo de tempo de adaptação. Embora haja uma expressiva demanda desses setores pelo trabalho imigrante, formalmente eles não representam um canal de entrada, especialmente para imigrantes e refugiados oriundos de países periféricos (VILLEN, 2015a).

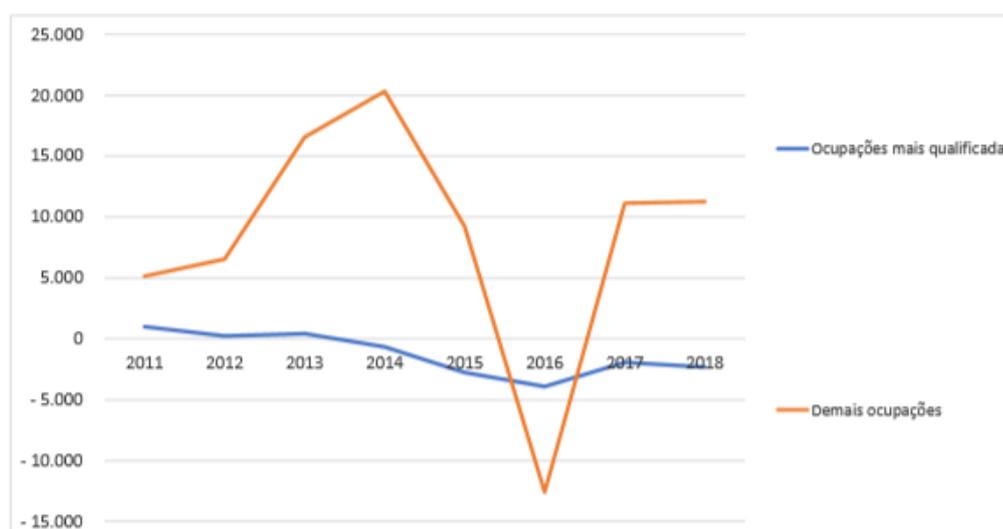
Sennett (2015) observa que imigrantes e refugiados têm papel importante na construção de cidades e de países, afinal, são esses trabalhadores que ajudam a construir a infraestrutura, ocupando lugares de trabalho que muitos nativos não querem quando a economia nacional vai bem. Para o autor, seria fantasioso dizer que lugares que repelem esses estrangeiros poderiam ser sociedades funcionais sem eles.

No Brasil, até a primeira metade da década de 2010, o mercado de trabalho formal vinha absorvendo de forma constante os trabalhadores estrangeiros de diferentes origens sociais, geográficas e culturais, de acordo com seus perfis profissionais, tanto em atividades altamente qualificadas quanto naquelas de baixa qualificação (BÓGUS; FABIANO, 2015). Contudo, em cenário de crise, a situação muda para nativos e estrangeiros devido à falta de emprego. A taxa de desemprego tem se apresentado acima de 10% desde 2016, sendo que no trimestre setembro/outubro/novembro de 2019 representava 11,2%, o que significa algo em torno de 11,9 milhões de pessoas desocupadas no Brasil (AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS, 2019).

Tais estudos e constatações estão em consonância com os dados do OBMigra apresentados por Simões, Cavalcanti e Pereda (2019). Esses autores apontam que a dinâmica da inserção do migrante no mercado de trabalho formal revela padrões distintos em relação às nacionalidades. Ocupações mais qualificadas como, por exemplo, de membros superiores do poder público, dirigentes de empresas e de organizações de interesses públicos, gerentes e profissionais das ciências e das artes estão vinculadas a migrantes do continente europeu. Já as demais ocupações, referentes a trabalhadores da produção de bens e serviços industriais, de serviços e vendedores do comércio em lojas e mercados estão vinculadas a migrantes das Américas, com elevada participação de haitianos e venezuelanos.

A série analisada no Gráfico 4 mostra a mudança no perfil ocupacional de migrantes no Brasil pelo saldo de admissões e demissões, considerando o período de 2011 a 2018. Nota-se que as ocupações mais qualificadas começaram a apresentar saldo negativo desde 2014, em aderência à conjuntura econômica desfavorável, ao contrário das demais ocupações que só apresentaram saldo negativo no ano de 2016 (SIMÕES; CAVALCANTI; PEREDA, 2019).

Gráfico 4 - Evolução do Saldo de Movimentações de Trabalhadores Migrantes (2011 a 2018)



Fonte: Simões, Cavalcanti e Pereda (2019).

O atual contexto de crise socioeconômica, aliado à chamada crise migratória, cria uma série de inquietações nos governantes e na população. Muitas vezes, os

estrangeiros são vistos como ameaça no mercado de trabalho, como concorrentes no uso dos serviços públicos e como responsáveis pelo aumento da violência. No entanto, essa visão é distorcida e leva os governos, e até mesmo a própria sociedade, a se tornarem cada vez mais resistentes à entrada de migrantes e refugiados, adotando várias restrições e impedimentos legais na tentativa de solucionar a questão migratória, vista como problema (BÓGUS; FABIANO, 2015; CASTLES, 2010). Tal visão estava expressa no antigo Estatuto do Estrangeiro de 1980²⁵, que entendia os migrantes como uma ameaça para a segurança brasileira (ABREU, 2017).

Esse temor pela segurança foi potencializado após os ataques às Torres Gêmeas nos Estados Unidos, em 2001, fato que colocou o mundo inteiro atento à guerra contra o terror e marcou um divisor de águas na reconstituição do cenário geopolítico global. Por outro lado, é preciso dizer que, alinhado a esse discurso dominante, esses eventos também serviram como pretexto autorizador não apenas para a securitização "antiterrorista", mas também para invasões militares maiores e menores, guerras (por procuração, por drones), ocupações, guerras civis, operações secretas e psicológicas e campanhas de contra-insurgência em escala global. Isso, juntamente com as convulsões sistêmicas que assolaram a economia capitalista mundial, especialmente desde 2008, se configuram também como um disparador para os deslocamentos daqueles que, em suas terras, tiveram suas vidas restritas e diminuídas (DE GENOVA; GARELLI; TAZZIOLI, 2018).

Esse movimento se alastrou especialmente na Europa, que passou a endurecer suas políticas migratórias com a justificativa de controlar as fronteiras impondo barreiras para combater o terrorismo (BÓGUS; FABIANO, 2015). Para o nativo que está assistindo a esses indivíduos baterem em seus portões, eles são vistos como sempre o foram – estranhos. Estranhos tendem a causar ansiedade por serem diferentes e, assim, assustadoramente imprevisíveis, ao contrário do pressuposto em relação às pessoas com as quais se interage diariamente e das quais se sabe o que esperar (BAUMAN, 2017).

No Brasil, apesar da formação multicultural, da característica popular de país acolhedor e tolerante em relação ao estrangeiro (ALMEIDA, 2000) e do ordenamento jurídico (BRASIL, 1997, 2017a) que prioriza a questão humanitária, os

²⁵ O Estatuto do estrangeiro de 1980 foi substituído pela nova Lei de Migração (BRASIL, 2017a).

imigrantes e refugiados ainda encontram muitas dificuldades para se integrar à sociedade em âmbito social e laboral (BÓGUS; FABIANO, 2015). Geralmente os obstáculos estão associados ao idioma português, às questões culturais e ao acesso aos serviços públicos essenciais para a inserção no mercado de trabalho.

A responsabilidade de proteção e integração de refugiados em território brasileiro é, primariamente, do governo, que tem o dever de auxiliá-los a obter documentos, trabalhar, estudar e exercer os mesmos direitos civis de qualquer cidadão estrangeiro em situação regular (BÓGUS; FABIANO, 2015). Porém, até mesmo quem deveria apoiar, em muitas situações se vê insuficiente em decorrência da ineficiência dos serviços burocráticos, do preconceito, do despreparo dos serviços e dos servidores públicos em relação a este tema (BÓGUS; FABIANO, 2015), muitas vezes focados em uma visão de curto prazo das causas e consequências da migração e não na migração como parte intrínseca ao desenvolvimento humano (CASTLES, 2010).

Para Jardim (2016), a interatuação de leis, documentos e procedimentos administrativos por meio de agentes da burocracia é dispositivo de governamentalidade, relacionando-se à proteção internacional do refúgio, que corporifica o Estado. Em outras palavras, as categorias jurídicas de proteção humanitária que traçam fronteiras entre aqueles que podem ou não ser abarcados em um marco de direitos humanos são formas de controle e gestão dessas populações em deslocamento.

Baseada em Foucault, a autora argumenta que o entendimento do refúgio como uma “vantagem” jurídica faz com que não seja perceptível o jogo de forças que acompanha as tomadas de decisões de migrantes forçados em um momento dramático de incertezas. Trata-se de uma biopolítica, em que as tecnologias de precisão de controle de coletivos são mobilizadas para gerir a vida urbana (JARDIM, 2016). Acrescentam-se à lente teórica dessa autora as mudanças nas leis trabalhistas, em relação às quais se vende a ideia de que foram implementadas em nome do aumento da competitividade em momento de crise econômica, mas que, na realidade, visam a flexibilizar os contratos de trabalho (MARINUCCI, 2017). Para além dos discursos oficiais, o que ocorre é uma redução dos direitos dos trabalhadores, e os mais prejudicados são os mais vulneráveis, dentre eles, os trabalhadores estrangeiros.

Tais dispositivos de controle implicam em poder, com intuito de gerir pessoas em nome de um cuidar de pessoas (JARDIM, 2016). Nas palavras da autora,

Nesse complexo jogo de competências e reconhecimentos criados com a finalidade de categorizar e prover destinos a pessoas, alguns dispositivos recaem de forma específica nas populações sob deslocamento forçado (ou não) a partir do qual as formas de seletividade diante de coletividades e dos indivíduos que imigram é intensificada (JARDIM, 2016, p. 248).

Esta ideia pode ser visualizada na dinâmica de funcionamento da mobilidade de pessoas nas organizações. Para quem já está inserido no mundo organizacional, a mobilidade profissional internacional é desejada e planejada, devido à glamourização e ao *status* atribuído a essa atividade. Além disso, possibilita a diversidade, tão almejada pelas organizações para aumentar a produtividade (FREITAS, 2009; BERRY; BELL, 2012). A ideia de atravessar fronteiras para trabalhar visa a estimular na pessoa um imaginário viajante poderoso, que se transforma em um projeto individual de vida, mesmo que a maior interessada na missão internacional seja a empresa (FREITAS, 2009; CRAIDE; SILVA, 2012). Uma expatriação, um intercâmbio, uma qualificação acadêmica ou profissional no exterior parece legitimar as competências de um bom profissional, de um indivíduo culto, relacionando-o com o que há de mais moderno (FREITAS, 2009; MOTTA et al., 2009; CRAIDE; SILVA, 2012). Essa percepção é válida quando a referência de exterior é eurocêntrica, de forma semelhante ao que ocorria com os fluxos migratórios do século XIX e princípio do século XX, quando os imigrantes originários do hemisfério norte eram mais desejados pelo papel que desempenhavam na ocupação de territórios (BÓGUS; FABIANO, 2015).

Por outro lado, quem ainda não está inserido no meio laboral e se desloca internacionalmente em busca dele, ou simplesmente porque precisa dele para sobreviver, parece não ser agraciado com a glamourização de ser estrangeiro. Na atualidade, estudos apontam que pessoas provenientes do hemisfério sul, como haitianos, bolivianos, venezuelanos, senegaleses, congolezes, dentre outros, encontram dificuldades de se inserir no mercado de trabalho (BÓGUS; FABIANO, 2015; MARINUCCI, 2017; SIMÕES; CAVALCANTI; PEREDA, 2019; VILELA; COLLARES; NORONHA, 2015). Diante desse cenário, Cortina (2017) propõe o conceito de aporofobia – do grego *áporos*, “pobre” e *fóbeo*, “espanto, medo” – em vez de xenofobia. A autora argumenta que os nacionais de um país não são

xenófobos em contato com estrangeiros de uma cultura eurocêntrica, mas são aporófobos, referindo-se a repulsa ou hostilidade perante estrangeiros pobres ou sem recursos momentâneos. Trata-se de uma relação que funciona de acordo com o contrato político, econômico e social de dar e receber.

Em relação à formação e à carreira desses migrantes, parte deles têm baixa qualificação profissional ou não consegue comprová-la. Não obstante, mesmo quem tem qualificação enfrenta dificuldades. Embora estejam previstos na legislação brasileira (BRASIL, 1997; 2017a) o reconhecimento de diplomas e o ingresso facilitado em instituições acadêmicas para imigrantes e refugiados, na prática, os esforços ainda são lentos. Tais indivíduos vivenciam situações de preconceito e desconfiança, sem que haja mediação de políticas para atenuar processos e facilitar a inclusão social (BÓGUS; FABIANO, 2015). Em contrapartida, pode-se citar programas de cotas de algumas universidades brasileiras para a entrada de estudantes que solicitam refúgio, de imigrantes (com visto humanitário) e de refugiados, bem como iniciativas de organizações sociais, religiosas, da sociedade civil, da OIM e da ACNUR, como treinamentos, palestras e desenvolvimento de cartilhas sobre mercado de trabalho direcionadas aos migrantes que buscam trabalho e aos empregadores que querem contratá-los (ACNUR, 2017; APARNA; SCHAPENDONK, 2018).

Ainda assim, são destinados ao refugiado e ao imigrante os segmentos mais subalternizados do mercado de trabalho, pois a sociedade brasileira os associa a fugitivos e, às vezes, até a criminosos (MAGALHÃES, 2017). Para alterar essa realidade, o pesquisador acredita que são fundamentais campanhas de esclarecimento sobre a condição de refúgio que não é pautada na mídia, como a dificuldade de reconhecimento da qualificação profissional no mercado de trabalho brasileiro. É necessário considerar e valorizar a história anterior do migrante que busca trabalho. Ele traz consigo uma bagagem que não é reconhecida, sua qualificação, sua formação, sua cultura (MAGALHÃES, 2017).

Os estudos que demonstram esse cenário acerca do trabalho no Brasil são predominantemente realizados com imigrantes africanos e latino-americanos com visto humanitário que, conforme UNHCR (2016), são mais numerosos no país. Segundo Marinucci (2017), a esses imigrantes se destinam os nichos laborais mais precários e subpagos, o que faz com que deixem de ser um valioso instrumento de incorporação nas sociedades de chegada para se tornar um vetor de discriminação

e exclusão social. Nas palavras do autor, o trabalho passa a ser “um verdadeiro muro para além dos muros das fronteiras” (MARINUCCI, 2017, p. 7). Pouco é enfatizada a questão de trabalho de refugiados oriundos desse recente fluxo migratório. Um desses estudos é o de Villen (2015a), que coloca o imigrante com visto humanitário e o refugiado em situações semelhantes no que tange à busca por emprego. Segundo a autora, para ambos resta o trabalho precário, no campo e na cidade, o trabalho flexibilizado, marcado pela desigualdade de renda e raça e pelas instabilidades de uma economia propriamente periférica.

Esse laço entre imigrante/refugiado e trabalho precário é enfatizado pela mídia que, conforme Cardoso (2013), propaga um imaginário de pessoas que vivem na miséria, em países que não têm possibilidade de oferecer ensino básico, muito menos superior. O olhar que se coloca enfatiza um caráter de coitado, de pessoa desqualificada. Assim, só lhe restaria o subemprego. A autora constrói um panorama sobre a imprensa brasileira e revela que, por encontrarem na violência e na vitimização o principal atrativo, as empresas jornalísticas abordam o assunto com indiferença, apresentando o refugiado como um ator social estereotipado e de caráter ameaçador (CARDOSO, 2013).

O estudo em questão, realizado antes de o fluxo migratório atual ganhar intensidade e atingir números recordes, revelava um silêncio midiático a respeito do fenômeno. Não obstante, foram encontrados, no âmbito da pesquisa, apenas 98 textos publicados sobre o assunto durante o período de 2001 e 2011 em veículos de grande circulação nacional (Jornal Braziliense, Folha de São Paulo, O Globo e Zero Hora) (CARDOSO, 2013). Hoje, o tema é assistido, lido e ouvido por meio de inúmeras reportagens em todo o país, além de ter chegado a todas as rodas de conversa e redes sociais, sendo que a população não tem receios de expor sua opinião (BÓGUS; FABIANO, 2015). No consenso geral, chama atenção a desconexão e a ausência de reflexão entre as migrações do passado (de portugueses, alemães, italianos, japoneses, libaneses, dentre outros), intensas no final do século XIX e início do século XX, e as migrações de sul-americanos, haitianos e africanos que têm ocorrido ao longo dos últimos 30 anos para o Brasil (BÓGUS; FABIANO, 2015).

Contudo, um migrante e um refugiado não necessariamente são aqueles que vivem na miséria e têm pouca instrução. Pelo contrário, a pessoa pode ter um alto padrão de vida, ter condições financeiras elevadas, ter estudado nas melhores

universidades, ter um trabalho correspondente à sua qualificação, ou até mesmo ser dono do seu próprio negócio. Conforme Cavalcanti (2015), muitos migrantes contam com formação profissional superior, mas, no momento de se inserirem no mercado de trabalho, descendem na escala laboral e, por conseguinte, social. Logo, a incorporação no mercado de trabalho ocorre em uma posição inferior em relação ao seu grau de especialização, sua formação acadêmica e sua experiência laboral prévia, sofrendo, assim, inconsistência de *status*. Esse é o caso de dentistas, médicos, jornalistas e engenheiros que estão trabalhando na construção, na indústria pesada, nos abatedouros de frangos e carnes, dentre outras atividades (CAVALCANTI, 2015).

Muitas vezes, o subemprego e a sobrequalificação é a única saída, em caráter emergencial, capaz de garantir a sobrevivência desse migrante e de seus familiares em um recomeço de vida em outro país. Essa perspectiva acompanha o pensamento de Birman (2012) sobre o sujeito contemporâneo que é obrigado a flexibilizar seu próprio modo de ser para se adaptar aos novos modos de organização do trabalho, esgotando suas possibilidades de formar um projeto de existência. A expectativa parece ser a de que essa situação dure apenas por um período transitório, afinal, em tempos de crise não é exclusividade de migrantes e refugiados a atuação em trabalhos abaixo da qualificação, a má remuneração ou até mesmo a submissão ao trabalho informal.

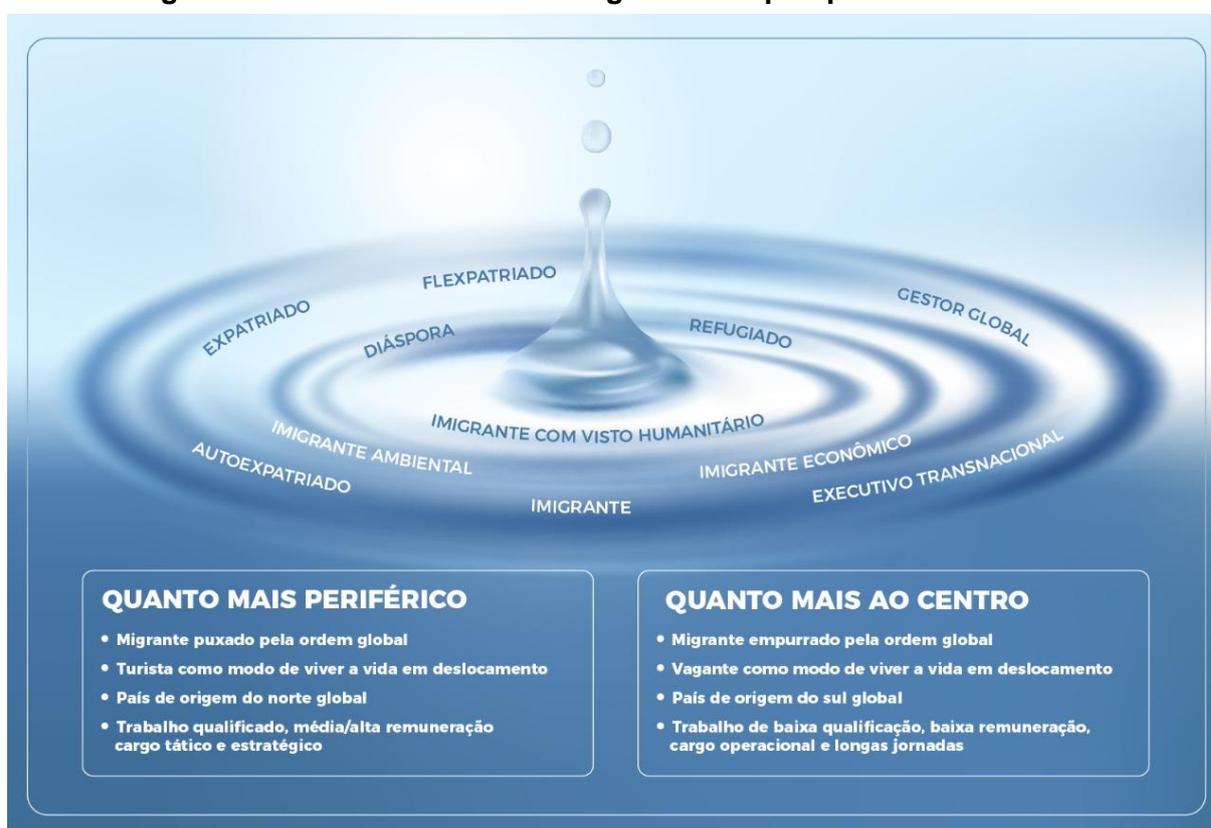
A partir do exposto, toma-se a Figura 1, a seguir, que ilustra uma gota d'água se propagando em ondas circulares em superfície líquida, para refletir sobre os diferentes fluxos migratórios e sua relação com o trabalho. Evento disparador da ação de deslocamento para outro país, a gota d'água faz propagar nomenclaturas diversas de migrantes, possíveis de serem associados ao seu posicionamento no mercado de trabalho pelas ondulações. A vulnerabilidade relativa ao trabalho e à vida decorre da aproximação ou do distanciamento dos efeitos do pingo d'água.

As ondas mais ao centro, mais visíveis, vultosas e delineadas, posicionam as migrações empurradas pela ordem capitalística global, representando o fluxo de indivíduos que vivem a vida como vagantes, geralmente oriundos de países do sul global. As ondas mais afastadas, menos visíveis, posicionam as migrações puxadas pela ordem capitalística global, ilustrando a dinâmica de indivíduos que usufruem modos de viver a vida como turistas. Estes, geralmente são originários de países do norte global. Nesse sentido, ondas periféricas, mais tranquilas, asseguram postos de

trabalho mais qualificados; ondas mais centrais, mais tempestuosas, postos de trabalhos mais precarizados.

Todos esses indivíduos migrantes navegam por fluxos globais, porém o nome que lhes é atribuído (gestor global, executivo transnacional, flexpatriado, expatriado, autoexpatriado, imigrante, diáspora, imigrante ambiental, imigrante econômico, imigrante com visto humanitário e refugiado) dá indícios de sua origem, de seu modo de viver e de suas oportunidades de trabalho no país de destino. Trata-se, portanto, de um posicionamento dos migrantes na perspectiva do trabalho, reflexo das relações de poder moduladas pelas forças capitalísticas da globalização.

Figura 1 - Posicionamento dos migrantes na perspectiva do trabalho



Fonte: Elaborada pela autora (2020).

Os migrantes e refugiados foco desta tese estão mais próximos ao pingo d'água e, portanto, se deparam com ondas mais altas e turbulentas, que exigem um esforço direcionado a outras maneiras de ser, outras sensibilidades, outras percepções voltadas ao trabalho e à vida – uma mobilização de subjetividades.

2.3 SUBJETIVIDADE

No pilar Subjetividade, parte-se da noção de que subjetividades se constituem por meio de processos de subjetivação. Tais processos são apresentados a partir dos conceitos de espaço liso e estriado e de modos de individuação e singularização. Evidencia-se, ainda, modelos metafóricos de modos de viver em deslocamento como forma de ilustrar exemplos de produção de subjetividade.

2.3.1 Espaço Liso e Estriado

Este tópico tem por base conceitos de Gilles Deleuze e Felix Guattari, considerados autores da Filosofia da Diferença, uma disciplina aberta e em aliança com outras áreas de conhecimento. Tal filosofia não é constituída como um pensamento passivo ou uma clássica reflexão filosófica sobre o mundo e seus fenômenos, mas como um exercício prático e imbricado na realidade. Trata-se de um processo ativo de criação, não de objetos abstratos, percorrendo os mais diversos domínios do saber (ALLIEZ, 1996; CAVALCANTI, 2016).

De início, é necessário esclarecer os conceitos de subjetividade e processos de subjetivação. Conforme Guattari (2006, p. 19), subjetividade pode ser entendida como “o conjunto das condições que torna possível que instâncias individuais e/ou coletivas estejam em posição de emergir como território existencial autorreferencial, em adjacência ou em relação de delimitação com uma alteridade ela mesma subjetiva”. A partir dessa concepção, depreende-se que subjetividade são modos de ser e viver a partir de circunstâncias individuais e coletivas em relação a outros modos de ser e viver.

A subjetividade é composta constantemente por processos de subjetivação, portanto, é um constante devir, um processo em movimento produzido por agenciamentos. Os agenciamentos comportam relações entre componentes heterogêneos de ordem biológica, social, maquínica, imaginária, etc. (GUATTARI; ROLNIK, 1996). Em relação ao trabalho, foco desta tese, subjetividade refere-se a buscar compreender os modos como os indivíduos vivenciam e dão sentido às experiências laborais, bem como os contextos e as relações de trabalho que produzem certos modos de constituição dos indivíduos (TITTONI; NARDI, 2011).

Ao pensar a subjetividade a partir dos conceitos de espaço liso e estriado, considera-se que, conforme Deleuze e Guattari (2012b), os modos de praticar, percorrer e experimentar o espaço se manifestam na concepção de liso e estriado. Adianta-se que o espaço estriado é delimitado, fechado; e o espaço liso é aberto, ilimitado, tem múltiplas direções, não estabelece fixos e móveis. Embora possam apresentar-se simultaneamente, o espaço liso e o espaço estriado não são de mesma natureza, alertam os autores. Eles se misturam, se transformam, perpassam um no outro.

A fim de discutir questões oriundas do campo social e político no sistema capitalista, Deleuze e Guattari (2012b) se valem de modelos metafóricos – modelo tecnológico têxtil, modelo musical, modelo marítimo, modelo matemático, modelo físico e modelo estético. Cada modelo expõe indagações que forçam a pensar como os espaços liso e estriado se fazem notar no cotidiano, ora de forma simples, ora complexa. No contexto desta tese, considera-se o modelo marítimo pertinente para exercitar o olhar voltando-se à questão relativa aos modos de viver e trabalhar de migrantes e refugiados.

No modelo marítimo, Deleuze e Guattari (2012b) tomam como metáforas o mar, correspondente ao espaço liso, e a cidade, correspondente ao espaço estriado. Os autores asseguram que em ambos existem pontos, linhas e superfícies. Em uma oposição simples entre os espaços, há uma relação inversa do ponto e da linha. No estriado, a linha está entre dois pontos, cuja natureza é estriado-dimensional, com intervalos fechados. No liso, o ponto está entre duas linhas, que apresentam uma natureza liso-direcional, de intervalos abertos. Essa diferença pode ser observada na Figura 2. Em relação à superfície, “no espaço estriado, fecha-se uma superfície, a ser ‘repartida’ segundo intervalos determinados, conforme cortes assinalados; e no liso, ‘distribui-se’ num espaço aberto, conforme frequências e ao longo dos percursos” (DELEUZE; GUATTARI, 2012b, p. 200).

Figura 2 - Pontos, linhas e superfícies dos espaços liso e estriado



Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Pode-se dizer também que, em ambos os espaços, os pontos são paradas e as linhas são trajetos. No espaço estriado, as linhas, os trajetos tendem a ficar subordinados aos pontos, isto é, vai-se de um ponto a outro. De forma oposta, no espaço liso, os pontos estão subordinados ao trajeto, e é o próprio trajeto que provoca a parada, provoca o intervalo, que, por sua vez, ritmiza, dá substância ao trajeto (DELEUZE; GUATTARI, 2012b).

O mar, por exemplo, é considerado espaço liso por excelência. Contudo sua lisagem foi confrontada pela estriagem da ciência, pelas conquistas da navegação, da astronomia e da geografia. No espaço marítimo, os pontos provêm de cálculos “a partir de uma observação exata dos astros e do sol; o mapa, que entrecruza meridianos e paralelos, longitudes e latitudes, [esquadrinha], assim, regiões conhecidas ou desconhecidas” (DELEUZE; GUATTARI, 2012b, p. 198).

À época das grandes navegações, pode-se dizer que a estriagem possibilitou os chamados grandes descobrimentos marítimos, que abriram caminho para as migrações e a conseqüente colonização das Américas. Antes disso, havia o que era considerada uma navegação nômade empírica e complexa, que se fazia guiar pelas qualidades hápticas, pelos ventos, pelos ruídos, pelas cores e pelos sons do mar. Nesse sentido, o espaço liso “dispõe sempre de uma potência de desterritorialização superior ao estriado” (DELEUZE; GUATTARI, 2012b, p. 200). Esse esquadrinhamento do mar foi se alastrando progressivamente, até que a dimensão se sobrepôs à direção. Assim, o espaço liso do mar foi domado, e se encontrou um modelo de ordenação, de imposição do estriado, válido para outros lugares.

Já a cidade, ao contrário do mar, é o espaço estriado por excelência. No entanto, assim como o mar é o espaço liso que se pode estriar, a cidade seria a força de estriagem que restituiria o espaço liso por toda parte, na terra e em outros elementos – fora da própria cidade, mas também nela mesma. A cidade forma espaços lisos combinados a espaços esburacados, que revidam o estriado da cidade com “imensas favelas móveis, temporárias, de nômades e trogloditas [...], que já nem sequer são afetados pelas estriagens do dinheiro, do trabalho ou da habitação” (DELEUZE; GUATTARI, 2012b, p. 201).

Ao prosseguirem a discussão acerca do espaço liso-estriado, Deleuze e Guattari (2012b) o conecta ao conceito de devir. Segundo os autores, “é preciso dizer que todo o progresso se faz pelo e no espaço estriado, mas que todo o devir se situa no espaço liso” (DELEUZE; GUATTARI, 2012b, p. 208). Para Carvalho

(2014, p. 101), a habilidade de fazer a diferença parece estar no espaço liso, que tem a capacidade “de lançar de novo os dados sobre a mesa, de libertar a vida do sistema representativo (estratos, órgãos, estriagens) que a aprisiona”.

Essa ideia está intimamente relacionada à resistência. É no espaço liso que a luta se transformaria, se deslocaria, e que a vida reconstituiria os seus desafios, ao afrontar novos obstáculos, inventar novas posturas, modificar os adversários (DELEUZE; GUATTARI, 2012b). Nas palavras de Carvalho (2014, p. 100), “na criação de espaços lisos, investiríamos as reservas de devir que o campo de individuação intensivo dispõe e visariamos à potência imanente e constituinte de uma vida”.

Os devires estão ao lado das minorias. Não há devir-homem, devir-comandante, pois estes são majorias, são majoritários, são territorializados. Isso não significa que estejam em maior número, mas que foram definidos como maioria a partir de processos de estratificação e poder. O fato de os devires serem minoritários implica em serem crianças, mulheres, nômades, povo (acrescenta-se, ainda, migrantes e refugiados), que escapam por linhas de fuga, enquanto processo, enquanto devir frente aos grandes estratos segmentários. O devir é sempre um devir-outro, ele arranca os sujeitos de seus padrões, colocando-os em movimento, variação contínua e aleatória (SAVAZZONI, 2012).

Uma linha de devir só tem um meio, não tem nem começo nem fim, nem saída nem chegada, nem origem, nem destino. É um acelerado, é a velocidade absoluta do movimento. Um devir não é um, nem dois, mas um entre-dois, fronteira ou linha de fuga, de queda, perpendicular aos dois (DELEUZE; GUATTARI, 2012a). Para entendê-lo, é preciso considerar sua lógica: todo devir forma um bloco, isto é, o encontro ou a relação de dois termos heterogêneos que se desterritorializam mutuamente (ZOURABICHVILI, 2004).

Se o devir é um bloco (bloco-linha), é porque ele constitui uma zona de vizinhança e de indiscernibilidade, um *no man's land*, uma relação não localizável arrastando os dois pontos distantes ou contíguos, levando um para a vizinhança do outro, – e a vizinhança fronteira é tão indiferente à contiguidade quanto à distância (DELEUZE; GUATTARI, 2012a, p. 96).

O devir é um movimento pelo qual a linha libera-se do ponto, tornando os pontos indiscerníveis como rizoma, o oposto da arborescência. O devir é uma antimemória. A lembrança tem sempre uma função de reterritorialização. Não é

possível pensar em devir em termos históricos de passado e futuro. O devir coexiste entre os dois (DELEUZE; GUATTARI, 2012a). Devir é um rizoma, não é uma árvore, não é imitação, nem identificação, nem filiação a algo ou alguém (ZOURABICHVILI, 2004). Devir é um verbo tendo toda sua consistência; ele não se reduz, ele não conduz a “parecer”, nem a “ser”, nem a “equivaler”, nem a “produzir” (DELEUZE; GUATTARI, 2012a, p. 20). Não se abandona o que é para devir outra coisa, o que ocorre é que uma outra forma de viver e de sentir se alarma ou se envolve na vida já existente e a faz fugir (ZOURABICHVILI, 2004).

Nesse sentido, um devir ocorre sobre uma linha de fuga. Amaral (2016, p. 162) oferece a transcrição de uma das aulas de Deleuze em que ele próprio fala sobre isso, utilizando como exemplo o trajeto de um poeta francês no continente africano.

O que é esse homem? Ele sai pela Etiópia, ou seja, ele prolonga sua linha de fuga. Mas ele o faz de que maneira? Essa espécie de renegação de todo seu passado: é algo que não é mais suportável para ele. O que isso vai virar? Como vai virar? É sobre esta linha que ocorre um verdadeiro devir, ainda uma vez. Ora, esse devir também pode virar um devir mortífero. Então, se há uma lição, é que não se trata somente de desenredar as linhas que compõem alguém. É tentar, por não importa qual meio, impedir que as linhas se tornem linhas de morte.

Assim, as linhas de fuga formam o traçado dos trajetos, os devires que vão dando forma ao percurso de um indivíduo. Deleuze comenta, na mesma aula, que o percurso é visto como um processo, um movimento de viagem que, enquanto está sendo traçado, vai constituindo o trajeto. Portanto, em um espaço liso, o movimento tende a se tornar uma linha de fuga porque, precisamente, o percurso não ocorre conforme as projeções realizadas. Dessa maneira, diferentemente do espaço estriado, no qual o percurso se dá sobre trilhos, no espaço liso não há estrias prévias ao movimento. Então, é sobre essa linha que ocorre o devir (AMARAL, 2016).

Diante do exposto, resgata-se o apontamento de Carvalho (2014, p. 104) que sustenta que “mais do que dois absolutos, liso e estriado revelam-se [...] disposições, maneiras de ser, capacidades de afetar e ser afetado, fornecendo a Deleuze e Guattari a pedra basilar para uma teoria dos processos de subjetivação articulada em torno da noção de espaço”. Cabe salientar que é possível notar uma

aproximação conceitual entre os espaços liso e estriado e os modos de singularização e individuação, respectivamente.

2.3.2 Modos de Individuação e Singularização

Os modos de individuação (ou individualização) e singularização também são conceitos originados da Filosofia da Diferença. Guattari e Rolnik (1996) argumentam que os diversos elementos que compõem a subjetividade estão em circulação nos conjuntos sociais de diferentes tamanhos. Alguns elementos são inconscientes, outros pertencem à ordem do corpo, dos territórios familiares, outros à ordem dos grupos, dos clãs, do seu bando, outros, ainda, à ordem do poder, da polícia, da lei, etc. Tudo isso é abarcado por uma verdadeira subjetividade capitalística, o que significa assumir a hegemonia do capitalismo contemporâneo e sua forma de (re)produção de subjetividades. Apesar de ter essa força, a subjetividade capitalística é fundamentalmente social e, por isso, é assumida e vivida por indivíduos em “suas existências particulares” (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p. 33).

As particularidades vivenciadas permitem que as subjetividades de um indivíduo oscilem entre duas extremidades. De um lado, o indivíduo se submete às subjetividades recebidas em um movimento de alienação e opressão, denominado processo de individuação. De outro, o sujeito consegue se reapropriar dos componentes de subjetividade recebidos em um movimento de expressão e criação, o que se configura em um processo de singularização (GUATTARI; ROLNIK, 1996).

Guattari e Rolnik (1996) ressaltam que a noção mais apropriada de subjetividade leva à renúncia da ideia de que a sociedade é resultante de uma soma de subjetividades individuais. De modo oposto, é a subjetividade individual que advém de um coletivo de múltiplas espécies: sociais, econômicas, tecnológicas, midiáticas. Desse modo, as subjetividades coletivas, ao se associarem e aglomerarem, resultam em processo de singularização – uma afirmação de outras maneiras de ser, outras sensibilidades, outras percepções. As transformações que ocorrem no mundo advêm desse processo, que nada mais é do que a expressão de fatores de resistência ao controle social, à serialização.

Deleuze e Guattari (2012b), assim como Guattari e Rolnik (1996), também contextualizam tais resistências, que podem se configurar em movimentos sociais,

movimentos de minorias, de desvios de toda a espécie, desde os mais barulhentos até os mais silenciosos e brandos. Trata-se de uma sensibilização dos pontos de ruptura para atacar a raiz do sistema. É o que traz o caráter de autonomia, liberdade para criar e captar seus próprios elementos de referência para viver a vida. Os modos de subjetividade singulares e originais têm essa capacidade de se mobilizar, de mapear, de se inserir em níveis de relações de força local, de fazer e desfazer alianças.

Por isso também são chamados por Deleuze e Guattari (2012b) e Guattari e Rolnik (1996) de revolução molecular, a saber, movimento em linhas maleáveis, em que as menores partículas do universo se unem e formam moléculas capazes de provocar transformações ao confrontar linhas duras, de controle, normatizadas, de característica molar²⁶ (CASSIANO; FURLAN, 2013). A revolução molecular consiste em produzir as condições não só de uma vida coletiva, mas também de uma vida para si próprio, tanto no campo material quanto no campo subjetivo. Diz respeito aos fatores pessoais (relações de autodominação), infrapessoais (o que está em jogo no sonho, na criação, etc.) e interpessoais (invenção de novas formas de sociabilidade na vida doméstica, amorosa, profissional, na relação com a vizinhança, etc.).

Contudo, a singularização não é algo permanente. Ao se deparar com vetores de desejo e agenciamentos maquínicos, o processo pode se reconfigurar e se individualizar. Por isso, Guattari e Rolnik (1996, p. 49) lembram que “há sempre algo de frágil e precário nos processos de singularização. Pode ele ocorrer em acabar fechando-se em guetos”. O que se deve colocar em discussão é como os processos singulares se articulam com os de individualização. A individualização seria uma espécie de reificação da subjetividade. Por meio dela, ocorre um aprisionamento, uma desconexão com o mundo e, por isso, não se desencadeiam os processos de singularização (GUATTARI; ROLNIK, 1996).

Esta é a tendência da ordem capitalística: “bloquear processos de singularização e instaurar processos de individualização” (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p. 38), ao produzir indivíduo consumidor da cultura de massa, reduzido a padrões universais, serializado e individuado por uma fábrica de subjetividades nas quais se baseia a sociedade. Nessa perspectiva, particularidades dos modos de

²⁶ Para Deleuze e Guattari (2012b) as linhas de segmentaridade duras são características dos conjuntos molares (Ex.: estratos sociais); e as linhas de segmentaridade maleáveis são características de relações moleculares (Ex.: movimentos sociais que movem o indivíduo da rigidez dos estratos).

existência dos indivíduos paulatinamente se esvaziam, tornando-os insensíveis. Logo, as experiências perdem a capacidade de organizar processos criativos do cotidiano, interrompendo os processos singulares (GUATTARI; ROLNIK, 1996).

Os processos de subjetivação apropriados pelo Capitalismo Mundial Integrado²⁷ – que hoje se chama globalização – procuram dificultar cada vez mais os processos de singularização. Trata-se de uma subjetividade que tende a excluir dores como a morte, a solidão e os sentimentos como a raiva. Por meio dessa lógica, há que se excluir dos espaços sociais quem não segue os fluxos de individuação, de padronização (GUATTARI; ROLNIK, 1996).

Tudo o que é da ordem da ruptura, do surpreendente, do angustiante, assim como do desejo, do amor e da criação deve se encaixar, de um modo ou de outro, nos modelos dominantes. Dessa forma, os processos de individuação integram e normalizam “processos de responsabilização social de culpabilização e de entrada da lei dominante” (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p. 37). Pode-se falar em níveis de individuação: (i) o ser humano é um indivíduo biológico, que busca nutrição e sobrevivência; (ii) ideia de diferenciação entre homem, mulher, homossexual; (iii) individuação nas relações econômicas – a classe social. Esses níveis tendem a naturalizar a serialização dos indivíduos nesses grupos (GUATTARI; ROLNIK, 1996).

Tal dinâmica permite pensar em classificações, ou seja, em padronizações que são projetadas para determinados grupos – de profissionais, de trabalhadores, de mulheres, de religiosos, de nacionais de um país, etc. Há modos de viver que podem ser pensados em agrupamentos, e tal lógica é discutida por Bauman (2011), que apresenta, de forma metafórica, estratégias de vida em deslocamento, as quais são contextualizadas a seguir.

2.3.3 Andarilho, Jogador, Turista e Vagante: modos de viver a vida em deslocamento

A ordem capitalística produz subjetividades que não podem ser separadas dos modos de conduta, ação, percepção, memorização, gestos, pensamento,

²⁷ Guattari cunhou o termo Capitalismo Mundial Integrado, conceito que ultrapassa os limites dos países de sociedade capitalista e traz a ideia de que todos fazem parte – opressor e oprimido, rico e pobre, empregador e empregado. O CMI se configura nos países por meio de plano econômico e social, que controla a produção de bens e as relações sociais (GUATTARI; ROLNIK, 1996).

atribuições de sentido, sentimentos, afetos, etc. Nesse sentido, trocas econômicas e produções culturais ou sociais são mediadas pelo Estado, e buscam produzir e organizar a vida social, do nascimento à morte dos indivíduos, mantendo operantes os dispositivos de controle social. Por meio da vida social organizada, vê-se a ordem capitalística agindo na relação do indivíduo com o mundo e consigo mesmo (GUATTARI; ROLNIK, 1996).

Uma das formas de ver a vida organizada com uma lente mais ajustada é por meio das metáforas propostas por Bauman (2011) – o andarilho, o jogador, o turista e o vagante. Essas quatro metáforas contemplam as estratégias de vida de indivíduos em movimento na pós-modernidade. Trata-se da produção de estilos de vida (BAUMAN, 2011) controlada pela ordem capitalística (GUATTARI; ROLNIK, 1996). Embora formem um quarteto, não é possível escolher entre um tipo ou outro. A lógica que prevalece é a do e/e (DELEUZE; GUATTARI, 2011), tendo em vista que a vida é feita de confusões, incoerências e tensionamentos difíceis de serem esgotados em um modelo (BAUMAN, 2011). Assim, cada metáfora transmite apenas parte de uma história que dificilmente representa a totalidade (BAUMAN, 2011).

O andarilho se refere ao indivíduo que vive a “vida-como-passeio”, gozando de “todos os prazeres da vida moderna sem os tormentos a ela inerentes” (BAUMAN, 2011, p. 127). Passear significa repetir a realidade em uma série de episódios e ensaiar encontros e desencontros sem grandes impactos. O presente é valorizado de forma distante do passado e do futuro. A vida do andarilho é moldada pelo consumo, de modo que os comerciantes farejam o que o atrai e o seduz. Mesmo assim, o andarilho se vê como diretor de sua vida, sendo que as tentações soam como desejos, as pressões como intenções e a sedução como tomada de decisão. O andarilho vive em um mundo privado, seguro, trancado, à prova de roubos, solitário, e a presença de estranhos não interfere na sua condição psíquica. Encontrar-se com estranhos significa considerá-los superficialmente. Assim, “aquilo ‘que se vê’ esgota ‘o que eles são’” (BAUMAN, 2011, p. 126).

O jogador contempla o indivíduo que vê o mundo como um jogo. O tempo no “mundo-como-jogo” se divide em uma sucessão de partidas, cada uma com início e fim. Aqueles que não obedecem às convenções do jogo, apenas optam por sair e deixar de ser jogadores. Contudo, “‘o jogo continua’, e o que quer que digam e façam depois estes que o deixaram não o influenciará em nada” (BAUMAN, 2011, p. 135). O jogo é “apenas um jogo”, por isso não pode deixar consequências

duradouras, nem para o jogador, nem para seus parceiros e adversários. Não deve deixar cicatrizes mentais ou nutrir rancores. Esse fato é difícil de aceitar quando se perde, pois todos querem ganhar, entretanto, na lógica do jogador, não há espaço para piedade, compaixão ou cooperação (BAUMAN, 2011).

O turista é o indivíduo que se move de propósito, devido a sua inquieta insatisfação e desejo por experiências. Ele busca lugares estranhos que possam lhe trazer prazer e, ao mesmo tempo, segurança e rotas de fuga bem sinalizadas. Isso faz soar um mundo dócil, agradavelmente flexível e estruturado por critérios estéticos. Quando a aventura termina, o turista pode voltar para o seu lar – e esse aspecto torna a viagem ainda mais prazerosa – lugar de segurança e familiaridade. O problema é que as escapadas turísticas consomem cada vez mais a vida, transformando-se em um modo de vida, em que é cada vez menos nítido qual é o lugar de visita e qual é a sua casa. Assim, o turista oscila entre a saudade de casa e o medo de atrelar-se à casa, de estar preso e impedido de sair (BAUMAN, 1999; 2011).

O vagante corresponde ao indivíduo do “livre vagarear”, que não se contenta com o espaço gerido e supervisionado e, por isso, busca uma nova ordem. Também poderia ser chamado de “errante”, aquele que vagueia sem destino definido. O que tornou o vagante tão ameaçador foi sua imprevisibilidade e aparente liberdade de se mover e escapar das redes de controle locais. Ele não tem um destino definido, seu percurso é integrado pouco a pouco. Da mesma forma, sua estadia em determinado lugar depende da generosidade e paciência dos moradores dos locais por onde passa e das esperanças que se apresentam. Aonde quer que vá o vagante é, conforme Bauman (2011, p. 130),

um estranho, um estrangeiro, nunca pode ser “o nativo”, o “estabelecido”, aquele com “raízes na terra” – e não por falta de tentativa: o que quer que ele possa fazer para obter as boas graças aos olhos dos nativos, está ainda muito fresca na memória sua chegada – ou seja, o fato de ele ter estado em outro lugar antes. Ele ainda cheira a outros lugares, àquele além contra o qual a propriedade original dos nativos foi construída. Alimentar o sonho de se tornar nativo só pode terminar em recriminação e amargura mútuas.

Dessa forma, o vagante busca os lugares que acenam, os menos cruéis, os mais hospitaleiros e capazes de oferecer oportunidades que lhe foram negadas em outros lugares ou em seu próprio lugar. Estar em condição de “deslocamento” é a

estratégia sensata e a única possibilidade de adiamento do futuro, é o que alivia o sofrimento presente (BAUMAN, 1999; 2011).

Das quatro figuras metafóricas propostas por Bauman (2011) que falam de modos de vida em deslocamento, observa-se que o turista se aproxima das vivências de uma migração puxada, e o vagante se aproxima das vivências de uma migração empurrada. Nas palavras do autor “no equilíbrio entre os fatores de ‘empuxo’ e ‘atração’, no caso do vagante, muito pesados no lado do ‘empurrar’; e, no caso dos deslocamentos turísticos, para o ‘puxar’” (BAUMAN, 2011, p. 131). Sobre essas duas figuras metafóricas, apresenta-se, a seguir, uma leitura aproximativa.

A figura metafórica do vagante, em princípio, relaciona-se ao movimento das migrações empurradas pela globalização, referindo-se aos que viajam porque não têm outra opção suportável. Todavia, em muitos lugares o vagante não é bem recebido, por isso sabe que não pode ficar muito tempo no mesmo lugar, por mais que seja seu desejo (BAUMAN, 1999). Na leitura de Bauman (1999; 2011; 2017), esses vagantes são considerados rejeitos, estranhos, o refúgio de um mundo que é dedicado aos “turistas”. Enquanto os vagantes são “empurrados” de sua terra, os turistas são “puxados” (BAUMAN, 2011).

O vagante se movimenta porque o lugar que está ao seu alcance é insuportavelmente inóspito. Para sobreviver, ele não tem a liberdade de escolha que tem o turista. Para ter o mínimo de segurança, necessita migrar (BAUMAN, 1999, 2011). Dessa forma, pode-se apreender que os indivíduos representados pela figura do vagante são refugiados, migrantes econômicos, migrantes ambientais, especialmente originados do sul global.

Sob a ótica de Deleuze e Guattari (2012b), pode-se dizer que o vagante experiencia sua vida, predominante e visivelmente, em espaço estriado. As formas com que ele busca uma vida melhor ou o próprio refúgio para tentar (re)inventar a vida em outro país, expressariam as fissuras para adentrar o espaço liso/nômade. Conforme os autores,

Há, portanto, [...] uma grande diferença de espaço: o espaço sedentário é estriado, por muros, cercados e caminhos entre os cercados, enquanto o espaço nômade é liso, marcado apenas por “traços” que se apagam e se deslocam com o trajeto. Mesmo as lamínulas do deserto deslizam umas sobre as outras produzindo um som inimitável. O nômade se distribui num espaço liso, ele ocupa, habita, mantém esse espaço, e aí reside seu princípio territorial. Por isso é falso definir o nômade pelo movimento [...] o nômade é antes *aquela que não se move*. Enquanto o migrante abandona

um meio tornado amorfo ou ingrato, o nômade é aquele que não parte, não quer partir, que se agarra a esse espaço liso onde a floresta recua, onde a estepe ou o deserto crescem, e inventa o nomadismo como resposta a esse desafio (DELEUZE; GUATTARI, 2012b, p. 55).

O movimento de buscar refúgio (ou uma vida melhor em outro país) consiste em um ato de resistência, em procura por libertação (SOUZA, 2016). Essa resistência resulta da afirmação de outra maneira de ser, de outras sensibilidades que movem o indivíduo (GUATTARI; ROLNIK, 1996). Trata-se de um ponto entre duas linhas, uma parada no percurso de vida, que é retomado quando o indivíduo trilha sobre uma linha de fuga, isto é, por outro trajeto ainda desconhecido, que é construído na medida em que se anda sobre ele. Esse percurso constitui-se por um espaço liso, múltiplo, rizomático, incerto, no seu sentido geográfico e existencial (DELEUZE; GUATTARI, 2011, 2012b).

Há quase 20 anos, Bauman (1999) já dizia que a tão aclamada globalização gira em torno dos sonhos e desejos dos turistas, e que isso teria um efeito colateral inevitável: a crescente transformação de muitos outros indivíduos em vagantes. Em 1975, havia 2 milhões de indivíduos com necessidade de proteção, devido a deslocamentos forçados, sob os cuidados do Alto Comissariado da ONU para refugiados. Em 1995, havia 27 milhões (BAUMAN, 1999). No último relatório da ONU, em 2018, já eram 70,8 milhões de indivíduos (UNHCR, 2018).

Para Ventura (2016), o atual ciclo migratório é um processo lento e contínuo, vinculado ao aprofundamento das desigualdades econômicas entre os países e à mudança nas formas de produção engendradas pela globalização econômica, além de outros fatores pontuais específicos, como os conflitos armados, a perseguição étnica ou religiosa e as catástrofes.

Por outro lado, Bauman (1999; 2017) e Zizek (2015) alertam para o fato de que esses pontos específicos referidos por Ventura (2016) não são separados da globalização, e sim, tem origem nela. Foi a intervenção dos Estados Unidos e de países europeus em nações africanas e do Oriente Médio que provocaram muitos conflitos, perseguições e catástrofes. Esses países desenvolvidos têm interesse no controle dos recursos petrolíferos das nações subdesenvolvidas e na exploração ilegal de recursos naturais minerais, os quais são matéria-prima para fabricar produtos tecnológicos, como *laptops* e *smartphones*, itens consumidos desenfreadamente por toda a população “turista” da atualidade. Os conflitos internos acontecem pelo controle e comércio desses minerais por senhores de guerra locais.

Assim, sob a fachada de guerra étnica, tem-se o funcionamento do capitalismo global, da globalização, que possibilita que esses senhores de guerra estejam ligados aos negócios de empresas estrangeiras que exploram as riquezas regionais.

Em vez de os governantes dos países que recebem imigrantes e refugiados olharem para as causas da migração, o que ocorre atualmente, segundo Ventura (2016), é a tentativa de amenizar as consequências da situação, por meio da imposição de restrições aplicadas pelas leis migratórias em grande parte das nações. O Brasil já avança nesse sentido por possuir um Estatuto dos Refugiados desde 1997 e por ter aprovado a nova Lei de Migração em 2017, que prevê a regularização migratória e o acesso a direitos, muito embora se saiba que há discrepâncias entre o que diz a lei e a realidade praticada.

Os passaportes e vistos são controlados para identificar e diferenciar os que podem entrar dos que não podem, haja vista, por exemplo, os esforços de brasileiros descendentes de imigrantes para conseguir um passaporte europeu. Da mesma forma, um passaporte sul-africano não oferece o mesmo direito de viajar para diferentes países como um passaporte canadense (HILARIO et al., 2018), estratificando cada vez mais as posições sociais e de trabalho (VENTURA, 2016).

Face ao exposto até o momento, ao cotejar o apresentado nos pilares Migração, Trabalho e Subjetividade, volta-se o olhar desta tese aos processos de subjetivação dos percursos de migrantes e refugiados, especialmente aos relativos ao trabalho. Tal articulação depara-se com diferentes perspectivas e encontra na discussão relativa à Autonomia das Migrações uma visão que contempla a discussão da presente tese.

2.4 AUTONOMIA DAS MIGRAÇÕES: CONFLUINDO MIGRAÇÃO, TRABALHO E SUBJETIVIDADE

Confluência é a palavra utilizada para definir o encontro de dois ou mais cursos de água, que ao se juntarem dão lugar a um novo curso em comum. Ao considerar cada pilar – Migração, Trabalho e Subjetividade – como um mar de saberes, o encontro desses conceitos na presente tese singulariza e conflui para a Autonomia das Migrações.

A Autonomia das Migrações é uma abordagem ampla, sustentada pelos pilares Migração, Trabalho e Subjetividade, situados na ordem capitalística global. Dentre os principais expoentes dessa perspectiva teórica estão Moulier-Boutang (1998), Papadopoulos, Stephenson e Tsianos (2008) e Mezzadra (2012). Contudo, diversas são as teorias das migrações que têm sido tomadas como suporte na condução de estudos e que são relevantes para compreender como a abordagem autonomista se diferencia. Dentre elas, Mezzadra (2012) destaca o Modelo Teórico Neoclássico Economicista, a Teoria do *Push & Pull*, a Teoria dos Sistemas Migratórios, a Teoria da Transnacionalidade e a Nova Economia das Migrações. De uma maneira ou outra, essas perspectivas relacionam a migração ao trabalho, conforme se vê a seguir.

Os Modelos Teóricos Neoclássicos, especialmente o Economicista, consideram o cálculo racional para maximização de renda o principal fator motivador de migração. Esses modelos trouxeram para a discussão o olhar com que os nativos enxergam os estrangeiros, a saber, como “os outros”, os estranhos, os intrusos, os *outsiders*, chamando a atenção para a necessidade de integração e assimilação, em uma lógica de quem está dentro ou fora da vida em sociedade e do mercado de trabalho (MEZZADRA, 2012; OLIVEIRA, 2014).

Nessa linha, a dinâmica do “*push & pull*”²⁸ – empurra e puxa – de migrantes no contexto da globalização ganha força, porque se entende que esses são os movimentos do capitalismo que direcionam esses indivíduos pelas fronteiras. Os países que se encontram em situação de atraso ou pobreza empurram seus nacionais a buscarem trabalho no exterior, e os países com melhores oportunidades atraem essa mão de obra (MEZZADRA, 2012). Ernest George Ravenstein foi o autor desta ideia publicada no *Statistical Society* em 1885 na Inglaterra, o que originou as primeiras leis de migração e inspirou diversos outros estudos. Atualmente, essa perspectiva não mais se sustenta isoladamente. Os recentes fluxos migratórios ainda mostram imigrantes e refugiados que foram empurrados pelo seu país, porém muitos países, especialmente os do norte global, não estão mais em movimento de atração, alegando já possuir um excedente de migrantes. Dessa forma, ainda que

²⁸ Cabe destacar que a teoria do *push & pull*, embora possa ser entendida como um ponto de partida, distingue-se da ideia do puxa-empurra apresentada por Bauman (2011) para abordar sobre as metáforas relativas aos modos de viver a vida em deslocamento, as quais serviram de base para o entendimento desta tese sobre a relação das migrações e das forças capitalísticas da globalização.

seja pertinente para determinados fluxos migratórios, esse modelo não considera as desigualdades e os fluxos que saem da obriedade.

Outras abordagens que criticam a perspectiva neoclássica economicista das migrações vêm ganhando espaço, como a Teoria dos Sistemas Migratórios, defendida por autores como Saskia Sassen, que se preocupa com a densidade histórica dos movimentos das populações. Outra linha é a Teoria da Transnacionalidade, ligada à Antropologia, que analisa os espaços sociais transnacionais que se formam a partir de comportamentos e práticas sociais. Suas estratégias migratórias são orientadas por esses espaços que preservam as redes familiares e de comunidade (CORSINI, 2007; MEZZADRA, 2005; 2012).

O transnacionalismo articula-se teoricamente com a Nova Economia das Migrações, que traz luz às formas étnicas de empresas em espaços diaspóricos e transnacionais. Junto a isso, as unidades de família e comunidade se tornam capital social para seu percurso de trabalho (CASTLES, 2010; MEZZADRA, 2012). Nessa perspectiva, Glick Schiller, Basch e Blanc-Szanton (1992) consideram os migrantes como transmigrantes, cujas redes, atividades e padrões de vida circundam tanto a sociedade de origem quanto a de destino. As vidas que cruzam fronteiras nacionais preservam ambas as sociedades em um campo social único.

Embora a Autonomia das Migrações não desconsidere as abordagens apresentadas, Mezzadra (2012) argumenta que, na visão destas, os processos de exclusão, estigmatização e discriminação, tantas vezes ressaltados na literatura, aparecem como efeitos colaterais do capitalismo, sem levar em conta o que de fato está acontecendo em movimentos de lutas e resistências para adentrar esses pré-conceitos. O autor observa que pouco se comenta sobre as lutas e políticas sociais no campo do sindicalismo, as quais têm renovado e modificado o cenário de trabalho dos migrantes ao longo dos anos na Europa e nos EUA, por exemplo.

Dessa forma, Mezzadra (2012) posiciona a abordagem da Autonomia das Migrações como uma lente distinta das teorias de migração *mainstream*, embora reconheça que, aos poucos, alguns de seus elementos estão sendo incorporados às demais teorias. É o caso do clássico livro “A Era das Migrações”, de Haas, Castles e Miller, cuja primeira edição foi lançada em 1993 e a última em 2020. A obra assinala que, para além de ações políticas, existe uma relativa autonomia das migrações internacionais no sentido de que são as decisões individuais, familiares e comunitárias que as determinam. Políticas governamentais são passíveis de falhas

e, inclusive, podem provocar efeitos inversos aos pretendidos (HAAS, CASTLES, MILLER, 2020).

A Autonomia das Migrações é voltada, essencialmente, aos processos de subjetivação, que fazem o migrante sair de sua terra em direção à outra, e aos modos de singularização, relacionados ao trabalho no sistema capitalista. Nota-se a confluência dos pilares Migração, Trabalho e Subjetividade. Moulier-Boutang (1998), um dos pioneiros a refletir sobre essa abordagem, considera a fuga para outro país uma expressão política contra as desigualdades e imobilidades impostas nas relações de trabalho. Esse movimento, argumenta Ferreira (2017), ocorre anteriormente às iniciativas governamentais de controle das migrações internacionais por meio de mecanismos legais, administrativos e tecnológicos que são colocados em prática no intuito de reagir às forças da mobilidade da Multidão.

Multidão é o conceito utilizado por autores como Hardt e Negri (2005), Corsini (2007), Mezzadra (2012) e Negri (2018) para se referir a um conjunto de singularidades de dimensões política, produtiva e de classe. A Multidão se move por necessidades e desejos, formando laços afetivos e de cooperação em seu percurso. No que se refere ao trabalho, é condizente ao trabalho imaterial, produzindo além do valor econômico, gerando formas de vida.

Em sua obra mais recente, Negri (2018) sugere que a Multidão consiste na atadura econômica, de gênero, transnacional e racializada que constitui a classe subordinada. Para o autor, a multiplicidade dos sujeitos e a singularidade dos processos de subjetivação constituem dispositivos de reconhecimento e de ação comum. Para Mezzadra (2012), a Multidão não é simplesmente uma oposição à decomposição e fragmentação do trabalho produzida pelo capitalismo, pelo neoliberalismo e pelos processos de financeirização; no seu interior, há uma história de lutas que reflete no comportamento cotidiano, há subjetividades que são, concomitantemente, potentes e vulneráveis. Nesse sentido, a Multidão formada pelas migrações é capaz de construir “pontes” e destruir muitos “muros”.

A leitura autonomista dos percursos migratórios tem origem na tradição teórica do Operaísmo italiano da década de 1960 – movimento de revisão da teoria marxiana, que entende que as lutas dos trabalhadores da indústria na Itália ocorriam sempre em primeira ordem, e assim forçavam mudanças no interior do sistema

capitalista²⁹ (MEZZADRA, 2012; FERREIRA, 2017). Conforme Mezzadra (2012), a perspectiva da autonomia voltada às migrações surge no final dos anos 1980 em um contexto em que se fortalecia o regime de produção pós-fordista, o qual se caracteriza pelas mudanças no mercado de trabalho marcadas pela precarização e flexibilização. A Itália, país de forte emigração no passado, recebeu muitos imigrantes e, nesse sentido, a mobilidade passou a ser também um dos elementos que marcaram o pós-fordismo. Esse movimento caracterizou-se pela luta contra o racismo, pela autorização de permanência no país de imigração e também por lutas sociais relacionadas à moradia e à sindicalização dos migrantes.

Dessa forma, Mezzadra (2012, p. 71) refere que a abordagem autonomista considera as migrações sob a lente da “composição do trabalho vivo e da produção de subjetividade ligada à mercantilização da força de trabalho”. Interessam-lhe as tensões e os conflitos produzidos no cotidiano entre a “ação de dispositivos heterogêneos de assujeitamento³⁰” e a “multiplicidade de práticas de subjetivação”. Tais heterogeneidades se caracterizam, de um lado, pelas tentativas de controle das migrações para transformar o migrante em um ser assujeitado e, de outro, pelas práticas de expressão de autonomia.

Se o controle está alinhado ao objetivo neoliberal de gerir fluxos migratórios em processos *just-in-time* e em estatutos jurídicos que diferenciam o acesso a vistos de entrada e permanência, a autonomia se refere aos atravessamentos dos limites geopolíticos, assim como ao rompimento das linhas de segmentação de raça, gênero e classe, produzindo novos “espaços sociais transnacionais”. Isso faz “das migrações um extraordinário laboratório de produção de diferença, provocando efeitos que se irradiam sobre a composição do trabalho em toda sua complexidade” (MEZZADRA, 2012, p. 72).

Para os autonomistas, a mobilidade é um direito, e a migração é uma força criativa no interior das estruturas sociais, culturais e econômicas que fazem os migrantes se moverem. Essa concepção, no contexto das migrações empurradas, não pode se restringir à fuga, à qual, inicialmente, Moulrier-Boutang (1998) se refere como uma luta contra as relações contratuais de trabalho desiguais. A fuga aqui

²⁹ Ferreira (2017) atribui essa ideia inicialmente a Mário Tronti, autor expoente do Operaísmo, precisamente no texto *Lenin in Inghilterra*, de 1964, publicado no fascículo um da revista *Classe Operaria*, e posteriormente republicado em seu livro *Operai e Capitale*, em 1966.

³⁰ Mezzadra (2012) usa o termo assujeitamento no mesmo sentido com que Guattari e Rolnik (1996) usam o termo individualização ou individuação, apresentado no pilar Subjetividade.

também pode ser entendida como uma recusa de ser governado por um Estado que visa a regulamentar a vida da população.

Nesse sentido, Ferreira (2017, p. 70) argumenta que “fugir do próprio país significa uma sabotagem à soberania”. Para Souza (2016), fugir se trata de uma linha de fuga para o migrante se reinventar, para ampliar a vida e alargar seu território existencial e não se conformar com a sua redução. De forma semelhante, Negri (2003, p. 111) enuncia que os movimentos de emigração “não representam simplesmente fuga da miséria ou da tirania, mas são também movimentos que se mobilizam em busca de liberdade, a caminho da riqueza, do emprego, da invenção, a caminho da centralidade do trabalho imaterial e que revelam grande desejo de entrar nesses circuitos”.

Alguns estudos que abordam as lutas dos migrantes discutem o desejo que esses indivíduos têm de se tornarem cidadãos do país de destino. Isso se aplica não só à luta por regularização dos migrantes indocumentados, mas também dos que estão regulares. Na pesquisa de Hilario et al. (2018), por exemplo, as narrativas de imigrantes e refugiados que vivem no Canadá perpassam pela resistência cotidiana ao sentimento de serem considerados “cidadãos de segunda classe”. Por isso, eles se esforçam para se integrar, seja aprendendo um novo idioma, seja tentando entender a cultura e o humor canadense e o sistema educacional. Mezzadra (2012), contudo, argumenta que na abordagem da Autonomia das Migrações não importa se os migrantes já são ou não cidadãos no sentido jurídico, mas sim se eles agem como tal.

Nesse sentido, é necessário ampliar a compreensão do termo cidadania e desprender-se da preocupação com a integração desses migrantes em contexto político e jurídico preexistente, isto é, desvincular-se da ideia de estar dentro ou fora desse sistema, para ir em direção à construção e transformação do entendimento de cidadania como uma instituição em fluxo (MEZZADRA, 2012). É o que ocorre com refugiados e imigrantes em situação humanitária que, mesmo estando sob proteção de acordos internacionais e, portanto, regulares, ainda assim se situam em uma zona de experiência de sua cidadania.

Dessa maneira, adotar essa perspectiva requer uma sensibilidade distinta, uma percepção háptica, no intuito de olhar os movimentos e conflitos dos migrantes priorizando suas práticas subjetivas, seus desejos, seus afetos, suas expectativas e seus comportamentos. Papadopoulos, Stephenson e Tsianos (2008) lembram que

também é necessário atentar às ambivalências, pois ao mesmo tempo em que novas ações de liberdade e igualdade surgem no âmbito das migrações, novos dispositivos de dominação e exploração são forjados. Assim, essa seria uma perspectiva de análise das dimensões subjetivas das lutas e dos enfrentamentos que constituem o terreno das “políticas de mobilidade”. Trata-se de uma concepção que não olha simplesmente para políticas de Estado, legislações e comportamento da sociedade hegemônica enquanto agentes perpetuadores de preconceitos, exclusão e dominação, mas visualiza também os tensionamentos e conflitos presentes nos movimentos subjetivos da vida e do trabalho desses migrantes (PAPADOPOULOS; STEPHENSON; TSIANOS, 2008).

Acompanhando os autonomistas, é notável que essa lente teórica é capaz de contemplar e sustentar a análise de diversos tipos de migração, mas percebe-se sua importância e apropriação para a análise dos atuais fluxos migratórios de migrantes e refugiados da rota sul-sul. Observa-se que a abordagem tem a intenção de contribuir para uma visão mais aprofundada e crítica da realidade da exploração do trabalhador migrante, sem, contudo, colocá-lo em posição pária, como grande parte dos estudos *mainstream*, mas como alguém que está buscando se (re)inventar, que se move porque, em meio à produção de subjetividades, surgem singularidades. Não se trata de uma visão romantizada de um migrante que se desloca exclusivamente pela sua autonomia, mas que traz luz a esse elemento (MEZZADRA, 2012).

Nesse sentido, a Autonomia das Migrações não nega que determinados percursos migratórios perpassem as lentes econômicas, sistêmicas e transnacionais, mas põe em relevo as ambiguidades das condições e práticas desses migrantes em um cenário aberto, múltiplo e complexo. A perspectiva teórica caracteriza-se, portanto, por enfatizar as subjetividades, especialmente aquelas relativas ao trabalho, apontando um campo contraditório e de contestação no percurso de vida e trabalho dos migrantes e refugiados.

Tendo em vista que a Autonomia das Migrações é voltada para os mais diversos tipos de migrantes, é necessário sintetizar e sobrelevar os elementos principais que compõem os pilares da presente tese.

Migração é um conceito amplo, diversificado, multifacetado e complexo. Embora surjam cada vez mais termos para dar conta do fenômeno nos âmbitos jurídico, acadêmico, organizacional e midiático, ainda assim, todos são migrantes –

emigrantes e imigrantes. A multiplicação de termos auxilia na estratificação dos migrantes pelas forças estruturantes da ordem global e capitalística que estriam os espaços sociais e de trabalho a serem ocupados. Dependendo da sua origem e do modo como entram no país de destino, os migrantes podem ocupar espaços de trabalho qualificados ou pouco qualificados. Ajusta-se o olhar aos atuais e crescentes fluxos migratórios, especialmente aos percursos de migrantes e refugiados do sul global para o Brasil, indivíduos que foram empurrados de seus países de origem por forças estruturais. Estes migram em fortes condições de incerteza, seja em busca de segurança, de sobrevivência, de subsistência ou de uma vida melhor no país de destino.

Trabalho é fonte de dignidade e sustento da vida. Além do sentido de subsistência, trabalho imbrica-se à vida; é, por conseguinte, sustento aos modos de viver a vida. Tomado como central ao indivíduo e como eixo organizativo da sociedade capitalista, na medida em que vai se transformando, vai modificando os modos de viver e de trabalhar. De uma sociedade disciplinar em que nasceu e se criou o fordismo, passou-se a uma sociedade do controle, em que predomina o regime de acumulação flexível, globalizado e suas contínuas mutações. No modelo vigente, percebe-se a hegemonia do trabalho imaterial, que demanda do indivíduo modos de subjetivar – consumir, pensar, falar, dançar, vestir, cozinhar, enfim, ser, viver e produzir-se para o trabalho. O trabalho imaterial conduz o olhar desta tese.

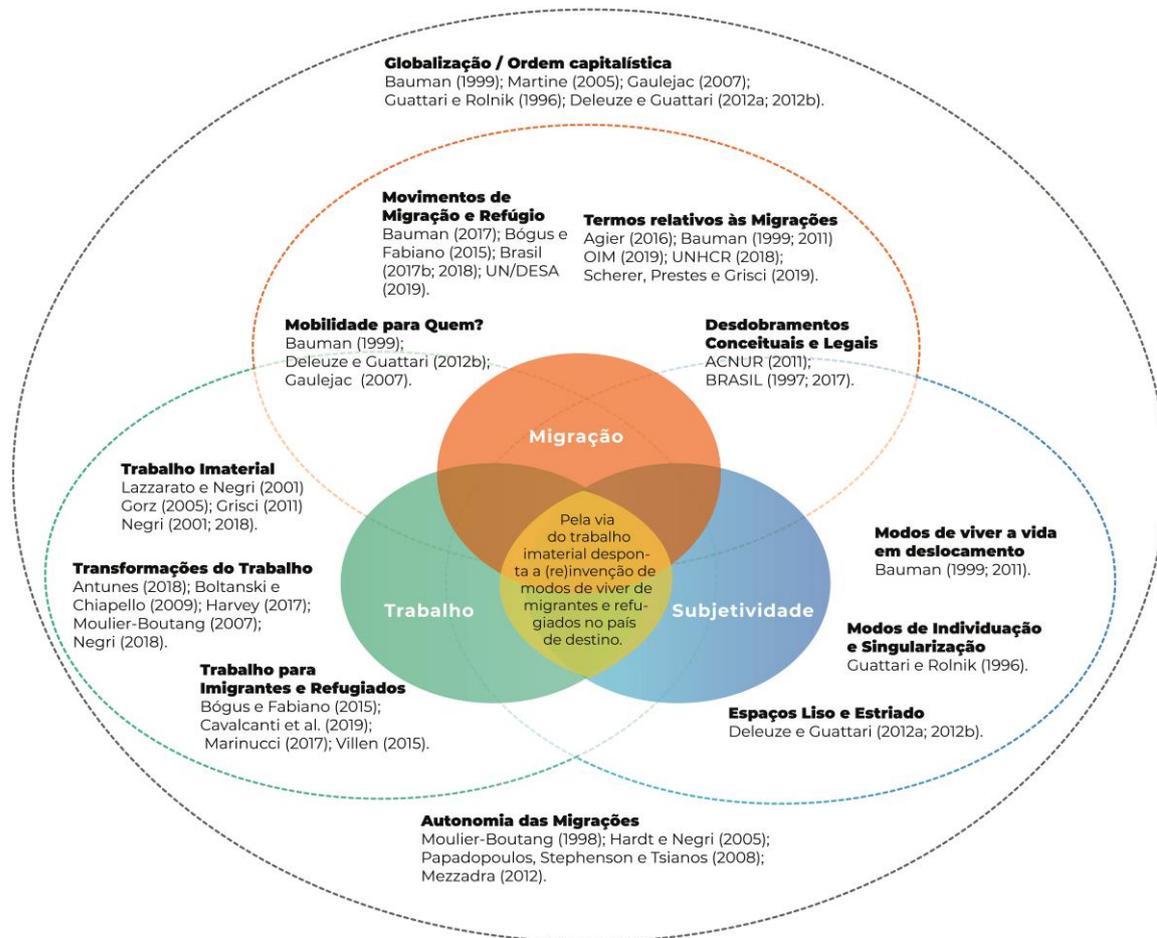
Subjetividade é um conceito de múltiplos entendimentos. Parte-se da ideia de que subjetividades são produzidas de forma individual e coletiva, e consumidas por eles na lógica capitalista. Interessa para esta tese, especialmente, a relação da subjetividade com o trabalho, o que implica pensar em um processo recíproco de influência entre modos de ser/viver-modos de trabalhar. Tais processos de subjetivação podem ser observados por modelos metafóricos, pelos conceitos de espaço liso e estriado, que apontam traçados de linha de fuga e devires, e pelos modos de individuação e singularização.

Reforça-se que as construções particulares de cada pilar, bem como sua confluência teórica serviram de bússola para o argumento de tese: **pela via do trabalho imaterial desponta a (re)invenção de modos de viver de migrantes e refugiados no país de destino.**

A Figura 3 apresenta a articulação entre os pilares teóricos. A imagem mostra os principais elementos, os autores de referência e o argumento de tese, ilustrando,

assim, a visão do referencial teórico que foi suporte para o território de pesquisa. Esse território foi produzido pelo método cartográfico, o qual é apresentado na sequência.

Figura 3 - Migração, trabalho e subjetividade: um olhar entrelaçado



Fonte: Elaborado pela autora (2020).

3 EPISTEMOLOGIA E MÉTODO

Neste capítulo, apresenta-se o método de pesquisa, a saber, a cartografia, o seu alinhamento ao pensamento pós-estruturalista e as pistas teóricas da prática do método cartográfico. Na sequência, com base nesse aporte epistemo-metodológico e teórico, expõe-se como ocorreu a aproximação do território e como foram delineadas as estratégias e os procedimentos de produção da cartografia. Por fim, apresenta-se os procedimentos de análise dos dados produzidos.

3.1 PÓS-ESTRUTURALISMO E CARTOGRAFIA

A cartografia é um método de pesquisa qualitativo para acompanhar processos de produção de subjetividades (FONSECA; KIRST, 2003; PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2015; ROLNIK, 2006) “que ocorrem a partir de uma configuração de elementos, forças ou linhas que atuam simultaneamente” (KASTRUP; BARROS, 2015, p. 77). Rolnik (2006, p. 23) resgata que a cartografia vem originalmente de estudos da Geografia, como “um desenho que acompanha e se faz ao mesmo tempo [em] que as transformações da paisagem”, e alega que as paisagens psicossociais também são possíveis de cartografar.

Uma revisão integrativa de publicações brasileiras realizada por Cintra et al. (2017) revela que a cartografia tem sido praticada especialmente nas áreas de Saúde, Educação e Serviço Social. A maioria dos estudos cartográficos contempla espaços formais, com relações disciplinares e normatizadas, como instituições governamentais, prisões, escolas, hospitais e, ainda, redes sociais e outros espaços digitais típicos da sociedade de controle. Contudo, há também os que abarcam o mundo do trabalho, referindo-se a coletivos específicos, como profissionais da saúde, docentes, comissários de voo e deficientes intelectuais no mercado de trabalho (COSTA et al., 2013; FERREIRA et al., 2009; RIBEIRO; ROMAGNOLI, 2012; SILVA; UZIEL; ROTENBERG, 2014). Na Administração, Weber, Grisci e Paulon (2012, p. 841) alertam que poucos estudos apontam a potencialidade da cartografia, especialmente em relação à área de gestão de pessoas e relações de trabalho. Nessa linha, as autoras encorajam o uso dessa opção metodológica como

“alternativa aos métodos tradicionais de pesquisa, contribuindo, dessa forma, para a produção do conhecimento sobre o trabalho no cenário contemporâneo”.

Nessa medida, uma vez que esta tese versa sobre processos de subjetivação que compõem o trabalho imaterial nos percursos de migrantes e refugiados, a cartografia se apresenta como método coerente e fecundo. Afinal, acompanhar a processualidade de um fenômeno em movimento, a saber, a migração, associando-a ao trabalho, requer acompanhar, ao mesmo tempo, a perda e a formação de sentidos, o desmanchamento e a criação de mundos que expressam afetos contemporâneos – características da cartografia, conforme Rolnik (2006). O sentido da cartografia, de acordo com Passos, Kastrup e Escóssia (2015), está no acompanhamento de percursos, nas implicações em processos de produção e na conexão de redes ou rizomas.

A cartografia surge como princípio do rizoma, conceito filosófico de Deleuze e Guattari (2011), em razão das linhas, conexões, heterogeneidades e multiplicidades experimentadas na realidade. O rizoma não se desenvolve seguindo uma linha arborescente de evolução, mas uma lógica dos múltiplos singulares. Não segue uma lógica de desenvolvimento dos princípios às consequências. Trata-se da perspectiva do E/E, de inclusão. Exemplos cotidianos que ilustram a ideia de rizoma são o neurônio, a grama e o vírus (DELEUZE; GUATTARI, 2011).

As características do rizoma são descritas pelos autores por meio de princípios: (1) Conexão e (2) Heterogeneidade: qualquer ponto do rizoma pode se conectar a outro ponto, em qualquer ordem; (3) Multiplicidade: não tem relação com o uno, como sujeito ou como objeto, mas com determinações, grandezas e dimensões que não podem crescer sem mudar de natureza; (4) Ruptura assignificante: pode ser rompido, quebrado em qualquer ponto e retomado seguindo outras linhas; (5) Cartografia e (6) Decalcomania: o rizoma funciona por proximidade e não por modelos (decalques), já que possui diversos centros que são móveis (DELEUZE; GUATTARI, 2011).

Da cartografia, tem-se o mapa que faz parte do rizoma; tem múltiplas entradas, “é aberto, é conectável, em todas as suas dimensões, desmontável, reversível, suscetível de receber modificações constantemente”. Já o decalque “volta sempre ao mesmo”, é uma reprodução (DELEUZE; GUATTARI, 2011, p. 30). Tais características ajudam a compreender como o território desta pesquisa foi acessado, como é detalhado a partir do tópico 3.3.

O rizoma não é apenas um conceito, mas um abrir portas à investigação de elementos marginalizados pelas formas de conhecimento dominantes, ou que lhes escapavam de alguma maneira (CAVALCANTI, 2016). Ao ser um princípio rizomático, a cartografia tem em sua forma de operar “um movimento no mundo diferente do clássico-cartesiano” (POZZANA, 2013, p. 335). É como se fosse um modo de vida que leva a experimentação, e por isso também condiz ao pensamento pós-estruturalista.

Movimento criativo, constantemente aberto ao novo e indisposto a certezas finais e absolutas, para Williams (2017, p. 20) “o pós-estruturalismo é uma prática.” Trata-se de uma prática crítica ao corporificar uma rede de pensamento interdisciplinar, que questiona os status privilegiados de dicotomias ou binarismos (PETERS, 2000). O pensamento pós-estruturalista se revela como uma ruptura, em que se encontram resistências ou poder de resistir e trabalhar contra oposições estabelecidas (WILLIAMS, 2017).

Deleuze é considerado um expoente do movimento pós-estruturalista, juntamente com Derrida, Lyotard, Foucault, Kristeva, dentre outros (PETERS, 2000; WILLIAMS, 2017). O pensamento de Deleuze impossibilita qualquer fundamento previamente estabelecido, uma vez que estes levam a supostas verdades supremas. O que o autor anuncia é outro espaço, de experimentação pelas forças do presente, e por isso imanente, processual, aberto à multiplicidade contemporânea. Ao problematizar o presente, não deixa de levar em consideração os aspectos históricos, abrindo novas possibilidades a partir da potência de compreensão e problematização (WILLIAMS, 2017).

Nesse sentido, interessa o objeto do pensamento relativo aos processos em constante estado de transformação, operando multiplicidades concretas, isto é, a multiplicidade como o elemento em que algo se passa, em que alguma coisa é enunciada (WILLIAMS, 2017).

Os fundamentos apresentados, intrinsecamente relacionados aos objetivos desta tese, são alicerce para a formulação de determinadas ações e cuidados para se praticar a cartografia. Estes são contextualizados por meio de pistas, que são apresentadas a seguir.

3.2 PISTAS DO MÉTODO CARTOGRÁFICO

O método cartográfico não se trata de algo pronto e acabado, com regras gerais a serem aplicadas (KASTRUP; BARROS, 2015), por isso utiliza pistas como “referências que concorrem para a manutenção de uma atitude de abertura ao que vai se produzindo e de calibragem do caminhar no percurso da pesquisa” (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2015, p. 13). Há oito pistas para a realização do método cartográfico, as quais são elencadas na sequência.

Pista 1 - A cartografia como método de pesquisa-intervenção

Para Passos e Barros (2015a), o cartógrafo não segue um trabalho prescritivo, com regras e objetivos previamente estabelecidos. Contudo, é necessária uma orientação do percurso da pesquisa, revertendo o sentido tradicional de método. Nessa perspectiva, não se busca mais alcançar metas prefixadas, mas traçar as metas durante o percurso da pesquisa, em um processo em que o pesquisador, o objeto e os sujeitos de pesquisa interagem e produzem efeitos na investigação. Os autores entendem que há uma inseparabilidade entre pesquisar e intervir, ou seja, compreendem que a pesquisa é intervenção. Nesse sentido, tanto a realidade quanto o pesquisador se transformam.

Pista 2 - O funcionamento da atenção no trabalho da cartógrafa

Kastrup (2015) defende a ideia de que na cartografia não há coleta de dados, mas uma produção de dados que necessita da atenção flutuante do cartógrafo. O trabalho do cartógrafo é estar atento para detectar signos e forças circulantes que compõem processos. De início, cenas e discursos requerem “atenção à espreita” (KASTRUP, 2015, p. 33), uma concentração desfocada, aberta ao inesperado.

A autora define quatro gestos da atenção cartográfica: o rastreio, o toque, o pouso e o reconhecimento atento. O rastreio é uma “varredura do campo” (KASTRUP, 2015, p. 40). Trata-se de metas que variam continuamente, pois ainda não se conhece o território a pesquisar, visto que este surge de modo mais ou menos imprevisível. Há um tateamento, um sentir, isto é, uma percepção háptica (DELEUZE; GUATTARI, 2012b). O toque é sentido como uma rápida sensação, um

pequeno vislumbre que seleciona. A atenção do cartógrafo é capturada. O pouso acontece quando se vê o campo em uma espécie de zoom, (re)configurando o território de pesquisa. O reconhecimento atento se dá com o caminhar, ao vislumbrar o que acontece no território, quando é preciso calibrar a atenção.

Pista 3 - Cartografar é acompanhar processos

Barros e Kastrup (2015) retomam a característica de separação entre o sujeito e o objeto na ciência moderna, a fim de representar objetos. No contexto da ciência moderna, as etapas de pesquisa, a saber, coleta, análise e discussão de dados, são realizadas em momentos distintos. Na pesquisa cartográfica, tem-se uma produção de dados por meio de passos sucessivos e inseparáveis. Cada passo é prolongado, pois carrega consigo o anterior. Trata-se de um processo, no sentido de processualidade, de um processo em curso. Assim, o cartógrafo entra em território no meio do processo já constituído de uma história anterior e de uma espessura processual que impede a composição de representações. Desse modo, a cartografia objetiva “desenhar a rede de forças à qual o objeto ou fenômeno em questão se encontra conectado, dando conta de suas modulações e de seu movimento permanente” (BARROS; KASTRUP, 2015, p. 57).

Nessa medida, a cartografia se aproxima da pesquisa etnográfica ao realizar observação-participante, mantendo contato com os sujeitos em seu território existencial. A relação do cartógrafo com os participantes deve ser de agenciamento, de composição entre heterogêneos. Como discorrem Deleuze e Parnet (1998, p. 65), o “agenciamento é o cofuncionamento, é a ‘simpatia’, a simbiose” e produz enunciados coletivos.

Pista 4 - Movimentos-funções do dispositivo na prática da cartografia

Kastrup e Barros (2015) reiteram que a cartografia não se serve de um modelo de investigação, mas requer procedimentos concretizados em dispositivos, os quais desempenham importantes movimentos-funções.

As autoras se baseiam na ideia de Foucault e Deleuze de dispositivo como um conjunto de linhas de visibilidade, enunciação, força e subjetivação, que podem contemplar discursos, instituições, leis e enunciados científicos. Os movimentos-

função podem ser de duas naturezas. O primeiro é o movimento-função de referência, que considera que o dispositivo funciona com certa regularidade, pela repetição e variação. O segundo, movimento-função de explicitação, determina as linhas do processo em curso. Esses dois levam a cartografia a um terceiro movimento-função do dispositivo, o de produção e transformação da realidade.

Pista 5 - O coletivo de forças como plano de experiência cartográfica

A cartografia visa a ampliar uma concepção de mundo, incluindo “o plano movente da realidade das coisas”, conforme Escóssia e Tedesco (2015, p. 92). A fim de não limitar o olhar da pesquisa aos contornos estáveis denominados formas, objetos ou sujeitos, o cartógrafo deve focar o plano coletivo de forças que produzem esses elementos. A cartografia é uma prática de construção desse plano em dimensão processual.

O coletivo aqui não é o mesmo que social e nem está em oposição ao individual. O coletivo remete às relações estabelecidas entre o plano das formas e o plano das forças que produzem a realidade. Tais planos constroem entre si relações de reciprocidade e de cruzamentos múltiplos (ESCÓSSIA; TEDESCO, 2015).

Pista 6 - Cartografia como dissolução do ponto de vista do observador

Passos e Eirado (2015) defendem a ideia de dissolução do ponto de vista do observador na cartografia. Isso significa que, ao cartógrafo, é requerida uma abertura aos diversos pontos de vista que habitam uma mesma experiência, sem deixar-se dominar pelas aparências. Nesse sentido, age-se pela transversalidade e pelas implicações dos movimentos do território.

Pista 7 - Cartografar é habitar um território existencial

A cartografia demanda do cartógrafo uma imersão no território. Alvarez e Passos (2015, p. 31) dizem que é no compartilhamento de um território existencial que “sujeito e objeto da pesquisa se relacionam e se codeterminam”. Os autores se apoiam no conceito de território de Deleuze e Guattari – território que preza pela expressividade, pelos personagens rítmicos e pelas paisagens melódicas. “As

paisagens vão sendo povoadas por personagens e estes vão pertencendo à paisagem. Com tal perspectiva, somos levados a afirmar que o ethos ou o território existencial está em constante processo de produção” (ALVAREZ; PASSOS, 2015, p. 134). Habitar o território requer um processo construtivo que posiciona o pesquisador como um aprendiz-cartógrafo.

Pista 8 - Por uma política da narrativa

A produção de conhecimento na cartografia ocorre por uma tomada de posição que compromete politicamente o pesquisador. É o que defendem Passos e Barros (2015b, p. 151) ao tomarem a política em seu sentido amplo, como uma “forma de atividade humana que, ligada ao poder, coloca em relação sujeitos, articula-os segundo regras ou normas não necessariamente jurídicas e legais”. Nessa linha de pensamento, a política da narrativa é a expressão do conhecimento sobre o mundo e sobre si, não se constituindo somente como problema teórico, mas como problema político.

Ainda, falar sobre os encontros de sujeitos e sobre as expressividades desses encontros requer transversalidade nas práticas de narrar. Isso implica protagonizar as falas dos sujeitos, colocando luz à função performativa e autopoietica de seus modos de dizer (PASSOS; BARROS, 2015b).

3.3 APROXIMAÇÃO DO TERRITÓRIO

O rastreio. Durante o primeiro ano de meu³¹ doutorado, em 2016, buscava, nas disciplinas, nas leituras, nos espaços de circulação, modos de trabalhar que pudessem indicar pistas de temas para a tese. Era uma época de vasta cobertura midiática internacional a respeito da famigerada “crise” dos refugiados. Imagens de barcos lotados de pessoas atravessando o mar para chegar à Europa e de indivíduos tentando atravessar a pé as fronteiras secas do Brasil ficaram capturadas na minha mente. Sensível ao que se repetia nos noticiários, lembro-me da sensação

³¹ Inspirada em Alvarez e Passos (2015), optei por não seguir a regra acadêmica de uniformização da pessoa da narrativa ao longo da tese. Desse modo, utilizo a linguagem impessoal no processo de construção e argumentação teórica, e a primeira pessoa nos momentos em que narro as minhas intervenções como cartógrafa ativa no movimento da pesquisa.

de indignação e de impotência que senti diante de vidas que eram empurradas a deixar suas terras, o que eu já associava às forças capitalísticas da globalização.

O toque. Recém-chegada a Porto Alegre, ao andar pelas ruas minha atenção era direcionada a indivíduos que conversavam em idiomas que eu não identificava e que trajavam vestimentas ou possuíam características corporificadas como estrangeiras. Era (e é) comum encontrar tais pessoas andando pela cidade ou trabalhando como ambulantes no centro e em estabelecimentos comerciais. Eram os “novos rostos” da migração, como escutei uma vez em uma palestra, o que hoje associo às migrações sul-sul. Perguntava-me, então, sobre como essas pessoas refaziam suas vidas no Brasil. Tais indagações, ainda de forma nebulosa e muito ampla, eram vislumbradas como possibilidades de pesquisa. Como contei no prólogo, como pesquisadora, sempre estive atenta a olhar para indivíduos em contextos interculturais, de modo que vi nesse tema um assunto do qual a academia, especialmente na minha área de atuação, não se aproximava. Busquei em periódicos e anais de eventos as produções sobre o tema. Encontrei publicações nas áreas de Direito, Relações Internacionais, Serviço Social, Psicologia, mas não de Administração. Esse vácuo alertou sobre a necessidade de dar luz a essa situação, especialmente porque eu partia do pressuposto de que a inserção dos refugiados no mercado de trabalho é fundamental para que esses indivíduos possam viver em outro país. Dessa forma, esse tema deve ter atenção da Administração. Mas qual seria o foco da pesquisa? Debrucei-me em buscar estudos relativos a trabalho de refugiados. Fui percebendo a predominância de discussões sobre trabalho precário, xenofobia e racismo, que tinham como sujeitos de análise não exclusivamente refugiados, mas também migrantes que se deslocavam por variados motivos. Tudo isso ainda possibilitava uma visão panorâmica, não ajustada, mas que revelava pistas importantes a serem juntadas para dar continuidade ao processo.

O pouso. Inesperadamente, aconteceu o ajuste do olhar. Ainda era 2016 quando eu me encontrava na situação de migrante interna, uma vez que circulava entre Santana do Livramento, em função de meu trabalho, e Porto Alegre, em razão de minha formação doutoral. Na cidade em que trabalhava, fui a um salão de beleza fazer design de sobrancelha, quando o proprietário me apresentou um profissional sírio que fazia depilação egípcia – procedimento realizado com o manusear de uma linha. *“Ele é sírio, mas aprendeu a depilação egípcia no Egito mesmo. Ele já esteve*

lá e em vários outros países fugindo da guerra”, disse o dono do salão. A forma como me foi apresentado o serviço ressaltava a rentabilização dos saberes específicos de um refugiado, condizentes à noção de trabalho imaterial, referencial teórico com o qual eu já havia me familiarizado ao longo dos estudos do doutorado. Depois dessa experiência, decidi por trabalhar esse tema de pesquisa, porém atenta aos desafios com que iria me deparar ao estudar refugiados. No episódio que descrevi, o sírio não falava português, só árabe e inglês básico. Quem me contou a história do profissional sírio foi o dono do salão, que o acolheu por fazer parte de uma grande comunidade de descendentes e imigrantes árabes da cidade. Naquele cenário, vi formas de relações de vida e trabalho vivenciadas pela mobilidade internacional muito diferentes das predominantes nos estudos da Administração, até então focadas na mobilidade de expatriados e de gestores globais em empresas multinacionais.

O reconhecimento atento. Em 2017, licenciei-me para dedicação exclusiva ao doutorado. Seria a oportunidade de mostrar o inflamado cenário de refugiados que, inicialmente, me chamou a atenção na capital gaúcha. Porto Alegre se encontra na oitava posição dentre os municípios brasileiros com maior registro de migrantes, com 14.107 registros, e na 17^a posição entre aqueles com maior número de solicitações de refúgio, com 237 registros (IBGE, 2019)³². Apesar desses números expressivos, não estava claro para mim por onde começar a pesquisa de campo. Eu buscava refugiados que trabalhassem com referências de seu país de origem, mas, em meus primeiros passos, guiados por uma visão ótica, não os encontrava. Era preciso dar passos mais largos, mais intensos, guiados por uma percepção háptica, como sugerem Deleuze e Guattari (2012b). O encontro com os participantes da pesquisa ocorreu após um longo e intenso percurso, o qual também me levou ao encontro e à escolha da cartografia como método de pesquisa. A cartografia desenhou movimentos seguidos por uma atenção flutuante (COSTA; ANGELI; FONSECA, 2015), por uma experimentação de uma *flâneur*-cartógrafa.

A Flâneur-cartógrafa. Jacques (2012) explica que a figura do *flâneur*, presente nas obras de Charles Baudelaire e mais tarde na releitura de Walter Benjamin, se refere à prática de flanâncias pela cidade. Trata-se de uma investigação do espaço urbano denominado como errâncias urbanas. O *flâneur* se

³² Referente ao período 2010-2018.

move conforme o ritmo da cidade, não se protege de experiências de choque com o outro, vive a alteridade, deixa-se fascinar, mas também reage, tem potência crítica. É possível se perder, se desorientar, apressar o passo, diminuí-lo. A autora ressalta que, muitas vezes, o *flâneur* pode ser confundido com um detetive, aquele que pratica errâncias urbanas, que tem algo de uma sensibilidade etnográfica, que também pode ser entendida por cartográfica. Seu objetivo é mostrar aqueles que habitam a cidade e relatar essas experiências em narrativas, sob a forma de criações de interlocuções críticas. Romero e Zamora (2016) relacionam a prática do *flâneur* com a do cartógrafo ao argumentar que o corpo do cartógrafo emerge como central para a metodologia da cartografia nos estudos de subjetividade. “Em suas caminhadas pela cidade o *flâneur*-cartógrafo vê, cheira, apalpa, encosta, pega e prova da urbe com seu corpo aberto à percepção das variações intensivas” (ROMERO; ZAMORA, 2016, p. 457).

Minha prática como *flâneur*-cartógrafa iniciou em 2017, quando comecei a participar de seminários, palestras, reuniões, exposições e mostras de cinema organizadas por universidades, órgãos do governo, organizações internacionais, religiosas e da sociedade civil, predominantemente em Porto Alegre. Nos lugares em que circulei, contava para as pessoas sobre as ideias da minha pesquisa, o que, ao longo do percurso, rendeu muitas indicações de eventos-atividades (que são detalhados no tópico 3.4). Cabe ressaltar que naquele momento eu já estava cartografando, mesmo sem nomear a prática da pesquisa de campo dessa forma. Também cursei uma disciplina sobre Imigração e Cultura no Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da UFRGS, onde tive a oportunidade de contatar pesquisadores especialistas no tema, bem como de participar de palestras com imigrantes e refugiados. Também acompanhava notícias nas mídias impressa, televisiva e digital. No Facebook, continuo acompanhando páginas de instituições promotoras de eventos-atividades e de grupos específicos de migrantes, a exemplo da “Africanos e Haitianos imigrantes e refugiados no Brasil”. Produzi, em parceria com minha orientadora e uma colega, três artigos sobre o tema (SCHERER; GRISCI, 2018; SCHERER; PRESTES, 2019; SCHERER; PRESTES; GRISCI, 2019), cujo conteúdo foi discutido em congressos científicos; outros dois foram submetidos e encontram-se em análise.

Nesse período, ainda conheci projetos que fornecem assistência a migrantes e refugiados, como o Grupo de Assessoria a Imigrantes e Refugiados (GAIRE) da

UFRGS, o CIBAI Migrações, em Porto Alegre, e a Missão Paz, em São Paulo, os dois últimos vinculados à Igreja Católica. O CIBAI (Centro Ítalo Brasileiro de Assistência e Instrução às Migrações) consiste em um projeto criado em 1958, responsável por liderar ações humanitárias voltadas a questões de migração da Missão Pompeia, paróquia da Igreja em Porto Alegre. Desde o início, propôs-se a acolher e acompanhar migrantes, além de ajudar com a regularização de documentos, a inserção no mercado de trabalho e o ensino de português. O projeto é formado por uma equipe de funcionários e voluntários. Após a visita realizada ao CIBAI, vislumbrei o desejo e a oportunidade de realizar trabalho voluntário como professora de português para migrantes e refugiados.

De novembro de 2017 a agosto de 2018, ministrei aulas para as turmas de nível avançado, para migrantes e refugiados que já se comunicavam bem em português. Cerca de 15 alunos de diferentes nacionalidades frequentavam a classe. Além das aulas, que ocorriam aos sábados das 16h às 18h30min, também participei, até 2019, de outras atividades, como passeios pela cidade, confraternizações e palestras sobre temas diversos voltados às especificidades brasileiras, como cultura, dança e trabalho, todas promovidas pelo CIBAI ou por seus parceiros e voluntários. Também organizei e ministrei quatro palestras sobre o mercado de trabalho brasileiro em parceria com outra voluntária.

Nesse caminhar, eu relatava às pessoas a minha pesquisa e pedia indicações de refugiados cuja atividade laboral apresentasse referências de seu país de origem. As inúmeras leituras, tanto teóricas quanto de materiais de divulgação de instituições, bem como as conversas informais para apreender melhor o tema, possibilitaram-me compreender que eu não me referia apenas a refugiados. Era comum, em meio a reuniões, alguém levantar a questão dos refugiados de Porto Alegre dirigindo-se a haitianos e senegaleses, mesmo quando, em sua maioria, esses indivíduos não têm tal status jurídico. Conheci as diferenças entre as terminologias utilizadas para migrantes e compreendi que as categorias jurídicas são importantes para garantir direitos, mas que não dão conta da pluralidade das vidas que estão em discussão e, por isso, também não dão conta dos interesses desta tese. Entendi que as migrações são mistas e complexas e, por isso, optei por focar em migrantes e refugiados – nomenclatura utilizada de forma conjunta pela OIM e pela ACNUR. Percebi, ainda, que tais indivíduos tinham em comum o fato de terem

nascido em países do sul global, sendo empurrados pelas forças capitalísticas da globalização e tendo migrado ao Brasil frente à situação de incerteza em que viviam.

De setembro de 2018 a abril de 2019 realizei o doutorado-sanduíche na Université Paris-Dauphine, na França. Essa experiência possibilitou a realização de uma gama de eventos-atividades relativos à migração: participação em palestras e cursos na instituição a que eu estava vinculada e em outras, como o Collège de France e a École des Hautes Études en Sciences Sociales; participação em reuniões da Cátedra de Management, Diversité et Cohesion Social, coordenada pelo orientador no exterior; participação em grupo de estudos sobre Migração com pesquisadores de diferentes universidades de Paris; realização de duas comunicações orais sobre o tema da tese; e realização de pesquisa em organizações que visam à inserção social e laboral de refugiados. Ainda como *flâneur-cartógrafa* na cidade de Paris, percebi que estava em uma posição distinta, em uma configuração de *flâneur-cartógrafa-migrante*. É preciso ressaltar que as práticas realizadas em Paris permitiram enriquecer o olhar teórico, especialmente, a partir dos estudos de Agier, Héran, Moulier-Boutang e Sayad.

Tornar-me *flâneur-cartógrafa* permitiu-me observar-intervir em eventos-atividades, detectar forças-circulantes, dispositivos, agenciamentos e buscar aproximação com migrantes e refugiados. Posso dizer que esse período como *flâneur-cartógrafa* iniciado em 2017 perdurou até o término da tese, pois o olhar atento e flutuante de cartógrafa me inseriu em uma rede que me mantém ativa no cenário de migração.

3.4 ESTRATÉGIAS E PROCEDIMENTOS DE PRODUÇÃO DA CARTOGRAFIA

O percurso como *flâneur-cartógrafa* permitiu a iniciação de um “cenário de migração de Porto Alegre”, como gosto de dizer, cujas linhas foram se delineando quando a presença de pessoas e instituições nos eventos-atividades foi se repetindo. Desse modo, o zoom ainda mais ajustado permitiu a visibilização e a imersão em um território que expressa os processos de subjetivação que compõem o trabalho imaterial nos percursos de migrantes e refugiados.

Para acompanhar processos desse território, utilizei a observação-participante e a entrevista como estratégias de produção de dados aliando-me a autores que

refletem sobre o método da prática cartográfica (BARROS; KASTRUP, 2015; PASSOS; EIRADO, 2015; TEDESCO; SADE; CALIMAN, 2013).

3.4.1 Observação-participante e entrevista

A observação-participante e as entrevistas realizadas para esta tese estão em linha com as pistas da cartografia apresentadas por Passos, Kastrup e Escóssia (2015): a pesquisa-intervenção, a atenção do cartógrafo, o acompanhamento de processos, o acesso a dispositivos e seus movimentos-funções, a produção de um coletivo de forças, a dissolução do ponto de vista do observador, a habitação em um território existencial e a narração política. Dessas pistas, surgem outras, de modo mais pontual a observação-participante e a entrevista, como se verifica a seguir.

Para Barros e Kastrup (2015), a cartografia se aproxima da etnografia ao servir-se da observação participante. Dentre essas aproximações, pode-se citar: habitar um território, atentar aos seus processos, manter-se em contato com as pessoas e seu território existencial. Desse modo, ao observar-participar, o pesquisador se coloca a cartografar um território que, em princípio, não habitava. “Não se trata de se deslocar em uma cidade conhecida, mas de produzir conhecimento ao longo de um percurso de pesquisa, o que envolve a atenção e, com ela, a própria criação do território de observação” (KASTRUP, 2015, p. 45). A observação participante requer entrar no campo de pesquisa desprovido de uma atenção seletiva (PASSOS; EIRADO, 2015). Dentre múltiplos e variados elementos, é pela percepção visual, auditiva ou outra que o cartógrafo pousa sua atenção e ajusta as lentes, reconfigurando o campo de observação (KASTRUP, 2015, p. 43).

Barros e Kastrup (2015, p. 71) apontam a importância de se fazer um diário para tornar visível a observação participante. Mais do que isso, esse procedimento dá “visibilidade ao processo de construção coletiva do conhecimento”. Conforme Barros e Passos (2015), o “diário de bordo de uma viagem-intervenção”, ao ser apresentado na pesquisa, restitui um texto analítico ampliado, pois imprime ideias tanto dos pesquisadores quanto dos pesquisados.

A entrevista em uma cartografia, segundo Tedesco, Sade e Caliman (2013, p. 300), é uma “ferramenta eficaz na construção e [no] acesso ao plano compartilhado da experiência”. Para realizá-la, deve-se considerar, concomitantemente, as

experiências de vida ou o vivido da experiência, “que advém da reflexão do sujeito sobre as suas vivências e inclui seus relatos sobre histórias de vida, ou seja, o narrado de suas emoções, motivações e tudo aquilo que o sujeito pode representar como conteúdo vivido” e a experiência pré-refletida, referente “à processualidade, ao plano da coemergência, plano comum, coletivo de forças, do qual advém todos os conteúdos representacionais” (TEDESCO; SADE; CALIMAN, 2013, p. 302).

Os autores ressaltam que a linguagem ajuda a compreender não apenas o conteúdo dito, mas a experiência do entrevistado, o que, no âmbito desta tese, foi considerado com atenção redobrada, especialmente em razão de a maioria das entrevistas não ter sido realizada na língua-mãe dos migrantes e refugiados. Nesse sentido, “as irregularidades do dizer – a entonação: variações de altura, velocidade, silêncios, repetições – nada mais são do que efeitos diretos do plano dos conteúdos, ou seja, indicadores da presença da experiência na fala [...] As variações do dizer presentes no ritmo, entonação, tropeços carregam as intensidades da experiência” (TEDESCO; SADE; CALIMAN, 2013, p. 303).

Tais recomendações foram seguidas para a produção de dados durante a participação nos eventos-atividades e nos encontros e entrevistas com os migrantes e refugiados, como se vê a seguir.

3.4.2 Eventos-atividades e participantes da pesquisa

Os procedimentos de produção de dados são apresentados em três partes: a) observação-participante de eventos-atividades; b) entrevistas com informantes-chave; e c) observação-participante e entrevistas com migrantes e refugiados. Tais partes não são subsequentes, ocorreram de forma simultânea de modo a acompanhar a processualidade do território (BARROS; KASTRUP, 2015).

A primeira parte dos dados se refere à observação-participante nos eventos-atividades que vivenciei como *flâneur*-cartógrafa. O Quadro 3 detalha esses eventos de forma cronológica, apresentando data, hora e local, nome e identificação, como evento-atividade acadêmico (Acad), político (Pol), social (Soc) e/ou cultural (Cult). Embora Passos e Barros (2015b) considerem todos os eventos como políticos, optei por explicitar o seu caráter denotativo, a fim de mostrar a pluralidade dos tipos de evento-atividade e o alcance do tema na cidade de Porto Alegre.

Quadro 3 - Percurso como *flâneur*-cartógrafa em Porto Alegre 2017-2019

Tipo de evento	Eventos-Atividades	Data/Hora/Local
E1 Acad	Palestra - Introdução ao tema das migrações - Processo Seletivo do GAIRE 2017/1	29/04/17, 9h-12h Faculdade de Direito UFRGS
E2 Acad	Aula aberta - Imigrantes ou refugiados: práticas dos imigrantes	04/05/17, 9h-12h Auditório Fac. Bibliotec. e Comunicação UFRGS
E3 Acad-Pol	Roda de conversa - A nova Lei de Migração Brasileira – Organização: OIM, GAIRE e grupos de pesquisa em Migrações da UFRGS	15/05/17, 16h-18h Auditório Fac. Ciências Econômicas UFRGS
E4 Acad-Cult	Percurso Migratórios – Espaço de escuta e conversa com migrantes artistas – organização GAIRE	10/06/17, 9h-12h Instituto de Artes UFRGS
E5 Cult-Pol	Mostra de filmes - Olhares sobre o refúgio – Organização: ACNUR em alusão ao Dia Mundial do Refugiado.	08 a 11/06/17, 19h-21h Cinemateca Casa de Cultura Mario Quintana
E6 Cult-Pol	Débat d'idées 2ª ed. - Documentário: Traversée Clandestine – Organização: Aliança Francesa de POA e Ministério da Cultura	17/08/17, 20h-22h Cinemateca Capitólio Petrobrás
E7 Acad	Componente curricular: Tópico Especial V de Antropologia - Imigração e Cultura	2017/2 (30h) Programa Pós-Grad. Antropologia Social UFRGS
E8 Soc	Dia de observação dos trabalhos da Missão Paz em São Paulo (Projeto da Igreja Católica de acolhimento, aula de português, processo seletivo de emprego para imigrantes e refugiados)	09/11/17, 11h-17h Missão Paz em São Paulo
E9 Soc	Trabalho voluntário como professora de português nível avançado para imigrantes e refugiados no Curso Conexão Português	Nov/2017 a Ago/2018 CIBAI Migrações
E10 Soc	Trabalho voluntário na Festa da Criança Migrante	02/12/17, 15h-20h CIBAI Migrações
E11 Pol	Conversa com Direção do Sistema Nacional de Emprego (SINE) sobre oferta e demanda de emprego em POA para imigrantes e refugiados	10/05/18, 14h-15h SINE Municipal de Porto Alegre
E12 Soc	Trabalho voluntário – Organização e realização de três edições da Oficina: Mercado de Trabalho no Brasil: discussão sobre (re)inserção profissional de imigrantes e refugiados	Maio/2018 (10h) CIBAI Migrações
E13 Soc	Café com Direitos - Migrações e Refúgio, contexto Atual e Direitos dos Migrantes – Organização: Centro de Referência em Direitos Humanos – AVESOL	28/06/18, 17h- 20h AVESOL
E14 Soc	Trabalho voluntário na Festa Junina para os alunos do Curso Conexão Português	15/07/18, 15h-18h CIBAI Migrações
E15 Pol	Palestra e reunião - Nova Lei de Migração: Uma Janela de Oportunidades – Organização: Governo Federal, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), ACNUR e Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE)	27/07/18, 8h30-17h Auditório do BRDE
E16 Cult	Exposição de fotografias “O Mundo em Movimento”. Organização: Virada Sustentável de Porto Alegre, em frente à Faculdade de Educação da UFRGS	10/05/19 Faculdade de Educação UFRGS
E17 Acad-Cult	7ª Semana da África na UFRGS - Palestras e feira cultural	21 a 24/05/19 (30h) Salão de Atos UFRGS
E18 Cult	Encerramento da Semana da África – Apresentações culturais de imigrantes africanos	24/05/19, das 21h-1h Afro Sul – Odemodê

Tipo de evento	Eventos-Atividades	Data/Hora/Local
E19 Acad-Cult	Evento Migrarte - Espaço de escuta e conversa com migrantes artistas – Organização: GAIRE	25/05/19, 14h-17h Centro Cultural UFRGS
E20 Acad	Seminário Internacional - Direitos Humanos, Proteção Social e Migrações Contemporâneas.	28/05/19, 9h-12h Pantheon Campus do Vale UFRGS
E21 Acad	Palestra - Muros Invisíveis: trajetórias de alunos refugiados.	12/06/19, 14h-17h Auditório do ILEA UFRGS
E22 Acad	Palestra - Migrações, Trabalho e Política na Europa: a migração brasileira no contexto contemporâneo – Organização: Observatório Internacional de Carreiras	13/06/19, 19h-21h Auditório da Escola de Engenharia UFRGS
E23 Pol	Abertura da 34ª Semana do Migrante da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul	17/06/19, 11h-12h30 Assembleia Legislativa do RS
E24 Pol	Audiência Pública sobre Migrações na Câmara Municipal de Porto Alegre	17/06/19, 19h-22h Câmara Municipal de Porto Alegre
E25 Pol-Soc	Encerramento da 34ª Semana do Migrante – Feira de produtos no CIBAI Migrações	22/06/19, 14h-17h CIBAI Migrações
E26 Pol	Reunião do COMIRAT-RS - Comitê Estadual de Atenção a Migrantes, Refugiados, Apátridas e Vítimas do Tráfico de Pessoas no Rio Grande do Sul	25/06/19, 14h30-17h Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do RS
E27 Soc	Encontros Refugiados e Imigrantes - Diversidade Impulsionando Negócios. Organização: Facebook em parceria com a ONG Migrafix	29/06/19, 16h-19h Clube SOGIPA
E28 Soc	Trabalho voluntário na Festa junina para os alunos do Curso Conexão Português	13/07/19, 9h-12h Cibai Migrações
E29 Pol	Reunião de criação de Cooperativa Habitacional e do Trabalho de migrantes e refugiados do Município de Porto Alegre. Organização: Departamento Municipal Habitacional de POA	25/07/19, 19h-21h Auditório do DEMHAB
E30 Cult	Evento Casa de Cultura Mário Quintana Apresenta: Casa Expandida - Apresentação artística de imigrantes	03/08/19, 19h-00h Casa de Cultura Mario Quintana
E31 Pol	Workshop - Reassentamento de refugiados e integração local. Organização: Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social e ACNUR	06/08/19, 9h-17h30 Auditório do DEMHAB
E32 Pol	Reunião do COMIRAT-POA - Comitê Municipal de Atenção a Migrantes, Refugiados, Apátridas e Vítimas do Tráfico de Pessoas do Município de Porto Alegre	20/08/19, 14h-16h Prefeitura de POA
E33 Soc	Trabalho voluntário – organização e realização da Oficina: Mercado de Trabalho no Brasil: discussão sobre (re)inserção profissional de imigrantes e refugiados	28/09/19, 9h-11h30 Cibai Migrações
E34 Cult	Festa das Nações – exposição de gastronomia, artesanato e cultura	29/09/19, 18h-19h Largo Cultural do Shopping Total
E35 Pol	VII Seminário Fórum Permanente da Mobilidade Humana: Desconstruindo Muros: para melhor acolher migrantes e refugiados	30/09/19, 8h30-17h Cibai Migrações
E36 Pol-Soc	Como contratar migrantes na sua empresa? Organização: OIM em parceria com o Governo do Estado do RS e a Prefeitura de POA	14/11/19, 9h-12h Auditório do Fecomércio

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Os eventos-atividades vivenciados e praticados como *flâneur*-cartógrafa foram producentes à pesquisa. Além de trazer amadurecimento e sensibilização do olhar para esse campo, imbuída pela ideia da dissolução do meu ponto de vista enquanto pesquisadora (PASSOS; EIRADO, 2015) e assumindo a postura de uma participante-observadora praticando observação-participante (BARROS; KASTRUP, 2015), foi possível:

- a) reconhecer e acessar dispositivos que se concretizaram pelos movimentos-função de referência, explicitação e produção da realidade (KASTRUP; BARROS, 2015), tais como o conjunto de leis, portarias e acordos internacionais que foram descritos no referencial teórico e as instituições (públicas, internacionais, religiosas e da sociedade civil) que compõem o coletivo de forças no cenário de migração;
- b) acompanhar processos relativos à funcionalidade dessas instituições e ao entrosamento entre elas, de modo a interagir com seus agentes nos eventos-atividades ao circular repetidamente nesses espaços, conversar nos momentos antecedentes, precedentes e intervalos, fazer perguntas e comentários, dar sugestões, ministrar aulas e ajudar na organização de eventos com trabalho voluntário – delineando concretude ao caráter pesquisa-intervenção (PASSOS; BARROS, 2015a);
- c) construir um plano coletivo de forças moventes (ESCÓSSIA; TEDESCO, 2015) ao (re)conhecer agentes e interatuar com eles, de modo que compartilhassem experiências que contribuíssem com os objetivos da tese (como os informantes-chave), e ao me aproximar, conviver e interagir com migrantes e refugiados e seus trabalhos;
- d) produzir diários de bordo com anotações das principais percepções relativas às vivências e aos relatos de conversas informais. Os diários foram organizados e nomeados por evento-atividade. Por exemplo: DIÁRIO DE BORDO E23.

A segunda parte dos procedimentos de produção de dados se refere às entrevistas com informantes-chave, os quais são membros de organizações religiosas, da sociedade civil, da universidade e do poder público. Elas foram realizadas em um formato de conversa com enfoque nas experiências de trabalho

dos informantes e nas suas áreas de atuação com migrantes e refugiados. Também foram solicitadas informações sobre migrantes e refugiados que utilizam referências de seus países para trabalhar, o que resultou na indicação de mais contatos e participantes da pesquisa. O Quadro 4 detalha as informações.

Quadro 4 - Informantes-chave

	Entrevistado	Organização	Entrevista		
			Local	Data	Duração
I1	Membros voluntários do Curso de Português	Organização religiosa CIBAI Migrações	CIBAI Migrações	24/05/18	30min
I2	Coordenação do Conselho de Migração	Ministério do Trabalho	Auditório do BRDE	27/07/18	10min
I3	Coordenação no RS	ONG África do Coração	Espaço da Prefeitura	31/05/19	14min
I4	Membros voluntários do GAIRE	Projeto de Extensão Universitária UFRGS	Fac. Direito UFRGS	04/06/19	46min
I5	Coordenação da Comissão DH – imigrantes e indígenas	Prefeitura de Porto Alegre	Prefeitura de Porto Alegre	20/08/19	15min

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Saliento que a OIM e a ACNUR também foram consideradas informantes-chave, visto que realizei conversas informais com seus representantes durante os eventos-atividades e troquei e-mails que resultaram em indicações de documentos oficiais públicos.

A terceira parte dos procedimentos de produção de dados se refere a entrevistas com migrantes e refugiados e à observação-participante de suas atividades laborais de forma presencial (em seus locais de trabalho/residência e/ou eventos-atividades) e virtual (redes sociais da internet, como Facebook, Instagram, YouTube e WhatsApp).

Para selecionar os participantes, foi pertinente estabelecer alguns critérios que corresponderem aos objetivos do estudo. Nesse sentido, participaram 16 migrantes e refugiados, independentemente de sexo, com as seguintes características: (i) são nativos de países do sul global; (ii) migraram ao Brasil em situação de incerteza; (iii) moram e trabalham no município de Porto Alegre ou na região metropolitana; e (iv) trabalham, atualmente, em atividade que usa referências de seu país de origem. O Quadro 5 apresenta os participantes identificados pelos nomes dos principais rios de seu país, aludindo, assim, aos fluxos, aos movimentos, aos deslocamentos.

Quadro 5 - Apresentação dos migrantes e refugiados

Participante	País de origem	Sexo	Idade	Estado civil	Idiomas	Tempo no Brasil	Situação (migração ou refúgio)	Referência do seu país utilizada no trabalho atual
Orinoco	Venezuela	M	48	Casado com filhos	Espanhol Português básico	1 ano e 7 meses	Refúgio	Alimentação
Unare	Venezuela	F	18	Solteira	Espanhol Português básico	10 meses	Refúgio	Dança
Arauca	Venezuela	F	41	Casada com filhos	Espanhol Português	10 anos	Migração	Alimentação
Tuy	Venezuela	F	50	Divorciada	Espanhol Inglês Português	8 meses	Refúgio	Idioma
Artibonite	Haiti	M	32	Casado com filho	Crioulo Francês Português	6 anos e 6 meses	Migração	Representação político-cultural
Estère	Haiti	F	42	Solteira	Crioulo Francês Inglês Espanhol Português	6 anos e 6 meses	Migração	Idioma
Autrou	Haiti	M	22	Solteiro	Crioulo Francês Inglês Português	2 anos e 7 meses	Migração	Idioma e Poesia
Eufrates	Síria	M	30	Solteiro com filho	Árabe Inglês Português	4 anos e 5 meses	Refúgio	Alimentação
Orontes	Síria	M	32	Solteiro	Árabe Inglês Português básico	2 anos	Refúgio	Alimentação
Balikh	Síria	M	30	Solteiro	Árabe Português básico	2 anos e 9 meses	Refúgio	Alimentação
Khabur	Síria	M	21	Solteiro	Árabe	4 meses	Refúgio	Alimentação
Saloum	Senegal	M	32	Solteiro	Wolof Francês Português	10 anos	Migração	Representação político-cultural
Casamance	Senegal	M	42	Solteiro com filho	Wolof Francês básico Português	4 anos e 6 meses	Migração	Moda
Falémé	Senegal	M	27	Solteiro com filho	Wolof Francês Espanhol Português	5 anos e 7 meses	Migração	Representação político-cultural
Comoé	Costa do Marfim	M	32	Solteiro	Crioulo Francês Português	3 anos e 4 meses	Migração	Música e Moda
Níger	Nigéria	M	-	Divorciado	Yorubá Inglês Português	8 anos e 7 meses	Migração	Música e Representação político-cultural

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

O Quadro 5 possibilita observar os seis países do sul global de onde provêm os participantes da pesquisa, a saber, Venezuela, Haiti, Síria, Senegal, Costa do Marfim e Nigéria. Dos entrevistados, doze são homens e quatro são mulheres. A média de idade dos participantes é de 33 anos, com a seguinte distribuição etária: três possuem de 18 a 29 anos, sete têm de 30 a 39 anos e cinco contam com idade entre 40 e 50 anos. Quanto ao estado civil, 13 são solteiros ou divorciados e três possuem cônjuge que também reside no Brasil. Seis entrevistados têm filhos, sendo que dois tiveram filhos com brasileiras e um deles tem um filho que mora no seu país de origem. A maioria se comunica em mais de um idioma e aprenderam/continuam aprendendo português já no Brasil. Com exceção dos sírios, a língua oficial dos países é a do colonizador, sendo que os haitianos e africanos mencionaram a importância da língua nativa.

Arauca e Saloum são os que chegaram ao Brasil há mais tempo, e Khabur é o que migrou mais recentemente. Mesmo com pouco tempo no Brasil, Khabur foi incluído na pesquisa por fazer parte da rede de trabalho dos sírios. É importante ressaltar que a situação de migração³³ ou refúgio mencionada tem por base a história de deslocamento do indivíduo, o que não necessariamente corresponde a sua documentação no país. As referências dos países de origem utilizadas nos trabalhos atuais desses migrantes e refugiados no Brasil são relativas à alimentação, à dança, ao idioma, à moda, à música e à representação político-cultural, o que de antemão expressa a pluralidade de elementos que compõem a caracterização do trabalho imaterial.

Embora este estudo tenha como foco principal o trabalho de migrantes e refugiados, entendo que trabalho e vida não podem ser dissociados, por isso as observações e as entrevistas são estratégias de produção de dados adequadas, já que não interessam somente os relatos de trabalho, mas da vida como um todo. Eis alguns dos elementos que guiaram as entrevistas: (a) as memórias do país de origem – família, formação escolar e acadêmica, experiência profissional, relação com o trabalho, visão sobre cultura, sociedade, economia e política do país de origem; (b) o movimento de migração e refúgio – contexto, motivos, rotas percorridas; (c) a chegada ao Brasil – lugares, documentos, acolhimento, busca por

³³ Conforme se verá no capítulo de análise dos resultados, os indivíduos entrevistados em situação de migração aproximam-se da definição de migrante econômico, conforme OIM (2009) e IOM (2019).

trabalho; (d) o trabalho atual – o trabalho em si, relações com colegas, superiores hierárquicos, clientes, parceiros, órgãos reguladores; (e) as projeções futuras.

As entrevistas ocorreram nos locais de trabalho, de estudo ou nas residências dos participantes, ou ainda em cafés e restaurantes, conforme disponibilidade de agenda. A duração média das entrevistas foi de uma hora, e a língua utilizada para comunicação foi escolhida pelo entrevistado: espanhol com três venezuelanos; inglês com um sírio; árabe com outros dois sírios (com auxílio de um entrevistado sírio para tradução simultânea português-árabe-português); e português para os demais. As entrevistas em idioma estrangeiro foram traduzidas para o português e alguns trechos em português sofreram correção gramatical para melhor inteligibilidade. Ressalta-se que apenas determinadas palavras ou expressões foram mantidas nas línguas-mãe, com o intuito de dar valor à função performativa dos modos de dizer, conforme sugerem Passos e Barros (2015b).

Priorizei as falas em português dos migrantes e refugiados que falam tal língua fluentemente, pois, embora eu me comunique em idiomas como inglês, francês e espanhol, é importante considerar que quando o estrangeiro se expressa no idioma do país de destino, consegue identificar e compreender melhor, utilizando tanto a linguagem verbal quanto as linguagens corporal, gestual e cultural do país (CHANLAT, 2013). Dúvidas referentes à tradução de determinadas palavras ou expressões foram sanadas na língua materna dos participantes, quando eu as dominava, ou em dispositivos eletrônicos com aplicativos de tradução.

Além do momento da entrevista, encontrei, ocasionalmente, os migrantes e refugiados participantes da pesquisa nos eventos-atividades e/ou em visitas aos seus locais de trabalho ou a suas residências. Também observei seus perfis de Facebook, Instagram e WhatsApp a fim de acompanhar publicações referentes ao desenrolar da vida e do trabalho. Esses encontros presenciais e virtuais fizeram parte do exercício de observação-participante da prática do cotidiano de cada participante, o que possibilitou conversas informais que foram registradas em diários de bordo.

O Quadro 6 apresenta as entrevistas e os encontros com os migrantes e refugiados participantes da pesquisa, ilustrando de forma mais detalhada como foi o processo de construção da cartografia.

Quadro 6 - Entrevistas e encontros com os migrantes e refugiados

Participante	Trabalho pelo qual foi primeiramente identificado	Meio de contato ou indicação de contato	Como se estabeleceu contato/ primeiro contato	Entrevista				Manutenção de comunicação pelas redes sociais	Encontros com os participantes com conversas informais e observação participante
				Data	Local	idioma	Gravação		
Orinoco	Vendedor de queijos venezuelanos	Exposição do seu trabalho na Feira do Cibai (E25)	Conversa durante a Feira	06/07/19	Sua residência	Espanhol	66min	Facebook WhatsApp	<ul style="list-style-type: none"> ➤ E25, E29, E35 ➤ Visita a sua residência
Unare	Bailarina de danças tradicionais da Venezuela	Indicação do Orinoco	Intermédio do Orinoco e WhatsApp	06/07/19	Residência do seu tio Orinoco	Espanhol	52min	Facebook WhatsApp	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Visita a residência do seu tio ➤ Visita ao seu local de trabalho: aula de dança
Arauca	Lancheria de arepas venezuelanas	Indicação de Coordenador de Projeto para Venezuelanos	WhatsApp	19/06/19	Sua lancheria	Português	53min	Instagram Facebook WhatsApp	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Visita a sua lancheria em Canoas ➤ Inauguração de sua lancheria em POA
Tuy	Professora de espanhol	Evento da OIM e do Governo estadual e municipal (E36)	Em uma dinâmica de grupo durante o evento	14/11/19	Sala da prefeitura	Espanhol	99min	Facebook WhatsApp	<ul style="list-style-type: none"> ➤ E36 ➤ Almoço pós-evento ➤ Prefeitura Municipal de POA
Artibonite	Presidente da Associação de Haitianos	Indicação da ONG África do Coração	WhatsApp	10/06/19	Restaurante	Português	66min	Facebook WhatsApp	<ul style="list-style-type: none"> ➤ E12, E24, E35 ➤ Almoço no centro de POA
Estère	Professora de francês	Palestrante em evento (E21)	Conversa durante o evento	14/06/19	UFRGS	Português	108min	Facebook WhatsApp	<ul style="list-style-type: none"> ➤ E21, E35 ➤ Campus do Vale UFRGS
Autrou	Professor de francês e poeta sobre migração	Indicação do Artibonite/ aluno do Cibai	WhatsApp	21/06/19	UFRGS	Português	78min	Facebook WhatsApp	<ul style="list-style-type: none"> ➤ E12, E14 ➤ Fac. Direito UFRGS
Eufrates	Vende comida árabe/síria	Notícia de jornal	Visita à lancheria como cliente	22/05/19	Sua confeitaria	Português	101min	Facebook Instagram WhatsApp	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Visitas à lancheria ➤ Visitas à confeitaria
Orontes	Chef (doces sírios)	Indicação do Eufartes	Visita à confeitaria como cliente	28/11/19	Sua confeitaria	Inglês	40min	WhatsApp	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Visitas à confeitaria
Balikh	Vende comida árabe/síria	Notícia de jornal	Visita à lancheria como cliente	16/10/19	Sua lancheria	Mediação do Eufartes português/ árabe	25min	WhatsApp	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Visitas à lancheria
Khabur	Vende comida árabe/síria	Na lancheria	Visita à lancheria como cliente	16/10/19	Sua lancheria	Mediação do Eufartes português/ árabe	21min	WhatsApp	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Visitas à lancheria

Participante	Trabalho pelo qual foi primeiramente identificado	Meio de contato ou indicação de contato	Como se estabeleceu contato/ primeiro contato	Entrevista				Manutenção de comunicação pelas redes sociais	Encontros com os participantes com conversas informais e observação participante
				Data	Local	idioma	Gravação		
Saloum	Presidente da Associação de Senegaleses	Notícia de jornal	Facebook	06/09/18	Sala da Associação	Português	68min	Facebook WhatsApp	<ul style="list-style-type: none"> ➤ E23, E24, E26, E27 ➤ Visita à sede da Associação
Casamance	Costureiro de roupas Africanas	Exposição do seu trabalho na Semana da África (E17)	Conversa nos intervalos do evento	16/07/19	Sua residência-ateliê de costura	Português	69min	Facebook WhatsApp	<ul style="list-style-type: none"> ➤ E17, E25 ➤ Sede da loja do Comoé do centro ➤ Visita à residência-ateliê de costura ➤ Exposição no Brique da Redenção
Falémé	Palestrante sobre o Senegal	Presença constante nos eventos de Migração	Conversa durante evento (E17)	06/08/19	Café	Português	80min	Facebook Instagram WhasApp	<ul style="list-style-type: none"> ➤ E3, E4, E17, E18, E25, E27, E35 ➤ Inauguração da loja do Comoé ➤ Café
Comoé	Percusionista de ritmos africanos	Facebook do Gaire – evento Migrarte	Conversa durante a Semana da África (E17)	31/05/19	Sua loja de roupas	Português	61min	Facebook WhatsApp	<ul style="list-style-type: none"> ➤ E17, E18, E27, E30, E34, E35 ➤ Visita à sede da loja do centro ➤ Inauguração da nova sede da loja
Níger	Músico de ritmos Yorubá e africanos	Palestra e apresentação do seu trabalho na Semana da África	Conversa durante o evento (E17)	09/07/19	Café	Português	81min	Facebook WhatsApp Youtube	<ul style="list-style-type: none"> ➤ E4, E17, E18, E27, E30 ➤ Inauguração da loja do Comoé ➤ Café

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

3.4.3 Aspectos éticos

Ressalto que encontrar imigrantes ou refugiados que aceitassem contar sua história não foi tarefa fácil. Muitos não desejam se expor por medo de envolver a si ou a família em situações de risco. Um exemplo que serviu de termômetro foi o episódio ocorrido na festa junina do CIBAI Migrações (E14). Segue trecho do diário de bordo narrando essa ocasião:

eu estava conversando com o Fulano, meu aluno que é refugiado e em meio a conversa surgiu a oportunidade de contar sobre a minha pesquisa e convidá-lo a participar. Ele, que é um aluno alegre, extrovertido e participativo nas aulas, mudou completamente sua expressão facial e corporal quando fiz o convite. Sua face empalideceu e o corpo ficou agitado. Ele contou, com voz estremecida, que uma vez uma jornalista havia colocado seus dados na internet, mas que ele não poderia aparecer, então teve que insistir para que ela apagasse o que havia publicado. Eu expliquei que, diferente da situação anterior vivenciada, esta se trataria de uma pesquisa acadêmica que prezaria pelo sigilo da identidade dos entrevistados. Mas ele demonstrava medo. Mesmo assim, ele tocou em meu ombro e disse que, se fosse em sigilo, ele faria a entrevista, que poderíamos combinar outro dia pelo WhatsApp e foi saindo do local onde estávamos. Passados uns dias eu entrei em contato e ele respondeu que estava doente. Eu entendi que não poderia ultrapassar seus limites (DIÁRIO DE BORDO, E14).

Nesse sentido, busquei prezar pelo bem-estar dos entrevistados, agindo de modo a deixá-los à vontade e confortáveis para que contassem aquilo que julgassem conveniente. Para tanto, observei aspectos éticos, com base em Flick (2009), como o consentimento do entrevistado mediante assinatura de documento (APÊNDICE A) que explica os objetivos do estudo, a dinâmica de realização, bem como a possibilidade de interrupção a qualquer momento, se assim o entrevistado desejasse. Utilizei, ainda, nomes fictícios para resguardar indivíduos e organizações, preservando suas identificações.

Também é importante ressaltar a inseparabilidade entre os aspectos éticos e metodológicos e o ethos da confiança necessário na cartografia. É preciso manejar os vínculos no processo de pesquisa em um regime de contratação que permite a participação engajada e efetiva, de modo que o participante sinta a singularidade de sua participação (SADE; FERRAZ; ROCHA, 2013). Posso dizer que esse regime de contratação foi facilitado pela minha presença nos eventos-atividades, como ressaltou Artibonite na ocasião da audiência pública sobre migrações (E24). “Eu estava na porta de entrada quando o Artibonite chegou e me avistou. Com feições

de surpresa, exclamou: *‘Laura! Tu de novo aqui?! Tu estás, realmente, em todos os lugares (risos)’*” (DIÁRIO DE BORDO, E24). O que inicialmente poderia gerar desconfiança, posteriormente foi revertido em laço mais estreito: *“Estás gostando do evento, Laura? Eu tenho mais umas pessoas para te indicar para a tua pesquisa”* (ARTIBONITE, DIÁRIO DE BORDO, E35). Também nas redes sociais virtuais criei um laço que me fez manter o contato com alguns participantes, de modo que me enviam figurinhas no WhatsApp, desejos de felicidades em meu aniversário e no natal, convites para shows, palestras e inauguração de seus novos espaços de trabalho. Isso mostra a percepção de importância de suas participações na pesquisa e a confiança que depositaram em mim enquanto cartógrafa. Dessa forma, pude verificar que, acompanhando Sade, Ferraz e Rocha (2013, p. 294), “a pesquisa cartográfica opera confiando na potência dos encontros estabelecidos no processo de pesquisar”.

3.5 ANÁLISE DOS DADOS PRODUZIDOS

A análise na pesquisa cartográfica, segundo Barros e Barros (2013), é a análise de processos que se coloca ao lado das experiências, nem sempre óbvias ou instantaneamente acessíveis. É necessário um grau crescente de contato com a experiência para tomar as evidências. Assim, a análise na cartografia ocorre em todos os momentos da pesquisa e não somente após se ter o material em mãos, pois “a abertura à multiplicidade de sentidos não pode ser temporalmente localizada. Daí o paradoxo da análise, o de constituir-se ao mesmo tempo como um acesso à objetividade e como um procedimento de proliferação de sentidos e de singularização” (BARROS; BARROS, 2013, p. 388).

Nesse sentido, com o frescor da experiência de *flâneur*-cartógrafa e com os dados produzidos em mãos, passei ao manejo e à preparação dessas informações para fins de apresentação e análise. As gravações das entrevistas dos migrantes, refugiados e informantes-chave contabilizaram, aproximadamente, 20 horas de áudio. Esse material foi transcrito e, juntamente com as anotações em diários de bordo, totalizou 434 páginas. Após as transcrições, áudio e texto foram revisados e, concomitantemente, em um movimento de varredura, já foram extraídos elementos e trechos de falas que caracterizassem os percursos dos migrantes e refugiados,

especialmente no que tange à família, à formação, ao trabalho no país de origem e de destino e à situação de migração ou refúgio. Tais características dos 16 participantes foram sintetizadas e organizadas em quadros, de modo que se pudesse visualizar o panorama geral dos percursos individuais em um formato coletivo.

Considerando que migração ou refúgio envolvem movimentos de emigração e imigração (AGIER, 2016; SAYAD, 1979; SCHERER; PRESTES; GRISCI, 2019), as análises recaíram sobre a processualidade dos deslocamentos, isto é, sobre aspectos relativos, especialmente, ao trabalho no país de origem, que auxilia a forjar o trabalho imaterial no Brasil. Nessa medida, as dimensões analíticas constituem-se no Partir, no Chegar, no Empreender(-se) e no (Re)inventar(-se). Para cada dimensão, realizei o trabalho de ir e voltar aos dados e ao referencial teórico, até pousar, de forma conjunta, em trechos que engendraram determinado tema. Priorizei a “experimentação no plano coletivo das forças, que não se restringe ao domínio das personalidades” (BARROS; BARROS, 2013, p. 377). Busquei ver, sentir e analisar os percursos de migração por outros ângulos, proliferar sentidos que não são unívocos (BARROS; BARROS, 2013), vestir lentes que possibilitem dar outra visibilidade aos deslocamentos de indivíduos oriundos de países do sul global.

Sendo assim, a seguir, apresento a tessitura dos processos de subjetivação no percurso de migrantes e refugiados.

4 TESSITURA DOS PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO NO PERCURSO DE MIGRANTES E REFUGIADOS

“Bom... pra contar sobre mim... tenho que abrir várias histórias” (NÍGER, DIÁRIO DE BORDO E17). A abertura da fala de Níger em uma mesa-redonda em evento que tinha como objetivo compartilhar histórias de migração vislumbra a ideia de que o contar não se submete a uma perspectiva linear. Contar é sempre um (re)contar, o que leva a escrita a considerar as diversas linhas dos caminhos dos participantes do estudo.

Nesse sentido, a apresentação dos resultados busca o processo, motivo pelo qual são utilizados verbos no infinitivo. Dessa forma, as ações de (re)contar, (re)ver, (re)escrever buscam entender o Partir, o Chegar, o Empreender(-se) e o (Re)inventar(-se) em forma de dimensões analíticas. Tais dimensões buscam contemplar o objetivo, o concreto, o visível e, também, o subjetivo, o maleável, o invisível aos olhos de outrem, algo que está em movimento. No conjunto, vislumbram-se os tensionamentos inevitáveis do território e os modos de individuação e singularização manifestos em passagens entre espaços lisos e estriados, na criação de pontos e linhas dos percursos de migrantes e refugiados.

4.1 PARTIR

Partir não se resume ao evento da partida dos migrantes e refugiados. Partir, em dimensão analítica, remete a sujeitos, objetos, instituições, elementos, formas, eventos que compõem processos de subjetivação que, por sua vez, encorajam a partida em direção a outro país. Nesse sentido, partir inclui a composição da vida cotidiana no país de origem, contemplando eventos cruciais que contribuíram para empurrar essas vidas à migração ou ao refúgio, bem como tomadas de decisão, dilemas, dificuldades, travessias e atravessamentos latentes nos percursos dos migrantes e refugiados. O Quadro 7, a seguir, sintetiza os percursos relativos à migração e ao refúgio, considerando o partir e a partida. Tais informações servem como base à análise.

Quadro 7 - Apresentação dos percursos – Partir

País de origem e Participante		Situação familiar e residencial no país de origem	Formação no país de origem	Experiências de trabalho no país de origem	Motivo de migração	Ano de partida	Travessias
Venezuela	Orinoco	Casado. Morava com esposa e 5 filhos.	Técnico em metalúrgica (torneiro metal-mecânico).	Trabalha desde os 16 anos com serviços gerais e comércio turístico.	Crise socioeconômica	2017	Brasil (POA; Boa Vista; POA).
	Unare	Solteira. Morava com os pais e o irmão.	Ensino Médio; Formação em danças tradicionais.	Professora de danças tradicionais da Venezuela para adultos e crianças.	Crise socioeconômica	2018	Brasil (Boa Vista; POA).
	Arauca	Solteira. Morava sozinha.	Graduação em Administração.	Atendimento, gestão, controle, faturamento, contas a cobrar.	Crise socioeconômica	2010	Brasil (POA).
	Tuy	Divorciada. Sua mãe morava com ela.	Graduação em Contabilidade Pública e Mestrado em Finanças.	Contadora no México; Proprietária de consultoria contábil na Venezuela.	Crise socioeconômica	2017	Colômbia; Chile; Brasil (POA).
Haiti	Artibonite	Solteiro. Mãe falecida. Pai migrou para o Brasil. Morava com a irmã.	Cursos de qualificação: informática, gestão de projetos, administração, fotografia, decoração.	Costureiro; Coordenador de voluntários e de projetos em ONG Internacional; Ferreiro/metalúrgico.	Busca de uma vida melhor.	2013	Brasil (Rio Branco; Blumenau; POA).
	Estère	Solteira. Morava com os pais e alguns dos 5 irmãos.	Técnico em Contabilidade; Graduação em Gestão Econômica e em Pedagogia.	Trabalho voluntário; Professora de Francês e Inglês e Literatura em escola no Haiti e na República Dominicana;	Terremoto.	2012	República Dominicana; Haiti; Bolívia; Brasil (Rio Branco; POA).
	Autrou	Solteiro. Morava com os pais e os 3 irmãos.	Ensino Médio incompleto. Estava no último ano quando veio para o Brasil.	Intérprete de francês/crioulo e formador em uma ONG. Atendia crianças em todas as escolas.	Busca de uma vida melhor.	2016	Brasil (POA).
Síria	Eufrates	Solteiro. Morava com pais e dois irmãos. É irmão de Orontes.	Graduação incompleta em Cinema (animações em 3DMAX) no Qatar.	Trabalhava como confeitiro na padaria e confeitaria da família.	Guerra.	2010	Jordânia; Malásia; China; Brasil (Xangrilá; POA).
	Orontes	Solteiro. Morava com pais e dois irmãos. É irmão de Eufrates.	Graduação incompleta em Engenharia.	Trabalhava como confeitiro na padaria e confeitaria da família.	Guerra.	2010	Jordânia; Arábia Saudita; Brasil (POA).
	Balikh	Solteiro. Morava com os pais e irmão. Irmão faleceu na guerra.	Graduação incompleta em Administração.	Tinha algumas experiências como ajudante em restaurantes.	Guerra.	2011	Jordânia; Rússia; Brasil (Paraná; POA).
	Khabur	Solteiro. Morava com os pais. Irmãos mais velhos já casados.	9º ano do Ensino Fundamental.	Estudante.	Guerra.	2013	Jordânia (campo de refugiados e capital); Brasil (POA).
Senegal	Saloum	Solteiro. Morava com a mãe e três irmãs.	Ensino Médio.	Trabalhava no mercadinho da família.	Busca de uma vida melhor.	2009	Brasil (SP, PR; SC; RS; POA).
	Casamance	Mencionou pai, mãe, irmã e 2 filhos pequenos.	Ensino médio incompleto.	Motorista; Costureiro aprendiz em um atelier; Costureiro/estilista autônomo.	Busca de uma vida melhor.	2015	Equador; Brasil (Rio Branco; POA).
	Falémé	Solteiro. Morava com os pais e irmãos.	Graduação incompleta em Engenharia Elétrica.	Eletricista; Dono do próprio negócio na área de elétrica.	Busca de uma vida melhor.	2015	Argentina; Bolívia; Peru; Brasil (Acre; SP; POA).
Costa do Marfim	Comoé	Solteiro. Morava sozinho.	Graduação em Música.	Músico, dançarino e ator.	Busca de uma vida melhor.	2016	Cabo Verde; Brasil (Fortaleza; Pelotas; POA).
Nigéria	Níger	Solteiro. Morava com a mãe. Irmãos já tinham migrado.	Músico-aprendiz com a cultura lorubá. Vem da família do tambor.	Produtor musical e músico (artistas, bandas, participações em shows).	Busca de uma vida melhor.	2010	Diversos países da África; Brasil (Belo Horiz; POA).

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

4.1.1 Família-formação-trabalho no país de origem

“Tem que começar desde o começo, não é?”, pergunta Estère ao ser entrevistada, reforçando a compreensão de que o partir não se resume ao evento da partida. É evidente e constante a preocupação de cada migrante ou refugiado em não deixar escapar o mais importante de sua história, buscando na memória tudo o que compõe seu território existencial. As falas transparecem a multiplicidade em relação à formação familiar, à educação, às experiências de trabalho e aos deslocamentos (primeiras migrações internas ou internacionais) em prol de melhores oportunidades. Revelam, igualmente, os sacrifícios, as perdas de pessoas importantes, enfim, os agenciamentos coletivos que ajudaram esses migrantes e refugiados a dar forma a seus percursos, a (co)produzi-los, pois “não existe agenciamento que funcione sobre um único fluxo” e é sempre ele que produz os enunciados (DELEUZE; PARNET, 1998, p. 36).

A relação de afeto com os familiares e as histórias de superação e conquistas favoráveis ao trabalho dos pais são uma constante no (re)contar os modos de viver dos entrevistados. Tal condição faz vislumbrar que os contextos vividos não foram desde sempre tomados sob o prisma do desassossego ou da vulnerabilidade que implicou a partida. A diversidade das profissões/ocupações dos pais dos migrantes e refugiados entrevistados – proprietário de negócio, professor, comerciante, músico, padeiro, costureira, manicure, dona de casa, dentre outros – revela indícios da classe social a que pertenciam as famílias nas quais cresceram. Para aqueles em condições financeiras mais restritas, a menção da profissão dos pais mostrou-se carregada de orgulho e reconhecimento pelos esforços em proporcionar oportunidades aos filhos para enfrentarem a vida.

Os diferentes níveis de escolaridade e áreas de atuação dos migrantes e refugiados nos países de origem pressupõem um coletivo de forças múltiplas e heterogêneas que se cruzam em determinados pontos (ESCÓSSIA; TEDESCO, 2015). Em relação à formação, há os que possuem ensino superior completo (quatro), os que iniciaram o ensino superior, mas não concluíram para se dedicar aos negócios da família, por ter perdido bolsa de estudos ou por circunstâncias do próprio refúgio (quatro), alguns com ensino médio completo e cursos formais

adicionais, como técnicos, de formação e de qualificação ou que aprenderam algum ofício com alguém da família (cinco) e os mais jovens que interromperam os estudos escolares porque começaram a trabalhar muito cedo ou porque partiram do país (três). Esse conjunto está em consonância com os dados do OBMigra, que apontam a predominância de entrada de migrantes no Brasil com nível de escolaridade médio e superior (DIEME et al., 2019)³⁴. Os dados também coadunam com o estudo da ACNUR (2019b) que aponta que refugiados reconhecidos no Brasil possuem grau de escolaridade acima da média dos brasileiros.

Em relação às experiências de trabalho, os currículos dos entrevistados apresentam trajetórias como voluntários, estagiários, aprendizes, empregados, autônomos e proprietários de negócio de diferentes setores – comércio, dança, gestão, contabilidade, causa social, ensino, tradução, alimentação, costura, reparos eletrônicos e música. Acrescenta-se ainda que, em linha com Villen (2015a), é possível considerá-los, majoritariamente, como migrantes ou refugiados qualificados quando se volta o olhar para além do nível de escolaridade, considerando também a competência técnica, experiência de trabalho, proficiência em línguas, etc. Tais características anunciam aquilo que o indivíduo é, o que investiu em si ao longo da vida (GORZ, 2005) e que o acompanha aonde for, sem ocupar espaço na bagagem.

Diferentemente do imigrante ou refugiado de outrora, considerado como desqualificado técnica e socialmente (SAYAD, 1979), todos os graduados trabalhavam em sua área de formação. A administradora Arauca atuava na área financeira. A contadora Tuy, com mestrado em finanças no México, ao retornar em 2006 à terra natal, a Venezuela, deparou-se com *“outra realidade econômica e política”*. Ela conta: *“me chocava muito. Me dei conta que não poderia trabalhar no setor público com tanta política”*. Em razão disso, abriu seu próprio escritório de contabilidade. A pedagoga e gestora econômica Estère e o músico Comoé já não estavam em seus países de origem antes de migrarem para o Brasil. Ela era professora de francês e inglês na República Dominicana e ele atuava como músico em uma ONG em Cabo Verde. Eles apresentam formação e atuação articuladas, podendo ou não ter seu próprio negócio.

Na especificidade do empreendedorismo, atividade que Antunes (2018) e Harvey (2017) associam à precarização estrutural do trabalho na fase atual do

³⁴ O estudo de Dieme et al. (2019) tem por base a emissão de autorizações de residência para fins laborais no Brasil para imigrantes de qualquer país no período 2011-2018.

capitalismo, encontram-se pequenos negócios abertos como única alternativa de trabalho, em consequência da formação e da história familiar empreendedora. Falémé, com formação incompleta em engenharia elétrica, empreendeu em uma empresa de assistência elétrica e tecnológica com amigos também desempregados. O técnico em mecânica Orinoco era proprietário de um comércio turístico na Venezuela, *“Em uma cidade de zona alemã, parecida com Gramado”*, diz ele já fazendo correspondências entre o país de origem e o de destino. Orinoco agregou várias habilidades ao longo da vida. Operava máquinas e equipamentos para manuseio de metal, madeira, pisos e executava serviços gerais. O aprendiz de costureiro Casamance desde cedo buscou o sustento próprio. Entre os anos 2000 e 2015 teve um ateliê próprio no Senegal. Quando saiu de lá, deixou as máquinas sob a guarda do pai. Saloum cresceu tendo como referência um pai-migrante, que dividia seu tempo entre o Senegal e a Espanha. Ele associou-se ao *“mercadinho de bairro”* da família e antes de migrar adquiriu experiência *“no comércio, vendendo, atendendo”*.

Crescer acompanhando o trabalho dos pais e/ou os rituais familiares tem implicação sobre a escolha e afirmação profissional, que não necessariamente se concretiza nos países de origem, mas se mostra definidora dos empreendimentos que são realizados no país de destino. Os irmãos Eufrates e Orontes, embora inicialmente buscassem atuar no cinema e na engenharia, desde a infância acompanharam o trabalho na padaria-confeitaria da família, lugar em que se formaram os laços familiares e os valores do trabalho (SENNETT, 2012). Envolvidos no negócio familiar, especializaram-se como chefs-confeiteiros.

“Estávamos bem na Síria. Trabalhava meu pai, meu tio, meus primos, meus irmãos e quase 60 funcionários. Desde pequeno, nossos pais nos ensinaram a ficar sempre do lado deles. Nós estudávamos, mas no fim de semana tínhamos que ir ao trabalho, entrar na fábrica mesmo que tivesse que subir em cima da cadeira para alcançar a mesa” (EUFRATES).

Relações afetivas estabelecidas entre família-infância-profissão permitiram rever escolhas de formação. Comoé, por exemplo, cursava medicina quando resolveu trocar de curso, imbuído por um sentimento motivador que o fazia vibrar. Conforme Rolnik (1997), é uma certa potencialidade vibrátil que movimenta a subjetividade.

“Minha faculdade ficava perto do departamento de artes, de música, eu gostava sempre de ir assistir as aulas, práticas de percussão. E como minha mãe era cantora e meu avô era percussionista, eu aprendi tudo com eles. Aí eu mudei a minha cabeça, eu fui pra faculdade de música e me formei lá” (COMOÉ).

Como se vê, entre o trabalho autônomo, o negócio familiar e o empreendimento por necessidade apresentam-se, de antemão, vestígios de uma competência empreendedora (LAZZARATO; NEGRI, 2001). Tal aspecto é algo que se mostra fundamental para o exercício do trabalho imaterial no país de destino.

Há, ainda, aqueles trabalhos intrinsecamente relacionados à cultura e à identidade do país de origem. Estêre, ao ensinar literatura francesa e idioma francês, revisava constantemente a história da colonização do Haiti e a relação entre a língua do colonizador, o francês, e a língua dos povos africanos escravizados no país, o crioulo. Comoé especializou-se em ritmo folclórico e tradicional da Costa do Marfim e atentou à relação da música de seu país com a de outros países. Em suas turnês, a batida da percussão buscava evidenciar o autêntico ritmo marfinense. Unare, que desde a infância frequentou escola de dança tradicional tricolor, em alusão às cores da bandeira da Venezuela, beneficiou-se da formação teórico-prática, sendo incentivada a aprender a cultura venezuelana por meio da dança. Fez inúmeras apresentações, foi premiada em concursos e tornou-se professora. Níger conta como a cultura Yorùbá compõe sua existência. *“A cultura Yorùbá é a vida, porque é tudo o que a gente faz, tudo o que a gente come, tudo que a gente faz diariamente, é a natureza, a cultura, a arte, a dança, o lazer, tudo. A cultura Yorùbá tem tudo isso dentro”*. Para Níger, suas origens são intrinsecamente relacionadas à profissão:

*“Eu vim de uma família tradicional, que cultua os ancestrais [...] então na minha família viemos da família dos guerreiros, como tem na Nigéria, a cada família tem a família do guerreiro, família de caçador, família de várias profissões ou que representa algo importante na sociedade. Através do meu sobrenome a gente já sabe de que região eu vim, a gente consegue ver a casa dos meus avós, os mais velhos, ancestrais, conseguimos fazer o mapa deles através do sobrenome, isso acontece na nossa cultura, manter o nome tradicional. Bom, desde criança eu já toco, a parte musical é uma coisa familiar, na minha família todos tocam instrumentos. Temos influência forte do povo da família do tambor, porque lá também tem a família que constrói o tambor e toca esses tambores nos rituais, nos momentos festivos. A gente tem essa proximidade muito forte com a família do tambor, e desde criança eu aprendi muitas coisas, os pais me colocaram mais pra lá para aprender mais, fazer iniciação, faz tudo, a história e o tambor. Então eu aprendi a tocar junto com essa família de tambor, e **trabalho** com isso lá na Nigéria, eu **sou produtor musical na Nigéria, produzia** vários artistas, **produzi** bandas, **fiz** participações em shows, **toquei** com vários artistas” (NÍGER, grifo nosso).*

A fala de Níger permite tomar o uso do tempo verbal para além da questão de seu conhecimento gramatical do português. É possível associar o uso que ele faz do tempo verbal passado – “produzia”, “produzi”, “fiz” – às ações que (con)formam um trabalho realizado no país de origem. Já o uso do tempo verbal presente – “trabalho”, “sou produtor musical na Nigéria” – pode se referir tanto ao processo do partir, que não se extingue com a estada no país de destino, quanto ao modo de trabalhar/ser trabalhador, que se associa ao indivíduo e com ele atravessa fronteiras. Tais expressões manifestam modos de singularização atrelados ao trabalho imaterial.

As pessoas, as instituições e os elementos que (con)formam família-formação-trabalho dos países de origem dos migrantes e refugiados contextualizam a composição de um território existencial (GUATTARI, 2006) com paisagens íntimas e afetivas, razoavelmente conhecidas e seguras. Nesse cenário, vê-se a força capitalística atuando em subjetividades nativas moduladas por desafios brandos, ainda que marcados por microlutas do cotidiano. Contudo, a força capitalística também é programada a agir de modo a levar indivíduos a desvios de rota, provocar situações-limite e alcançar dimensões globais como guerras, desastres, colapsos sociais, econômicos e ambientais, situações que marcaram os percursos dos migrantes e refugiados entrevistados. Das limitações de viver irromperam capacidades nômades, moventes em pensamento e potência de agir (DELEUZE; GUATTARI, 2012b) e, ainda, capacidades nômades que levaram os indivíduos a migrar ou a se refugiar (BAUMAN, 1999; 2011; 2017; FREITAS, 2009).

4.1.2 Vidas Empurradas e Autonomia das Migrações

Em um primeiro olhar, entrelaçar os temas “vidas empurradas” e “Autonomia das Migrações” pode parecer paradoxal. Contudo, com a lente mais ajustada, compreende-se que, para os migrantes e refugiados entrevistados, a mesma força capitalística global que agiu de modo a empurrá-los para fora dos países de origem (BAUMAN, 1999; 2011; 2017) também fez emergir subjetividades direcionadas a reivindicar uma nova ordem, o que se associa à corrente autonomista (MOULIER-BOUTANG, 1998; PAPADOPOULOS; STEPHENSON; TSIANOS, 2008; MEZZADRA, 2012). O paralelo entre as duas formas de ver o fenômeno revela as

coexistências e as multiplicidades que formam os percursos de migração e de refúgio.

Embora os motivos de deslocamento a outro país sejam múltiplos e na prática não haja um único fator motivador (CASTLES, 2010; HAAS; CASTLES; MILLER, 2020, IOM, 2018; 2019), nota-se que dois grupos se evidenciam: um que se aproxima de uma situação de refúgio (UNHCR, 2018) e um que se aproxima de uma situação de migração econômica (OIM, 2009; IOM, 2019). Todavia, entre esses grupos há também aproximações relativas à ordem capitalística global. Cada migrante e refugiado apresentou e acentuou determinados elementos desencadeadores da partida, mesmo que todos se encontrassem submetidos às condições gerais da população e que, por vezes, escapassem ao pertencimento exclusivo a um ou outro grupo.

No primeiro grupo encontram-se os indivíduos provenientes da Síria e da Venezuela. Em meados de 2019, a estimativa da OIM era de que 8,2 milhões de pessoas já haviam emigrado da Síria e 2,5 milhões da Venezuela (GLOBAL MIGRATION DATA PORTAL, 2020). Para além de números, os relatos dos entrevistados mostram os sobressaltos, os medos e as angústias. Alguns depoimentos são, por si, esclarecedores da vulnerabilidade vivida.

No caso da Síria, o desencadeador do movimento de emigração de refugiados foi a guerra civil, que já perdura quase uma década. Em 2011, a família de Eufrates e Orontes antecipou-se aos desdobramentos da Primavera Árabe ao verificar a situação de países vizinhos e migrou para um país-fronteira. *“Meu pai sentiu que a guerra chegava à Síria, conseguiu fechar a loja e todos os funcionários saíram. Fugimos para a Jordânia para salvar o que tínhamos”* (EUFRATES). Balikh e Khabur vivenciaram a dor de perder entes queridos para a barbárie. *“Eu parti por causa da guerra em 2011, bem no início da guerra. Morava no interior, mas saí de lá por medo e questão de dinheiro e tudo, porque com certeza a guerra ia chegar até onde a gente morava. Num bombardeio, perdi meu irmão mais velho”*, contou Balikh. Khabur perdeu seu melhor amigo na guerra. *“Foi o que me deixou com mais vontade de ir embora. Eu era pequeno e o governo queria pegar meus irmãos mais velhos para entrar no exército. Aí nós fugimos. Muita gente foi para o Líbano, nós fomos para a Jordânia em 2013”* (KHABUR).

Como condições individuais à partida dos sírios encontram-se questões financeiras, sentimentos como medo e insegurança física e emocional, perseguição

e perda de entes queridos. Do caos estabelecido brotam processos de subjetivação que contemplam estratégias de antecipação e/ou de reação, colocando os indivíduos em fuga, o que se relaciona ao que Souza (2016, p. 20) considera “uma afirmação que não pacifica a dor e o sofrimento, mas ainda assim se faz produção de vida”.

Na Venezuela, o cenário de instabilidade política, social e econômica tem provocado os fluxos de deslocamentos ligados tanto à situação de migrantes econômicos (OIM, 2009; IOM, 2019) quanto de refugiados (UNHCR, 2018). Orinoco e Arauca enfatizaram a crise econômica que provoca a escassez de meios de subsistência mesmo para quem tem trabalho. “*E eu trabalhava, trabalhava, tinha dinheiro, mas não havia o que comer*”, conta Orinoco, que veio ao Brasil em 2017.

Tuy enfatizou questões políticas e subjetivas. Ela não queria deixar a Venezuela para não abandonar sua estrutura e planejamento de vida: “*eu nunca planejei sair do país. Já tinha minha casa, escritório. Meu plano era nos 50-55 anos vender tudo e ir para Mérida, uma cidade montanhosa muito linda*”. Ela resistiu até a situação ficar insustentável devido à falta de medicamentos que sua mãe necessitava regularmente. Seu irmão despendia “*uma fortuna para que militares deixassem o medicamento passar na fronteira da Colômbia*”. Foi quando em 2017, em uma decisão em família, “*resolvemos partir, porque estávamos sentindo que só ia piorar*”. Em uma partida programada, Tuy finalizou os serviços com seus clientes e suspendeu (não quis fechar) a sua empresa de contabilidade, na esperança de um dia retornar.

Como condições individuais à partida dos venezuelanos nota-se a desvalorização da moeda local, que diminuiu radicalmente o poder de compra, a falta de produtos básicos de subsistência, como alimentos, produtos de limpeza e remédios, a restrição/diminuição de direitos e o desejo de reunião familiar. Guiados por estratégias de antecipação e/ou reação à crise, os venezuelanos entrevistados migraram como forma de recusa às estruturas que impossibilitam seus modos de viver e trabalhar, o que se associa à ideia de Negri (2003).

Em meio à guerra e à escassez de meios de subsistência, o território se alisa, no sentido de não mais ser seguro pisar, seja no trajeto para a escola ou para o trabalho. Traça-se um cenário de desesperança, em que afloram os sintomas de medo e insegurança. Ainda há uma linha de direção para seguir, estriagens para se agarrar, mas elas são assombradas pelas incertezas. Não havendo mais como viver

a vida até então vivida, os indivíduos buscam refugiar-se. No caso dos entrevistados no âmbito desta pesquisa, nem todos receberam o status jurídico de refugiados, embora as circunstâncias até aqui apresentadas indiquem que eles estão em situação de refúgio. Haja vista que, com base em dispositivos normatizadores nacionais (BRASIL, 1997) e internacionais (ACNUR, 2011; UNHCR, 2018), os deslocamentos que se aproximam de situação de refúgio não ocorrem necessariamente devido à perseguição pessoalizada por motivo de raça, religião ou grupos específicos, mas por grave e generalizada violação de direitos humanos, que atinge a população de forma coletiva.

No segundo grupo encontram-se os indivíduos provenientes do Haiti, da Nigéria, da Costa do Marfim e do Senegal. Os dados de emigração desses países também são expressivos. Em meados de 2019, 1,6 milhão de pessoas já haviam emigrado do Haiti, 1,4 milhão da Nigéria, 1,1 milhão da Costa do Marfim e 642,7 mil do Senegal (GLOBAL MIGRATION DATA PORTAL, 2020).

O Haiti tem sofrido com catástrofes naturais, dentre elas o terremoto de 2010, que abalou o país e deixou graves consequências em âmbito social, econômico e político que ainda hoje reverberam nos deslocamentos. Tais condições remetem a um emaranhado conceitual (e da vida) que abrange deslocamentos (HÉRAN, 2016) relativos à definição da OIM (2009) e IOM (2019) tanto para imigrante ambiental quanto para imigrante econômico.

À época do desastre de 2010, Estère trabalhava como professora de idiomas na República Dominicana, único país que faz fronteira com o Haiti, mas devido à tragédia voltou ao seu país para ajudar a família. O sentimento de tristeza misturou-se ao de impotência quando encontrou escolas desabadas, a casa e o negócio de sua irmã destruídos e a casa de seus pais fissurada. O medo e o estado de alerta eram constantes, pois *“a qualquer momento a terra podia tremer, então era mais seguro dormir fora de casa”*. Estère voltou à República Dominicana para continuar a trabalhar e enviar provisões a seus pais. Contudo, passados dois anos, sua remuneração não era mais suficiente e, então, em 2012, decidiu arriscar e comunicou a família: *“pai, eu decidi, eu vou viajar, eu vou passar um tempo no Brasil, eu vou ver, eu vou ver o que vai dar”*.

Artibonite relata que o terremoto deixou um estigma em seu país. Segundo ele, a maioria dos brasileiros pensa: *“ah, Haiti é um povo pobre, então literalmente todas as pessoas que vêm do Haiti saem pela necessidade, porque tá passando*

fome e tal". Ele reitera que existe a situação de pobreza, já que *"o sistema político e de produção local não é bem estruturado"*, porém esse não é o único elemento desencadeador da partida. *"Aqui tem pessoas que fazem faculdade, que trabalhavam já num trabalho legal, que são empresários, tem um pessoal aqui que trabalha na terra, que é agricultor, tem grande plantação"*. Embora esteja no Brasil, Artibonite se refere ao Haiti dizendo "aqui", supondo um desmanchamento de fronteiras espaço-temporais. Para ele, muitas dessas pessoas *"deixam tudo pra trás só com a intenção de 'ah, vou procurar uma oportunidade melhor, aonde tem mais segurança'"*.

Para Artibonite, outro motivo dos deslocamentos é a perseguição de pessoas que praticam o vodu, *"uma religião com origem no Haiti. É nossa religião, da África"*. Por determinação política, a religião oficial do país é o catolicismo, o que faz com que parte da população ache que *"vodu é bruxaria"*. Por isso *"tinha essa perseguição e o pessoal de vodu vivia fugindo. Quando tu vive fugindo, tu acaba virando uma pessoa frágil e perigosa. Então tu tá sempre te defendendo"*. A fala remete tanto ao olhar que os indivíduos têm de si como ao olhar proveniente dos outros.

Artibonite falou muito sobre aspectos gerais da migração do Haiti, pois, estando no cargo de presidente da Associação de Haitianos de Porto Alegre, acabou representando todos os migrantes e refugiados do seu país. Em caráter pessoal, ele atribui sua vinda ao Brasil, em 2013, à grande quantidade de amigos e parentes que estavam migrando para o Brasil, inclusive seu pai, e também ao objetivo de *"ter uma condição de vida bem melhor"*. Nota-se que ele não associa seu deslocamento diretamente ao terremoto. O mesmo ocorreu com Autrou, que em 2016 migrou com pais e irmãos.

Como condições anunciadas à partida dos haitianos encontram-se à necessidade de recursos financeiros para manter a família, em especial os pais, a busca por uma vida melhor no que tange à formação e ao emprego e a "onda" de migração em massa. Aliada ao caráter autonomista da fuga, tensionada pelo assujeitamento e pela (re)invenção (MEZZADRA, 2012), evidencia-se a dimensão transnacional, cujo funcionamento se dá por meio de rede de amigos e parentes (GLICK SCHILLER; BASCH; BLANC-SZANTON, 1992).

Em relação aos países africanos, Casamance, ao ser questionado sobre o motivo que o levou a partir do Senegal, é categórico: *"eu busco melhorar de vida, só*

isso”. Mas ao longo de suas reflexões, ele desvela tal síntese, atribuindo sua migração a *“ajudar a família, os filhos, pagar aluguel, comprar comida, ajudar os amigos, é duro! Porque imigrante vai em busca de dinheiro mais alto, porque aqui no Brasil o dinheiro vale mais que no Senegal”*.

Os senegaleses Falémé e Saloum e o marfinense Comoé também compartilham como principal motivo da migração a desvalorização da moeda de seus países, o que os fez procurar o Brasil em uma época de economia em alta e de evidência internacional, ou seja, antes e após o país sediar a Copa do Mundo de futebol em 2014. Comoé comenta que *“era uma época que se pagava alto os cachês”*. Já o nigeriano Níger também buscava trabalho, mas acrescenta que foi após o falecimento de sua mãe que recebeu aconselhamento do Ifá³⁵, decidindo juntar-se aos dois irmãos que já moravam em Minas Gerais.

Mesmo que haja evidências de situações de refúgio de haitianos, senegaleses, marfinenses e nigerianos, os relatos dos entrevistados não associam suas partidas à concepção de refúgio, a saber, perseguição ou violação de direitos humanos. Dessa forma, tais migrações não se constituem como forçadas. Também não cabe considerar tais deslocamentos como migração voluntária, pois não se encontra nos depoimentos uma mudança de país resultante de uma viagem planejada com segurança financeira, de uma proposta de trabalho que traga segurança ou de uma aventura para experimentar diferentes culturas. O que marca as narrativas desses migrantes econômicos de forma unânime são os processos de subjetivação voltados à luta diária por uma vida melhor para si, para os filhos e para a família em geral. Essa situação está alinhada à clássica dinâmica do *push & pull*, em que países em condições econômicas desfavoráveis empurram seus nativos para fora de suas fronteiras e países com mais possibilidades de emprego os puxam como trabalhadores estrangeiros (BAUMAN, 1999; MEZZADRA, 2012).

Diante disso, contudo, há semelhanças entre os dois grupos e suas referidas aproximações às situações de refúgio e de migração. Villen (2015a, p. 244) afirma que para ambos os casos *“há uma situação objetiva comum com relação à sobrevivência, colocada desde a chegada ao Brasil, pela urgência da documentação e do trabalho”*. Nesse sentido, vidas empurradas é o termo pensado e eleito, a partir

³⁵ *“O Ifá é o centro de filosofia do povo lorubá, onde a gente faz a consulta para saber o que que é, o que a vida traz, as questões da vida, da comunidade, da energia do povo, o que estamos passando, o que vamos viver e tudo mais. Então é assim que vai, nessa linha”* (NÍGER).

das ideias trazidas por Bauman (1999; 2011), para descrever a situação que abarca tanto os refugiados quanto os migrantes econômicos participantes desta pesquisa.

Dito de outra forma, em sintonia com a visão autonomista das migrações, não se visualiza uma migração forçada, pois partiu dos indivíduos entrevistados (geralmente em conjunto com a família) a decisão de partir, como um ato de resistência à realidade apresentada – conforme Papadopoulos, Stephenson e Tsianos (2008), em razão da força criativa dos migrantes no interior das estruturas – configurando-se um modo de singularização. Tampouco se visualiza uma migração voluntária, pois a decisão de partir está atrelada a modos de individuação capitalística, que oprimem os indivíduos em seus países de origem, seja pela ordem da barbárie (BAUMAN, 2017), seja pela (des)territorialização entre capital e trabalho (GAULEJAC, 2007; DELEUZE; GUATTARI, 2012b). Ambas as formas são normatizadas e normalizadas pela globalização.

Vidas empurradas remetem, portanto, a deslocamentos, travessias e atravessamentos que dizem “sobre viver” e dizem “do sobreviver”.

4.1.3 Travessias e atravessamentos

Travessias podem ser percorridas de um ponto a outro, ou podem existir pontos de paradas e desvios conforme os atravessamentos que emergem. Deslocamentos compõem os modos de viver a vida do mundo pós-moderno e globalizado (BAUMAN, 2011). Perante o receio de estar preso e fixo, a ordem é movimentar-se sob o impulso de motivações e circunstâncias diversas e distintas entre si (BAUMAN, 1999; 2011; FREITAS, 2009). A experiência de atravessar fronteiras não aconteceu pela primeira vez com a partida ao Brasil para alguns dos migrantes e refugiados entrevistados.

O caso de Orinoco ilustra a perspectiva de que refugiar-se pode ocorrer mais de uma vez na vida. Ele se identifica como venezuelano, porém nasceu na Colômbia. Aos sete anos, migrou com a família para a Venezuela devido à violência vigente em seu país na época. Atualmente, a situação se repete com outras travessias. Contudo, há também casos de deslocamentos prévios mais prazerosos, relacionados a lazer, turismo, estudo e trabalho em país estrangeiro, os quais são significados pelos entrevistados como diferentes da situação em que vivem no

momento. Eis aqui mais um paradoxo dos modos de viver em deslocamento da contemporaneidade (BAUMAN, 2011): migrar para viver ou viver para migrar.

O senegalês Falémé, quando era adolescente, participou de um curso de taekwondo na Espanha. O sírio Eufartes cursou a graduação no Qatar, onde ficou por três anos trabalhando em confeitarias. A haitiana Estère passou férias na República Dominicana e, ao mesmo tempo, investigou melhores oportunidades de emprego; acabou por lecionar francês e inglês em uma escola. O marfinense Comoé e o nigeriano Níger fizeram turnês em vários países da África e do leste europeu, sempre com data de retorno prevista ao seu país natal. A venezuelana Tuy estudou e trabalhou na sua área por sete anos no México. Ela reflete sobre a diferença da situação de refúgio atual: *“quando eu saí a primeira vez do meu país, foi de forma planejada, porque eu queria estudar. Porque cada natal eu podia voltar a minha casa. Meus familiares e amigos podiam me visitar, era muito diferente”*. A diversidade das experiências dos entrevistados acentua as diferenciações e multiplicidades que envolvem os fluxos de pessoas no mundo, situando os indivíduos, por vezes, como andarilhos, em busca de mais um passeio, e/ou como jogadores, em busca de mais um jogo, e/ou como turistas, em busca de experiências dóceis, e/ou como vagantes, em busca de uma nova ordem (BAUMAN, 1999; 2011).

As travessias de migração e refúgio em questão contêm pontos de parada (em diferentes países) e pontos de apoio (amigos e familiares) em um percurso que não se dá diretamente do ponto de origem ao ponto final. Desconstruindo estereótipos de fugas de migrantes (CARDOSO, 2013) em barcos superlotados e em condições precárias, todos os migrantes e refugiados participantes do estudo percorreram de avião pelo menos parte do trajeto. Porém, também tomaram linhas abertas, ritmizadas pelo uso de carona de carro, táxi ou ônibus e pela travessia a pé, alguns sozinhos, outros acompanhados.

O Brasil surgiu em suas histórias por meio de amigos ou familiares que haviam migrado anteriormente. Esses amigos e familiares os ajudaram a contornar as primeiras linhas que emergiram modulando os deslocamentos, e constituem-se como o princípio de uma rede de cooperação que desponta, alinhando a concepção de transnacionalidade (GLICK SCHILLER; BASCH; BLANC-SZANTON, 1992) com a de trabalho imaterial (LAZZARATO; NEGRI, 2001; GORZ, 2005).

Nos percursos de alguns, o Brasil não foi a primeira parada após a decisão de partir. Como já mencionado, Estère e Comoé não habitavam em seus países de origem antes de surgir o Brasil em suas vidas. A vinda ao Brasil já se configura como uma segunda tentativa em busca de um trabalho mais rentável. Para a venezuelana Tuy e os sírios Eufrates, Orontes, Balikh e Khabur, os países por onde passaram foram aqueles que inicialmente abriram as portas, mas as dificuldades, os preconceitos e/ou as barreiras que encontraram por serem estrangeiros fizeram com que buscassem outro lugar. Vê-se os percursos desses indivíduos tomando forma sob o espaço liso, como mostra a Figura 2, em que o próprio trajeto dá substância aos pontos de parada e de apoio (DELEUZE; GUATTARI, 2012b).

Inicialmente, Tuy e sua mãe atravessaram a fronteira terrestre Venezuela-Colômbia a pé, em direção à casa do irmão.

“Atravessamos uma ponte. Com minha mãe, idosa, foi muito duro, muito triste, porque tu te sentes como uma delinquente. Ou seja tu estás deixando toda a tua vida. Toda a tua vida em duas malas e não sabe para onde. Foi uma sensação muito forte, não saber o que tu vai fazer da tua vida” (TUY).

Depois de um mês, já desconfortável na casa do irmão, Tuy recebeu um convite de uma amiga para trabalhar no Chile. *“Mas, no Chile, em Santiago, eu não me acostumei. Era muito frio, não gostava. Eu estava rebelde, e não sabia o porquê”*. Então tentou voltar à Colômbia, mas foi impedida no aeroporto, prestes a embarcar, com a alegação de que sua documentação não permitia fazer o itinerário da passagem, que previa passar pela Colômbia antes da Venezuela. Tuy ficou pouco mais de um ano em Santiago, mas o período de permissão como imigrante no país venceu, e logo foi demitida do trabalho de contadora. Ao buscar em seus contatos alguém que pudesse lhe ajudar, um ex-colega de trabalho lhe acena uma possibilidade: *“Tuy véngase a Brasil! Vamos trabalhar dando aulas de espanhol. Eu nem pensei. Tomei minhas coisas e fui”*.

Os quatro sírios, ao emigrarem, foram para o país vizinho, a Jordânia. Orontes conta que, em geral, os sírios sofreram com o preconceito como *“resultados da guerra”* no país de refúgio, pois não tinham permissão para trabalhar, dirigir, comprar um imóvel. Com a situação difícil, ele resolveu ir para a Arábia Saudita:

“Mas mesmo na Arábia Saudita eu quase não tinha liberdade. Eu só podia trabalhar na mesma empresa, eu não podia mudar de emprego, eu não podia ir em lugar algum. E outros países não podiam nos aceitar, eu não

podia entrar em nenhum país. Mesmo pra ir pra Jordânia para ver minha família, as vezes não era permitido. Então eu trabalhei lá por sete anos como executive chef. Eu era gerente de uma empresa de catering. [...] Era bom, mas como eu lhe disse eu não estava sentindo a minha liberdade” (ORONTES).

Eufrates buscou oportunidades na Malásia e na China, mas, como não obteve êxito, voltou à Jordânia. Balikh passou pela Rússia, mas teve todo o seu dinheiro furtado. Khabur foi para um campo de refugiados com o pai e a mãe:

“Ficamos um mês. Era muito ruim, muito ruim, muito vento, muita chuva. Nós ficávamos dentro das barracas e não tem nem água, nem luz. Um dia por semana tem água e coisa assim e pode tomar banho uma vez por semana também. Então nós fugimos desse campo. Pagamos dinheiro pros policiais de lá e fugimos de noite. Fomos caminhando. Três dias de caminhada até conseguir chegar na capital da Jordânia. Fiquei sete anos na Jordânia e a minha família ainda está lá” (KHABUR).

A busca por um lugar e uma forma de viver melhor segue mesmo quando o indivíduo já saiu da zona de guerra. No caso de Khabur, o Brasil surge depois de “*bater de porta em porta dos consulados*”. Já Orontes tinha familiares que lhe serviram de ponto de apoio: “*Meu irmão Eufartes veio antes de mim. Ele chegou cinco anos atrás e depois dele veio meu outro irmão que está em São Paulo agora, ele não conseguiu ficar aqui [em Porto Alegre]*”.

Orontes considera Eufartes como o “*verdadeiro aventureiro, quem veio primeiro*”. Tal situação se configura como um ponto de apoio encorajador para o refúgio: “*eu nunca teria feito isso se não tivesse Eufartes e meu outro irmão aqui. Ele veio sem conhecer ninguém, sem saber falar a língua, sem conhecer nada, mas conseguiu se virar*”. Nessa altura do percurso de refúgio, verifica-se a importância dos dispositivos legais do Brasil e de um amigo ou familiar que atue como ponto de apoio prévio. Nessa perspectiva, visualiza-se um espaço estriado, em que os pontos formam a linha dos trajetos (DELEUZE; GUATTARI, 2012b), proporcionando sensação de segurança (mesmo que sob muitas incertezas) aos refugiados.

Ressalta-se que as longas viagens fizeram com que alguns dos entrevistados se deslocassem primeiramente para um ponto mais próximo ao Brasil, como no caso de Estère, que conseguiu visto para a Bolívia e de lá se deslocou de táxi até Rio Branco, no Acre, onde pediu hospedagem em uma igreja. Da mesma forma, Falémé partiu do Senegal com o cunhado portando um visto para a Argentina; de lá seguiu uma rota a pé e de carona na estrada pelo Peru e pela Bolívia, para então

atravessar a fronteira para o Brasil. Ficou uma semana no campo de refugiados em Rio Branco.

São países, fronteiras, pessoas que aparecem como agentes/elementos/agenciamentos importantes para trilhar a travessia ainda não muito bem delineada, que vai se constituindo de modo liso, na medida em que se caminha sobre ela, ou de modo estriado, quando se tem pontos de apoio (DELEUZE; GUATTARI, 2012b). Esses são alguns dos atravessamentos que (con)formam percursos até o Brasil.

4.1.4 Um olhar sobre o partir

*“Eu não queria sair do meu país. [...] Eu não queria **partir** e deixar a metade da minha vida. Minha vida é minha família e minha dança, sempre foi. [...] Pra ser eu, eu trouxe uma **parte** da minha vida, sabe?!”* (UNARE, grifo nosso).

O trecho da fala de Unare leva a refletir que o partir para outro país também se refere a (re)partir a vida, a um movimento rizomático (DELEUZE; GUATTARI, 2011). Parte do indivíduo fica. Outra parte, vai com ele. O que fica é aquilo que não cabe na bagagem. No país de origem, família, estudo e trabalho se sobressaem na trama das relações dos indivíduos em espaços determinados e instituições que modelam a vida. Essa é a parte que, mesmo simbolicamente, acompanha os indivíduos em suas travessias.

Em oposição aos discursos estereotipados e homogeneizantes, geralmente advindos da mídia tradicional e do senso comum, que ressaltam extrema pobreza, violência e/ou radicalismo nos modos de vida de latino-americanos, caribenhos, árabes e africanos (CARDOSO, 2013; GUATTARI; ROLNIK, 1996), os relatos dos migrantes e refugiados entrevistados são marcados também por experiências positivas e potentes em afetos. Uma vida baseada em relações afetivas e projetada em estudar e trabalhar vislumbrando um futuro melhor, não necessariamente isenta os percalços que podem surgir nos percursos da migração e do refúgio. A vida no país de origem remete ao cotidiano de um indivíduo qualquer, um nativo, ainda não tomado pela lógica da estriagem que o classifica como migrante ou refugiado.

O cotidiano vivido sem sobressaltos, em geral, revela até mesmo um quê de monotonia que as situações de migração e refúgio tendem a valorizar e resgatar. Olhar para indivíduos em seus territórios de origem tem importância redobrada

quando se atenta aos processos de subjetivação e à questão do trabalho imaterial em contextos de migração e refúgio, haja vista que o trabalho imaterial usa todas as instâncias da vida. É necessário, portanto, apreender os engendramentos que constituem o migrante e o refugiado como indivíduo/trabalhador.

Vidas cotidianas que compõem o partir se mostram de formas múltiplas, multifacetadas, mistas, acompanhando o que os órgãos da ONU, como a OIM e a ACNUR, vêm dizendo sobre os fluxos migratórios da atualidade terem alcançado indivíduos diversos dos que migravam em tempos anteriores, quando o foco era atender à demanda do trabalho industrial (SAYAD, 1979). Nesse sentido, o grupo ganha forma nas semelhanças e também nas diferenças (TEDESCO; SADE; CALIMAN, 2013).

Associa-se o país de origem ao espaço estriado, que indica um percurso de vida minimamente previsível, e o país de destino ao espaço liso, que pauta um percurso de vida francamente imprevisível (DELEUZE; GUATTARI, 2012b). No espaço de origem, demarcações como o traçado de um bordado, permitem antever o passo a seguir em um cenário minimamente conhecido. No espaço de destino, tudo, em princípio, soa desconhecido.

Também é preciso ressaltar que por mais que o migrante ou o refugiado estejam sobre espaço liso, sem saber direito como agir e para onde ir, partir do país consiste em um ato de resistência, de libertação (SOUZA, 2016). Tal resistência resulta da afirmação de outra maneira de ser, de outras sensibilidades que movem esses indivíduos (GUATTARI; ROLNIK, 1996). Trata-se de um ponto entre duas linhas, uma parada no percurso de vida, que é retomado quando se trilha uma linha de fuga, isto é, quando se retoma o percurso por outros trajetos ainda desconhecidos, que se fazem à medida do andar (DELEUZE; GUATTARI, 2012b).

Dos relatos dos sírios, venezuelanos, haitianos, senegaleses, marfinense e nigeriano depreende-se que se tratam de vidas empurradas por fatores desencadeados pelo contexto macro político-social-ambiental-econômico. Nesse sentido, ao mesmo tempo que a normalização dos fluxos migratórios de países do sul global integra a ideia de que “não há alternativas” (BAUMAN; DONSKIS, 2019) senão partir; também é razoável pensar, a partir dos relatos, que há outros fatores relativos a subjetividades que são limitadores e até sufocadores da existência que fazem tais indivíduos decidir por partir.

Diferente de outras experiências internacionais vivenciadas pelos entrevistados atreladas a migrações puxadas, as migrações empurradas evidenciam um modo de individuação, pois são fatores de ordem capitalística que empurram os indivíduos e, ao mesmo tempo, vislumbram um modo de singularização, pois a determinação para partir vem de uma expressão política. As forças capitalísticas globais produzem processos de subjetivação – puxam ou empurram as migrações – mas a decisão de partir advém do indivíduo (em conjunto com seus familiares e relações sociais), o que condiz à Autonomia das Migrações (MOULIER-BOUTANG, 1998; MEZZADRA, 2012).

Em consonância com Castles (2010), pode-se dizer que a migração é uma resposta a fatores sociais, ambientais, econômicos e políticos. Em outras palavras, o partir consiste em um movimento da Multidão (HARDT; NEGRI, 2005; NEGRI, 2018) de migrantes e refugiados em percursos vulneráveis, marcados, especialmente, pela urgência de buscar trabalho no chegar.

4.2 CHEGAR

Chegar não se resume ao evento da chegada dos migrantes e refugiados. Chegar, em dimensão analítica, remete à mobilização de si às margens de uma outra vida, que exige um andar incessante em espaço liso, em um território em que tudo, em princípio, é desconhecido. Chegar remete a se encontrar às margens – e necessitar, prioritariamente, de registros, moradia e compreensão da língua nativa – de inserções laborais e de form(a)ções no país de destino. O Quadro 8, a seguir, sintetiza os percursos relativos à migração e ao refúgio, considerando o chegar e a chegada.

Quadro 8 - Apresentação dos percursos – Chegar

<div style="text-align: center;"> <p>Quadro 8</p> <p>Apresentação dos percursos</p> <p>Chegar</p> </div> 							
País de origem e Participante	Ano de chegada	Por que o Brasil?	Situação residencial e familiar atual no Brasil	Primeiras experiências de trabalho no Brasil	Formação/ estudo paralelo no Brasil	Status (conforme informado pelo entrevistado)	
Venezuela	Orinoco	2017	Um irmão já morava em POA.	Mora com esposa, 4 filhos e 1 neto.	Pedreiro – serviços de pintura, solda, madeira, pisos.	-	Autorização de residência temporária (renovável em 2 anos).
	Unare	2018	Os pais e outros familiares já moravam em POA.	Mora com os pais e o irmão.	Começou a trabalhar diretamente com as danças tradicionais.	Técnico em Contabilidade.	Autorização de residência temporária (renovável em 4 anos).
	Arauca	2010	Namorava um brasileiro.	Mora c/ marido, 2 filhos, mãe, irmão e cunhada.	Auxiliar em escritório na área de propriedade intelectual.	-	Autorização de residência permanente (renovável em 10 anos).
	Tuy	2019	Um amigo venezuelano lhe ofereceu apoio.	Morou na casa de amigo. Hoje, sozinha.	Professora particular de espanhol.	Cursos de curta duração gratuitos na área de negócios	Autorização de residência temporária (renovável em 2 anos).
Haiti	Artibonite	2013	O pai já morava em POA.	Mora com esposa brasileira e 1 filho que nasceu em POA.	Separador, conferente, balconista, faturista em fábricas (de bicicletas, peças de ferro; ar condicionado).	Curso técnico em Administração.	Autorização de residência para fins de acolhida humanitária (válida em torno de 10 anos).
	Estère	2013	Economia estável. Perspectiva de ganhar mais para ajudar a filia.	Mora sozinha.	Limpeza; Plantação de fumo; Auxiliar de cozinha em restaurantes; Cuidadora de idosa.	Téc. govern., e de camareira; Português para estrangeiros; Mestrado em Sociol. da Educ.	Autorização de residência para fins de acolhida humanitária (Válida por 8 anos).
	Autrou	2016	Os pais já moravam em POA.	Mora com os pais e os irmãos.	Jovem Aprendiz na área do curso técnico em um hospital.	3º ano Ens Médio; Técnicos; Português para estrangeiros; Grad. em Rel. Internacionais.	No Haiti fez o visto de estudante. No Brasil foi concedida autorização de residência permanente.
Síria	Eufrates	2015	Um amigo sírio lhe ofereceu trabalho.	Morou com os irmãos. Hoje, c/ Balikh e Khabur.	Confeiteiro e Chef em restaurantes, hotéis, confeitarias.	-	Status de refugiado concedido no consulado brasileiro na Jordânia.
	Orontes	2017	Os irmãos (Eufrates e outro) moravam em POA.	Morou com os irmãos. Hoje mora sozinho.	Confeiteiro em doceria.	-	Status de refugiado concedido pelo Brasil na Arábia Saudita.
	Balikh	2016	Consulado do Brasil lhe aceitou como refugiado. Veio com amigos.	Mora com os colegas de trabalho.	Ajudante em restaurantes e confeitaria.	-	Status de refugiado concedido, ele conseguiu autorização na Rússia para vir para o Brasil.
	Khabur	2019	Consulado do Brasil lhe aceitou como refugiado. Pediu ajuda na internet.	No início, casa de contêrraneo. Hoje mora com Eufrates e Balikh.	-	-	Já com o status de refugiado ele conseguiu autorização da Jordânia para vir para o Brasil.
Senegal	Saloum	2010	Economia estável e cultura africana no país. Um amigo senegalês já morava em POA.	Não informou.	Fiscalização em frigorífico; Construção civil como aux. adm.	Curso técnico em Administração.	Autorização de residência permanente (renovável em 10 anos).
	Casamance	2015	Incentivo do cunhado. Por ter cidade industrial e cultura africana.	Mora com amigos senegaleses.	Pintor; Auxiliar de cozinha em restaurantes.	Curso de português. Quer fazer prova do EJA.	Autorização de residência permanente (renovável em 10 anos). Solicitação de refúgio negada.
	Falémé	2015	Por ter cidade industrial e cultura africana.	Mora com o cunhado. Solteiro. Tem um filho com brasileira.	Carregador de tapetes; Frentista e caixa em posto de gasolina; Montava pizzas; Motorista de app.	Curso técnico de Automação; Português para estrangeiros.	Autorização de residência temporária (renovável em 5 anos).
Costa do Marfim	Comoé	2016	Oportunidade de trabalho em projeto.	Morou com amigo. Hoje, c/ brasileiros.	Shows em bares; Professor de francês em projeto de refugiados e de ritmos africanos em ONGs.	Graduação em Saúde Coletiva.	Veio c/ visto de turista. Hoje, solicitação de refúgio em análise.
Nigéria	Níger	2010	Um irmão já morava no Brasil.	Morou c/ irmão. Casou c/ brasileira. Se divorciou.	Diretor coral africano; Coord. de eventos Câ. Com. Nigéria-Brasil.	Português para estrangeiros; Técnico em Informática.	Não informou.

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

4.2.1 Às margens

“*Eu fiz meus documentos, depois consegui trabalho*”, respondeu Artibonite ao ser questionado sobre a primeira ação que tomou logo que chegou ao Brasil. O deslocamento não termina quando o migrante ou refugiado chega às margens do país de destino, mas é prolongado à medida que é necessário que ele esquadrinhe o lugar em que está. Essa contradição em que se encontram o migrante e o refugiado já foi predita por Sayad (1979) ao pronunciar que a imigração oscila entre um estado duradouro de provisoriedade ou um estado provisório que se prolonga indefinidamente.

Chegar exige registrar-se a fim de providenciar os documentos necessários para viabilizar a vida no país de destino, por isso a ordem posta na fala do haitiano Artibonite é a regulamentação e depois a busca por trabalho. Para que isso se concretize, há ainda um espaço a percorrer por lisagens e estriagens específicas de alguém que é estrangeiro. Registros, acomodação e idioma – questões referenciadas em coro pelos entrevistados – expressam esse alisamento que, paulatinamente foi se revertendo em espaço estriado, em virtude do esforço de mobilização de si e de uma rede de cooperação entre migrantes e refugiados.

Os entrevistados que não portavam passaportes carimbados com visto, ao chegarem ao Brasil imediatamente procuraram registrar-se para não ficarem em situação indocumentada. Em linha com Villen (2015a), verifica-se que os carimbos não são iguais para todos, nem mesmo aos cidadãos de idêntica nacionalidade. Nesse sentido, importa a forma de entrada, os documentos trazidos e os objetivos de permanência no Brasil. Para esses migrantes e refugiados não se parte e nem se chega “caminhando contra o vento, sem lenço e sem documento”, como diz certa letra de música³⁶, mas sim “com documentos”, o que os diferencia do contexto geral no grande espectro das migrações.

Nos aeroportos ou nas fronteiras secas do Acre e de Roraima, o Estado, na figura da Polícia Federal, opera como organização molar (DELEUZE; GUATTARI, 1996), e as leis e portarias atuam como dispositivos organizativos da vida social

³⁶ O trecho é parte da letra da música “Alegria Alegria”, composta por Caetano Veloso, artista expoente da Música Popular Brasileira. Lançada em 1967, em período de ditadura militar no Brasil, a música, dentre outras interpretações, evoca resistência e liberdade.

(KASTRUP; BARROS, 2015). No relato da venezuelana Unare, também se nota o controle como movimento-função desse dispositivo que determina tempo e lugar para a migrante:

“Chegamos [em Rio Branco] com passaporte e nos deram dois dias de estadia [no campo de atendimento] com outros imigrantes para fazer nossa documentação [provisória]. Eles nos deram 90 dias! Durante esses noventa dias, nós tínhamos que fazer os processos de nossos papéis como imigrante de verdade” (TUY).

Esse tempo de validade é passível de postergação, como mostra Tuy ao tirar da bolsa o seu Registro Nacional de Migração (RNM): *“Do aeroporto, fui direto pra casa do meu amigo. [...] Na Polícia Federal, me deram um documento. Aqui diz: classificação temporária. Prazo de residência: maio de 2021. Aí depois tu tens que ir renovando, primeiro dois anos de residência, depois 10 anos mais”*. Haja vista a prontidão do documento ao alcance da mão, ao mesmo tempo em que o registro do migrante ou refugiado é controle (JARDIM, 2016), também é proteção (LUSSI, 2015).

Chegar implica ter endereço provisório, transitório, no primeiro momento. Dentre os migrantes e refugiados entrevistados, alguns chegaram por fronteira seca, e sua primeira hospedagem ocorreu nos campos de atendimento organizados pelo poder público em parceria com agências internacionais, religiosas e da sociedade civil, ressaltando o papel fundamental dessas entidades e iniciativas (APARNA; SCHAPENDONK, 2018). Outros ficaram na casa de parentes ou amigos de sua nacionalidade ou até mesmo em pousadas e hotéis.

Nota-se a importância da comunicação prévia, facilitada pelo uso das tecnologias atuais. Foi assim para Khabur, que para sair da Jordânia pediu ajuda no grupo “refugiados sírios no Brasil” do Facebook e encontrou um conterrâneo que o acolheu em sua residência e lhe deu trabalho no seu pequeno negócio. Nos estudos transnacionais, têm-se as redes sociais formadas por amigos e familiares como ponto nevrálgico para a mobilidade de migrantes (BAENINGER, 2015; GLICK SCHILLER; BASCH; BLANC-SZANTON, 1992). Uma novidade que desponta na contemporaneidade é o agenciamento pelo uso de redes sociais virtuais como fonte de busca mais ampla de compatriotas desconhecidos que possam servir como ponto de apoio aos migrantes e refugiados, como foi o caso de Khabur.

Para alguns, essa situação de endereço temporário se prolonga, haja vista que a situação de provisoriedade implica também a vulnerabilidade, como é para o vagante de Bauman (2011). Mesmo que até certa medida a travessia de fronteira tenha sido planejada, um indivíduo que chega por migração empurrada está vulnerável a determinadas situações que para um andarilho ou turista seriam corriqueiras e sem importância. A experiência do senegalês Saloum mostra que, passados dez anos de sua chegada, a vulnerabilidade vira atração em show e a responsabilidade recai sobre si:

“Porque quando eu cheguei no Hotel [...] eu até contei a semana passada no “TedX”, as pessoas riam pra caramba. Cheguei ali, não sabia me comunicar, eu não sabia o valor do dinheiro em real. Eu estava com dólares. Daí a primeira coisa que fiz no dia seguinte, foi ir no centro pra trocar dólares por reais, e quando troquei deu um pananá de dinheiro. Na época tinha a nota de um real, [...] deu bastante, achei que era rico, enchi meu bolso de dinheiro. Acabei gastando o que não poderia gastar. [...] Ai o moço me perguntou se eu tinha que pagar mais alguns dias, [...] aí eu disse que sim né, tirei o dinheiro, a mulher contou, contou e não deu nem pra um dia. Daí ela tentou me explicar [...] não entendi nada do que ela estava falando [...] Daí deu briga ali, ela saiu procurando um intermediário para fazer a intermediação de nós dois e não conseguiu. Então naquele dia eu dormi na rua, então muito louco, um dia eu estava rico e no outro, pobre (risos)” (SALOUM).

A provisoriedade e a vulnerabilidade também são visibilizadas quando o migrante ou o refugiado se veem em um labirinto burocrático, em que para ter registro é necessário ter endereço e para ter endereço é necessário ter registro. Soma-se a isso a lógica da morosidade rítmica dos processos de documentação de estrangeiros. *“No momento em que eu cheguei, início de janeiro, o pessoal estava de férias. Eu fiquei até 22 de janeiro, até eles voltarem de férias, eu fui lá, eles me pediram uma declaração de residência. Como eu ia ter se eu estava morando no hotel?” (FALÉMÉ).*

Este é um momento em que o migrante ou refugiado se encontra em um intermezzo (DELEUZE; PARNET, 1998), em um lugar de fronteira (AGIER, 2016). Ele depende desse registro para que possa “existir” enquanto cidadão no sentido jurídico, mesmo que em momento algum ele deixe de ser no sentido ativo (MEZZADRA, 2012), ao buscar, em suas redes, solucionar tais tensionamentos. *“Eu conheci uma senegalesa que fez uma declaração de residência pra mim. Ela me levou lá para fazer a declaração, assinatura no cartório, levei para o Ministério do Trabalho. Tirei a foto, mais CPF e fiz a carteira de trabalho” (FALÉMÉ).* Mais uma

vez, o migrante se aproxima do modo de vida do vagante (BAUMAN, 2011), por ter que contar com a solidariedade dos nativos ou de seus conterrâneos que, tendo chegado antes, podem repassar informações e conhecimentos.

A rede também é composta pelo poder público, por organizações religiosas e da sociedade civil e por grupos acadêmicos. Falémé e Casamance, assim que chegaram ao Brasil, procuraram o projeto Cibai Migrações, vinculado à Igreja Católica, para obter orientações referentes à documentação e frequentar aulas de português – serviços que abriram caminho à autonomia dos migrantes (APARNA; SCHAPENDONK, 2018). Hoje, Falémé retribui exercendo o trabalho de manutenção dos computadores da Paróquia.

Os depoimentos dos entrevistados acrescentados na observação dos eventos-atividades permitem inferir que a presença dessas organizações é alicerce estruturante do cenário de migração de Porto Alegre ao operarem na ponta, atendendo migrantes e refugiados por meio de trabalhadores voluntários. Essa rede de cooperação, que paulatinamente vai ganhando forma, leva ao que Negri (2001, p. 34) denomina de comunidade biopolítica, formada por empregados, trabalhadores, estudantes e todos aqueles que atuam na comunicação, circulação e coordenação de esforços de “produção social [...], completamente articulada através da produção de subjetividade”.

Estar documentado, ter endereço e estar apoiado por uma rede são os primeiros estriamentos que permitem aos migrantes e refugiados uma sensação de ancoragem em termos de território geográfico. No que tange ao território existencial, porém, eles ainda não chegaram, encontram-se em espaço liso, à deriva.

“Então, uma vez, uma amiga falou muito duro comigo: ‘Tuy, deixa de assistir a essas notícias, te fazem mal. Você não está mais na Venezuela!’. Ela me pareceu cruel, dura. Chorava e falava ‘ela não entende como eu me sinto, o que eu posso sentir’. Então... esse dia foi muito duro, chorei. Mas depois a experiência foi falando. [...] Começar como imigrante em um país é um processo que ocupa muito tempo, muita energia. É muito complicado morar em dois países de uma vez. Então, tem que se soltar um pouco. Tem que soltar. Tem que soltar esse, esse ruído grande que fazem as notícias” (TUY).

O relato de Tuy permite visualizar que os limites territoriais geopolíticos não correspondem ao território existencial, o que faz a migrante produzir espaços sociais transnacionais (MEZZADRA, 2012). Esse pode ser considerado um espaço de fronteira (AGIER, 2016), quando há o envolvimento simultâneo do indivíduo com

duas sociedades, o que faz alguns autores denominarem-no de “transmigrante” (BAENINGER, 2015; GLICK SCHILLER; BASCH; BLANC-SZANTON, 1992).

Estar em um lugar em que a autonomia é limitada por não se saber ler as placas e por não poder pedir informações que deem uma direção acarreta em medo e insegurança, tornando migrantes e refugiados recém-chegados dependentes de um ponto de apoio. *“Nos primeiros momentos eu senti o quão difícil seria porque ninguém falava inglês, nem no aeroporto, nem no táxi. Eu não conseguia conversar com ninguém. Entrei no restaurante e não tinha como pedir comida porque não entendia nada”*, conta Balikh, cuja língua mãe é o árabe. Tuy, que passou por circunstâncias similares apesar de falar espanhol, idioma que tem proximidade com o português, acrescenta que com o tempo o medo foi desconstruído em razão da gentil receptividade dos nativos, o que, em linha com Almeida (2000), reforça a ideia de o Brasil ser um país acolhedor:

“Do Brasil, a minha primeira impressão: eu tive muito medo! Muito medo porque eu não compreendia nada do que vocês diziam, isso me assustava. Eu pensava: não vou aprender nunca este idioma difícil. E falavam e falavam, e me recebiam, me abraçavam e tudo. E eu não entendia nada. Então, depois meu amigo começou a me falar e me indicar tudo o que deveria fazer. Depois tive muito boa impressão das pessoas aqui. Eh... me pareciam muito amáveis. Quando a pessoa se dava conta que eu era estrangeira, me ajudava muito. Se eu estava na rua e perguntava alguma direção, pegavam a minha mão e me levavam até onde eu ia. Falavam, me ajudavam. Eu me perdia nos ônibus e depois me ajudavam em muitas coisas” (TUY).

Em contraponto à experiência de Tuy, que evidencia o acolhimento recebido pelos brasileiros apesar de não conseguir se comunicar em português, salienta-se a vivência de Níger, que mostra que não saber o idioma local cria uma barreira-estriada que afasta os nativos e, ainda, impede ou posterga o desenrolar da vida no país de destino.

“O que eu percebi quando eu cheguei ao Brasil, quando tu não consegue te comunicar com as pessoas, as pessoas não conseguem te conhecer, tu é nada. Eu sou negro, estrangeiro e tenho esse jeito africano, sabe? Você chega lá, e eles te olham de um jeito, e te dão uma chance de ver o que conseguem, quem é você, querem te conhecer. E você chega lá, tenta falar, e fala tudo errado ainda! As pessoas ficam ahhh? Ah! Tudo bem, entendi! Eu passei por isso muitas vezes, de não conseguir me comunicar e não conseguir fazer as coisas, porque as pessoas não conversavam comigo” (NÍGER).

Outra vivência que reforça e amplia essa perspectiva de estriamento, aparentemente atribuída somente ao idioma, é a de Comoé. Em registro de conversa realizada em um evento-atividade, é possível notar que, para além do não saber falar a língua local, outro fator que marca as aproximações ou os distanciamentos dos nativos é a aparência do estrangeiro.

“Comoé contou que no seu primeiro dia no Brasil andava pela orla da praia em Fortaleza, no Ceará, próximo à meia noite. Eu imediatamente perguntei a ele se não teve medo de andar sozinho, pois recém tinha chegado, não sabia falar português e não conhecia a cidade. Ele disse: ‘Laura, olha pra mim! (apontando para si). As pessoas é que têm medo de mim. Você (apontando para mim) tem que ter medo ao andar sozinha à noite na rua, eu não preciso. Olha para mim! Eu sou negro, da África, as pessoas fogem de mim” (COMOÉ, DIÁRIO DE BORDO, E17).

Tais experiências revelam as peculiaridades dos modos de viver como migrante/refugiado, evidenciando o atravessamento de marcadores sociais no caráter multifacetado das migrações (HAAS; CASTLES; MILLER, 2020). A relação entre não falar português e as sensações de medo, angústia e desconfiança ao chegar às margens do país de destino foi relatada unanimemente pelos entrevistados. O que chama a atenção nos depoimentos é o fato de que Tuy e Balikh, ambos brancos, manifestam esses sentimentos em si, enquanto Comoé e Níger, ambos negros, notam os nativos com esses sentimentos em relação a eles. Já na chegada, são percebidas diferenças nos processos de subjetivação em função de linhas duras (CASSIANO; FURLAN, 2013; DELEUZE; GUATTARI, 2012b) de segmentação de raça (MEZZADRA, 2012). Tais particularidades refletem em espaço estriado, marcado por jogos de exclusão, deixando alguns indivíduos mais à margem do que outros.

A partir do exposto, entende-se que chegar às margens do país de destino condiz a ocupar um espaço liso inerente a quem é estrangeiro. Esse liso-desconhecido traz o sentimento de estar à deriva e, conseqüentemente, faz buscar ancoragem-estriada em registros, documentos e endereço. Trata-se de um modo de individuação de migrantes e refugiados operado por dispositivos governamentais de controle e codificação. Tais ações são dificultadas pela falta de domínio do idioma nativo e minimizadas por amigos e familiares conterrâneos, em um movimento de rede de cooperação. Os primeiros passos no país de destino já vão forjando novas

subjetividades, que são essenciais para que migrantes e refugiados alcancem o objetivo da inserção laboral.

4.2.2 Inserções laborais transitórias

Ao chegarem ao país de destino, o trabalho adquire a condição de sobrevivência para migrantes e refugiados. “*A primeira necessidade é conseguir um trabalho e correr atrás do idioma*”, diz Falémé. “*Eu trabalhei em cozinha. Fazia suco, salada, lavava louça. Um trabalho intenso, muito intenso, mas eu me dedicava a trabalhar, porque precisava pagar a minha casa, minhas coisas, eu precisava*”, pondera Estère. Da urgência pelo trabalho decorrem inserções laborais transitórias que definem um “mercado de trabalho para imigrantes”, nos termos de Sayad (1979, p. 55)³⁷, compreendido aqui como um modo de individuação.

No contexto desta pesquisa, os migrantes e refugiados, mesmo sendo todos do sul global, conformam um mosaico em termos de nacionalidades, características, competências, formações e experiências, as quais não são consideradas no momento de inserção no mercado de trabalho. As ofertas de emprego disponíveis estão atreladas à imagem de uma mão de obra barata, que tem urgência de suprir necessidades básicas e, por isso, muitas vezes, é passível de ser submetida a direitos diminuídos, cenário já denunciado por Marinucci (2017).

Migrantes e refugiados relataram experiências laborais transitórias em organizações, com vínculo formal ou informal, como empregados ou autônomos. Ocuparam cargos operacionais, temporários, principalmente nos setores de indústria, comércio, reparação e serviços, tal como apontam recentes pesquisas no Brasil (MAGALHÃES; BÓGUS; BAENINGER, 2018; CAVALCANTI et al., 2019), denotando que o mercado de trabalho imigrante postulado por Sayad (1979) ainda perdura na contemporaneidade.

Alguns dos entrevistados começaram a trabalhar diretamente usando referências de seus países de origem, como Unare, Tuy, Khabur, Comoé e Níger, o que se deve à prévia rede de acolhimento de seus conterrâneos ou de brasileiros com quem tiveram relação de amizade e solidariedade. Esses contatos atuaram como uma espécie de “consultores” da cultura e burocracia brasileira. Apesar de

³⁷ O estudo sobre o mercado de trabalho para imigrantes de Sayad (1979) volta-se especialmente à migração de argelinos para a França, isto é, à migração do sul para o norte global.

esses indivíduos já se aproximarem ao trabalho imaterial, ainda assim exerciam atividades iniciais que, com o tempo e a chegada de novos componentes nessa rede, foram se diversificando e ganhando novos contornos. Nesse ínterim, percebe-se a ação de processos de subjetivação que servem como uma espécie de treinamento-*intermezzo* (DELEUZE; PARNET, 1998), uma preparação-fronteira (AGIER, 2016), uma constituição pré-trabalho imaterial em sua potência máxima.

O sírio Eufrates chegou ao Brasil já com status de refugiado e indicação de um amigo sírio para ocupar uma posição de trabalho em um restaurante. Embora estivesse seguro e encaminhado no país de destino, isso não significa que seu percurso é isento de percalços. Quando ocorreu um acidente no local de trabalho, Eufrates usou a rede de contatos que vem estabelecendo no país. *“Eu trabalhei lá quase dois meses, houve explosão de gás [...] mandaram todo mundo embora. Daí eu fiquei sozinho. Meu amigo foi para São Paulo e eu vim para Porto Alegre, com a ajuda de amigos brasileiros”*.

Em Porto Alegre, batia de porta em porta dos estabelecimentos do ramo alimentício, contava sua história, seu interesse pela área e pedia trabalho. Figurava como vagante, dispondo-se a esquadrinhar a cidade e expor-se a desconhecidos a procura de um sinal a seguir (BAUMAN, 2011; 2017). *“Arrumei emprego numa confeitaria, trabalhei pouquinho num restaurante árabe, só fim de semana. Depois fiz um currículo, mandei pra todo mundo. Trabalhei em hotel, por dia, até conseguir emprego em setembro de 2016. Todo esse tempo, sem carteira assinada”* (EUFRADES).

Eufrates chegou ao Brasil no início da crise econômica, quando as ofertas de trabalho diminuam, por isso mobilizava como podia a capacidade de “gestão da sua força de trabalho” (GORZ, 2005, p. 24). *“Quando fui demitido foi um momento difícil, não tinha dinheiro guardado, porque eu estava comprando batedeira, forno, espátulas, colheres para mim, entende?”*. Administrando ganhos nas esporádicas oportunidades, Eufrates projetava um futuro baseado na sua autodeterminação e no investimento a conta gotas. Nessa época, um de seus irmãos chegou ao Brasil e, mais de um ano depois, veio também seu outro irmão, Orontes, graças à regra de reunificação familiar, que facilitou a aquisição do status de refugiado no consulado brasileiro.

Juntos, os irmãos trabalharam por um tempo como autônomos, produzindo os doces que uma doceria vendia. Até que *“caiu um pouquinho o movimento do*

trabalho, estava pegando a crise e daí ficamos mal, eu e o meu irmão, um dia trabalhávamos, três dias não” (EUFRADES). Vê-se que as incertezas do jogo que se precisa jogar se mantém, mas laços familiares são tomados como pontos de apoio ao refúgio, traços que podem ser associados ao jogador (BAUMAN, 2011).

Para aqueles que chegaram até meados de 2015, as ofertas de trabalhos usualmente destinados a migrantes e refugiados surgiam sem grande esforço. *“Quando eu cheguei... naquela época o mercado de trabalho estava muito quente, apesar de que o mundo estava em crise, o Brasil estava se virando muito bem. Então cheguei e acho que em menos de 30 dias eu já estava empregado”*, relata Saloum. Para o haitiano Artibonite e o senegalês Falémé, as ofertas de trabalho chegaram até eles. Artibonite conta que várias empresas, de diversos lugares do Brasil, iam até o campo de refugiados, no Acre, para selecionar trabalhadores: *“a empresa veio à ‘mesa do refúgio’, no espaço onde a gente estava para fazer recrutamento e eu acabei passando pela seleção”*. Falémé revela que, por duas vezes, foi interpelado por empregadores quando caminhava na rua. A primeira abordagem ocorreu nos seus primeiros dias no Brasil:

“No dia que eu peguei a carteira eu consegui trabalho. Você acredita? Eu estava na sinaleira. Um senhor perguntou se eu queria trabalhar. Eu não entendi o que ele estava falando. Ele buzinou. Eu parei. Ele perguntou assim: ‘tu não quer trabalhar?’ Não entendia o que ele falava. Daí ele falou em inglês. Eu entendo um pouco de inglês, eu tentava responder. Ele me falou: ‘Você tem telefone?’ Eu falei: ‘Sim’. Eu dei meu número, ele pegou e depois me ligou. Ele começou a falar e eu não entendia, e eu passei para uma pessoa que entende português: ‘Mandou dizer que precisa de você, mandou o endereço e tal tal, amanhã, oito horas lá’. Oito horas eu fui lá, ele já me passou o contrato e eu comecei a trabalhar” (FALÉMÉ).

Como se vê, Falémé teve sua imagem corporal atrelada ao mercado de trabalho destinado, estriado, a migrantes e refugiados. Ao ser reconhecido como negro e migrante, a abordagem com fins de recrutamento, realizada pelo empregador, sobreleva a oferta salarial em detrimento de elementos como formação, currículo ou experiência. A segunda abordagem, que reforça a primeira, ocorreu quando Falémé retornava do trabalho:

“Eu passei num posto de gasolina. Ele falou: ‘Ei, você não tem amigos que precisam trabalhar?’ Eu falei: ‘tenho um amigo sim. Fala para ele, até você também pode vir. Eu falei: ‘eu tô trabalhando!’ ‘Quanto tu ganha lá?’ ‘Eu ganho mil e cem’. ‘Aqui eu te pago mil e trezentos, tu vem?’ Eu falei: ‘vou pensar’. E fui pra casa, falei com o pessoal. Ele [cunhado] também foi junto”

comigo, ele também não conseguia trabalho bom. A gente começou o trabalho no posto de gasolina” (FALÉMÉ).

O próprio Falémé faz uma leitura sobre o fato de ser descoberto e apontado no meio da multidão³⁸, nessas e em outras situações que vivenciou: *“Eu descobri no Brasil que sou negro. Antes eu não me dava conta disso [...] é difícil ser imigrante negro, a gente sofre duas coisas, racismo dos brancos e preconceito da população brasileira, branca ou negra”*. Visualiza-se, então, uma dupla individuação: a primeira por Falemé ser negro, e a segunda, por ser migrante, o que o associa à mão de obra não especializada, devido ao estriamento do imaginário de migrante e refugiado produzido pela ordem social, econômica, política e midiática (GUATTARI; ROLNIK, 1996).

Os migrantes e refugiados reverberaram a inconformidade das suas primeiras experiências de trabalho diante de suas qualificações e formações. Artibonite considera que o cargo operacional que ocupava em uma fábrica de bicicletas não condizia às suas expectativas, nem às experiências de trabalho que tivera no Haiti como coordenador de projetos sociais em ONGs, o que reforça a transitoriedade das inserções:

“Não sei, digamos, a gente não... de um tempo pra cá, lá no Haiti eu não fazia serviço braçal. Eu costumava mais trabalhar na parte da administração, administrativa. E às vezes eu fazia trabalho de campo, ia nas casas, fazia as perguntas... fazia um tipo de seleção de casa em casa. Mas trabalho, digamos, braçal mesmo, de fazer força ou na fábrica... Eu nunca trabalhei em fábrica lá no Haiti” (ARTIBONITE).

As diferenças de ritmo de trabalho também foram sentidas por Estère ao ser contratada para trabalhar como auxiliar de cozinha em um restaurante. Sua formação em pedagogia gerava reclamações de seus colegas de trabalho, que exigiam dela mais agilidade nas tarefas rotineiras. Como desfecho, do trabalho transitório tipicamente material, que exigia esforço físico e repetitivo, resultou uma tendinite com afastamento e necessidade de tratamento fisioterapêutico.

“Tem que ter o movimento rápido! E eu não tinha, eu estava aprendendo. E o patrão falava a eles o que eu era, isso gerava polêmica entre eles: ‘ah, ela é professora, ela é universitária, que que está fazendo no meio de nós? Faça isso, faça rápido, vai rápido, assim, assim’, xingando-me sempre. Daí

³⁸ Aqui o termo multidão é empregado no sentido denotativo, uma aglomeração de pessoas, e não na conotação atribuída por Hardt e Negri (2005), Corsini (2007), Mezzadra (2012) e Negri (2018) para se referir a um conjunto de singularidades de dimensões política, produtiva e de classe.

fiquei com umas dores, uma dor nos punhos, as mãos inchavam, quebrei prato, não conseguia aprontar nada” (ESTÈRE).

A vulnerabilidade em que o migrante e o refugiado se encontram ao chegar ao Brasil está atrelada ao momento emocionalmente frágil da vida, o que prejudica o acionamento de precaução e das condições pessoais de resolução de problemas. Encontrar um trabalho, a primeira necessidade, seria a forma de minimizar a situação de vulnerabilidade. Porém, ao desconhecer o funcionamento dos modos de viver e trabalhar no país de destino, esses indivíduos estão sujeitos a muitas formas de exploração. Situações assim são comumente recebidas pelo projeto de extensão universitária (IC4), cujos atendimentos referentes ao trabalho de migrantes em situação de vulnerabilidade frequentemente se associam à falta de pagamento de direitos trabalhistas e até a maus tratos:

“Temos um assistido que trabalhou numa empresa do interior, uma empresa de couro, daí mostrava assim uns cortes e, às vezes, dizia que os colegas o ameaçavam de morte, os chefes faziam que não viam. Então tem uma precarização. Como posso dizer? Existe esse desprezo muito recorrente. Claro, não é sempre que isso acontece. Mas isso é bem recorrente. Às vezes, por a pessoa não saber falar português dá o termo de rescisão para a pessoa assinar, que acaba perdendo direitos e nem fica sabendo. Então acontece esse tipo de coisa” (IC4).

Estère e Comoé vivenciaram situações de extrema precarização e até de exploração em um momento em que eram reconhecidos como indivíduos cuja urgência era sobreviver e, portanto, vistos como mão de obra fácil, flexível, rentável e desprovida de dispositivos de enfrentamento. Estère tinha sido selecionada por uma empresa, ainda no Acre, com a promessa de trabalho em serviços gerais em uma indústria fumageira de uma cidade do interior do sul do Brasil. Ela e mais um grupo de haitianos embarcaram em ônibus pago pela empresa, mas quando chegaram se deram conta de que estavam no Paraguai.

“Ele (responsável pela seleção) quis escravizar esses haitianos. Cheguei lá, sorte para eles que eu estava lá, daí chegamos lá, quando vejo... eu era a única mulher [...] eu e nove outros haitianos [...] Quando cheguei lá, falei: eu vou te denunciar, porque tu nos falaste que tu iria nos levar para (nome da cidade) e aqui é Paraguai. Ninguém, nenhum de nós, vai ficar aqui. É, eu tinha medo por eles, não é, pelos outros. Mas eu? Eu não tenho medo. Porque eu sempre mostrava a ele que poderia fazer qualquer coisa para denunciar. E ele teve medo. Ele nos levou de volta para o Brasil. [...] Ele não tratou bem os homens, os haitianos [...] Eu não tinha medo dele, mas ele não pagou os haitianos, porque a comida que ele deu, casa para dormir, tudo que ele deu para nós, ele cobrou tudo. Ele fez a conta, conta de luz, comida, água, local para dormir. Ele cobrou tudo, tudo. Até a passagem que

ele pagou para levar-nos ali cobrou.... E aí quando chegamos em (nome da cidade), ele me afastou dos outros haitianos, porque ele sabia que eu iria fazer outra coisa. Eu fui na Igreja e procurei um advogado, mas falei pra ele: Não, deixa ele... porque eu estava pensando: estou aqui sozinha, isso vai ser um estigma na minha vida, não é. Deixa ele. Deus vai cuidar desse assunto. Só eu quero a libertação desses homens. Daí, eles se espalharam e eu vim pra Porto Alegre” (ESTÈRE).

Comoé recebeu um convite para trabalhar ministrando aulas de música e dança africana em uma ONG, também em cidade do interior do sul do Brasil, em troca de alimentação e moradia na garagem da sede do projeto. Com o tempo, Comoé começou a conhecer outras pessoas e a fazer shows para receber sua própria remuneração, o que desagradou o responsável pela ONG:

“Ele falou que eu era exclusividade dele. Que não precisava trabalhar com outro artista. E se outra pessoa quisesse tocar comigo, tinha que pedir licença para ele. ‘Mas olha só?! Eu não o tenho como dono, só porque eu estou aqui. Eu vim para fazer as coisas e aí nesse meio assim que eu faço contato. E assim mesmo, você me conheceu com tudo isso [...] eu sou músico, eu toco, eu dou as oficinas, então pra mim uma pessoa que quer pagar pela arte, é o meu serviço. A pessoa agenda. Mas eu não tenho nenhum compromisso com você’. Ele falou: ‘não! Tu renovou teu visto porque a gente queria que tu ficasse no Brasil’. Então ele disse que ia ligar para a Polícia Federal” (COMOÉ).

Ambos foram à Polícia Federal para resolver a situação. Como não havia contrato de trabalho assinado, nem irregularidade com o visto, Comoé entrou em contato com uma amiga brasileira que conheceu em Cabo Verde e, por meio de uma rede internacional de contatos, conseguiu sair da ONG. Ele detalha a tensão do momento de sua saída, com a intervenção de um brasileiro enviado pela sua amiga:

“O cara chegou lá, o cara é da periferia. E ele é bem negro né, e o senhor é bem branco, assim. O cara chegou brigando com o senhor já: ‘Que que é? Tu trouxe um negão da África, porque no Brasil vocês exploram os negros assim, que que é? Aqui não vai funcionar!’ Aí o cara queria brigar... e eu não queria brigar, eu queria era pegar as minhas coisas, achar um lugar onde dormir e acabou. Aí o cara me levou. E aí fui com ele” (COMOÉ).

Os relatos de Estère e Comoé revelam que eles foram submetidos a irregularidades de documentação trabalhista, a lugar inadequado, a restrição de locomoção, a servidão por dívidas, ou seja, a trabalho análogo à escravidão, fenômeno plenamente ativo no Brasil, o que associa-se ao “racismo já estruturado no e pelo trabalho [...] que têm como alvo o imigrante”, cuja origem histórica está na herança colonial do país (VILLEN, 2015b, p. 137). Acrescenta-se que o migrante referido é aquele oriundo do sul global, convencionado como pobre e desqualificado.

Por isso, além do racismo, também se confere a existência de um modo de individuação aporofóbico, de aversão a migrantes pobres (CORTINA, 2017), haja vista que as condições de trabalho, o tratamento legal, administrativo e burocrático e a visibilidade são diferenciados para migrantes do sul global em comparação aos do norte global.

Mesmo ao se encontrarem em relações assimétricas de poder, que os reduz à mão de obra flexível e vulnerável, a atuação dos migrantes deixa de ser individualizada e passa a se singularizar pela recusa das formas de precarização e exploração. Há uma mobilização do exercício político de seus direitos, haja vista o acionamento da rede de cooperação com brasileiros e, como se vê a seguir, a busca de formações que permitem que eles se aproximem dos modos de viver no país de destino. Na leitura da Autonomia das Migrações (MEZZADRA, 2012), é este o exercício de cidadania que independe de documentação e autorização de permanência no país.

4.2.3 Form(A)ções no país de destino

Form(A)ções no país de destino são os processos de subjetivação em ação nos quais migrantes e refugiados investem para se enquadrar na forma e na norma e, ao mesmo tempo, o modo como agem por não se contentarem ao espaço estriado que lhes é comumente destinado. Curso de idioma, qualificação de curta duração, curso técnico, graduação e mestrado foram as formações citadas pelos migrantes e refugiados como forma de investimento em si, movidos pelo desejo de integração social e acesso ao mercado de trabalho condizente ao motivo de deslocamento.

A formação mais urgente, essencial e comum a todos os migrantes e refugiados, é a aprendizagem do idioma local em seu sentido ampliado. *“Eu estava estudando em casa, depois procurei um local onde eu poderia aprender a língua, porque eu tinha sede de falar português, sabe SEDE?”* (ESTÈRE). *“O idioma foi a porta de tudo”,* por isso, no início, foi necessário *“colocá-lo como foco”* (SALOUM), pois é a forma de identificar e compreender melhor, além da linguagem verbal, a linguagem corporal, gestual, cultural do país (CHANLAT, 2013).

Mais do que isso, o idioma é atrelado ao trabalho, é *“um dos requisitos essenciais colocados pelas empresas contratantes de migrantes e refugiados, conforme Direção do SINE”* (DIÁRIO DE BORDO, E11). Nessa linha, Autrou relata: *“se eu não falasse a língua eu não acharia trabalho, porque se tu não podes conversar com as pessoas fica difícil, né?”*. Autrou reconhece o requisito idioma como condição social ao modo de viver de migrante, o que se alinha à ideia de Negri (2018) de que o domínio de códigos e linguagens é valorizado pelos fluxos produtivos, fazendo parte dos contornos da forma exigida pelo capital.

Os cursos gratuitos de português ofertados por organizações religiosas, da sociedade civil e universidades estão entre as primeiras formações de Autrou, Estère, Casamance, Falémé e Níger. Os tempos de formação e seus desdobramentos variam de um migrante a outro, abrindo caminho para outros devires. *“Em 3 meses [de curso na universidade] já comecei a me comunicar devagarzinho, e depois estudei um pouco mais sozinho, fui buscando mais”*, conta Níger, que posteriormente disciplinou-se a estudar pela internet.

“Eu ia toda quinta-feira e todo sábado no Cibai Migrações para entender português. Fiz um ano e meio lá. Depois não consegui mais, porque meu patrão trocou meu dia de folga”, relata Casamance, condicionando a sua formação às horas de folga de seu primeiro emprego como pintor. Ele continua seu relato situando a organização como um espaço de construção de redes afetivas e multiculturais: *“pena eu não poder ir mais, eu gostava de aprender e conversar com meus amigos, conversar com amigas de vários países. Mas hoje eu ainda tenho contato com alguns”*.

Autrou, que tinha o hábito de escrever no Haiti, em um ano e meio como aluno do Cibai já redigiu seu primeiro poema autoral em português. *“Com traje elegante, especial para ocasião da festa junina da organização, ele declamou versos que falavam da saudade de seu país”* (DIÁRIO DE BORDO, E14). Na entrevista, Autrou também comentou que continua *“estudando para escrever melhor”*, mencionando planos de lançar um livro de seus poemas. Acrescenta-se, ainda, que o curso mencionado por Casamance e Autrou é um espaço que busca

“ensinar o português para estrangeiros tendo por base a audição, fala, escrita e interpretação de textos sobre a história e cultura brasileira e de Porto Alegre. Por isso, além das aulas, os alunos têm festas em datas comemorativas, aulas de dança e teatro, e já realizaram visitas a empresas, biblioteca pública e feira do livro” (DIÁRIO DE BORDO, E9).

São formações oferecidas por organizações formais que, em meio a um oceano, vão proporcionando as primeiras remadas de uma embarcação, evidenciando o rumo dos ventos que levam às margens seguras. “*É uma grande responsabilidade, pois de certa forma a gente está contribuindo para formar a visão que eles têm do Brasil*”, considera um membro da organização (IC1), alinhando-se ao que Guattari e Rolnik (1996) assumem como constituir subjetividades no coletivo e vivenciá-las nas existências particulares.

Iniciativas como essas eram raras há dez anos, quando Saloum chegou em território brasileiro. Na época, as migrações internacionais de países do sul para o Brasil eram recentes, o que denota a lacuna existente entre o fenômeno e o desenvolvimento de políticas ou iniciativas sociais (BAENINGER, 2015). Nessa medida, Saloum teve uma formação *on the job*, aprendendo português (e a rotina do trabalho) no cotidiano de seu primeiro emprego, como representante do Senegal em um frigorífico. Era responsável pela fiscalização em várias cidades do Brasil.

“Naquela época não tinha essa oportunidade que tem hoje. A Laura que te dá aula de graça (em referência ao meu trabalho voluntário no CIBAI)... não tínhamos isso. Então só na convivência! Aí foquei mais assim, conversando muito pra me virar. [...] Não tinha ninguém pra ajudar. Os brasileiros não conheciam muito o que era o senegalês, como hoje. Ainda mais quando eu estava no interior de Santa Catarina e Paraná onde não existia imigrante. Então era pra se virar mesmo. Foi legal, o mais legal era isso, eu conheço mais cidades talvez do que você que nasceu aqui, porque foram muitas cidades, algumas não lembro mais o nome. Apenas aqui no sul eu fiz várias cidades, aqui no Rio Grande do Sul, então a melhor experiência era isso. Chegar numa cidade que tu não vai ver alguém que fale o mesmo idioma do que tu, é obrigado a se virar nos 30” (SALOUM).

A fala de Saloum reforça a importância de atuação das organizações religiosas, da sociedade civil e das universidades como Multidão (APARNA; SCHAPENDONK, 2018), que percorre linhas maleáveis, de iniciativas moleculares e transversais, compondo redes passíveis de serem continuamente remodeladas e potencializadas em prol da vida (DELEUZE; GUATTARI, 1996; NEGRI, 2018; PELBART, 2013). Reforça, ainda, a autonomia necessária ao migrante para aprender, na prática, o idioma nativo formal, visando à qualificação para o trabalho e à ampliação de suas funcionalidades e do seu entendimento de Brasil, característica que ele demonstra ter ao usar gírias como o “se virar nos 30”.

A aprendizagem do português também ocorre pela capacidade de busca e pela disposição em expor-se (GORZ, 2005) diante dos nativos (HILARIO et al.,

2018), assim como pela rede de cooperação. O haitiano Autrou cursou o último ano do ensino médio em escola pública, concomitantemente com o curso de português do Cibai Migrações. Também estudava por aplicativos de celular. Na escola *“eles estavam falando e eu não entendia nada. Por isso eu me sentia muito, muito estranho”*. Percebe-se que o desconhecimento do idioma nativo funciona como mais um muro em que, de um lado há o espaço estriado para migrantes, e de outro, o espaço liso para os nativos. Fazer a passagem para o liso depende da intensidade dos agenciamentos (DELEUZE; PARNET, 1998) realizados. No caso de Autrou, ele atribui o seu progresso em sala de aula especialmente aos professores que falavam com ele em inglês e às duas colegas que um docente designou como tutoras: *“Por isso eu consegui [passar], porque os professores falavam também em inglês, senão seria uma outra coisa”*.

Com os colegas, Autrou se esforçava para praticar o português, mesmo que, por vezes, ficasse constrangido: *“Eu tentava falar e eles davam risada, os alunos né, davam risada. Fiquei muito triste [...] mas sou uma pessoa que sempre quer falar, sou comunicativo [...] mesmo que eu soubesse que eu ia falar bobagem, eu falava porque eu queria aprender”*. A reação intimidadora dos nativos gera, no migrante, um sentimento de ser um “cidadão de segunda classe”, como aponta o estudo de Hilario et al. (2018). É a capacidade cognitiva que parece ser submetida a um pré-julgamento negativo, quando, de fato, o tensionamento é causado por uma dificuldade linguística inerente a um estrangeiro.

Ao se sentirem seguros com a comunicação em língua portuguesa, Unare, Artibonite, Autrou, Saloum, Falémé e Níger realizaram cursos técnicos. Artibonite e Saloum cursaram o técnico em Administração e hoje gerenciam, como presidentes, as associações de haitianos e senegaleses, respectivamente. Autrou cursava técnico em eletroeletrônica quando um evento mudou seu percurso – uma colega insistiu que ele lhe ensinasse francês. Falémé, que já tinha passado por empregos como frentista e ajudante de cozinha, viu no curso técnico em automação uma forma de ser aceito na área em que tinha habilidade e experiência e pela qual sentia afeto:

“Eu não quero só ficar no mesmo lugar que eu fico. Eu quero estudar para tentar trabalhar na minha área, que eu gosto. O cara [patrão]: ‘está certo. Boa sorte! Eu não vou te deixar pedir demissão. Vou te mandar embora para tu pegar dinheiro’. E ele faz isso. Eu agradeço, eu agradeço a ele depois disso comecei a estudar” (FALÉMÉ).

A decisão de pedir demissão para estudar faz referência a um movimento de retorno, de (re)início, comum em situação de migração (HILÁRIO et al., 2018), já que Falémé já tinha cursado engenharia elétrica no Senegal, o que ressalta um quê de movimento nômade (DELEUZE; GUATTARI, 2012b) também no país de destino.

Estère e Tuy investiram nos cursos de qualificação de curta duração. Mesmo com dois diplomas de graduação e experiência no currículo, logo que chegou a Porto Alegre Estère fez “*cursinho para poder trabalhar*”. No SINE, ela encontrou oferta de cursos específicos para haitianos, todos relativos a trabalhos braçais, o que visibiliza o modo individuante com que migrantes e refugiados são tratados no país de destino. Ela ainda relata que teve sua formação rebaixada, processo ordinário aos imigrantes, como já observou Cavalcanti (2015), associando tal situação ao modo de viver de migrante, a saber, um espaço estriado e sempre à margem.

“No SINE me falaram: ‘tem um curso do SindiPOA junto com o Senac que vão oferecer para os haitianos. E mesmo que tu tenhas estudo superior, tu podes realizar esse curso’. Eu disse: ‘mas claro, aqui eu não sou nada, o ensino superior não vale nada aqui. Eu vou sim, eu vou aprender’. [...] Eu fiz a minha inscrição. Éramos nove haitianos, dez acho que era, tinha um moçambicano, tinha um sírio... tinha também, dois ou três brasileiros. Mas eles ofereceram esses cursos para os haitianos. Mas eu fiquei feliz e daí fizemos esse curso. Aproveitei também para fazer técnicas de governanças, e de camareira, workshops, muitas coisas. Tudo que eu vi que estava ao meu alcance, eu fiz” (ESTÈRE, grifo nosso).

Estère tinha em mente que essa era uma forma de (re)iniciar a vida. Os cursos de técnicas de governança e de camareira eram, portanto, secundários. Ela não se contentava com esse modo de viver de migrante: “*um dia eu vou voltar para estudar (seguir estudos de pós-graduação), porque não quero esse tipo de vida para mim*”. Em um momento pós-demissão, ela resolveu buscar informações sobre pós-graduação na área de Educação. Conseguiu realizar uma disciplina como aluna especial em uma universidade pública e encaminhou seu diploma para revalidação. Tempo depois, ingressou no mestrado pela seleção especial de refugiados e, atualmente, desenvolve dissertação sobre o ensino de crianças haitianas no Brasil.

Tuy também relata que encaminhou o seu diploma de contabilidade para ser revalidado por uma universidade federal. Ela conta com orgulho: “*tenho todos meus documentos devidamente reconhecidos pelo governo venezuelano. Quando morei no México, levei todos meus documentos comigo. E eu que pensava que nunca*

mais ia sair e saí. E trouxe tudo, tudo". Tuy, de alguma forma, carregou consigo seu trabalho por todos os pontos de seu trajeto (GAULEJAC, 2007), como fez em sua primeira experiência de migração. Mesmo ciente das limitações e incertezas desse novo deslocamento, vê-se a precaução e a preocupação com a futura empregabilidade. Afinal, independentemente do tipo de deslocamento, essa é uma exigência do capitalismo global. O trabalho atinge a vida sem precedentes (PELBART, 2003), até mesmo em situação de refúgio. Contudo, as tentativas de conseguir emprego na sua área foram frustradas até o momento. Tuy reclama do processo caro e moroso de revalidação que está em andamento, uma vez que apenas após essa validação ela poderá registrar-se no conselho profissional de sua formação no Brasil.

Oportunidades de seleção específicas para migrantes e refugiados têm sido ofertadas por instituições de ensino públicas e privadas. A comunidade biopolítica (NEGRI, 1998), formada por organizações religiosas, ONG's e projetos universitários, (IC1, IC3 e IC4) atua como difusora e incentivadora dessas ofertas aos migrantes e refugiados que atende. Na universidade federal, o ingresso é destinado a pessoas que comprovem documentalmente estar em situação de refúgio ou em situação regulamentada por razões humanitárias ou ter ingressado no país em decorrência de reunião familiar. O processo seletivo é composto pela apresentação da devida documentação, de carta justificando a candidatura ao curso pretendido, de entrevista e de prova escrita. Dentro desses critérios, Comoé e Autrou foram selecionados para cursos de graduação e Estère para o mestrado.

Ingressar na universidade também contribui para a desconstrução do que De Genova, Garelli e Tazzioli (2018) entendem por uma convenção que rotula a mobilidade humana em categorias e identidades limítrofes. Estère, como migrante-haitiana-negra-mestranda, ilustrou essa ideia contando a situação de quando foi questionada por uma voluntária de uma ONG:

"Mas tu sabes ler? Tu estudaste?" Daí eu mostrei o cartão da universidade para ela. Ela disse: 'Bah! Meus Deus, interessante isso! E tu estás fazendo isso daí? (em referência ao trabalho de Estère em restaurante)'. Eu disse: 'não estou roubando, estou trabalhando, eu preciso viver. Mas, claro, quero voltar a dar aulas'. E daí, ela disse: 'Ah, a minha nora tem uma escola de línguas, ela precisa alguém para dar aula de francês, mas tu pode?' 'Mas claro que eu posso, como que não?'" (ESTÈRE)

Vê-se que as credenciais universitárias criam linhas flexíveis (DELEUZE; GUATTARI, 2012b; CASSIANO; FURLAN, 2013) capazes de mover a rotulação individuante do migrante/refugiado desqualificado em direção à legitimação de uma mobilidade de status perante a sociedade. Isso também reflete um movimento autonomista das migrações, que tende a se desvincular do discurso humanitário que domina as políticas e práticas de auxílio a migrantes e refugiados (DE GENOVA; GARELLI; TAZZIOLI, 2018).

Para Comoé, que já é graduado no país de origem, a formação é mais do que a necessidade de se qualificar, é o que dá forma a sua situação legal no Brasil. Expirada a validade do visto, para manter-se documentado e com acesso à carteira de trabalho necessitou fazer uma solicitação de refúgio. Esse status lhe permitiu concorrer à vaga para um curso de graduação na universidade. Até o momento da entrevista, ele aguardava o resultado do exame oficial de língua portuguesa obrigatório, o Celp-Bras. A aprovação lhe renderia uma permissão de estudante e outra de trabalho para continuar no Brasil. Nesse cenário, o esforço e a maleabilidade da subjetividade agenciada pelo migrante vai na direção da ação de dispositivos biopolíticos – legislação brasileira e programa universitário – favoráveis à garantia de direito à mobilidade e ao exercício do trabalho (ALTENRIED et al., 2018).

Em linha com Guattari e Rolnik (1996), pode-se evidenciar que as vivências de formação dos migrantes e refugiados se constituem como ações-moleculares, de movimentos de desvio da individuação capitalística, em uma tentativa de ruptura do mercado de trabalho imigrante molar e de aproximação de modos de singularização.

4.2.4 Um olhar sobre o chegar

*“Nos três primeiros meses, eu não trabalhei. Eu estava fazendo toda toda a **documentação**. É... porque eu aqui tenho que solicitar o documento, carteira de trabalho, tudo isso. **Sem isso não se trabalha realmente**. Depois, porque também meu **amigo** não queria. Ele falava: ‘não Tuy, **termina de chegar**, te acostuma um pouco e depois trabalha’. Então, depois de dois meses e meio tive minha primeira aluna, aluna que morava no mesmo prédio que eu morava” (TUY, grifo nosso).*

O trabalho é o leme do migrante ou refugiado que acaba de chegar ao país de destino (BAUMAN, 2017; CASTLES, 2010; MEZZADRA, 2012; VILLEN, 2015a). Contudo, ocorre um processo de “*terminar de chegar*”, como disse o amigo de Tuy.

Entre o atracar às margens e o trabalho propriamente dito, há um tempo de passagem, cujos fluxos de subjetividades circulam como produção de si, de modo que migrantes e refugiados se aproximem das formas de viver e trabalhar do país estrangeiro. Isso inclui o empenho em registrar-se, encontrar moradia, aprender o idioma nativo, participar de processos seletivos e buscar uma formação formal, mesmo que isso já tenha sido realizado no país de origem. Essa atividade de produzir-se, embora ainda faça silêncio sobre a precariedade do trabalho, é a chave que possibilita o acesso ao mundo social do trabalho, ao mesmo tempo em que preconiza experiências que serão apropriadas no exercício do trabalho imaterial.

Em um primeiro momento, é da ordem do liso o sentimento de chegar perdido às margens de um território desconhecido, sem demarcações para se orientar. Para migrantes e refugiados, o percurso é diferente do trilhado pelo andarilho e pelo turista de Bauman (2011) – os gestores globais ou expatriados – cujas rotas são mais seguras, planejadas e bem sinalizadas. O percurso de migrantes e refugiados conecta-se ao do vagante, que vai estriando a rota na medida em que a percorre. O caminho também pode vincular-se ao do jogador, que, quando perde, precisa fazer o jogo continuar. Sua bússola é modulada pelas oportunidades que surgem ou não, pelas pessoas e organizações disponíveis e pelos aportes tecnológicos.

O idioma foi citado, pelos migrantes e refugiados, como elemento essencial aos modos de viver no país de destino. Escutar e não compreender, enxergar e não poder ler o idioma estrangeiro são as perspectivas que melhor ilustram o espaço liso em seu sentido mais caótico. Nessa medida, não saber se comunicar na língua nativa é um dos fatores que contribui para a vulnerabilidade de migrantes e refugiados. Concomitantemente, o idioma estria o espaço, pois funciona como elemento que define estratos. As linhas de segmentaridade dura, isto é, as “dualidades que regem a sociedade de forma bem delimitada” (CASSIANO; FURLAN, 2013, p. 373) dividem os que se comunicam em língua-materna ou em língua estrangeira e, por consequência, estabelecem imagens e determinam papéis para quem é nacional e para quem é estrangeiro.

O estrangeiro – migrante ambiental, migrante econômico ou refugiado ou qualquer que seja o nome dado ao indivíduo em mobilidade internacional – necessita de registro, para controle do Estado. Isso exemplifica o espaço estriado sedimentado em tipos de visto, permissões e carimbos, que ditam o tempo que o estrangeiro pode ficar e o espaço em que ele pode circular, concedendo uma visão

geral de que ele não está em casa, de modo que, para estar legalizado, precisa ter tais documentos ao alcance da mão. Assim, tais questões que podem ser banais para um nativo ocupam o tempo do estrangeiro, que deve produzir a si considerando trabalhos vindouros.

A imagem atribuída ao migrante e ao refugiado no país de destino não coincide com a imagem que ele tem de si, de modo que ele a toma como transitória e secundária para poder conviver com ela. Aceitar determinados trabalhos que não condizem com suas experiências, suas formações e seus modos de ser é uma forma de desterritorializar-se (DELEUZE; GUATTARI, 2011) provisoriamente, a fim de utilizar tais vivências como um trampolim para a autossustentação. Também é uma forma de composição de si, de reconhecer as estrias que revelam os modos de viver e trabalhar no espaço estrangeiro. Ao passo em que não se conformam, o migrante e o refugiado se mobilizam em um movimento de recalcitrância, tensionando aquilo que são e seus saberes pelo agenciamento de redes de cooperação. Especificamente em relação à inconformidade com o mercado de trabalho, que lhes é estriado, o migrante e o refugiado investem em si pelas form(a)ções, buscando um espaço liso com o objetivo de libertação, autonomia e territorialização. São traçados de linhas de fuga que estendem o percurso de migração e refúgio em direção a uma contínua busca por uma vida digna.

Mesmo distintos no partir, nas nacionalidades, nos registros e na singularidade de suas histórias, ao chegarem às margens, migrantes e refugiados acabam misturados e homogeneizados em suas necessidades iniciais. A imagem prontamente disseminada é a de que todos vêm do sul global, de que estão em situação de vulnerabilidade, e isso basta para rotulá-los (DE GENOVA; GARELLI; TAZZIOLI, 2018) e individuá-los aos olhos do nativo que passa na rua ou do empregador que busca mão de obra barata. Como intitulado na obra de Bauman (2017), trata-se de “estranhos à nossa porta”, de estrangeiros opostos ao que se conhece como “gringos”, originados de países de primeiro mundo, tornando evidente que a xenofobia não dá conta de explicar os processos de subjetivação. Em vez disso, evidencia-se a aporofobia, operada por nativos, que deprecia não qualquer estrangeiro, mas os considerados pobres, os que estão à míngua (CORTINA, 2017) e/ou, ainda, aqueles que são negros (VILLEN, 2015a). Nesse cenário, configura-se um mercado de trabalho para migrantes e refugiados, cujas ofertas de emprego são as situadas mais ao centro das ondulações formadas pelo pingo d’água mostrado na

Figura 1. Essas ocupações são agenciadas à precarização e, não raro, à exploração, sendo que muitos empregadores são capazes até mesmo de atravessar o país para atrair mão de obra a baixos salários para exercer tais atividades.

Dessa forma, o chegar é um período de passagem, um intermezzo (DELEUZE; PARNET, 1998) em que se tem ima(r)gens bem delineadas – imagens estereotipadas de migrantes e refugiados que são colocados à margem da sociedade e do mercado de trabalho. Conforme Deleuze e Guattari (2011, p. 49):

o meio não é uma média; ao contrário, é o lugar onde as coisas adquirem velocidade. *Entre* as coisas não designa uma correlação localizável que vai de uma para outra e reciprocamente, mas uma direção perpendicular, um movimento transversal que as carrega uma e outra, riacho sem início nem fim, que rói suas duas margens e adquire velocidade no meio.

Assim, o chegar às margens do país de destino é marcado mais intensamente pela individuação de modos de ser migrante/modos de ser refugiado do que pela singularização, que busca tensionar esses estereótipos e preconceitos do migrante e refugiado do sul global. É nesse meio que o trabalho imaterial, em seus diferentes formatos, se constitui e ganha forma como anúncio à singularização.

4.3 EMPREENDER(-SE)

Empreender(-se) distancia-se do sentido de empreendedorismo comumente associado à ótica gerencialista que, segundo Gaulejac (2007), evidencia o empreendedor como modelo de uma sociedade de sucesso, ligado às mais sofisticadas ferramentas de planejamento e cálculo de riscos e custos de um negócio inovador. Empreender(-se), no contexto de migrantes e refugiados, aproxima-se de empenhar a vida como alternativa de trabalho em busca de um devir, mesmo que inconsciente. Nesse sentido, empreender(-se) inclui a mobilização de si para a criação de modos de trabalhar no país de destino e os agenciamentos relativos ao ciclo de produção de produtos e serviços que reúnem especificidades da migração, do refúgio e do país de origem dos participantes – tal ilação é condizente com a noção de trabalho imaterial e faz avançar a sua compreensão. O Quadro 9, a seguir, sintetiza os percursos relativos à migração e ao refúgio, considerando o empreender(-se).

Quadro 9 - Apresentação dos percursos – Empreender(-se)

País de origem e Participante		Trabalho atual produzido pela migração ou pela referência de seu país de origem	Local de trabalho atual
Venezuela	Orinoco	- Cozinheiro e vendedor de comidas típicas da Venezuela	Residência, feiras e eventos de migração e entrega em domicílio
	Unare	- Professora de danças tradicionais da Venezuela para crianças	Garagem da casa da chefe de sua mãe
	Arauca	- Proprietária e administradora de empresa de traduções em inglês, espanhol, italiano, alemão, francês e turco - Proprietária e administradora de lancharia de comida venezuelana	Empresa de tradução em bairro residencial e lancharia em bairro boêmio
	Tuy	- Professora particular de espanhol - Consultora de espanhol para negócios - Projeto em andamento: professora de curso de espanhol em parceria com a Prefeitura	Residência e visita a empresas
Haiti	Artibonite	- Presidente da Associação de Haitianos de POA - acolhimento de haitianos recém-chegados, promoção de atividades culturais, artísticas, celebrações nacionais do Haiti e organização e comunicação de venda de produtos haitianos	Sala em bairro periférico, onde residem muitos haitianos
	Estère	- Professora de francês particular e em cursinho de idiomas - Professora de português para haitianos, voluntária em organização da sociedade civil	Residência, empresa de curso de idiomas e OSC
	Autrou	- Professor de francês particular e para um grupo de funcionários de um hospital da cidade - Escritor e poeta slam sobre Migração e o Haiti. - Secretário da Associação de Haitianos de POA	Residência e sala cedida por um hospital para o curso de francês; Festivais e eventos para apresentação de poesias
Síria	Eufrates	- Proprietário, gestor e chef de confeitaria de doces em geral e doces e salgados árabes - Proprietário e atendente/caixa da lancharia de comida árabe	Estabelecimento em bairro residencial; Estabelecimento em bairro boêmio
	Orontes	- Proprietário, gestor e chef da confeitaria de doces em geral e doces e salgados árabes	Estabelecimento em bairro residencial
	Balikh	- Proprietário e cozinheiro de lancharia de comida árabe	Estabelecimento em bairro boêmio
	Khabur	- Cozinheiro de lancharia de comida árabe	Estabelecimento em bairro boêmio
Senegal	Saloum	- Presidente da Associação de Senegaleses de POA – acolhimento de senegaleses recém-chegados e organização de atividades culturais, artísticas, celebrações nacionais do Senegal - Proprietário e gestor de empresa senegalesa de serviços para construção	Sala em prédio da Prefeitura; Estabelecimento em bairro periférico
	Casamance	- Estilista, costureiro e vendedor de roupas com tecidos africanos	Residência, redes sociais da internet, ambulante, feiras e eventos de migração
	Falémé	- Representante da Associação de Senegaleses de POA nas áreas social, cultural e esportiva - Voluntário na manutenção de computadores do CIBAI Migrações - Palestrante da Cultura Senegalesa - Técnico em automação	Reuniões, palestras, feiras e eventos de migração, escola, universidade
Costa do Marfim	Comoé	- Percussionista e dançarino de ritmos da Costa do Marfim e de outros países da África - Professor de instrumentos de percussão - Professor de francês em projeto para refugiados - Proprietário de loja de roupas, tecidos e acessórios africanos	Shows, feiras, eventos de migração e cultura africana; Estabelecimento em bairro central
Nigéria	Níger	- Líder de bandas de Afrobeat e Afrojazz - vocal, dança, percussão e saxofone - Palestrante da cultura Iorubá - Professor de instrumentos musicais e oficinas de tambor em uma ONG - Produtor cultural de shows musicais	Escolas, universidades, shows, feiras e eventos de migração e cultura africana

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

4.3.1 Modos vernáculos de criação de trabalho imaterial

Como ressalta Fonseca (2003), o tempo é necessário à clareza da ação das linhas de percurso à criação de si. É o olhar retrospectivo dos participantes que possibilita ver que, à medida que migrantes e refugiados se recusam a permanecer em trabalho precário – estriado para eles no país de destino – diferenciam-se dos demais que permanecem por variadas circunstâncias. Nesse sentido, Autrou pondera que *“a maioria dos haitianos tem o objetivo de trabalhar, porque tem que se sustentar, né”*. O haitiano, estudante de Relações Internacionais que tem o apoio dos pais e almeja ser diplomata, continua: *“eu também tenho que me sustentar, mas eu dou mais importância aos meus estudos”*. Nessa mesma linha, Saloum, depois de diversas experiências como empregado, reflete: *“chega certo momento que não adianta tu trabalhar para alguém”*.

Os sentimentos de inconformidade e recusa suscitam mais um traçado de linha de fuga, que se caracteriza pelo momento em que os migrantes e refugiados se valem do espaço liso em seus percursos, no sentido de (re)criar alternativas não previstas. O resgate da atividade profissional ou a criação de um trabalho inédito para si (con)formam essas alternativas, ambas mobilizadas por uma potência de agir afetiva e política, que coloca em destaque as referências vernáculos dos países de origem dos entrevistados, assim como a própria situação de migração ou refúgio.

A mobilização dos migrantes e refugiados torna-os, então, empreendedores ao criarem alternativas de trabalho condizentes com o ser empreendedor de si, característica consubstanciada ao trabalho imaterial. Ser empreendedor de si ou, nas palavras de Gorz (2005), ser autoempreendedor, significa produzir a si mesmo para o trabalho, de modo que as diferenças entre indivíduo e empresa sejam suprimidas. Nessa medida, depreende-se que os migrantes e refugiados investem muito de si, da sua cultura de origem e da situação de migração/refúgio em prol da vendabilidade de seus produtos e serviços. E, se o que eles trazem como bagagem cultural é considerado vendável, também o é aquilo que eles são – venezuelanos, haitianos, sírios, senegaleses, marfinense e nigeriano – e a situação em que se encontram – como migrantes ou refugiados.

As atividades que eles desenvolvem situam-se em diferentes áreas em que o trabalho imaterial se evidencia. Os distintos tipos de *savoir-faire*, condizentes ao trabalho imaterial anunciado por Lazzarato e Negri (2001), serviram de base para elaborar três conjuntos de características que marcam a pluralidade e a vernaculidade da atividade-profissão-trabalho dos migrantes e refugiados entrevistados: (i) **atividades artísticas, na perspectiva de modos de expressão histórico-culturais-informativos** – músico, dançarino, ator, produtor musical, professor de instrumentos musicais, professora de dança; (ii) **atividades técnico-manuais, na perspectiva da habilidade-criatividade-imaginação** – cozinheiro, chef-confeiteiro, chef de cozinha, estilista, costureiro; e (iii) **atividades comunicacionais, na perspectiva das relações sócio-político-culturais** – representante (presidente, secretário, gestor cultural) de associação de migrantes do seu país, palestrante da cultura de seu país, professor da sua língua materna, professor da língua nativa do país de destino para compatriotas recém-chegados, tradutor, intérprete, poeta. A delimitação de cada conjunto é apresentada a seguir.

4.3.1.1 Atividades artísticas na perspectiva de modos de expressão histórico-culturais-informativos

As “atividades intelectuais, no que diz respeito ao conteúdo cultural-informativo”, são nominadas, por Lazzarato e Negri (2001, p. 49-50), como tipos de atividades do trabalho imaterial. A partir da cartografia, acrescentam-se as atividades artísticas, cujos modos de expressão nas áreas da **música** e da **dança** contêm, além de conteúdo intelectual e cultural-informativo, a história dos países dos migrantes e refugiados contada por meio da arte. Essa força de trabalho se caracteriza pela expressão, apresentação e aulas de instrumentos, bem como pelas vestimentas, coreografias e músicas típicas da Costa do Marfim, da Nigéria e da Venezuela.

Em relação à música, os migrantes Comoé e Níger eram profissionais da área em seus países. No Brasil, rearranjaram-se em novas parcerias, fazendo apresentações solo ou com novas bandas da cena independente, formadas para tocar sons africanos como o afrobeat e o afrojazz. Suas apresentações envolvem o canto, a dança, a atuação e o manejo de diferentes instrumentos, especialmente os

de sopro e de percussão, elementos culturais de seus países de origem. A estratégia era de inserção a conta-gotas, com ações moleculares de estrangeiros adentrando a estrutura molar do país de destino. Para Deleuze e Guattari (2012a, p. 130), “em geral [as] combinações ‘molar-molecular’ [...] variam muito e dependem da direção seguida”. Corre-se o risco de a estrutura molar apagar a individualidade do indivíduo-molécula, mas também podem surgir interações que preservam a “individualidade no seio da molécula, depois da macromolécula, etc., compondo comunicações diretas de indivíduos de diferentes ordens”.

“Fui oferecendo as oficinas de tambor. Foram só duas ou três pessoas na primeira, e na segunda foi só uma. Aí depois produzi um curso de extensão de três meses, aí vieram mais pessoas, algumas já me conheciam e outras já ouviram falar, aí foi isso. Nesse período, eu estava estudando e conhecendo o sul, conhecendo mais o Brasil, conhecendo como funciona aqui, como que eu posso mostrar minha cultura, para o povo daqui, sem invadir espaço de ninguém, sem ser mal interpretado, busquei esse lado e consegui. Após esse curso que vieram mais pessoas eu criei esse grupo, com esses ex-alunos [...]. Tinha só percussão e voz, cantávamos músicas e tocávamos no tambor. Naquela época usávamos instrumentos brasileiros mesmo, afro-brasileiro e congas, vamos dizer assim” (NÍGER).

Manter a originalidade é marca registrada, inclusive, no nome da banda que Comoé lidera, que significa “*a busca na raiz*” no dialeto do seu grupo étnico, os Akan. Segundo ele, tal grupo é “*uma confederação de muitas etnias da Costa do Marfim*”. A alteridade das atividades artísticas é comprovada em suas performances. Nos shows de Comoé e Níger (E4, E18 e E30),

“Os holofotes do palco traziam evidência à etnicidade africana do figurino forjada pelo colorido e o geométrico dos tecidos; ao movimento livre do músico enquanto segurava o djembê, instrumento que ao ter formato de cálice permite a execução de passos de dança simultânea ao batuque; às expressões faciais e corporais que acompanham o som grave e vibrante emitido pela agilidade da palma das mãos e da ponta dos dedos; à prece do cantor aos orixás, enquanto espalhava a fumaça de incenso; à harmonia com os demais músicos brasileiros e à vibração do público que dançava e tentava cantarolar as letras em dialeto africano. Comoé e Níger ainda explicam à plateia a origem e o significado das letras, dos gestos, dos passos, dos instrumentos, reverberando, em um movimento político, a história de seus ancestrais e da (des)colonização da Costa do Marfim e da Nigéria” (DIÁRIO DE BORDO, E30).

O hibridismo com a música brasileira ocorre vez ou outra, já que todos os outros componentes das bandas são brasileiros. “*A cultura, a música não tem fronteiras*”, diz Comoé. Essa rede afetiva e rentabilizadora entre nativos e migrantes surge do encontro de interesses de grupos profissionais e de clientes, nesse caso,

músicos brasileiros que veem nesse ensejo um laboratório de aprendizagem de ritmos e instrumentos musicais que explicitam a relação histórica entre África e Brasil. Tal novidade valoriza e rentabiliza o trabalho de nativos e migrantes por oportunizar a expansão de suas performances, individual ou coletivamente.

Por outro lado, Níger repreende a postura assimilacionista (AGIER, 2016), sem viés crítico que, segundo ele, muitos migrantes adotam para serem aceitos – como indivíduos e trabalhadores – na sociedade de destino. Em geral, os estudos de migração apontam que a sociedade tolera parcialmente o migrante, somente enquanto trabalhador, mas não quanto aos seus modos de expressão e existência plena (AGIER, 2016; BÓGUS; FABIANO, 2015; SAYAD, 1979; HILARIO et al., 2018). A postura de Níger, ao contrário, é de resistência afetiva e política a esse modo de individuação:

“Muitos africanos acabaram mudando para agradar os brasileiros ou algum ambiente. Eles chegam nos lugares, ao invés de eles se colocarem como africanos com a sua cultura, acabam cantando samba, frevo... não! This is not you! Essa não é sua história! Cadê Yorùbá? Cadê sua tradição? Cadê o Malinké? Eu vejo africano dançando dança pop, nãããooo... até temos influência, tem histórias sobre pop, também tem. Porém, cadê o tradicional que tem dentro do pop? De onde vem a história tradicional, tu sabe? Tu buscou? Isso que vai fazer a diferença, não é você juntando a eles, que vai deixar você: ‘ah agora eles me aceitaram, porque estou fazendo esse tipo de coisa, porque falei que eles são legais, eles vão me aceitar mais’. Não, não são legais, não. Eles me discriminaram, me botaram pra fora, não deixaram eu fazer minhas atividades. Eles não são legais” (NÍGER).

Na seara da dança, a venezuelana Unare, aos poucos tenta se inserir como professora para crianças, atividade que já exercia em seu país. Em um movimento de rede de cooperação social, movido pela situação de refúgio, a chefe da sua mãe disponibilizou para os ensaios uma garagem equipada com espelhos, onde funcionava um antigo salão de beleza. A notícia espalhou-se entre as colegas de sua filha e, aos poucos, a garagem virou uma lotada sala de “*baile*” para crianças.

*“Nas aulas de dança de Unare, o início dos passos era sinalizado pelo ‘uno, dos, tres’ cantarolado em portunhol pela professora e pelas alunas. A batida da música latina não deixava nenhuma criança parada, mesmo nos intervalos. Exceto quando Unare vestia sua saia rodada abaixo do joelho para fazer uma demonstração solo do movimento do “*loropo*”, um dos tipos mais conhecidos da dança tricolor” (DIÁRIO DE BORDO, UNARE, 06/07/2019).*

“Tenho doze gurias e estou ensinando pra elas a cultura do meu país”, diz Unare agenciando a dança à cultura da Venezuela. Sua formação e experiência com

as diversas variantes da dança tricolor nacionalista rendeu-lhe a aprendizagem de outros ritmos. Para aproximar-se do público brasileiro, ela mescla *hits* em alta no Brasil e os passos da dança tradicional venezuelana, perfazendo uma fusão das culturas de origem e de destino possibilitada pelo movimento de migração. O grupo costuma se apresentar em datas festivas, em escolas e eventos da cidade.

Nas atividades artísticas, sobrepõe-se a retomada gradual da profissão de Comoé, Níger e Unare, objetivo almejado por eles desde a chegada no Brasil. A (re)inserção nos palcos ocorreu pelo estabelecimento de vínculos com nativos e outros migrantes que reconheceram a notoriedade das performances, o conhecimento, a experiência e a consolidação desses artistas profissionais em suas terras natal, traços apresentados ainda na subdimensão analítica “Família-formação-trabalho no país de origem”.

Os vínculos, formados pela sensibilização com a situação de refúgio e pelo resultado da simbiose entre ritmos, formam um coro polifônico (GORZ, 2005) na rede de cooperação afetiva, social e rentabilizadora das atividades artísticas, que ora canta (e dança) em harmonia, ora em cacofonia (BAUMAN, 2011). Os tensionamentos ocorrem em função da resistência em flexibilizar os modos de fazer arte – entre o consentir a mescla de sons e ritmos nacionais e o preservar a autenticidade de seu trabalho, o que implica na própria afirmação de seus modos de ser, afinal, o “trabalho artístico deve buscar, construir, defender e proteger seus próprios fundamentos” (BAUMAN, 2011, p. 53).

4.3.1.2 Atividades técnico-manuais na perspectiva da habilidade-criatividade-imaginação

Capazes de “unir criatividade, imaginação, trabalho técnico e manual”, “as atividades manuais” consistem em um dos conjuntos de atividades do trabalho imaterial citados por Lazzarato e Negri (2001, p. 50). Nessa perspectiva, os trabalhos dos migrantes e refugiados engendrados na área da **alimentação** e da **moda** são denominados, nessa cartografia, como atividades técnico-manuais na perspectiva da habilidade-criatividade-imaginação. Em geral, a primeira área se caracteriza pela preparação e venda de produtos alimentícios típicos da Síria e da

Venezuela, e a segunda, pelo molde, corte, costura e venda de roupas e acessórios feitos com tecidos africanos.

Os quatro sírios entrevistados já configuravam entre si uma rede de apoio para o refúgio, a qual se expandiu em dois empreendimentos do ramo alimentício, formando uma rede de cooperação afetiva e rentabilizadora que contempla a família e a nacionalidade. Como uma forma de dar continuidade ao negócio dos pais na Síria, os irmãos Eufrates e Orontes abriram uma confeitaria que, além de doces e tortas em geral, comercializa esfihas e doces sírios com especiarias. Convidado por Balikh por falar bem o português, Eufrates também entrou na sociedade de uma lancheria que tem como carro-chefe o *shawarma*, sanduíche de pão sírio, típico do oriente médio. Khabur, que chegou há menos tempo, é funcionário da lancheria.

Em relação aos preparativos para a abertura da confeitaria, Eufrates e Orontes enfrentaram a escassez de recursos financeiros e a dificuldade de encontrar fiador para alugar um estabelecimento comercial, situações típicas de uma sociedade em que reverbera a fragilidade de laços de confiança e compromisso (SENNETT, 2012), ainda mais ao se tratar de relações entre “estranhos” (BAUMAN, 2017). “*Como somos novos aqui, é quase impossível encontrar alguém que confie em você, que dê garantias*” (ORONTES). Mesmo que em um jogo de negócios não exista espaço para comiseração, deslocar-se como vagante remete a um constante expor-se, até se obter as boas graças aos olhos dos nativos (BAUMAN, 2011).

A culinária também foi alternativa para gerar trabalho a famílias de venezuelanos. Com a chegada recente do irmão e da cunhada, Arauca, que já administrava sua empresa de tradução, queria investir em algo que oportunizasse trabalho para si e para os parentes. Investiu em uma lancheria de cozinha venezuelana, cujo cardápio contempla os famosos *tequeños* e os vários sabores e recheios de uma espécie de panqueca feita de farinha de milho pré-cozida, chamada arepa. “*Eu já estava com essa ideia há bastante tempo [...] de fazer uma coisa assim da família [...] para eles terem um ingresso, terem um trabalho [...] achei que era a oportunidade [...] pessoas de confiança que sabem o que estão fazendo e fazendo bem feito*”.

Orinoco e a esposa transformaram a cozinha de sua casa em espaço de trabalho para produzir, por encomenda, desde lanches, como queijo colonial, arepas e *empanadas* (um tipo de pastel) a pratos de almoço, como a “*hallaca, que leva carne de porco, gado e frango envoltas em folha de bananeira*”. Orinoco explica que

conhecia, mas nunca tinha feito alguns dos pratos que hoje prepara. Nesse momento, a mobilização das capacidades adquiridas ao longo da vida é fundamental à produção: *“sempre fui uma pessoa muito, muito criativa. Sempre visitei muitas cidades na Venezuela. Eu gosto da pesca, da agricultura”*. Tais vivências ajudaram-no a encontrar bons fornecedores diretamente em fazendas da região.

“No dia da entrevista em sua casa, fui recebida por sua esposa, sua filha e seus dois netos e ainda pude experimentar a famosa empanada. ‘Essa foi minha filha quem fez. Aqui todos ajudam um pouco, enquanto não conseguem trabalhar fora’, disse Orinoco, enquanto sua esposa armazenava encomendas em uma caixa de isopor. Era mais um dia em que ele ia atravessar a cidade de ônibus para fazer entregas” (DIÁRIO DE BORDO, ORINOCO, 06/07/19).

Ademais, a casa também virou ponto de venda para os principais clientes, os próprios conterrâneos, o que reforça a coexistência da dinâmica da vida pessoal, da convivência familiar e das funções do trabalho em um só tempo e espaço (GAULEJAC, 2007; LAZZARATO; NEGRI, 2001; PELBART, 2000). Para Orinoco e a família, a moradia transforma-se em local de trabalho que “emprega” a todos os membros da família. Assim, o lar no Brasil que se tornou refúgio para a família, também se transformou em refúgio do desemprego.

No tocante à moda, o figurino colorido tipicamente africano usado nos shows de Comoé passou a despertar desejo de consumo no público. Tal evento inicial desdobrou-se em mais uma linha no percurso do migrante:

“Cada vez que eu ia tocar, as pessoas queriam comprar as roupas que eu uso né?! Eu vendia as minhas, mas daqui a pouco ia ficar sem roupa (risos). [...] mas vou fazer o seguinte... eu tenho que começar a vender as roupas também. Liguei pra minha mãe me enviar os tecidos. Eu comecei a vender em casa, um tecido, dois, três, quatro, cinco,... e até que começou a crescer” (COMOÉ).

O apoio de parentes e amigos da Costa do Marfim no tocante à importação de produtos, somado ao crescimento das vendas, possibilitou a abertura de uma loja de tecidos, roupas e acessórios africanos em uma pequena sala de galeria alugada no centro da cidade. Meses depois, o estabelecimento passou a funcionar em um ponto comercial com mais visibilidade. Comoé abre a loja diariamente e, especialmente aos domingos, o movimento é maior. Na vitrine, a diversidade de estampas dos tecidos chama a atenção, e os desenhos, as formas e as cores indicam a origem identitária. Em um dos vídeos divulgados no Facebook da loja, Comoé explica que

cada design possui um nome e “*conta uma história, um fato da civilização de um povo africano*”, explicitando estratos sociais, proximidade com o rei, festas, casamentos, dentre outros. Com desenhos geométricos e cores vibrantes o kita, por exemplo, “*vem da minha querida Costa do Marfim. Esse tecido é uma estampa que faz parte da família dos tecidos chamada ‘kita’. É um tecido bem precioso*”, explica ele.

O senegalês Casamance é estilista, possui sua própria marca, e é um dos parceiros que costura para a loja de Comoé, visibilizando a rede cooperativa rentabilizadora existente entre migrantes de diferentes nacionalidades. Enquanto Comoé terceiriza a fabricação de roupas e as vende em uma loja física, Casamance possui um ateliê em casa, e vende suas produções na rua, como ambulante, em feiras e em parques. Hoje, expõe suas criações em vasto portfólio no Facebook e Instagram. Ele está sempre alerta aos comentários dos clientes sobre a preferência dos modelos; usa “*só o tecido africano, mas os modelos são do estilo das brasileiras. No Senegal poucas mulheres iriam usar roupas curtas. Roupa curta não usa. Então, na verdade é só os tecidos. Os modelos eu ainda estou conhecendo*”.

Em relação às atividades técnico-manuais, depreende-se que os modos de alimentar do país de origem tornaram-se fonte de trabalho para famílias inteiras. No caso de Eufrates e Orontes, o trabalho com alimentação surgiu como um resgate da profissão herdada das gerações passadas. Para Balikh, Khabur e Orinoco, esse ramo permitiu a sobrevivência e, para Arauca, a alimentação aparece como possibilidade de gerar emprego para os familiares recém-chegados. A rede de solidariedade – cooperação social - sensibilizada pela situação de refúgio e a clientela de nativos fortalecida pelos grupos de refugiados das redes sociais virtuais abriram passagem para a concretização desses negócios.

Já os modos de se vestir oportunizaram a Comoé um complemento de renda, e a Casamance, o retorno de sua carreira como estilista e costureiro. O estilo de moda africano instigou capacidades moventes, em especial, de migrantes negros e da comunidade negra brasileira com interesse em resgatar e valorizar sua ancestralidade.

Assim, as redes de cooperação atuantes nas atividades técnico-manuais se expandem pelo exercício do afeto (NEGRI, 2001) e da política (MANSANO; CARVALHO, 2015) ao buscarem um lugar de valoração da alimentação e da moda do sul global. Há que se considerar que, mesmo que haja um apelo para associar a

gastronomia e a moda internacional à sofisticação e à rentabilidade, o tipo de experiência de sentar-se à mesa de um restaurante francês ou italiano, por exemplo, ou de comprar uma roupa de marca desses países, distancia-se do padrão atribuído à cozinha venezuelana ou síria e às vestimentas africanas. Na predominância de um cenário em que chefs de cozinha e estilistas renomados se apresentam com nomes associados a países do norte global, é expressão de resistência da classe política migrante (CORSINI, 2007) valorizar tais profissionais do sul global.

4.3.1.3 Atividades comunicacionais na perspectiva das relações sócio-político-culturais

As atividades de relações sociais, segundo Lazzarato e Negri (2001, p. 50), configuram-se em um conjunto de atividades de trabalho imaterial voltadas à “estruturação da cooperação social”. Nesta cartografia, incrementam-se as atividades comunicacionais na perspectiva das relações sócio-político-culturais, as quais se referem a trabalhos relativos a **idioma** e **representação político-cultural**. O idioma diz respeito a aulas de francês ministradas por haitianos e a aulas, traduções escritas e interpretações orais de espanhol para negócios realizadas por venezuelanas. Já a representação político-cultural se refere às atividades realizadas por associações de migrantes do Haiti e do Senegal e por palestras e cursos sobre a cultura e a história de grupos étnicos e de países africanos.

O uso da língua materna se mostrou possibilidade de trabalho pela busca dos brasileiros que têm interesse em aprender um novo idioma para fazer turismo internacional, para passar em provas ou para melhorar o desempenho profissional. Esse é o perfil dos alunos de Autrou e Tuy, que fazem aulas particulares na casa dos migrantes ou em grupos, em cursinhos ou em espaços em parceria com o setor público. Para o haitiano e a venezuelana, as aulas de francês e de espanhol foram ideias apresentadas por amigos, em um movimento de rede de cooperação social, o que soou como uma alternativa possível paralela a outras atividades (de trabalho ou estudo).

No entanto, a atividade exige deles muita preparação, já que se trata de novidade como atuação profissional. *“Uma coisa é saber falar a língua, outra é ensinar. Nunca planejei ser professora de espanhol, mas aqui estou, tentando fazer*

o melhor que eu posso, o melhor possível e, sobretudo, aprendendo muito”, relata Tuy. Ademais, a aula de um idioma envolve a aprendizagem da cultura e história do país e, no caso do professor migrante ou refugiado, também envolve certo fascínio por seu percurso de vida (em especial, pelo deslocamento). *“Eles têm muita curiosidade sobre mim. Conversamos bastante. E eu gosto de fazer isso. Sempre incentivo eles a aprender, porque quando dou o exemplo da minha vida, eles ficam encantados ouvindo”*, afirma Estère, que retomou a sua profissão e dá aula de francês para adolescentes em um curso particular.

Outra atividade laboral que se configurou como oportunidade para duas venezuelanas foi a atuação como consultoras, intérpretes e tradutoras de espanhol para negócios. Tuy, que está no início da trajetória de uma empresa em sociedade com um amigo venezuelano, considera que há mercado para atender tanto instituições públicas como privadas. *“O Brasil é um país que, devido ao Mercosul, se vê muito integrado ao latinoamericano. Então, ajuda muito para eles falar espanhol”*, pondera ela, fazendo uma análise de prospecção de mercado. Arauca já está nesse ramo há cinco anos. Começou em casa, fazendo traduções de documentos e websites em espanhol, contando com a revisão de seu marido brasileiro. Com o tempo, a rede de contatos com profissionais da área brasileiros e migrantes foi se expandindo, se rentabilizando e, atualmente, ela já atende demandas em inglês, espanhol, italiano, alemão, francês e turco.

No tocante à atuação política, Saloum e Falémé trabalham na associação de senegaleses, e Artibonite e Autrou, na de haitianos. Também se considera como atuação política as vivências de Níger e as palestras ministradas por ele sobre a cultura Yorùbá, bem como as comunicações de Falémé sobre a cultura do Senegal e a história da África. Vale lembrar que, aqui, política está relacionada às atividades que, pelo exercício do diálogo, buscam articulação coletiva e ajudam a compor a existência de determinados grupos (MANSANO; CARVALHO, 2015; PASSOS; BARROS, 2015b).

As associações nascem de uma necessidade de organização e cooperação afetiva, social e rentabilizadora entre os compatriotas. O engajamento e a proatividade direcionada à causa, somados ao tempo de imigração e à fluência em português, foram elementos que definiram as lideranças da associação:

“Associação foi criada em 2014 para 2015. Nasceu porque naquela época estava chegando uma grande quantidade de senegaleses. O governo do Acre tinha convênio com o do Rio Grande do Sul, então sempre que chegava senegalês ali na rodoviária, eles nos chamavam, já que alguns tinham meu contato, como o único senegalês ou algum senegalês que já estava aqui. Me chamavam pra ir lá ajudar, pra ser intérprete. Daí numa dessas, o pessoal sentou e decidiu. Eu não estava nem lá quando eles estavam criando. Aí decidiram criar uma associação e me chamaram, perguntando o que eu achava e que pra ajudar não tinha melhor do que eu. Aí nasceu a Associação. Naquele mesmo dia me obrigaram a ser presidente (risos)” (SALOUM).

As associações têm ampla atuação, e dentre as suas atribuições estão o apoio a migrantes e refugiados no momento da chegada, conforme descrito na seção “às margens”; a organização de eventos culturais e esportivos; o encaminhamento de currículos; a divulgação de ofertas de trabalho; e a representação ativa em eventos políticos, sociais, culturais e acadêmicos. Desse modo, funcionam como uma rede de acolhimento, hospitalidade, proteção e emancipação (APARNA; SCHAPENDONK, 2018), impulsionando novas formas de organização. Não se isolam em guetos, ao contrário, buscam se integrar com a sociedade de destino por meio de ações ativas e in(ter)ventivas.

Os presidentes Saloum e Artibonite são presenças constantes nos eventos-atividades, sempre em ampla defesa dos direitos dos migrantes, buscando um canal aberto com a sociedade. As associações não preveem remuneração para seus membros, mas retribuem em forma de expansão de rede de contatos, de aperfeiçoamento constante da compreensão do *modus operandi* da sociedade brasileira e de divulgação dos demais trabalhos dos integrantes. Saloum, por exemplo, conta que abriu uma microempresa de serviços de construção ao observar as competências individuais dos componentes da rede ali formada. Ele narra que, em um encontro da associação, perguntou:

“você é o que? Eu sou eletricitista. E você é o que? Eu sou hidráulico, o outro é pedreiro. Então eu disse que a empresa podia ser criada a partir de hoje. Aí nasceu a ideia de criar a empresa. A partir das habilidades de cada um. Muitas vezes a gente sabe mais do que quem estava nos contratando” (SALOUM).

O nome da empresa explicita que se trata de grupo africano, cuja sigla alude a uma palavra no dialeto senegalês (*woloof*) relativa à qualidade e agilidade nos serviços. Identificada a origem dos fundadores, tal estratégia dá visibilidade às novas formas de organização para o trabalho dos migrantes, gerando valor ao

negócio, tanto que a empresa geralmente é citada nos eventos-atividades como exemplo de empreendedorismo imigrante. E, mesmo que esta citação esteja imbuída em uma lógica gerencialista (GAULEJAC, 2007), ainda assim coexiste a potência afetiva e política de agir (NEGRI, 2001) em direção à singularização (GUATTARI; ROLNIK, 1996).

Das atividades comunicacionais, depreende-se que, seja por oportunidade e/ou necessidade, os saberes relativos aos modos de ser nacional de determinado país foram tomados como formas de trabalho. A subjetividade construída ao longo de toda a vida e exercida durante toda a existência dos migrantes e refugiados, seja pelo idioma, pelos hábitos e pelos costumes, tornou-se recurso genuíno e distinto, creditado por uma rede de amigos e familiares, de colegas de estudo e de profissão, de conterrâneos e de brasileiros.

Para Tuy e Autrou, essa foi a alternativa mais próxima de suas experiências ou habilidades; para Estère, representou a (re)inserção profissional na sua área de formação; para Saloum, Falémé e Níger, foi a maneira encontrada para apresentar suas origens, mudar a visão estereotipada dos brasileiros e interceder pelos direitos de seus compatriotas.

Antes de passar para a próxima seção, é preciso, ainda, explicitar um quarto conjunto de atividades do trabalho imaterial mencionado por Lazzarato e Negri (2001), as **atividades empreendedoras relativas à capacidade de gestão**, as quais são marcadas pelas seguintes atividades-profissões-trabalhos dos migrantes e refugiados: empresário, gestor, profissional autônomo, feirante, consultor e proprietário de negócio. Isso significa que todos os participantes atuam como empreendedores de si em prol de seus trabalhos e mobilizam a si para a concretização de toda a cadeia produtiva de seus negócios. Logo, esse conjunto perpassa todas as atividades dos migrantes e refugiados anteriormente mencionadas (artísticas, técnico-manuais e comunicacionais) e todo o ciclo de produção do trabalho imaterial, como é detalhado a seguir.

4.3.2 Agenciamentos relativos às especificidades estrangeiras no ciclo de produção

O ciclo de produção do trabalho imaterial se diferencia das formas clássicas de reprodução do capital, isto é, do trabalho material. Sua operacionalização advém dos agenciamentos do trabalho imaterial em si, que só existem sob formas coletivas de redes e fluxos (LAZZARATO; NEGRI, 2001). Concomitantemente, ao agenciar especificidades inerentes a um estrangeiro, vê-se o migrante e o refugiado como principais operadores-empresendedores desse ciclo de produção, não havendo diferença entre o indivíduo e o seu trabalho (GORZ, 2005). Cabe lembrar que a unidade do agenciamento é o (co)funcionamento, referindo-se ao coletivo, ao estabelecimento de relações entre componentes heterogêneos (DELEUZE; PARNET, 1998; GUATTARI; ROLNIK, 1996).

Assim, a sequência clássica concepção/produção/comercialização se apresenta de forma invertida, como propõe Moulier-Boutang (2007). Como se vê nos relatos dos entrevistados, as etapas também podem ser fluidas, abertas, simultâneas e interdependentes. No trabalho dos migrantes e refugiados, a **concepção** de produtos e serviços é oriunda daquilo que eles trazem consigo na **bagagem**; a **produção** também é um processo de comunicação, que acontece junto a um tipo de **cliente** curioso e sensível em relação ao ponto “sul” do mundo globalizado; e a **comercialização** ocorre especialmente por meio de novas formas de exposição, como os **dispositivos midiático-tecnológicos** gratuitos e sem fronteiras, como se vê a seguir.

4.3.2.1 O que vem na bagagem

Migrar ou refugiar-se implica que o indivíduo escolha objetos pessoais essenciais para acompanhá-lo. Resgatando uma fala de Tuy, a dificuldade era colocar uma “*vida em duas malas*”. Os migrantes e refugiados refletiram sobre o que seria indispensável na bagagem. Além de documentos de identificação, diplomas, certificações e livros religiosos, eles mencionaram o próprio modo de ser e, principalmente, artefatos relativos ao trabalho, em uma linha entre passado e futuro.

Nos casos de Comoé, Unare e Tuy, os elementos mais significativos agenciados a seus trabalhos no país de origem foram eleitos para acompanhá-los, vislumbrando utilidade e rentabilização futura. “*Meus instrumentos de percussão. Djembê. Dois, quatro, seis Djembê. Ele é um membranofone, [...] de couro, [de] origem do oeste da África*”, explica Comoé sobre os instrumentos que lhe possibilitam vários tipos de inserções laborais, seja como professor, como artista solo ou como integrante de bandas. Unare e Tuy ainda expõem a relação afetiva e indissociada entre vida e trabalho (LAZZARATO; NEGRI, 2001; PELBART, 2000) que as levou a eleger elementos simbólicos e materiais que pudessem operacionalizar seus negócios.

“Eu trouxe todas as minhas coisas com que eu dançava, camisetas, saias. E agora estou utilizando para ensinar para as meninas. Eu pensava assim, eu não queria partir e deixar a metade da minha vida. Minha vida é minha família e minha dança, sempre foi. A parte dos estudos também, mas na parte emocional foi assim: metade minha família, metade minha dança. Eu não queria deixar nada disso. Eu também trouxe meus vídeos no telefone e todos os meus certificados que tinha na parede, que eu não queria deixar lá. Pra ser eu, eu trouxe uma parte da minha vida, sabe?! [...] Então, eu não queria deixar essa parte mais pessoal” (UNARE).

“Os documentos da minha empresa que se chamava Asertividad³⁹. Porque eu pensava que ainda que ela estivesse suspensa legalmente, eu poderia internacionalizá-la. Eu trouxe os documentos constitutivos, registros junto à Secretaria da Fazenda, notas fiscais, tudo isso. [...] E eu nunca, nunca havia pensado nisso, mas sim, eu trouxe a minha empresa comigo em documento [...] Quando meu amigo me deu a notícia que havia nomeado a nossa empresa como Asertividad... bom então tá. Há uma Asertividad na Venezuela, e há uma Asertividad no Brasil. Foi um presente para mim” (TUY).

Conforme Deleuze e Guattari (2012b, p. 68), “do ponto de vista do agenciamento, há uma relação essencial entre as ferramentas [de trabalho] e os signos” que perpassam o trabalho. Para as venezuelanas, o suporte desses elementos-ferramentas demonstra signos e forças circulantes no processo entre migração e trabalho. Unare se inspira em exercícios corporais, coreografias e figurinos para suas aulas de dança. Já Tuy não pode reabrir sua empresa, nem mesmo seguir na mesma área de atuação, mas manter o mesmo nome do negócio é um simbolismo confortante, pois traz o sentido de continuidade e não de ruptura.

Arauca, Falémé e Orinoco optaram por elementos que não faziam parte de seu trabalho, mas que configuravam modos de se alimentar e de se vestir. “*Eu*

³⁹ Nome fictício.

trouxe, sei lá, 10 quilos de farinha de arepa”, conta Arauca sobre uma época em que ainda não havia tantos venezuelanos no Brasil e ela não imaginava que isso poderia virar um negócio. Hoje ela importa esse produto de um representante.

“Eu pensava só na roupa para mostrar às pessoas de onde eu vim. Roupa tradicional, das festas religiosas. Uso bastante. Entro no ônibus, todo o mundo me olha. Às vezes, as pessoas chegam tocando: ‘Ah que bonito’. ‘Obrigado’”, conta Falémé sobre a vestimenta que costuma usar nos eventos-atividades e que passou a integrar suas palestras sobre a cultura senegalesa.

“Um moinho para moer milho de canjica da Venezuela. Aqui tem, mas não desse modelo. É uma ferramenta para trabalhar que tem me servido muito. Você cozinha e moe a canjica para fazer empanada. Minha esposa faz bolos também”, conta Orinoco. Acrescenta-se, ainda, “um vaso na sala de sua casa com uma pequena pimenteira dando sinais dos primeiros frutos. *‘Vês essa pimentinha? Eu trouxe as sementes na mala’*, disse ele” (DIÁRIO DE BORDO, ORINOCO, 06/07/2019). A escolha pela ferramenta e pelas sementes denuncia a intenção de rentabilizá-las no país de destino: *“Eu saio na rua para vender. E graças a Deus, com isso ‘hemos salido adelante’*”, expressão em espanhol que remete à superação, ao êxito alcançado em salvar a si e a família.

Um aspecto pontuado por Estère e que todos trazem consigo são os modos de ser: *“os meus costumes. A minha maneira de abordar as pessoas, o que eu aprendi em casa [...] não poderia deixar. Isso faz parte de mim. Não consigo tirar”*. Relaciona-se essa fala à impossibilidade de a migrante se desvincular de sua subjetividade, que ela traz tatuada na alma e que a diferencia como professora de francês para brasileiros e de português para seus compatriotas haitianos.

O que vem na bagagem, portanto, extrapola o material que precisa ser carregado, relacionando-se a artefatos e a modos de ser singularizantes e constituintes do trabalho e de si. É especialmente nessa ideia que migrantes e refugiados investem para ganhar visibilidade em dispositivos midiático-tecnológicos.

4.3.2.2 Os dispositivos midiático-tecnológicos gratuitos e sem fronteiras

Os avanços da tecnologia aliam-se ao empreendedor de si no capitalismo flexível e globalizado ao trazerem facilidade, interação e inovação significativas aos

modos de produzir-se e expor-se para trabalhar, ao mesmo tempo em que disfarçam as formas de controle e alienação de seus usuários (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009; HARVEY, 2017; NEGRI, 2018). Os dispositivos midiático-tecnológicos se mostram preponderantes no ciclo produtivo do trabalho imaterial dos migrantes e refugiados, especialmente as redes sociais da internet e as plataformas digitais, sendo que ambas geram visibilidade e, conseqüentemente, mídia gratuita capaz de ultrapassar fronteiras.

As redes sociais da internet dispõem de uma variedade de recursos que podem ser utilizados de forma gratuita e, por isso, tornaram-se uma opção viável para os migrantes e refugiados, que chegaram “*com muito pouco dinheiro, sem condições de altos investimentos*” (TUY). Páginas de negócios, fotografias, vídeos, *stories*, *lives*, criação de eventos estão entre os recursos mais utilizados. A maioria dos entrevistados gerencia um perfil com o nome do negócio e um perfil pessoal, que também é utilizado para fins profissionais. Nota-se uma combinação entre individual e profissional nos conteúdos das postagens, evidenciando a rentabilização de modos de ser compatíveis à nacionalidade.

Como exemplos, pode-se destacar: (1) a apresentação de produtos com apelo à hibridização de culturas: “*A arepa de calabresa ou ‘La Buenaza’, como aparece no nosso cardápio, é aquela arepa venezuelana de alma gaúcha, em homenagem à terra que nos acolheu. Mazah!*” (ARAUCA); (2) a apresentação de serviços que resplandecem a pluralidade cultural: “*Vivência da cultura Yorùbá: culinária, contação de histórias, exibição de filmes, espiritualidades, oficinas, shows. Com Níger, nigeriano que vive no Brasil*” (NÍGER); (3) a nostalgia em relação ao trabalho e à terra de origem: “*Feliz aniversário Danças Tricolores Nacionalistas - 41 anos destacando nossa cultura! Minha família, minha segunda casa, onde o tempo podia voar e eu queria continuar dançando. Orgulhosa!*” (UNARE); (4) notícias e informes sobre o país de origem: “*Próximo domingo será de eleição no Senegal [...] As zonas eleitorais no RS são em Porto Alegre e Caxias, por terem o maior contingente de senegaleses [...]*” (ASSOCIAÇÃO SENEGALESA); e (5) convites para ações políticas: “*Projeto de promoção aos nossos direitos enquanto negros e negras imigrantes, com convite à participação ativa de outras comunidades de imigrantes [...]*” (ASSOCIAÇÃO HAITIANA).

O trabalho também é transmitido ao vivo em *stories* e *lives*. O passo a passo do corte e costura e da prova de roupas do curso de moda de Falémé e Casamance;

a preparação dos estandes e os encontros com amigos brasileiros e conterrâneos nas feiras de migrantes (E17, E25, E34); e as perguntas de alunos durante as palestras de Níger são alguns exemplos dessa estratégia mercadológica sincrônica à vida. Destaca-se, aqui, o papel das redes de cooperação, que auxiliam a performatizar essas *lives*, como se viu no dia da inauguração do novo espaço da loja de roupas do migrante marfinense:

“A convite de Comoé, fui conhecer sua nova loja. De longe já escutei o som da percussão africana e, ao me aproximar, vi o espaço lotado, regado a música, dança, bolo e café. Marcaram presença amigos, ativistas e representantes de ONG’s pró-migração e movimento negro, músicos-amigos-parceiros de Comoé, como o Níger e o Falémé que cantaram e tocaram percussão, assim como outros africanos que conheci durante os eventos-atividades. A repetição desse coletivo ilustra a existência de uma ‘rede de afroempreendedorismo’, (conforme as palavras de um dos convidados) que prestigia uns aos outros e traz sustentação para os negócios de cada componente. Durante a confraternização, Comoé filmava com seu celular, convidava as pessoas *online* para visitar a loja e respondia dúvidas. Eu mesma fui interpelada por ele para deixar meu depoimento” (DIÁRIO DE BORDO, COMOÉ, 06/07/19).

A vendabilidade de si também pode ser vista em plataformas *freelancer*. Tuy apostou em uma plataforma digital específica para aulas particulares, na qual se apresenta como “*professora de español nativo*”. Trata-se de uma janela de alcance nacional, que a diferencia de professores não nativos, mas que também a mistura a dezenas de outros nativos de países de língua espanhola. A alta concorrência da plataforma transforma o local em uma espécie de leilão. Ganha o cliente quem tem as ofertas mais baixas, geralmente abaixo do valor de mercado, ignorando custos de formação e investimento em preparação das aulas, que a própria Tuy considera ser alto: “*tenho que estudar temas de interesse de cada aluno, um a um. Alguns querem para negócio, outros, turismo. É muito, muito tempo de estudo para que se torne interessante para ele*”. De qualquer forma, imbuída à lógica do capital mesmo que de forma inconsciente, Tuy avalia positivamente esses novos modelos de trabalho, pois os considera uma alternativa que permite a sua inserção no mercado como autônoma.

As ações de promoção e exposição advindas do autoempenho dos migrantes e refugiados se configuram como estratégias de ordem molecular, que encontraram fissuras em características como etnicidade, originalidade e diferenciação para adentrar estruturas de ordem molar que os contemplam com mídias gratuitas. Falémé e Casamance foram notícia no website e nas redes sociais da internet da

universidade e da rede de lojas de roupas que conduziu o projeto de moda do qual eles participaram: *“Conheça a iniciativa da Universidade X para conectar um grupo de quatro alunos senegaleses ao universo da Moda”*. Autrou foi destaque em jornais do Brasil e do Haiti quando foi premiado em concurso municipal de poesias. *“Autrou usa sua caneta para a causa da imigração haitiana no Brasil”*, anuncia a manchete. “Dias depois da entrevista, orgulhoso, quis complementar a sua história ao me enviar um Whatsapp para dizer que a notícia tinha atravessado fronteiras mais distantes e sido publicada em jornal de haitianos nos Estados Unidos” (DIÁRIO DE BORDO, AUTROU, 13/02/2020).

Muitas outras reportagens também ganharam manchetes em veículos de comunicação tradicionais e alternativos: *“Moda com história: marfinense abre loja de roupas feitas com tecidos trazidos da África em Porto Alegre”*; *“Editorial mostra estampas vibrantes e as peças-chave que identificam as origens de imigrantes que deixaram o país onde nasceram para tentar a vida no Estado”*; *“Depois de ter restaurante bombardeado na Síria, refugiado prepara shawarma em Porto Alegre”*; *“Sanduíche enrolado de pão árabe é vendido por três sócios que fugiram da guerra no Oriente Médio”*; *“Fugindo da crise, imigrantes venezuelanos abrem restaurantes de comida típica na Região Metropolitana”*.

Ressalta-se a importância de os entrevistados terem se destacado para além de mídias alternativas como jornais e websites especializados em migração e refúgio. Seus trabalhos também chamaram a atenção de mídias tradicionais, cuja máquina tende a fabricar subjetividades que embasam a sociedade (GUATTARI; ROLNIK, 1996) e, geralmente, a reduzir migrantes e refugiados a padrões universais. O espaço concedido, mesmo que tímido, contribui para romper as linhas duras de estereótipos negativos, conforme apontava o estudo de Cardoso (2013), abrindo caminho para linhas flexíveis, singularizantes, que exaltam a micropolítica a favor dos modos de ser e trabalhar desses migrantes e refugiados, funcionando, ainda, como convite à aproximação de clientes.

4.3.2.3 O cliente (co)produtor-comunicador do ponto sul da globalização

Assim como aquele que produz, quem recebe um produto também é um consumidor de ideias, imagens, gestos que compõem subjetividades (GUATTARI;

ROLNIK, 1996; ROLNIK, 1997). Dessa forma, o cliente desempenha papel importante no trabalho dos migrantes e refugiados no sentido de alisar espaços ainda nebulosos. É ele quem chancela se o produto ou serviço estrangeiro produz sentido para os brasileiros. E ainda, em linha com Moulier-Boutang (2010), o cliente, antes visto apenas com uma curiosidade descreditada, tem agora papel ativo que também atribui valor de mercado a produtos e serviços. Tal perspectiva é caracterizada por Lazzarato e Negri (2001) como a nova relação produção-consumo.

No exercício do trabalho dos migrantes e refugiados foi possível notar uma dupla função produtiva do cliente. Primeiramente, ele é uma figura (co)produtora, já que é envolvido de maneira ativa e constante no processo de criação e desenvolvimento do trabalho imaterial. Dessa forma, o produto ou o serviço consiste em um processo social de concepção, hibridização e inovação. Em segundo lugar, ao consumir o produto/serviço do migrante/refugiado, o cliente é capaz de modificar a percepção prévia que tinha desses indivíduos, ressignificando seus modos de vestir, alimentar, dançar e contemplar a arte. Por conseguinte, é induzido a comunicar o processo de transformação que os movimentos de migração e refúgio do sul global provocam no mundo, dando espaço a outras maneiras de ser, viver e se deslocar, distintas das glamourizadas (FREITAS, 2009) que Bauman (1999; 2011) associa ao turista.

Casamance e Falémé participaram de um projeto de extensão promovido pelo curso de Moda de uma universidade privada. O projeto envolvia a realização de disciplinas como suporte para o desenvolvimento de um plano de criação, comunicação e marketing de uma campanha de moda para uma consolidada rede de loja de roupas, parceira da causa. Em alusão à relação de coprodução,

“até mesmo eu, participei como cartógrafa-cliente. Falémé me enviou mensagem no WhatsApp convidando à tarefa de escolher três modelos de roupa na internet que eu gostaria de usar no verão: *‘Tu, como mulher brasileira, pode me ajudar, escolhe o que tu gostas de vestido, macacão, saia, para me inspirar a desenhar meu próprio modelo’*, escreveu ele” (DIÁRIO DE BORDO, FALÉMÉ, 12/09/2019).

Como resultado, as fotografias da coleção mostravam os próprios estilistas senegaleses vestindo suas criações, as quais misturavam a etnicidade dos tecidos africanos e as tendências de moda brasileira.

A figura do cliente-comunicador pode ser vista no negócio dos sírios. As esfirras, os doces sírios, o falafel, o shawarma se diferenciam no mercado

gastronômico por serem produzidos por um recém-chegado da Síria, alguém com traços do vagante, aquele que “ainda cheira a outros lugares” (BAUMAN, 2011, p. 30). Os refugiados sírios são unânimes ao dizer que seus produtos não teriam o mesmo valor se fossem produzidos por brasileiros, e que também se diferenciam das produções de árabes-imigrantes já conhecidos no Brasil. “Os *clientes nos contam que tem outros restaurantes árabes em Porto Alegre, mas que preferem o nosso*”, comenta Eufrates.

Como o imigrante de outrora já faz parte do cenário urbano, o que emerge como novidade é a ideia do refugiado. A guerra na Síria é tema presente nas mídias⁴⁰, o que pode sensibilizar consumidores no sentido de fomentar a busca por produtos sírios e, conseqüentemente, por suas histórias de vida, conforme relata Orontes: “*as pessoas são curiosas para nos conhecer, a nossa história, o que fazemos aqui, se estamos confortáveis*”. Nota-se que o valor do produto não é dissociado de quem o produz. Nesse ínterim, além do valor afetivo, o valor econômico é estendido ao indivíduo-produtor. Aí está o âmago do trabalho imaterial dos migrantes e refugiados: o capital se apropria das subjetividades inerentes à cultura e ao refúgio, a favor da rentabilização da empresa, ou seja, a favor da rentabilização de si, já que não há mais diferença entre um e outro.

Dessa forma, os refugiados sentem a retribuição positiva da clientela: “*nos sentimos muito bem acolhidos. Eu nunca senti nenhum tipo de racismo aqui, eu só sinto as boas vindas das pessoas*” (ORONTES). Por outro lado, há situações em que os brasileiros demonstram ter ideias moduladas por preconceções (GUATTARI; ROLNIK, 1996): “*eles acham que as pessoas árabes, tipo assim, são homem-bomba. E que as mulheres não podem fazer isso, não podem fazer aquilo. Eles têm essa visão das mídias sociais*”, explicita Balikh, que entende que existe uma visão limitada dos brasileiros sobre a Síria e a situação de refúgio, de modo que é necessário que os migrantes sírios contra-argumentem, evidenciando pontos positivos do seu país.

Outro exemplo é o ensino de idiomas. Um dos clientes de Orontes lhe ensina português, e Orontes retribui ensinando árabe, evidenciando um movimento de

⁴⁰ Toma-se como exemplo a reportagem citada a seguir e, ainda, retoma-se o relatório *Global Trends* da ONU, que anuncia que ao fim de 2018, pelo quinto ano consecutivo, com cerca de 6,7 milhões, os sírios representaram a nacionalidade com o maior número de refugiados no mundo (UNHCR, 2018). MAIS de 1 milhão fogem de conflito do nordeste da Síria - em três meses. **GloboNews**. 02 de março de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/globonews/jornal-globonews-edicao-das-18/video/mais-de-1-milhao-fogem-de-conflito-no-nordeste-da-siria-8367566.ghtml> Acesso em: 30/03/2020.

passagem entre os espaços liso e estriado. Emocionado, ele lembra o dia em que esse cliente-professor-aluno lhe fez uma surpresa:

“este dicionário [bilingue árabe-português] é muito famoso (risos) foi um presente de um cliente. Isso é muito comovente, tocou meu coração. Eu quase nem conhecia ele e ele me deu um presente. Todo mundo que vem aqui tira uma foto do dicionário [que fica exposto na prateleira da confeitaria]” (ORONTES).

A maior parte do público consumidor de produtos da lancheria e confeitaria dos sírios são brasileiros atraídos por sabores diferentes e por preço baixo. Todavia, os sírios também preservam relacionamentos com grupos de mesma etnia. Em uma das observações realizadas na lancheria,

“presenciei a visita de um grupo de adolescentes descendentes de imigrantes de diferentes países árabes (Kuwait, Líbano, Israel, Egito, etc.). Na chegada exclamaram: ‘Oi primos!’, manifestação comum entre os compatriotas, e seguiram a conversa em árabe. ‘Não é o mesmo árabe, mas a gente se entende’, comentou Khabur” (DIÁRIO DE BORDO, LANCHERIA DOS SÍRIOS, 24/05/2019).

Cabe destacar que, além dos nativos e dos co-étnicos, os empreendimentos também recebem pessoas de crenças historicamente em conflito com a religião dos refugiados. Eufrates aponta o ecumenismo como forma de “viver em paz” e de fazer prosperar o empreendimento em território brasileiro:

“Nossa religião é muçulmana. Uma vez uma mulher judia parou na porta: ‘oi, eu posso entrar? Gosto muito do produto de vocês, mas eu sou judia’. Eu falei: ‘antes de tu entrares, eu vou te dar um abraço e agora tu podes entrar com certeza, fica à vontade. Nós não temos problema com nenhuma religião, nenhum país. Aqui todo mundo é irmão, judeus, muçulmanos, cristãos. Não se preocupe, nós gostamos e respeitamos todo mundo. Se alguém tem história de guerra, briga, não é conosco’. Ela ficou muito feliz e agora é nossa cliente. Quase 80% daqui desse bairro, dos nossos clientes são judeus” (EUFRATES).

As subjetividades produzidas ao consumir produtos e serviços faz com que os clientes retroalimentem o ciclo de produção do trabalho imaterial, de forma voluntária ou a pedido dos migrantes e refugiados. Arauca, assim como os outros entrevistados, executa esse movimento, naturalizado como uma prática de gestão:

“Na visita a lancheria da Arauca, ao me ver tirando fotografias do meu pedido – uma arepa de feijão e um suco de rapadura chamado ‘papelón con limón’ –, prontamente ela solicita-me: ‘se você postar no Facebook ou Instagram, pode marcar a nossa lancheria? Depois, se puderes deixar uma

avaliação também.. para ajudar a nossa lancheria” (DIÁRIO DE BORDO, ARAUCA, 19/06/2019).

As avaliações são mensagens, recomendações ou críticas nas páginas das redes sociais que servem como indicadores para futuros clientes. Ao misturar as histórias de vida, os percursos de migração/refúgio e a avaliação propriamente dita, os clientes autenticam a identidade globalizada dos produtos e serviços (ROLNIK, 1997).

Na página da lancheria da Arauca, destaca-se a interação dos clientes-contrterrâneos na língua materna: *“Muy buena atención y comida de mi tierra”*. Na página da confeitaria do Eufrates e do Orontes, um cliente enaltece a situação de refúgio: *“cafés, tortas... tudo muito bom. E mais, a história de recomeço de uma família Síria!”*. Na página da lancheria de Eufrates, Balikh e Khabur, um cliente valoriza a originalidade e procedência de quem prepara o lanche: *“Pertence a três refugiados sírios. Atendimento e comida excelentes. Até comentei com eles que nada como um shawarma feito por quem conhece e come desde criança”*. Na página da Estère, uma mãe de aluna lhe agradece com palavras do idioma em aprendizagem: *“Congratulations a minha filha e aluna de francês. Merci professeur Estère. Très bien!”*. Na página da loja de Comoé, um cliente reconhece a personalização moldada por estilo e história: *“Recomendo. Além dos produtos, existe ali cultura e atitude. E o atendimento é uma aula sobre a África”*. Mesmo que a maioria das mensagens apresente avaliação favorável, por vezes, também há críticas referentes ao estranhamento do “outro”: *“Achei estranho, cardápio fraco. As pessoas ficam falando em outra língua na presença dos clientes”*.

Longe da relação de produção fordista/taylorista, o que se vê é a nova relação produção-consumo (LAZZARATO; NEGRI, 2001), em que a produção e o consumo ocorrem simultaneamente devido ao envolvimento afetivo e político de clientes e empreendedores perante a situação de migração e refúgio. Essa relação torna-se um processo social de produção sempre em evolução, abrindo passagem a um *composé* de hábitos, gostos, culturas e crenças de países distintos. Contudo, apesar de esse ciclo de produção do trabalho imaterial ser (co)partícipe, a responsabilidade pela sua efetivação e pelos riscos e custos inerentes a ele é do empreendedor (de si) (LAZZARATO, 2014).

4.3.3 A mobilização total do migrante/refugiado empreendedor de si

As atividades artísticas, técnico-manuais e comunicacionais proporcionaram certa liberdade e autonomia para que os migrantes e refugiados pudessem exercer um tipo de trabalho que produz valor para si. Com isso, passaram a ser considerados trabalhadores autônomos, independentemente de seus registros de trabalho. O trabalho autônomo, na concepção de Lazzarato e Negri (2001, p. 94), é mais uma característica do trabalho imaterial, estando atrelado à “capacidade empreendedora” em uma “dimensão coletiva e da vida”. Portanto, é aquele trabalho que remete à “capacidade de cooperação, de gestão, de inovação organizativa e comercial”. Essa alternativa possibilitou aos migrantes e refugiados desenvolverem suas habilidades independentemente de comprovação de formação acadêmica ou validação de diploma no país de destino.

Em relação às regularizações, Estère, Comoé e Casamance tem registro como MEI (microempreendedor individual) e Eufrates, Orontes, Balikh, Tuy e Níger como microempresa. Trabalhar de forma regularizada era o desejo e se tornou a realidade da maioria dos entrevistados. Os registros formais, além de concederem acesso a benefícios previdenciários, a salário maternidade e a auxílio doença, por exemplo, também comprovam aos dispositivos de controle que esses migrantes contribuem para a economia do país, e conseqüentemente, que fazem jus à renovação da permissão de estadia. Esse foi um dos pontos explanados por Saloum em audiência pública na Câmara de Vereadores (E24) em defesa do que se pode compreender como uma potente “classe política [de migrantes], sobretudo porque lutam e resistem” (CORSINI, 2007, p. 7). Contudo, a adesão a esses registros não ocorreu de imediato, já que para os estrangeiros tal formalização requer como pré-requisito o registro permanente no país⁴¹, o que para muitos só é concedido após longo período de registro provisório (há relatos de até três anos de espera).

Estar à frente do próprio negócio pela via do trabalho imaterial requer a mobilização total (de si) dos migrantes e refugiados. Nas atividades empreendedoras não há divisão do trabalho em tarefas especializadas, a ordem é que o empreendedor seja do tipo “faça-você-mesmo” (BAUMAN, 2011) e, além

⁴¹ Em outubro de 2019, o registro de MEI para estrangeiros foi flexibilizado. Com a simplificação, o estrangeiro que quiser se formalizar como MEI precisa apenas informar o país de origem e o número de um dos seguintes documentos: carteira nacional de registro migratório, documento provisório de registro nacional migratório ou protocolo de solicitação de refúgio (AGÊNCIA BRASIL, 2019).

disso, faça-de-tudo-um-pouco e esteja em movimento (BAUMAN, 1999; FREITAS, 2009). Desse modo, os migrantes e refugiados assumem para si: (1) as múltiplas funções e tarefas de um mesmo negócio e/ou (2) a gestão de mais de um negócio, como se pode notar no Quadro 9 de apresentação desta dimensão analítica. A segunda perspectiva, muitas vezes, também abrange a primeira, sendo o migrante/refugiado o único responsável pelo ciclo de produção de seu produto ou serviço, exceto para aqueles que migraram com familiares. Nesses casos, assumir conjuntamente o negócio é uma estratégia familiar para criação e manutenção de trabalho no país de destino.

Os irmãos sírios Eufartes e Orontes exemplificam as múltiplas funções e tarefas que o negócio requer. Sobre o início da confeitaria, Orontes conta: “*Nós enfrentamos várias dificuldades para abri-la. Muitas coisas que eu nunca imaginei que seria capaz de fazer. Construímos essa parede, tudo que você está vendo aqui em volta, nós que construímos*”. Eufartes complementa: “*Eu e meus irmãos fomos pedreiros, pintores, eletricitas [...], as madeiras nós mesmo cortamos*”. Após a inauguração, eles passaram a dividir as tarefas de fazer as compras, encomendar insumos, produzir os doces, atender os clientes, controlar o caixa, manter a limpeza e higiene, gerenciar as redes sociais e os pedidos de aplicativos digitais. Nota-se que o indivíduo é solicitado em sua capacidade máxima, de modo a “fazer frutificar a diversidade de seus talentos” (GAULEJAC, 2007, p. 191), tomando para si os riscos e os custos (LAZZARATO, 2014).

No que se refere à gestão de mais de um negócio, assim como outros entrevistados, Comoé tem experiência em gerenciar um leque de atividades. Ele é músico e ator e dançarino e professor de música e professor de francês e empresário da moda, uma sequência de “e” que revela a lógica rizomática da atuação profissional do migrante. Ele próprio brinca com a situação: “*A minha profissão... eu vou ter que pegar o meu passaporte aqui pra ver o que está escrito (risos) [...] humm músico comediante, podemos traduzir desta maneira. Mas se tu me perguntares eu falo que sou aluno da universidade, estudante, é melhor (risos)*” (COMOÉ).

Conforme Deleuze e Guattari (2011, p. 31), o rizoma é constituído por linhas: “linhas de segmentaridade, de estratificação, como dimensões, mas também linha de fuga ou de desterritorialização como dimensão máxima”. Assim, a “multiplicidade [do rizoma] se metamorfoseia, mudando de natureza”. Para Comoé, o acúmulo de

atividades remete a traçados de linhas que se lançam, principalmente, entre o que é afetivo, político, econômico e legal: (i) o trabalho com a música é afetivo, e foi eleito como profissão ainda na infância; (ii) os demais trabalhos, com moda e aulas de francês, surgiram pelo viés econômico, pois o ganho proveniente das artes não é suficiente para seu sustento financeiro no país de destino; (iii) o fato de estar em um país que desconhece sua origem torna todas essas atividades políticas, pois atribuir valor positivo às suas mercadorias é combater a imagem diminuída, distorcida e aporofóbica que parte dos nativos têm do africano e do imigrante, visão que restringe a sua mobilidade e as suas relações sociais e de trabalho; (iv) por fim, como a condição de migrante é sempre temporária (SAYAD, 1979), está constantemente atento a possíveis situações de risco, o que o leva a atribuir para si a profissão de “estudante”, aquela que, momentaneamente, é a que lhe permite estar legalmente no país. O posicionamento dessas linhas admite contribuir à perspectiva da Autonomia das Migrações, especificamente ao acrescentar formas de expressão dos migrantes que extrapolam a dimensão de fuga para outro país, como expressa Moulier-Boutang (1998). Nesse caso, as expressões de luta para manter-se no país de destino são desdobradas em modos de trabalhar e de estudar.

Para dar conta desse universo de multiatividades, tempo e espaço de trabalho tonam-se ilimitados (GAULEJAC, 2007). No que se refere aos espaços, identifica-se a propensão de libertação de locais específicos para o desenvolvimento do trabalho (MANSANO; CARVALHO, 2015), o que os migrantes e refugiados empreendedores de si tendem a considerar favoravelmente. Há os que trabalham em casa ou em estabelecimento com endereço fixo, e/ou aqueles cuja natureza do ofício requer estar em movimento, como exemplifica Casamance:

“Eu vendo nas feiras, eu vendo na internet, tenho encomendas [...] quando não tenho dinheiro, posso pegar minhas roupas e ir trabalhando na rua, vendendo mais barato pra conseguir dinheiro para fazer minhas coisas. As pessoas gostam, pegam meu cartão. Eu mostro modelos no Instagram, Facebook, Whatsapp. Meus amigos compram. Os amigos deles veem, os colegas da escola [e perguntam]: ‘onde tu comprou tua camisa?’ ‘Comprei no Casamance, no senegalês. Só isso. Vende mais barato, costura bem, só isso” (CASAMANCE).

De qualquer forma, para todos os migrantes e refugiados, o principal canal de contato com clientes, fornecedores e parceiros de qualquer lugar do globo são as redes sociais na internet, dispositivos que reforçam a ideia de que para executar

negócios “não há mais necessidade de um escritório fixo, mas de um escritório que [se] transporta consigo” (GAULEJAC, 2007, p. 115). Por outro lado, essa visão glamorosa de empreender aderindo às tendências tecnológicas abafa a marginalização, a precariedade, a instabilidade e, até mesmo, o abandono a que são submetidos os migrantes e refugiados (HARVEY, 2017). Visualiza-se um plano de forças que tende a mantê-los em espaço estriado desfavorável, mesmo que esse espaço seja revestido de empreendedorismo cultural ou empreendedorismo étnico. Dessa análise, ainda é possível depreender o movimento axiomático das forças capitalísticas globais (HUR, 2015), que fazem proliferar modos de individuação e estriamentos que mantêm os jogos de dominação e opressão.

Migrantes e refugiados também se veem imbuídos em uma temporalidade que faz coincidir vida e trabalho, isto é, que evidencia que as fronteiras entre tempo de trabalho e de não trabalho se diluem. “*Trabalho de domingo a domingo. Você trabalha, trabalha, trabalha, depois de 9, 10 meses assim eu pedi pra sair. Por que eu não tava mais dando conta assim, show, viajar e dar aula*”, desabafa Comoé ao contar sobre o pedido de demissão do curso de francês. Conforme Pelbart (2013), essa é a angustiante condição que faz o indivíduo oscilar entre um estado de esgotamento e o desejo por uma forma de viver autônoma, democrática e alegre. Tem-se, aqui, a ação dos processos de subjetivação em embate com as forças capitalísticas e as potências da vida.

O indivíduo é tomado pelo trabalho em tempo integral, como preconiza Saloum: “*a associação é 24 horas*”. Assim, repetidamente imputa-se a sensação de necessidade de alargamento do tempo, devido à urgência em rentabilizar o negócio e, conseqüentemente, alcançar o sustento financeiro, como mostra Orontes: “*as 24h não são suficientes para mim, eu preciso de mais. Eu não tenho tempo de atividades sociais, eu estou concentrado na confeitaria, porque nosso sonho é grande e nós vamos alcançá-lo [...] É difícil para brasileiros, não é? Imagina para nós*”. Tal perspectiva leva a refletir que as longas jornadas de trabalho material à época do capitalismo industrial (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009; HARVEY, 2017) ainda vigoram no capitalismo flexível e globalizado (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009), travestidas, agora, de autonomia, autocontrole e autogerenciamento do tempo de trabalho.

Ao passo que o migrante e o refugiado trilham o percurso como empreendedores de si, o comportamento de vagante vai perdendo força e lhes é

exigido cada vez mais uma atitude de jogador (BAUMAN, 2011). A vida se torna *business* (GORZ, 2005) e deve ser jogada como um jogo (BAUMAN, 2011), em que é necessária a disponibilidade mental e corporal para o acúmulo de atividades que eles tomam para si. Isso se torna ainda mais fatigante pelo fato de serem estrangeiros, já que, ao lado das atividades cotidianas de gestão de um empreendimento, devem desvendar as nuances políticas, culturais, sociais e legais específicas do país de destino.

O caso de Arauca, além de exemplificar essa ideia, ainda sublinha a questão de gênero, que se alia à situação de migração e de trabalho quando a migrante toma para si a responsabilidade pelo cuidado com seus filhos devido à ausência de uma rede que ela afirma que teria em seu país de origem. Como o marido trabalhava e não havia mais amigos ou parentes no Brasil, as estratégias que podiam manter o seu negócio estavam conectadas às regulações sociais que organizam a maternidade, como evidenciado no estudo de Carpenedo e Nardi (2017) com mulheres migrantes. Arauca relata:

*“Durante esse tempo, eu trabalhei muito, trabalhava muito de madrugada. Todo mundo: ‘ahhh que legal que tu tem a tua própria empresa’. Mas eu trabalhava e dormia bem pouco, agora já consigo dormir mais porque a gente já tem pessoas que trabalham ali, mas passava a noite toda fazendo traduções ou respondendo e-mail para cliente, fazendo orçamento. Foram anos bem duros. No meio do caminho eu fiquei grávida, de novo [...] trabalhei todo o tempo grávida, sempre, não tive descanso até o último dia da minha gravidez. Depois voltei a trabalhar com um mês. Na verdade, na maternidade eu estava respondendo e-mail, tipo, eu tinha já a secretária mas não é a mesma coisa, ela sempre tem dúvida de fazer alguma coisa, entendeu? Então a gente sempre tem que estar ali e quando a bebê estava com três meses, eu voltei para o escritório e fiquei com ela trabalhando lá, durante um ano, e daí como eu amamentava ela, não queria cortar esse vínculo. **Essa é uma decisão minha, ninguém me impôs. Eu que decidi fazer assim dessa forma.** Poderia ter levado ela para alguém cuidar, mas, também não tinha ninguém para cuidar dela” (ARAUCA, grifo nosso).*

Ainda é possível visualizar, na frase destacada da fala de Arauca, a força capitalística mais uma vez agindo na subjetividade, o que faz a migrante crer que, hoje na posição de empreendedora, tem controle sobre sua vida e sua empresa. Essa visão de si é o que disfarça o movimento de subsunção do indivíduo em sua totalidade para o capital (PELBART, 2000). Associa-se esse movimento de empreender-se ao trabalho imaterial, sobre o qual Gorz (2005) alega que nenhum constrangimento é imposto do exterior. Em vez disso, o migrante e o refugiado se veem obrigados a introjetar uma autovigilância que os coloca sempre a dispor do

trabalho a fim de assegurar a viabilidade e a competitividade da empresa que eles se tornaram.

4.3.4 Um olhar sobre o empreender(-se)

*“A **visão que se tem da gente é muito de mídia**. Vamos dar um reset! Vamos reiniciar tudo. Então eu busco através da música, da contação de história, mostrar que não é isso que o povo está vendo na TV [...] O que a gente tem que fazer é, cabeça pra cima e segue, segue e **tentar desconstruir isso, fazendo coisas que tu sabe fazer, que vem de sua origem**. [...] E é difícil nessa situação, então eles [amigos membros de uma ONG cultural] me orientaram muito, **abrindo a rede deles para me ajudar**” (NÍGER, grifo nosso).*

As palavras de Níger dão forma ao pensamento de Deleuze e Guattari (1996, p. 53) que dizem que “a arte nunca é um fim, é apenas um instrumento para traçar as linhas de vida”. Estende-se a ideia de arte dos autores às atividades do trabalho imaterial – artísticas, técnico-manuais e comunicacionais – desenvolvidas pelos migrantes e refugiados. Tais atividades se revelam como alternativas traçadas por linha de fuga em busca, sobretudo, de valorização pessoal e profissional, já que a imagem que eles têm de si não corresponde aos padrões individuantes, normatizados e ofertados pelo mercado. As atividades empreendedoras relativas à capacidade de (auto)gestão atreladas às redes cooperativas operacionalizam esses trabalhos e oferecem, por um lado, a sensação de liberdade e autonomia e, por outro, a responsabilização por todo o ciclo de produção de produtos ou serviços, o que visibiliza as múltiplas e contraditórias facetas do trabalho imaterial.

O cenário que levou os migrantes e refugiados à alternativa do empreender(-se) não é descolado do que induz os nativos ao mesmo caminho. A flexibilização das leis trabalhistas, o aumento de subcontratação, o subemprego, o emprego temporário e o desemprego (HARVEY, 2017; ANTUNES, 2018) avançam a ponto de faltarem alternativas dignas aos indivíduos em condições mais vulneráveis (BAUMAN; DONSKIS, 2019). Apesar da equidade de direitos laborais entre estrangeiros e nativos no Brasil, pesquisas denunciam que a maior vulnerabilidade recai sobre os migrantes e refugiados do sul global (BÓGUS; FABIANO, 2015; MARINUCCI, 2017; SIMÕES; CAVALCANTI; PEREDA, 2019; VILELA; COLLARES; NORONHA, 2015). Trabalhar por conta própria se torna, então, uma alternativa que ultrapassa a ideia de empreender no sentido gerencialista, e ganha contornos do

empreender a si mesmo, característico do trabalho imaterial⁴². Os dispositivos midiáticos e governamentais estimulam esses modos autogerenciais de trabalhar, conferindo prestígio e status ao (micro)empresário, tanto que vários participantes deste estudo ganharam destaque gratuito em mídias tradicionais e alternativas.

Nesse sentido, os migrantes e refugiados significaram em seus relatos a importância de não serem vistos de modo individuado, diminuídos a seres que precisam de caridade e, por isso, capazes de se sujeitar às posições de trabalho mais precarizadas, mas como indivíduos que produzem e contribuem para a economia do país de destino. Essa mudança de imagem faz brotar uma acalentadora sensação de escape dos poderes dominantes, mesmo que, conforme Negri e Hardt (2001), não seja possível fugir das forças capitalísticas, que não seja possível ficar do lado de fora. Contudo, tem-se por base o princípio de que as lutas são sempre anteriores ao desenvolvimento capitalista e de que a inovação, antes de ser técnica, é sempre social (NEGRI; COCCO, 2005).

Seja por oportunidade e/ou por ser a única alternativa viável à sobrevivência, a conexão com as raízes se mostra a principal engrenagem dos trabalhos dos migrantes e refugiados entrevistados como caminho à valorização de si, gerando um processo de transição de subjetividade que produz diferenciação em termos sociais e mercadológicos. Tanto para os que resgataram a sua atividade profissional quanto para aqueles cuja atividade laboral atual mostra ineditismo, a essência da atividade em si já lhes era conhecida e, mais do que isso, eles já a vinham exercendo ao longo de sua existência.

Tais saberes perpassam conhecimentos não necessariamente formalizados ou codificados, mas atrelados a seus próprios modos de ser. Por estarem inscritos no próprio indivíduo, fazem com que ele produza outras formas de se relacionar com o trabalho, estabelecendo relações liso-afetivas e liso-políticas, circunscritas em atitude de Multidão (HARDT; NEGRI, 2005; MEZZADRA, 2012; NEGRI, 2018) e provenientes das redes de cooperação afetiva, social e rentabilizadora. Nota-se que estas perspectivas das redes de cooperação, por sua vez, atuam ainda em perspectiva emancipatória – autônoma, criativa, in(ter)ventiva, produzindo acréscimo ao ser. Isso acontece sem ignorar o contrapeso da relação estriado-econômica e

⁴² O empreendedor de si, o gestor de si (GAULEJAC, 2007), o trabalhador autônomo (LAZZARATO; NEGRI, 2001) ou o autoempreendedor (GORZ, 2005) fundamentam carreiras tanto de quem é dono de um negócio quanto de quem é empregado em organizações.

estriado-legal, inerentes à sobrevivência e à segurança do estrangeiro. Percebe-se que esse modo de trabalhar só é empenhado por parte dos fluxos de migrantes e refugiados, o que não significa que os que hoje investem nessa proposta não voltem à zona de inserções laborais transitórias como mão de obra flexível.

Ampliando a noção de que o conhecimento gera valor (GORZ, 2005), o misto de ser (nacional de determinado país), estar (migrante ou refugiado) e ter/produzir (produtos ou serviços simbólicos) (con)formam uma espécie de “capital imaterial” (GORZ, 2005, p. 29) que só passa a existir quando o indivíduo atravessa fronteiras. O trabalho é reconhecido como imaterial quando a subjetividade se encontra na base fundamental do seu ciclo de produção (LAZZARATO; NEGRI, 2001). Como os migrantes e refugiados do sul global geralmente não passam despercebidos aos olhos dos nativos, esse reconhecimento é facilitado. Características culturais, costumes e hábitos nacionais causam a sensação de alteridade, mas também produzem estranheza, encantamento, choque cultural ou sentimentos mais extremos, como aversão e rejeição. Em linha com Pelbart (2013), pode-se dizer que é nesse encontro com a alteridade que um sujeito é afetado, que tem extraída a sua potência e a capacidade de produzir diferenciação e de formar novos territórios existenciais.

Empreender(-se) inscreve-se na lógica da micropolítica, suscitando atos de pequenas resistências em resposta aos jogos de individuação (GUATTARI; ROLNIK, 1996) que buscam deixar migrantes e refugiados no espaço estriado da subalternidade. Nesse processo, percebe-se o engendramento de outro mercado de trabalho para migrantes e refugiados, vinculado ao afeto e à política, distinto do postulado por Sayad (1979). Conforme Altenried et al. (2018), é justamente este um dos objetivos da Autonomia das Migrações: dar luz aos processos de reivindicação e (re)constituição contínua do mercado de trabalho de migrantes. Acompanhando as transformações do capitalismo flexível e globalizado, presenciou-se, nesta cartografia, um mercado de trabalho de migrantes e refugiados do sul global no Brasil que compõe, simultaneamente, vida e trabalho. Tal característica é inerente ao trabalho imaterial, que é capaz de explorar riquezas, mas também, de (re)inventar a vida.

4.4 (RE)INVENTAR(-SE)

*“Um dia eu estava muito triste: ‘meu Deus, voltar a **começar de novo**, por quê?’. **Começar** a nível econômico, sabe? Porque ter que **recomeçar do zero** faz você se sentir uma criança, novamente. E quando eu falei isso para um amigo na Venezuela, ele me falou: “Tuy tu não estás começando do zero, não estás começando. Tu estás começando **com o que és, com o que tu sabes**. Isso é mais um aprendizado para ti, mas é o que tu já sabes que tu vais aplicar. É questão de tempo!”. E essas palavras realmente me confortaram muito, sabe? [...] Eu pude entender que é uma **continuação da minha vida, da minha carreira**. E foi isso. Essa **continuação**, eu já a assimilei, já a compreendi e, e tive esse grande presente. [...] Estou tendo essa oportunidade. E **sendo professora de espanhol não me impede de ser uma contadora**, certo? Isso tem sido um **processo**” (TUY, grifo nosso).*

Observa-se, no relato de Tuy, a produção de diferença nos modos de viver e trabalhar pela repetida sensação de ruptura e recomeço que se altera ao deflagrar a ideia de continuação do seu percurso. Da mesma forma, essa dimensão pode ser vislumbrada na ideia de acréscimo, de rizoma, de inclusão de mais uma linha em seus modos de trabalhar. Partir, chegar, empreender(-se) se apresenta como um *continuum*, um processo que culmina em um (re)inventar(-se) constante. Colocar em prática algo que já é do ser e que já vem imbricado à situação de refúgio caracteriza e diferencia o trabalho imaterial de migrantes e refugiados, fazendo despontar a (re)invenção dos seus modos de viver.

Com base nas metáforas dos modos de viver em deslocamento de Bauman (1999; 2011), na trajetória desta pesquisa, ora observou-se traços suaves de um andarilho e de um turista, ora traços marcantes de um vagante e de um jogador. Como o próprio autor (2011, p. 126) evidencia, “apesar de serem um quarteto, esses tipos não são uma galeria de escolhas, não são um ou outro. A vida pós-moderna é confusa e incoerente demais para ser alcançada por qualquer modelo coesivo”. Assim, observou-se, nos percursos dos migrantes e refugiados, processos de subjetivação que explicitam um *composé* dessas metáforas, mas que também extrapolam essa noção teórica. Soma-se, então, o conceito de devir como modo de viver em deslocamento de migrantes e refugiados. Trata-se de um devir-migrante e de um devir-refugiado que convoca outros devires.

Devir-migrante e devir-refugiado não são metáforas, alegorias ou modelos. O devir, para Deleuze e Guattari (2012a), é consistente, é real, é uma singularidade em seu ponto mais alto. O devir é da ordem da aliança, da produção de um coletivo, no sentido de produção de forças que arranca o indivíduo de seus padrões. “Ora,

devir não é mudar, já que não há término ou fim para o devir, [...] em contrapartida toda mudança envolve um devir” (ZOURABICHVILI, 2004, p. 23). Assim, o devir é sempre um devir-outro.

Devir-migrante; devir-refugiado. Das imposições estriadas, emergem modos de resistência, pelas quais é possível alisar o espaço em função da intensidade com que assinalam forças para mudanças de direção (DELEUZE; GUATTARI, 2012b). Isso significa que o migrante e o refugiado continuam em deslocamento, dessa vez para reivindicar os estereótipos individuantes e irromper as formas de organização do trabalho que insurgem contra a complexidade do espaço estriado. Com base em Souza (2016, p. 185), pode-se dizer que essa é mais uma linha de fuga para se reinventar, para ampliar a vida e alargar o território existencial e não se conformar com a sua redução, “um movimento novo, de produção de si (do ser)” com aquilo que é inerente e imanente a cada migrante e refugiado.

É devir-migrante e é devir-refugiado tomar a bagagem de conhecimento trazida consigo para exercer um trabalho que mobiliza especificidades de um estrangeiro, algo que só é inerente a quem vem de fora, algo que está enraizado no modo de ser do país de origem, como a forma de pensar, de falar, de se comunicar, de se relacionar com as pessoas, de habitar, de cozinhar, de cantar, de dançar, de se vestir, de se divertir, de se conectar com crenças, com a espiritualidade, com a arte. A esse resgate, juntam-se estilos de outra terra, movimentos, gingados, ritmos, melodias, retalhos, cores, texturas, sabores, sotaques, expressões, padrões, formas, visões, concepções, etc. Esse encontro de intensidades é devir. O migrante e o refugiado não abandonam o que são, mas se aliam a outras formas de viver, de sentir, de se envolver na vida já existente e, ao mesmo tempo, fogem, deslocam-se, nomadizam-se.

Nesse sentido, o movimento de criação proporcionado pelas atividades artísticas, técnico-manuais e comunicacionais do trabalho imaterial leva a apreender o devir-migrante e o devir-refugiado como alternativa aos modos de viver e trabalhar. E assim como a música, a dança, a alimentação, a moda, o idioma e a representação político-cultural, outras formas de trabalho imaterial podem vir a suscitar devires-múltiplos para outros migrantes e refugiados. Esse novo percurso faz emergir outras subjetividades, outras formas de vida, outras singularidades, que só são possíveis pelos modos de associação e cooperação agenciados. Nesse sentido, devir-migrante, devir-refugiado é, também, (re)inventar(-se) (co)operando em rede.

Redes de cooperação se forjam e se sustentam ao longo dos percursos dos migrantes e refugiados por múltiplos integrantes e nas perspectivas afetiva, social, rentabilizadora e emancipatória. Destacam-se como integrantes: familiares, conterrâneos, migrantes/refugiados de outras nacionalidades, amigos nativos ou não, colegas de profissão, parceiros, clientes, empregadores, organizações religiosas e da sociedade civil, projetos acadêmicos, órgãos governamentais, organizações internacionais (ACNUR e OIM), empresas, mídias, organizadores e participantes de eventos-atividades. Como se pode observar ao longo da cartografia, os integrantes podem agir sobrepondo as perspectivas. Isso significa que, ao mesmo tempo em que a rede que mobilizam funciona sob a perspectiva afetiva, também pode funcionar sob a perspectiva emancipatória, por exemplo.

Considera-se como perspectiva afetiva, as redes que ampliam a potência de agir em direção a um modo diferenciado de viver a vida e o trabalho; como perspectiva social, as redes de proteção solidárias formadas por quem reconhece e contribui para a minimização da vulnerabilidade inerente à situação de migração e refúgio; como perspectiva rentabilizadora, as redes que reconhecem o migrante e o refugiado como fonte de valor, de produção e fator de rentabilização; e como perspectiva emancipatória, as redes políticas que contribuem à constituição de trajetórias autônomas, criativas e in(ter)ventivas, que produzem acréscimo ao ser.

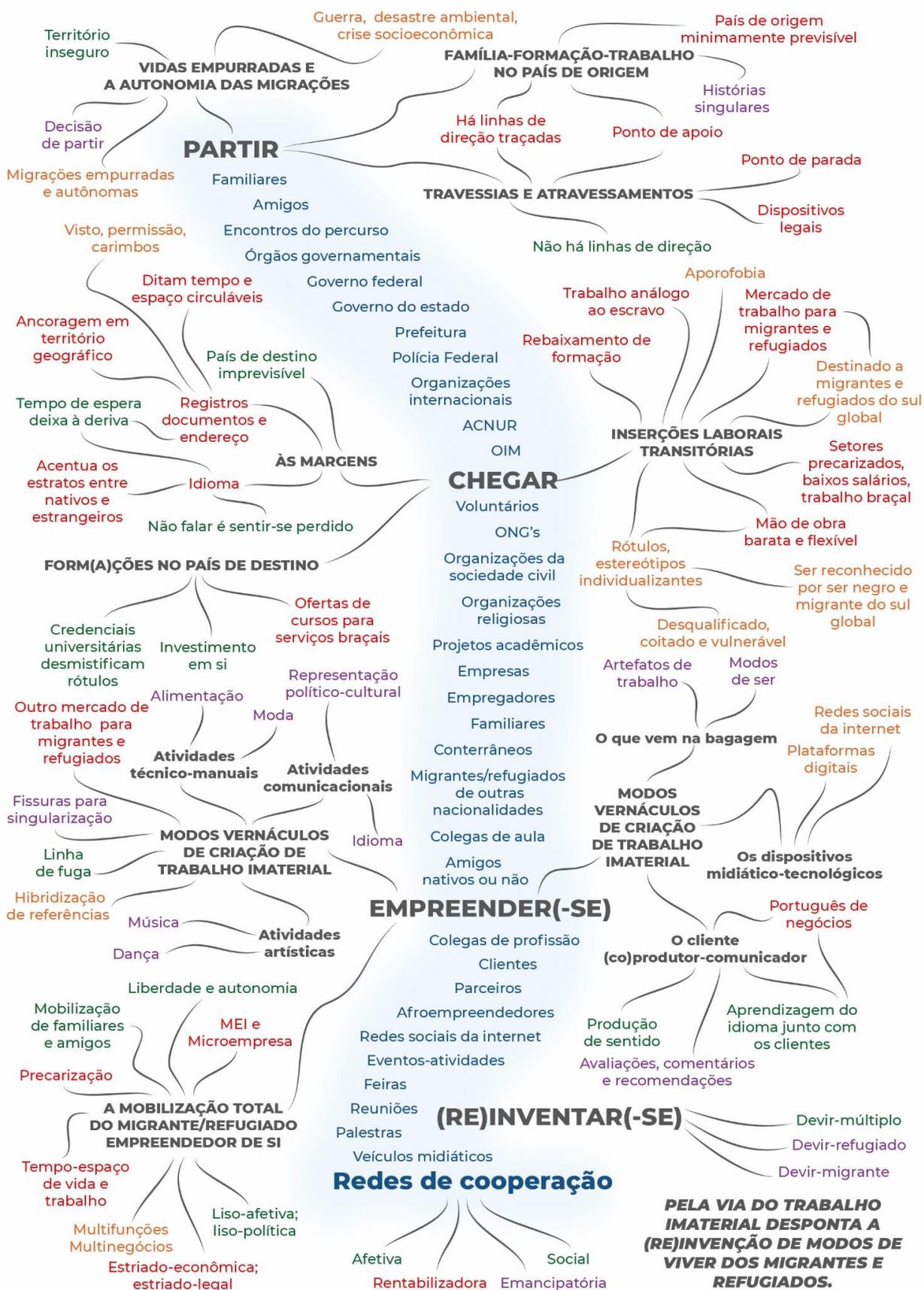
Conforme Castles (2010), nas diversas teorias que tentam explicar os movimentos migratórios, as redes são fator comum. As redes migratórias têm como foco a agência coletiva dos migrantes e da comunidade para propiciar oportunidades de rotas de deslocamento e facilitar a integração com a sociedade de destino em termos de relações pessoais, família, padrões domésticos, amizade, laços comunitários e ajuda mútua em assuntos econômicos e sociais. Cabe ainda ressaltar o viés da teoria transnacional, que analisa os campos ou espaços sociais transnacionais criados pelos migrantes para conectar seu local de origem ao de destino (GLICK SCHILLER; BASCH; BLANC-SZANTON, 1992).

As redes de cooperação testemunhadas nesta cartografia estão imbricadas à noção teórica de trabalho imaterial. Não existe trabalho imaterial sem redes de cooperação. Sendo assim, o movimento rizomático das redes afetivas, sociais, rentabilizadoras e emancipatórias sustenta o (re)inventar(-se), extrapolando a ideia de facilitação de rotas, de integração e de transnacionalismo, permitindo uma reflexão que faz avançar os estudos de redes migratórias.

No intuito de fechar esta escrita para que ela possa se abrir para outras reverberações, de modo mais amplo, pode-se dizer que o (Re)inventar(-se), para migrantes e refugiados, constitui-se devido a processualidade do Partir, do Chegar e do Empreender(-se). A partir dessas dimensões analíticas, elaborou-se a Figura 5 para que, de modo mais específico, seja possível visualizar a cartografia dos processos de subjetivação que compõem o trabalho imaterial nos percursos dos migrantes e refugiados.

A cartografia permite, portanto, perceber a coexistência e os tensionamentos que há entre os modos de individuação e singularização e as passagens entre o espaço liso e o estriado. Enquanto a hegemonia do espaço estriado para migrantes e refugiados busca individuá-los, as redes de cooperação formam fluxos, abrem caminhos à emergência de um movimento de Multidão, isto é, abrem fissuras de espaço liso em direção ao trabalho imaterial, colocando-os em movimento singularizante.

Figura 5 - Cartografia dos processos de subjetivação que compõem o trabalho imaterial nos percursos de migrantes e refugiados



LEGENDA: Espaço Estriado Espaço Liso Modo de individuação Modo de singularização

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese sustenta-se nos pilares Migração, Trabalho e Subjetividade, os quais confluem na perspectiva teórica da Autonomia das Migrações (MOULIER-BOUTANG, 1998; PAPADOPOULOS; STEPHENSON; TSIANOS; 2008; MEZZADRA, 2012; 2015). A pesquisa pauta-se, fundamentalmente, nas produções teóricas acerca de migração e refúgio, a partir de Agier (2016), Castles (2010), Sayad (1979), de documentos de seus dispositivos reguladores como ACNUR, OIM e Brasil (1997; 2017); de trabalho imaterial, a partir de Gorz (2005) e Lazzarato e Negri (2001); e de processos de subjetivação, a partir de Deleuze e Guattari (2012a; 2012b), Guattari e Rolnik (1996) e Bauman (1999; 2011).

O estudo tem como foco os percursos de migrantes e refugiados de países do sul global que migraram para o Brasil em situação de incerteza e que, já no país de destino, passaram a desenvolver trabalhos utilizando referências de seus países de origem. Como motivação empírica, chegou-se a esse recorte devido ao recrudescimento dos novos fluxos migratórios empurrados pelas forças capitalísticas da globalização que tomaram forma e força no Brasil na última década. Como motivação teórica, têm-se as limitações de estudos da Administração, área de filiação desta pesquisadora, visto que as pesquisas da área tendem a não considerar o entrelaçamento entre mobilidade internacional e trabalho na perspectiva de migrantes e refugiados. Partiu-se, ainda, da premissa de que a hegemonia do trabalho imaterial no capitalismo flexível e globalizado poderia alcançar as subjetividades circunscritas na bagagem cultural dos migrantes e refugiados, e assim, vir a ser diferencial, tanto em seus percursos de vida como na discussão teórica acerca do tema.

A seguir, apresentam-se os principais resultados e contribuições desta tese e na sequência os desafios, limitações, implicações da pesquisa e sugestões para estudos futuros.

5.1 PRINCIPAIS RESULTADOS E CONTRIBUIÇÕES

Retoma-se a pergunta de pesquisa proposta: **tendo em vista os atuais fluxos migratórios empurrados pelas forças capitalísticas da globalização,**

como o trabalho imaterial compõe processos de subjetivação nos percursos de migrantes e refugiados? No intuito de responder a questão, mapeou-se como objetivo geral **cartografar os processos de subjetivação que compõem o trabalho imaterial nos percursos de migrantes e refugiados.**

Ao mesmo tempo em que se buscava alcançar o objetivo geral e em que se constituía o referencial teórico, houve o encontro com o método cartográfico. Alinhado à epistemologia pós-estruturalista, esse método advém do conceito de rizoma de Deleuze e Guattari (2011), e especialmente em Passos, Kastrup e Escóssia (2015) encontram-se pistas que guiaram o fazer cartográfico desta tese. A cartografia permitiu à pesquisadora uma experimentação como *flâneur*-cartógrafa no município de Porto Alegre (RS, Brasil) e na região metropolitana, possibilitando seu acesso e participação-intervenção em um território de pesquisa formado por 36 eventos-atividades, cinco informantes-chave e 16 migrantes econômicos e refugiados oriundos da Venezuela, Haiti, Síria, Senegal, Costa do Marfim e Nigéria. A partir das observações-participantes e das entrevistas, produziram-se quatro dimensões analíticas que explicitam a tessitura dos processos de subjetivação nos percursos dos migrantes e refugiados, a saber: Partir, Chegar, Empreender(-se) e (Re)inventar(-se).

Para a consecução do objetivo geral, foram delineados cinco objetivos específicos que acompanharam a pesquisa. Considerando a natureza rizomática do método cartográfico, os dados produzidos com o intuito de contemplar os objetivos específicos foram distribuídos nas dimensões analíticas. Embora não sejam fragmentados, foram assim organizados de modo a prezar pela processualidade dos percursos dos participantes e da própria pesquisa.

O primeiro objetivo específico – **(i) identificar e apresentar migrantes e refugiados que fazem uso de referências de seus países de origem para trabalhar** – foi concretizado com o apoio do fazer cartográfico como *flâneur*-cartógrafa, o que permitiu a constituição de um território-rizoma devido à presença constante em eventos-atividades de cunho acadêmico, político, social e/ou cultural e ao estabelecimento de laços de confiança com os migrantes e refugiados, especialmente no que diz respeito à indicação de contatos com aqueles sem endereço fixo de trabalho e, por isso, não facilmente encontrados.

Havia pistas de que as referências do país de origem poderiam se manifestar em múltiplas atividades do trabalho imaterial. Mas quais seriam as formas investidas

no cenário de migração em Porto Alegre? E quais países iriam surgir? A música, a dança, a alimentação, a moda, o idioma, a representação político-cultural e suas variações de atuação – cantor, percussionista, saxofonista, produtor musical, dançarina, professora de dança, cozinheiro e chef de lancheria, confeitiro, estilista, costureiro, proprietário de loja, professor de idioma, tradutor, intérprete, poeta, palestrante – foram descobertas genuínas no tempo de duração do campo. Associa-se o encontro com os entrevistados⁴³ – quatro venezuelanos, três haitianos, quatro sírios, três senegaleses, um marfinense e um nigeriano – ao modo como eles se singularizam em meio ao cenário de migração de Porto Alegre.

Salienta-se, ainda, que, mesmo sendo um dos critérios da pesquisa, o fato de eles serem de países do sul global ocorreu espontaneamente. Em momento algum, durante a busca por migrantes e refugiados que trabalhassem com referências de seus países de origem, eram mencionados indivíduos do norte global, o que, de antemão, já mostrava indícios de que as nomenclaturas e o mercado de trabalho estratificam os indivíduos em mobilidade internacional.

A apresentação dos entrevistados e os encontros gerados pela cartografia foram inicialmente exibidos no capítulo 3 e os seus percursos de vida foram detalhados ao longo do capítulo 4. Eles foram identificados pelos nomes dos principais rios de seu país, aludindo, assim, aos fluxos, aos movimentos, aos deslocamentos.

O segundo, o terceiro e o quarto objetivos específicos – **(ii) caracterizar o percurso migratório dos migrantes e refugiados; (iii) descrever o trabalho nos países de origem e no país de destino, assim como os agenciamentos engendrados relativos ao trabalho imaterial; (iv) analisar modos de individuação e singularização dos migrantes e refugiados em espaços liso e estriado;** – foram contemplados ao longo das seguintes dimensões analíticas: Partir, Chegar e Empreender(-se). De modo a ilustrar mais detalhadamente a singularidade de cada percurso, cada dimensão analítica foi antecedida por um quadro-síntese (Quadros 7, 8 e 9) referente ao momento de discussão em evidência.

No **Partir**, foi possível mapear aspectos da vida vivida nos países de origem e os desdobramentos que resultaram a chegada ao Brasil. “Formação-trabalho-família no país de origem”, “Vidas empurradas e a Autonomia das Migrações” e “Travessias

⁴³ Doze homens e quatro mulheres, sendo elas: três venezuelanas e uma haitiana.

e atravessamentos” são as seções que compõem essa dimensão analítica. Como a migração e o refúgio envolvem movimentos de emigração e imigração e o trabalho imaterial se favorece das subjetividades constituídas ao longo da vida, as análises pautaram-se na trajetória de escolarização e de trabalho e nas relações afetivas e familiares que compõem o território existencial e **singular** de cada um dos participantes. A maioria dos entrevistados completou o ensino médio ou superior, de modo que possuem nível de escolaridade acima da média da população brasileira. São, ainda, qualificados e experientes em suas áreas de trabalho e não apresentaram percalços em seus países de origem que fujam do contexto de (micro)lutas cotidianas da classe trabalhadora. Tais fatos os distanciam de estereótipos e homogeneizações relativos à extrema pobreza, à violência e ao radicalismo, frequentemente atribuídos a migrantes e refugiados de países do sul global.

Todavia, as forças capitalísticas globais direcionaram suas vidas ao enfrentamento de situações-limite em **espaços estriados** por guerras (Síria), desastres ambientais (Haiti), crises e dificuldades socioeconômicas de diferentes proporções (Venezuela, Senegal, Costa do Marfim e Nigéria), realidades que os levaram à situação de migração econômica ou de refúgio. O termo “**migrações empurradas**” foi proposto com base em Bauman (1999; 2011) para expressar que não se trata de uma migração voluntária, pois a decisão de partir está atrelada a modos de opressão vinculados à **individação capitalística**, seja pela ordem da barbárie, seja pela (des)territorialização entre capital e trabalho. Tampouco se visualiza uma migração forçada⁴⁴, pois, alinhando-se à visão autonomista das migrações, a decisão de partir teve origem nos indivíduos e em suas famílias, como um ato de resistência à realidade (des)estruturante e, portanto, constituindo um **modo de singularização**.

As travessias até o Brasil foram **estriadas** por dispositivos pautados em leis, vistos e permissões de entrada e trabalho que moldam os pontos de passagem e a parada em fronteiras, países e campos de acolhimento/refugiados. A travessia vai se constituindo de **modo liso**, à medida que se caminha sobre ela, ou de **modo estriado**, quando se tem familiares e amigos como pontos de apoio no lugar de destino – experiência que se aproxima do modo de ser do vagante de Bauman

⁴⁴ No sentido etimológico.

(2011), aquele que, em busca de uma nova ordem, para nos lugares que lhe acenam. Cabe ressaltar que, para alguns dos entrevistados, a vinda ao Brasil não foi a primeira experiência de atravessar fronteiras. Há narrativas de deslocamentos relacionados a lazer, turismo, estudo e trabalho, o que aproxima os entrevistados da figura do andarilho, que está em busca de mais um passeio, do jogador, que procura mais um jogo e/ou do turista, que perscruta experiências dóceis, produzindo outros tipos de subjetivação o que, a partir de Bauman (1999; 2011), denominou-se de “**migrações puxadas**”. Nota-se que a pluralidade das experiências de migração vividas por um mesmo indivíduo em determinado tempo e espaço acentua a multiplicidade de fluxos migratórios advindos das forças capitalísticas da globalização e, ao mesmo tempo, marca diferenciações nos modos de viver tal deslocamento.

No que diz respeito ao **Chegar**, foram traçados os aspectos relativos às primeiras necessidades e experiências dos migrantes e refugiados em território brasileiro. “Às margens”, “Inserções laborais transitórias” e “Form(a)ção no país de destino” são as seções que compõem tal dimensão analítica. Chegar às margens do país de destino denota um **espaço liso** inerente a quem é estrangeiro, em razão da necessidade de registrar-se, documentar-se e buscar endereço fixo. Trata-se de um **modo de individuação** operado por dispositivos governamentais, uma vez que a legislação brasileira e os órgãos públicos se mostram favoráveis ao acolhimento, mas, ao mesmo tempo em que protegem, também controlam e codificam os migrantes e refugiados. Tais ações são dificultadas pela falta de domínio do idioma nativo e minimizadas pelo movimento de rede de cooperação de amigos, familiares, conterrâneos, projetos acadêmicos, organizações religiosas e da sociedade civil. Esses três últimos integrantes da rede são de sobrelevada importância aos que não dispõem de ponto de apoio próximo.

Da urgência pelo trabalho, decorrem inserções laborais transitórias, que definem um “mercado de trabalho *para* migrantes e refugiados”, com características de precarização e desvalorização social semelhantes as do mercado evidenciado por Sayad (1979), compreendido aqui como um **espaço estriado** e um **modo de individuação**. Os entrevistados relataram experiências laborais, seja com vínculo formal e/ou informal, seja como empregados e/ou autônomos, em que ocuparam cargos operacionais e temporários, principalmente voltados aos setores de indústria, comércio, reparação e serviços. Tais ocupações não eram condizentes às suas

competências, formações e experiências. As ofertas de emprego disponíveis estão atreladas à imagem **individuada** de uma mão de obra barata e flexível, que tem urgência em suprir necessidades básicas e, por isso, é passível de ser submetida a direitos diminuídos ou até mesmo à exploração criminosa, como o trabalho análogo ao escravo. Reflete-se que o conceito de xenofobia não dá conta de explicar tais **modos de individuação**. Em vez disso, evidencia-se a aporofobia, operada por nativos, que depreciam, não qualquer estrangeiro, mas aqueles considerados pobres e vulneráveis (CORTINA, 2017) e intensificada, conjuntamente, pelo racismo.

Como tentativa de fuga a essa **estriagem**, os migrantes e refugiados apostaram no investimento em si por meio de form(a)ções realizadas no país de destino. Tal situação se associa a processos de subjetivação em uma tentativa de se enquadrarem na forma e na norma e, ao mesmo tempo, de agirem por não se contentarem ao **espaço estriado** que lhes foi reservado. Curso de idioma, qualificação de curta duração, curso técnico, graduação e mestrado em programas específicos a pessoas em situação de refúgio foram investimentos realizados com o desejo de conquistar o **espaço liso** em seu sentido de libertação, autonomia e territorialização. São traçados de linhas de fuga que estendem o percurso de migração e refúgio a uma contínua busca por uma vida digna e aproximada a **modos de singularização**.

No âmbito do **Empreender(-se)**, foram evidenciados os agenciamentos engendrados com relação ao trabalho imaterial dos migrantes e refugiados. “Modos vernáculos de criação de trabalho imaterial”, “Agenciamentos relativos às especificidades estrangeiras no ciclo de produção” e “A mobilização total do migrante/refugiado empreendedor de si” são as seções que compõem essa dimensão analítica. O resgate da atividade profissional ou a criação de um trabalho inédito para si (con)formam alternativas para migrantes e refugiados em **espaço liso**. Ambas as possibilidades são mobilizadas por uma potência de agir **liso-afetiva** e **liso-política**, que coexistem nos planos **estriado-legal** e **estriado-econômico**. A mobilização dos migrantes e refugiados destaca as referências vernáculos e a própria situação de migração ou refúgio, tornando esses indivíduos empreendedores de si, o que condiz à noção de trabalho imaterial e faz avançar a compreensão desse conceito.

As atividades desenvolvidas surgem nas diferentes áreas em que se evidencia o trabalho imaterial, promovendo **modos de singularização**: atividades

artísticas (música e dança), atividades técnico-manuais (alimentação e moda) e atividades comunicacionais (idioma e representação político-cultural). A concepção de produtos e serviços é oriunda de artefatos e modos de ser **singularizantes** que migrantes e refugiados trazem na bagagem. A produção também é um processo de comunicação que acontece ao lado de um tipo de cliente participativo, curioso e sensível ao ponto “sul” do mundo globalizado e conta, especialmente, com novas formas de exposição, como as redes sociais da internet, dispositivos midiático-tecnológicos gratuitos e sem fronteiras.

Contudo, apesar de esse ciclo de produção do imaterial ser (co)partícipe e trazer a sensação de liberdade e autonomia, a responsabilização pela sua efetivação, e todos os riscos e custos que lhe são inerentes, é do empreendedor (de si). Independentemente de terem registros de trabalho como MEI (microempreendedor individual) ou microempresa ou de estarem na informalidade, migrantes e refugiados se veem imbuídos em um universo **estriado** de multiatividades, em que tempo e espaço de trabalho se tonam ilimitados e diluidores das fronteiras entre trabalho e não trabalho. Nesse processo, percebe-se o engendramento de um novo “mercado de trabalho *para* migrantes e refugiados”, vinculado ao afeto e à política, distinto do postulado por Sayad (1979) e condizente à tendência hegemônica do trabalho imaterial. Vê-se que o trabalho imaterial aponta tanto à emancipação, por meio do acolhimento de experiências singulares dos indivíduos, quanto à sujeição, por meio de sutis modos de controle capitalísticos que buscam gerir e organizar a vida pelo cálculo econômico (LAZZARATO; NEGRI, 2001).

O quinto e último objetivo específico – (v) **refletir sobre o trabalho imaterial imbricado à migração e ao refúgio como modo de viver** – foi especialmente contemplado na dimensão analítica (Re)inventar(-se). Essa dimensão é resultado da processualidade que envolve as três primeiras – Partir, Chegar e Empreender(-se). Uma visão ilustrativa desse processo foi apresentada na Figura 5.

No **(Re)inventar(-se)**, salientou-se a proposição do devir-migrante e devir-refugiado como leitura aos modos de viver em deslocamento dos participantes deste estudo. Migrantes e refugiados percebem, nas atividades artísticas, técnico-manuais e comunicacionais do trabalho imaterial, outras formas de viver, de sentir, de se envolver na vida já existente e, ao mesmo tempo, de continuar em deslocamento, provocando outros devires. Devir-migrante e devir-refugiado traduzem-se em

movimentos de **singularização** em elevada potência pelas alianças estabelecidas em redes de cooperação consubstanciadas ao trabalho imaterial, que funcionam pela perspectiva afetiva, social, rentabilizadora e emancipatória, o que contribui com estudos já consolidados sobre redes migratórias.

A partir do exposto, pode-se reiterar a tese de que **pela via do trabalho imaterial desponta a (re)invenção de modos de viver de migrantes e refugiados no país de destino**. Tal argumento se sustenta pelo mapeamento dos processos de subjetivação no percurso dos migrantes e refugiados entrevistados, sobretudo, nas frequentes investidas em traçar linhas de fuga de um espaço estriado individuante em direção a um espaço liso singularizante que visibiliza o trabalho imaterial evidenciado, especialmente, pelo uso de referências dos países de origem e pela situação de migração ou refúgio.

Os momentos preponderantes dessas passagens e sobreposições entre as dificuldades de vida e a potência de agir podem ser percebidos na restrição dos modos de vida desses indivíduos devido às situações-limite que se instalaram nos países de origem; no empenho individual e coletivo para migrar ou refugiar-se evidenciando o paradoxo das migrações empurradas e autônomas; nos dispositivos legais, burocráticos e políticos que gerenciam as vidas (e possibilidades de trabalho) nas travessias e no país de destino; no direcionamento ao mercado de trabalho *para* migrantes e refugiados vinculado à precarização evitada pelos nativos, à desvalorização social e à aporofobia; nos investimentos em form(a)ções; nos modos de criação e produção de trabalho imaterial; no que eles trazem na bagagem; na (co)participação de clientes e no uso de redes sociais da internet no ciclo de produção; na formação de um novo mercado de trabalho *para* migrantes e refugiados vinculado ao afeto e à política; na rede de cooperação consubstanciada ao trabalho imaterial agenciada ao longo do percurso e fortalecida para manter os negócios no país de destino; e, enfim, nos devires múltiplos, constantes e abertos a novas subjetividades relativas à simultaneidade da vida-trabalho.

Pode-se refletir ainda que o caminho à (re)invenção pelas atividades artísticas, técnico-manuais e comunicacionais do trabalho imaterial está intimamente relacionado ao uso substantivo do percurso de vida, o que, em certa medida, provoca a personificação do *curriculum vitae* no seu significado original em latim, isto é, evocando a trajetória de vida. É como colocar toda uma história de vida em um currículo, no qual, além da trajetória educacional e profissional, conta-se a história

de vida. Ou ainda, é fazer da própria história um cartão de visitas. Nesse ponto, há de se referenciar que o trabalho imaterial evidenciado pelo uso de referências dos países de origem e pela situação de migração ou refúgio está circunscrito àquele que atravessou fronteiras. Um nativo não poderia se valer dessas mesmas características para a produção de trabalho imaterial. E, ainda, esse modo de singularização dos migrantes e refugiados contribui para uma mudança da perspectiva estereotipada dos nativos sobre eles, abrindo passagens para uma imagem vinculada à valorização de seus saberes vernáculos.

Nesse sentido, ser migrante/refugiado do sul global é uma característica aberta a múltiplas singularizações. Desse modo, não há o desejo dos entrevistados de se parecerem com um nativo. Há, sim, o desejo de que os nativos reconheçam no mapa onde ficam seus países de origem. Há, ainda, a vontade de diminuir o sotaque e aprimorar a pronúncia do português para serem melhor compreendidos e, assim, poderem comunicar com mais precisão quem são, de onde vêm, qual a origem e a história de seus produtos e serviços. Por isso, o que é da ordem afetiva e política, também é da ordem da autorrentabilização.

Tendo em vista o exposto, esta tese também traz contribuições de modo mais amplo. No que se refere aos aspectos teóricos, a pesquisa com migrantes e refugiados, a partir dos processos de subjetivação que compõem o trabalho imaterial, sobretudo os conceitos de espaço liso e estriado e os modos de individuação e singularização, faz avançar os estudos referentes às transformações do trabalho, à migração e ao refúgio, pois possibilita ampliar o olhar para além da perspectiva da integração no país de destino e da dimensão do ordenamento jurídico e dos dados estatísticos, frequentemente associados a esses indivíduos. Com o respaldo da Autonomia das Migrações, em vez de contar números absolutos e percentuais, priorizou-se o contar histórias singulares de migrantes e refugiados. Ao mostrar o protagonismo de Multidão (HARDT; NEGRI, 2005; NEGRI, 2018) nos modos de viver, foi possível desconstruir estereótipos limitantes e homogeneizantes e, ao mesmo tempo, mostrar os antagonismos, os paradoxos e a complexidade que acompanha esse fenômeno, sem estar atado a lentes niilistas e tampouco gerencialistas.

Ademais, é preciso ressaltar o passo dado especialmente por esta produção acadêmica estar inscrita na área da Administração, cujos estudos referentes à mobilidade internacional e ao trabalho, em geral, recaem sobre expatriados e

gestores globais, e não sobre migrantes e refugiados. O diálogo realizado com as áreas de Antropologia, Ciências Sociais, Direito, Filosofia, Psicologia Social e Sociologia foi fundamental para a compreensão mais abrangente da complexidade e dos tensionamentos dos fluxos migratórios. O reconhecimento de que a multiplicidade de indivíduos (puxados ou empurrados) que migra internacionalmente é modulada pelas mesmas forças capitalísticas da globalização (BAUMAN, 1999; BERRY; BELL, 2012) pode dar visibilidade a migrantes e refugiados na área de conhecimento desta tese, em especial no que tange às perspectivas de relações de trabalho, de gestão de pessoas e de estudos organizacionais.

Ainda como contribuição, ressalta-se o potencial epistemo-metodológico e teórico da cartografia para os estudos acerca de migração, trabalho e subjetividade. Sobretudo por seu caráter de pesquisa-intervenção e seu respaldo à realização de um percurso de *flâneur-cartógrafa* e ao acompanhamento do trabalho dos participantes tanto presencialmente quanto pelas redes sociais da internet, esse modo de pesquisar permitiu a aproximação em um território-rizoma de difícil acesso considerando a dinamicidade, intensidade e multiplicidade dos processos em constante transformação. Se Kastrup (2015) argumenta sobre a importância do pouso no território, para esta tese é mais assertivo dizer que ocorreu um mergulho. Assim como os movimentos dos migrantes e refugiados se mostraram liso-afetivos e liso-políticos, também a cartografia funcionou nesse sentido, mantendo-se a vigilância às normas estriado-científicas. Dessa forma, a cartografia também apresenta uma contribuição social com um quê de acolhimento.

5.2 DESAFIOS, LIMITAÇÕES, IMPLICAÇÕES DA PESQUISA E SUGESTÕES PARA ESTUDOS FUTUROS

Além dos pontos já trazidos, os resultados permitem, ainda, algumas outras reflexões referentes aos desafios da pesquisa. Ressalta-se, inicialmente, o aporte teórico interdisciplinar, o qual demandou uma revisitação teórica constante a fim de alcançar o caráter de ineditismo e originalidade que requer a tese. Dentre a multiplicidade de vertentes teóricas e temas que circundam a migração, buscou-se produzir um olhar diferenciado e potente em relação aos migrantes e refugiados e a

suas singularizações, com foco no trabalho, já que se trata do tema que se intersecciona com a formação de base desta pesquisadora.

Em seguida, cabe dizer que ninguém nasce migrante ou refugiado, torna-se. Entretanto, destaca-se a carga de signos sociais que as nomenclaturas carregam. Nenhum dos entrevistados se autodenominou refugiado. Quando falavam de si, autorreferenciavam-se como “estrangeiros”, “imigrantes”, “migrantes” ou simplesmente pelos adjetivos pátrios. Até mesmo porque, como se notou, a situação vivenciada por eles, muitas vezes, não coincide com o status legal, já que a legislação brasileira prevê diferentes possibilidades de registro. Em contrapartida, nos eventos-atividades era comum a generalização do termo refugiado para referir os recém-chegados de países do sul global.

Por isso, mesmo ao considerar todos como migrantes, reforça-se que a opção por utilizar os dois termos – migrante e refugiado conjuntamente – tem o intuito de colocar em evidência a diferenciação de seus direitos e deveres, conforme previsto nas leis da migração (BRASIL, 2017) e do refúgio (BRASIL, 1997), também defendidas pela OIM e pela ACNUR. Nessa medida, a diferenciação entre a situação de migração econômica e a situação de refúgio também se destaca nesta cartografia mediante o motivo e a forma com que os indivíduos atravessaram as fronteiras. Já o que as aproxima é condizente aos processos de subjetivação relativos aos modos de viver e trabalhar dos migrantes e refugiados no país de destino.

Nesse sentido, salienta-se um fator que deve ser levado em consideração no percurso dos migrantes e refugiados participantes deste estudo. Seus processos de subjetivação são moldados pelas formações, qualificações, experiências profissionais e pessoais adquiridas ao longo da vida e, sobretudo, pelas condições socioeconômicas que possibilitaram o deslocamento e o investimento em empreender(-se), o que os associa a um lugar de classe, mesmo que minimamente, favorável.

No próprio grupo de participantes, algumas diferenciações nos processos de subjetivação entre migrantes/refugiados negros e brancos chamaram a atenção. Os estriamentos relativos ao racismo são veementes nos seguintes contextos: o fato de ser apontado na rua como mão de obra barata e flexível, o afastamento dos nativos por medo ou desinteresse e a submissão a condições de trabalho análogo ao escravo. Tais episódios revelam o duplo peso carregado pelos haitianos, senegaleses, marfinense e nigeriano por serem migrantes do sul global e por serem

negros. Essa realidade se associa à persistência das raízes escravocratas da história do Brasil, conforme já apontado em pesquisas como a de Villen (2015a) e Bógus Fabiano (2015). Vê-se, ainda, que o funcionamento do sistema de colonização do passado reflete-se no presente com novas formas de atuação. Países do sul como o Brasil foram ensinados “a não enxergar sua realidade social, a negar sua própria história, suas culturas e identidades dela derivadas” (VILLEN, 2015a, p. 261) e assim, replicam os mesmos preconceitos que ocorrem em países do norte global.

Em contrapartida, sobressaíram-se os vínculos afetivos, políticos e produtivos criados entre os migrantes de diferentes nacionalidades africanas, os haitianos e os brasileiros negros. O continente africano, como origem identitária comum a todos eles, fez emergir uma rede de afroempreendedorismo vinculada aos produtos e serviços do trabalho imaterial que tem, dentre seus objetivos, a luta contra o racismo, o que se apresenta como oportunidade para aprofundamento em futuras discussões.

A partir desse exemplo, cabe ainda refletir que, no enfrentamento do espaço estriado, o capital parece até correr o risco de perder o controle sobre o trabalho, mesmo que temporariamente, afinal, conforme Deleuze e Guattari (2012b), os alisamentos e as singularizações podem ocorrer no próprio espaço estriado. Contudo, conforme Guattari e Rolnik (1996, p. 49), “há sempre algo de frágil e precário nos processos de singularização. Pode ele ocorrer em acabar fechando-se em guetos”. As forças capitalísticas globais, em sua própria axiomática (HUR, 2015) de reinvenção, apropriam-se da subjetividade, mas ainda assim não parecem posicioná-la em um espaço universal. Levanta-se a bandeira da tolerância, contudo permanece o julgamento de valor, que considera determinadas culturas superiores a outras (GUATTARI; ROLNIK, 1996), como o norte global em relação ao sul global. Isso significa que esses tipos de manifestações do trabalho imaterial exercido pelos migrantes e refugiados podem não alcançar determinados espaços mais elitizados. O desafio e questionamento que ainda permanece é: será que os modos de singularização de migrantes e refugiados realmente oportunizam fazer parte da sociedade que goza de plenos direitos sociais, sem que eles se tornem apenas mais um gueto? Abrem-se, assim, oportunidades para a continuidade de práticas de (micro)lutas cotidianas e para estudos futuros.

Como limitação e, ao mesmo tempo, como desafio comum que envolve pesquisas realizadas com migrantes e refugiados, ressalta-se a comunicação em idioma estrangeiro. Há o risco de se perder minúcias, nuances, expressões, sentimentos que são melhor externalizados na língua materna. Isso vale tanto para entrevistados que dialogavam em português quanto para a cartógrafa, que realizou entrevistas e alguns diálogos em inglês, espanhol e francês.

Em relação às implicações, esta tese apresenta reflexões para as organizações e para os formuladores de políticas públicas que vislumbram investir no potencial histórico, cultural, informativo, criativo, social, afetivo e político das atividades laborais dos migrantes e refugiados. No que tange às organizações, pondera-se que embora haja movimento de contratação de migrantes e refugiados, as competências, formações, referências dos países de origem e a própria situação de migração/refúgio desses indivíduos comumente não são valorizadas. Políticas de diversidade e de interculturalidade nesta direção podem ser fator importante para a permanência de migrantes e refugiados nas organizações, culminando em modos de singularização tanto para eles, quanto para as organizações, por meio de práticas inclusivas de gestão de pessoas e de relações de trabalho.

No tocante às políticas públicas, sugere-se aos seus formuladores que se concentrem nas atividades do trabalho imaterial dos migrantes e refugiados relativas à música, dança, alimentação, moda, idioma e representação político-cultural, afinal seus empreendedores são participantes ativos da economia local, conectando-as à economia global. Tal função é crucial e urgente, sobretudo no atual momento que as estratégias de produção de suas atividades laborais estão limitadas devido à necessidade de isolamento social em função da pandemia do coronavírus (COVID-19).

Para estudos futuros, destaca-se algumas sugestões delineadas a fim de ampliar e aprofundar o conhecimento relativo à migração, ao refúgio e seus processos de subjetivação relativos ao trabalho imaterial, tais como: (i) a perspectiva direta da rede de cooperação formada por nativos que atuam com os migrantes e refugiados – alunos, colegas de profissão, clientes, parceiros, etc.; (ii) o aprofundamento sobre as nuances das redes de cooperação vinculadas à nacionalidade/etnia/ancestralidade, como os sírios em relação a outros árabes e os africanos de diferentes países em relação a brasileiros do movimento negro; (iii) a intersecção entre os marcadores sociais de diferença, como gênero, raça, classe,

etnia/nacionalidade (sul e norte global); (iv) a revisitação da literatura sobre empreendedorismo étnico, empreendedorismo imigrante e empreendedorismo cultural; (v) os formatos de trabalho imaterial de migrantes e refugiados vinculados a projetos e organizações, a exemplo das iniciativas em grandes centros do Brasil, como a da ONG Migraflix⁴⁵, que promove o encontro entre pessoas e culturas por meio do empreendedorismo cultural, e a do programa da Rede Brasil do Pacto Global da ONU e da ACNUR, com a plataforma “Empresas com Refugiados”⁴⁶, que reúne e visibiliza boas práticas de diversidade organizacional relativas a refugiados e solicitantes de refúgio no mercado de trabalho brasileiro; (vi) a realização de uma cartografia em empresas com estratégias de gestão de pessoas voltadas ao incentivo da diversidade e da interculturalidade por meio da valorização dos saberes vernáculos de migrantes e refugiados do sul global; e (vii) o processo contínuo de (re)invenção de si, seus tensionamentos e desafios, diante da crise econômica agravada pela pandemia do coronavírus (COVID-19). Tais sugestões podem visibilizar outros caminhos à (re)invenção de modos de viver de migrantes e refugiados, bem como outros territórios de estudo a partir da lente teórica desta tese.

⁴⁵ <https://www.migraflix.com.br/>

⁴⁶ <https://www.empresascomrefugiados.com.br/>

POST-SCRIPTUM: O MIGRANTE/REFUGIADO EMPREENDEDOR DE SI EM TEMPOS DE CORONAVÍRUS (COVID-19)

Não se poderia deixar de registrar que, em via de conclusão desta escrita de tese, o mundo testemunhou o surgimento de uma pandemia provocada pelo novo coronavírus (COVID-19), o qual tem provocado reflexos enérgicos relativos à transformação dos modos de vida e trabalho em nível global. Enquanto se aguarda pela vacina, a medida científica para evitar a propagação do vírus é o isolamento social.

Em várias localidades do mundo, as medidas adotadas, ora mais rigorosas, ora mais flexíveis, incluem o fechamento temporário das organizações de todos os setores, com exceção dos serviços essenciais. Para respeitar a quarentena, alguns trabalhadores têm adotado o modelo de *home-office*; outros, em geral com direitos trabalhistas diminuídos e cuja natureza do trabalho não permite tal ação, precisam buscar alternativas de sobrevivência a suas atividades laborais, isto é, à própria sobrevivência. Isso demonstra que a tempestade causada pela pandemia é a mesma para todos, porém os barcos não são os mesmos. A fragilidade da proteção social recai sobre os trabalhadores mais vulneráveis, caso dos migrantes e refugiados participantes desta tese.

Dentre os impactos que afetaram, inicialmente, suas atividades laborais, eles relataram o fechamento temporário dos estabelecimentos comerciais em que se desenvolvem as atividades técnico-manuais com endereço fixo e a paralização por tempo indeterminado das atividades artísticas e comunicacionais presenciais. Com a flexibilização da quarentena, os estabelecimentos comerciais reabriram e houve ampla divulgação da total aderência às medidas de proteção, como o reforço na higienização e o uso de máscaras e de álcool gel. As lancherias, que eram voltadas ao público noturno, alteraram o horário de funcionamento para o dia. Entretanto, os migrantes e refugiados mencionam redução de vendas e impedimentos para importar insumos, como tecidos e temperos que vem da África, da Europa e do Oriente Médio.

Tais restrições são tomadas como um espaço estriado significativo, que exige a busca por fissuras que possam adentrar, pelo menos minimamente, o espaço liso, ainda que isso ocorra sobre o estriamento. Os migrantes e refugiados relataram que as restrições impostas pela pandemia lhes permitiram desenvolver tanto novos

produtos, como máscaras de tecido com estampas africanas no caso de Casamance e Comoé, como novas habilidades para potencializar a visibilidade nos dispositivos midiático-tecnológicos. Destaca-se, na área da **música**, a realização de *lives* com convidados; na área da **dança**, a divulgação de vídeos de exercícios corporais; nas áreas da **alimentação** e da **moda**, a intensificação do uso de aplicativos de tele entrega; na área do **idioma**, a intensificação de ofertas de cursos na modalidade on-line; na área da **representação político-cultural**, a mobilização para arrecadar doações para os migrantes e refugiados mais vulneráveis. E, para todas as áreas, a intensificação da repostagem de posts de clientes e parceiros.

Entretanto, a perda de rendimento tem sido a maior preocupação, já que afeta a manutenção de moradia e da saúde tanto física, quanto emocional dos migrantes e refugiados. Nesse sentido, é preciso ressaltar a responsabilidade do Estado no amparo a estas pessoas. Políticas públicas como o auxílio emergencial de R\$600 do Governo Federal, que garantem o mínimo existencial, também contemplam migrantes e refugiados, porém eles têm encontrado dificuldades no acesso, já que o programa foi pensado para brasileiros e não observou peculiaridades relativas à documentação e ao idioma.

A pandemia colocou em evidência as redes de cooperação e o papel do Estado como imperativo à eficácia dos esforços para minimizar os efeitos da crise econômica em curso. Ainda não se sabe quanto tempo a situação perdurará, por isso as consequências ainda são imprevisíveis. A escassez financeira pode se agravar, e muitos correm o risco, até mesmo, de sucumbir. O caminho viável ainda parece ser o de afrontar os obstáculos, de inventar novas posturas, de se lançar a novos agenciamentos, de se deslocar como nômade, abrindo passagem a outros devires e, mais uma vez, à (re)invenção de si.

REFERÊNCIAS

ABREU, C. **Confira as principais mudanças trazidas pela Lei de Migração** (Entrevista). Portal Brasil. 26 de maio de 2017. Disponível em:

<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2017/05/confira-as-principais-mudancas-trazidas-pela-lei-de-migracao>. Acesso em: 01/08/2017.

ACNUR, Agência da ONU para refugiados. **Manual de procedimentos e critérios para a determinação da condição de refugiado de acordo com a convenção de 1951 e o protocolo de 1967 relativos ao estatuto dos refugiados**. 2011.

Disponível em:

http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/Publicacoes/2013/Manual_de_procedimentos_e_criterios_para_a_determinacao_da_condicao_de_refugiado.pdf. Acesso em: 01/12/2016.

ACNUR, Agência da ONU para refugiados. **Refugiado ou Migrante? O ACNUR incentiva a usar o termo correto**. Genebra, 01 de outubro de 2015. Disponível em: <http://www.acnur.org/portugues/noticias/noticia/refugiado-ou-migrante-o-acnur-incentiva-a-usar-o-termo-correto/>. Acesso em: 01/12/2016.

ACNUR, Agência da ONU para refugiados. 2017. Disponível em: <http://www.acnur.org/portugues/>. Acesso em: 10/08/2017.

ACNUR, Agência da ONU para refugiados. **ACNUR parabeniza Brasil por reconhecer condição de refugiado de venezuelanos com base na Declaração de Cartagena**. 29 de julho de 2019a. Disponível em:

<https://www.acnur.org/portugues/2019/07/29/acnur-parabeniza-brasil-por-reconhecer-condicao-de-refugiado-de-venezuelanos-com-base-na-declaracao-de-cartagena/> Acesso em: 31/07/2019.

ACNUR, Agência da ONU para Refugiados. **Perfil socioeconômico dos Refugiados no Brasil** – subsídios para elaboração de políticas. ACNUR e Cátedra Sergio Vieira de Mello, 2019b. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2019/07/Pesquisa-Perfil-Socioeconômico-Refugiados-ACNUR.pdf>. Acesso em 10/12/2019.

AGÊNCIA BRASIL. **Haiti é o país com maior número de mortes por catástrofes naturais, diz ONU**. 13 de outubro de 2016. Disponível em:

<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-10/haiti-e-o-pais-com-maior-numero-de-mortes-por-catastrofes-naturais-diz-onu>. Acesso em: 10/08/2017.

AGÊNCIA BRASIL. **Imigrantes se cadastrarão como MEI com regras simplificadas**. 15 de outubro de 2019. Disponível em:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2019-10/imigrantes-se-cadastrarao-como-mei-com-regras-simplificadas> Acesso em: 01/03/2020.

AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS. **Desemprego cai para 11,2% em novembro, com novas vagas no comércio**. 30 de dezembro de 2019. Disponível em:

<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de->

noticias/noticias/26472-desemprego-cai-para-11-2-em-novembro-com-novas-vagas-no-comercio Acesso em 05/01/2020.

AGIER, M. **Les migrants et nous**. Comprendre Babel. Paris: CNRS Editions, 2016.

ALLIEZ, E. Deleuze, filosofia prática. **Cadernos de Subjetividade**. São Paulo, num. esp., p. 71-76, jun. 1996.

ALMEIDA, G. A. A lei n. 9.474/97 e a definição ampliada de refugiado: breves considerações. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo**, v. 95, p. 373- 383, 2000.

ALTENRIED, M.; BOJADŽIJEV, M.; HÖFLER, L.; MEZZADRA S.; WALLIS, M. Logistical Borderscapes: Politics and Mediation of Mobile Labor in Germany after the “Summer of Migration”. **The South Atlantic Quarterly**, v. 117, n. 2, p. 291-312, april 2018.

ALVAREZ, J.; PASSOS, E. Pista 7 – Cartografar é habitar um território existencial. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. da (Org.). **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2015. p. 131-149.

AMARAL, L. F. Trechos selecionados da aula Anti-Édipo e outras reflexões. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 28, n. 1, p. 160-169, jan./abr. 2016.

ANTUNES, R. **O Privilégio da Servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.

APARNA, K.; SCHAPENDONK, J. Shifting itineraries of asylum hospitality: Towards a process geographical approach of guest-host relations. **Geoforum** (in press), 2018.

BAENINGER, R. Migrações contemporâneas no Brasil: desafios para as políticas sociais. In: PRADO, E. J. P.; COELHO, R. (Org.). **Migrações e trabalho**. 236 p. Brasília: Ministério Público do Trabalho, 2015.

BARALDI, C. B. F. **Migrações Internacionais, Direitos Humanos e Cidadania Sul-Americana: o prisma do Brasil e da integração sul-americana**. 2014. 151 f. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) - Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Instituto de Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

BARROS, L. M. R.; BARROS, M. E. B. O problema da análise em pesquisa cartográfica. **Fractal: Revista de Psicologia**, v.25, n.2, p.373-390, 2013.

BARROS, L. P.; KASTRUP, V. Pista 3 - Cartografar é acompanhar processos. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (orgs.). **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2015, p. 52-75.

BARROS, R.B.; PASSOS, E. Diário de bordo de uma viagem-intervenção. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (Org.). **Pistas do método da**

cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2015.

BAUMAN, Z. **Globalização:** as consequências humanas. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

BAUMAN, Z. Los nuevos intocables. **El País**. 10 de fevereiro de 2002. Disponível em: https://elpais.com/diario/2002/02/10/opinion/1013295609_850215.html. Acesso em: 15/08/2017.

BAUMAN, Z. **Tempos líquidos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

BAUMAN, Z. **Vida em fragmentos:** sobre a ética pós-moderna. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

BAUMAN, Zygmunt. **O medo dos refugiados**. 18 de outubro de 2016. Disponível em: <http://www.fronteras.com/artigos/zygmunt-bauman-o-medo-dos-refugiados>. Acesso em: 01/12/2016.

BAUMAN, Z. **Estranhos à nossa porta**. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

BAUMAN, Z.; RAUD, R. **A individualidade numa época de incertezas**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

BAUMAN, Z.; DONSKIS, L. **Mal Líquido:** Vivendo num mundo sem alternativas. Rio de Janeiro: Zahar, 2019.

BERRY, D. P.; BELL, M. P. 'Expatriates': Gender, Race and Class Distinctions in International Management. **Gender, Work and Organization**, v. 19, n. 1, p. 10-28, jan. 2012.

BIRMAN, J. **O sujeito na contemporaneidade:** espaço, dor e desalento na atualidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

BÓGUS, L. M. M.; FABIANO, M. L. A. O Brasil como destino das migrações internacionais recentes: novas relações, possibilidades e desafios. **Ponto e Vírgula** – PUC SP, n. 18, p. 126-145, 2015.

BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, E. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

BRASIL. **Lei nº 6.815**, de 19 de agosto de 1980. Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 21 ago. 1980. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6815.htm. Acesso em: 30/05/2017.

BRASIL. **Lei nº 9.474**, de 22 de julho de 1997. Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 23 jul. 1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9474.htm. Acesso em: 10/08/2017.

BRASIL. Ministério da Justiça e Cidadania. **MJC esclarece principais dúvidas sobre refúgio, asilo político e visto humanitário**. 07 de dezembro de 2016a. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/noticias/mjc-esclarece-principais-duvidas-sobre-refugio-asilo-politico-e-visto-humanitario>. Acesso em: 10/08/2017.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Refúgio em números 2010-2015**. 1ª edição. 05 de maio de 2016b. Disponível em: <https://www.justica.gov.br/seus-direitos/refugio/refugio-em-numeros>. Acesso em: 25/06/2017.

BRASIL. **Lei nº 13.445**, de 24 de maio de 2017. Institui a Lei de Migração. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 25 mai. 2017a. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2017/lei-13445-24-maio-2017-784925-publicacaooriginal-152812-pl.html>. Acesso em: 30/05/2017.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Refúgio em números 2010-2016**. 2ª edição. 20 de junho de 2017b. Disponível em: <https://www.justica.gov.br/seus-direitos/refugio/refugio-em-numeros>. Acesso em: 25/06/2017.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Refúgio em números 2010-2017**. 3ª edição. 10 de maio de 2018. Disponível em: <https://www.justica.gov.br/seus-direitos/refugio/refugio-em-numeros>. Acesso em: 10/05/2018.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Refúgio em números 2011-2018**. 4ª edição. 25 de julho de 2019. Disponível em: <https://www.justica.gov.br/seus-direitos/refugio/refugio-em-numeros> Acesso em: 25/07/2019.

BUENO, G.; MANTHEY, N. B.; RAMOS, F. O cotidiano multicultural organizacional: o caso da migração haitiana. In: Encontro da Anpad. **Anais...** EnAnpad, 2015.

CAMARGO, C. S.; HERÉDIA, V. B. M.. Preconceito como sinal de hostilidade nas relações entre imigrantes: o caso de Caxias do Sul-RS, Brasil. **Revista Rosa dos Ventos Turismo e Hospitalidade**, v. 10, n. 2, p. 388-402, 2018.

CARDOSO, A. Z. **Jornalismo para a paz ou para a Guerra**: o refugiado na cobertura jornalística brasileira. 2013. 185 p. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) – Programa de Pós-graduação em Comunicação e Informação, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

CARVALHO, N. Deleuze: do *espatium* intensivo ao espaço qualquer. **Kairós. Revista de Filosofia e Ciência**, v. 11, p. 91-115, 2014.

CARPENEDO, M.; NARDI, H. C. Maternidade transnacional e produção de subjetividade: as experiências de mulheres brasileiras imigrantes vivendo em Londres. **Cadernos Pagu**, v. 49, s/n., s/p. 2017.

CASSIANO, M; FURLAN, R. O processo de subjetivação segundo a esquizoanálise. **Psicologia & Sociedade**, n. 25, v. 2, p. 373-378, 2013.

CASTLES, S. **Globalização, Transnacionalismo e Novos Fluxos Migratórios dos Trabalhadores Convidados às Migrações Globais**. Lisboa: Fim de Século, 2005.

CASTLES, S. Entendendo a Migração Global. Uma perspectiva desde a transformação social. **Rev. Inter. Mob. Hum.**, Brasília, Ano XVIII, n. 35, p. 11-43, jul./dez. 2010.

CAVALCANTI, L. A guisa de conclusão: características gerais, desafios e oportunidades da imigração no Brasil. *In*: CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, T.; TONHATI, T.; DUTRA, D., **A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro**. Relatório Anual 2015. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério do Trabalho e Previdência Social/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração. Brasília, DF: OBMigra, 2015.

CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, T.; MACÊDO, M.; PEREDA, L. **Resumo Executivo. Imigração e Refúgio no Brasil. A inserção do imigrante, solicitante de refúgio e refugiado no mercado de trabalho formal**. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança pública / Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra 2019.

CAVALCANTI, M. F. Estudos organizacionais e filosofia: a contribuição de Deleuze. **RAE-Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 56, n. 2, p. 182-191, mar./abr. 2016.

CHANLAT, J-F. Intercultural analysis and the social sciences. *In*: CHANLAT, J-F.; DAVEL, E.; DUPUIS, J-P. **Cross-Cultural Management, Culture and Management Across the World**. London; New York: Routledge, 2013.

CHANLAT, J-F.; PIERRE, Philippe. **Le management intercultural: évolution, tendances et critiques**. Caen: Éditions EMS Management et Société, 2018.

CINTRA, A. M. S.; MESQUITA, L. P.; MATUMOTO, S.; FORTUNA, C. M. Cartografia nas pesquisas científicas: uma revisão integrativa. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 29, n. 1, p. 45-53, jan.-abr. 2017.

COCCO, G. Introdução. *In*: LAZZARATO, M; NEGRI, A. **Trabalho Imaterial: formas de vida e produção de subjetividade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

CORSINI, L. F. **Êxodo Constituinte: Multidão, Democracia e Migrações**. 2007. 226 f. Tese (Doutorado em Serviço Social). Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Escola de Serviço Social (Departamento de Métodos e Técnicas), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

CORRÊA, M. A. S.; NEPOMUCENO, R. B.; MATTOS, W. H. C.; MIRANDA, C. Migração por Sobrevivência: soluções brasileiras. **REMHU, Rev. Interdiscip. Mobil. Hum.**, Brasília, v. 23, n. 44, p. 221-236, jun. 2015.

CORTINA, A. **Aporofobia, el rechazo al pobre. Un desafío para la democracia**. Barcelona: Paidós, 2017.

COSTA, E. M.; CARREIRO, M. A. C.; FIGUEIREDO, N. M. A.; SILVA, C. R. L.; HANDEM, P. C.; TONIN, T. Semiologia do encontro: imagens das práticas entre

docentes e alunos do ensino médio e universitário. **Revista de Pesquisa: Cuidado é Fundamental Online**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 3684-3691, 2013.

COSTA, L. A.; ANGELI, A. A. C.; FONSECA, T. M. G. Cartografar. In: FONSECA, T. M. G.; NASCIMENTO, M. L. DO; MARASCHIN, C. (Org.). **Pesquisar na diferença: um abecedário**. Porto Alegre: Sulina, 2015.

CRAIDE, A.; SILVA, F. B. A mobilidade e a gestão intercultural nas organizações. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, v.6, n.1, p.105-123, jan./mar., 2012.

DA TERRA natal ao Brasil, refugiados sofrem com adaptação, chegada e oportunidades. Conectas Direitos Humanos. 19 de junho de 2017. Disponível em: <https://br.noticias.yahoo.com/da-terra-natal-ao-brasil-refugiados-sofrem-com-adaptacao-chegada-e-oportunidades-174144226.html>. Acesso em: 17/08/2017.

DARLING, J. Forced migration and the city: Irregularity, informality, and the politics of presence. **Progress in Human Geography**, v. 41, n. 2, p. 178-198, 2017.

DE GENOVA, N.; GARELLI, G.; TAZZIOLI, M. Autonomy of Asylum? The Autonomy of Migration Undoing the Refugee Crisis Script. **South Atlantic Quarterly**, v. 117, n. 2, special issue, p. 239-265, 2018.

DELEUZE, G. **Conversações**. São Paulo: Editora 34, 1992.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia**. Volume 3. São Paulo: Editora 34, 1996.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia**. 2. ed. Volume 1. São Paulo: Editora 34, 2011.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia**. 2. ed. Volume 4. São Paulo: Editora 34, 2012a.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia**. 2. ed. Volume 5. São Paulo: Editora 34, 2012b.

DELEUZE, G.; PARNET, C. **Diálogos**. Trad. Eloisa Araújo Ribeiro, São Paulo: Escuta, 1998.

DIEME, K.; MACEDO, M.; QUINTINO, F.; TONHATI, T. Autorizações concedidas a imigrantes pelo Conselho Nacional de Imigração (CNIg). In: CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, T.; MACEDO, M. **Imigração e Refúgio no Brasil. Relatório Anual 2019**. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2019.

D'OCO, L. V. M. Serviço Social, Migração e Refúgio: conceitos e prática profissional. In: GAIRE – Grupo de Assessoria a Imigrantes e a Refugiados (Org.). **Múltiplos olhares: migração e refúgio a partir da extensão universitária**. Porto Alegre: Faculdade de Direito da UFRGS, 2016.

ESCÓSSIA, L.; TEDESCO, S. Pista 5 - O coletivo de forças como plano de experiência cartográfica. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. da (Org.). **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2015. p. 92-108.

FERREIRA, R. S. **Estudantes estrangeiros no Brasil: migrações, informação e produção de diferença**. 2017. 297 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação). Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, convênio entre Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia e a Universidade Federal do Rio de Janeiro/Escola de Comunicação, 2017.

FERREIRA, V. S. C.; ANDRADE, C. S.; FRANCO, T. B.; MERHY, E. E. Processo de trabalho do agente comunitário de saúde e a reestruturação produtiva. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 4, p. 898-906, abr. 2009.

FILIPPIM, E. S.; SCHUMARCHER, M.; ALPERSTEDT, G. D. A inserção de imigrantes haitianos em uma organização no sul do Brasil: dificuldades e desafios. **Revista Eletrônica Gestão & Sociedade** v.12, n.31, p. 2067-2095, jan/abril, 2018.

FLICK, U. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.

FONSECA, T. M. G. Trabalho, gestão e subjetividade. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 55, n. 1, p. 2-11, 2003.

FONSECA, T. M. G.; KIRST, P. G. (Org.) **Cartografias e Devires: a construção do presente**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

FREITAS, M. E. A Mobilidade Como Novo Capital Simbólico nas Organizações ou Sejamos Nômades? **Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 16, n. 49, p. 247-264, Abr./Jun., 2009.

GAULEJAC, V. **Gestão como doença social: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social**. Aparecida/São Paulo: Ideias & Letras, 2007.

GLICK SCHILLER, N.; BASCH, L.; BLANC-SZANTON, C. Transnationalism: a new analytic framework for understanding migration. In: GLICK SCHILLER, N. BASCH, L.; BLANC-SZANTON, C. (eds). **Toward a Transnational Perspective on Migration**. New York: New York Academy of Sciences, 1992. p. 1-24.

GLOBAL MIGRATION DATA PORTAL. **The bigger Picture**. Data Migration Statistics. 2020. Disponível em: https://migrationdataportal.org/data?cm49=76&focus=profile+&i=stock_abs_origin&t=2019. Acesso em 26/01/2020.

GMS, Global Mobility Survey 2019: "Revision: Mobility through the looking glass". Santa Fe Relocation, Full Report, 2019. Disponível em: <https://www.santaferelo.com/en/mobility-insights/news-and-blog/2019-global-mobility-survey-revision-mobility-through-the-looking-glass/> Acesso em: 14/08/2019.

- GODOY, G. G. O caso dos haitianos no Brasil e a via da proteção humanitária complementar. In: RAMOS, A. C.; RODRIGUES, G.; ALMEIDA, G. A. (orgs.). **60 anos de ACNUR: perspectivas de futuro**. São Paulo: Editora CL-A Cultural, 2011.
- GORZ, A. **O Imaterial: conhecimento, valor e capital**. São Paulo: Annablume, 2005.
- GRISCI, C. L. I. Trabalho Imaterial. In: CATTANI, A. D.; HOLZMANN, L. **Dicionário de Trabalho e Tecnologia**. Porto Alegre: Zouk, 2011.
- GUATTARI, F. **Caosmose: um novo paradigma estético**. São Paulo: Editora 34, 2006.
- GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica: cartografias do desejo**. Petrópolis: Vozes, 1996.
- HARDT, M.; NEGRI, A. **Multidão: guerra e democracia na era do Império**. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 2017.
- HAAS, H.; CASTLES, S.; MILLER, M. **The Age of Migration: International Population Movements in the Modern World**. 6th edition. New York: The Guilford Press, 2020.
- HÉRAN, F. Nous sommes un grand pays d'immigration, pas un pays d'asile. In: FOTTORINO, É. **Porquoi les migrants ? Comprendre les flux de population**. Paris: Philippe Rey, 2016.
- HILARIO, C. T.; OLIFFE, J. L.; WONG, J. P.; BROWNE, A. J.; JOHNSON, J. L. "Just as Canadian as Anyone Else"? Experiences of Second-Class Citizenship and the Mental Health of Young Immigrant and Refugee Men in Canada. **American Journal of Men's Health**, v. 12, n. 2, p. 210–220, 2018.
- HUR, D. Axiomática do capital e instituições: abstratas, concretas e imateriais. **Revista Polis e Psique**, v. 5, n. 3, p. 156-178, 2015.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010: Resultados gerais da amostra**. Rio de Janeiro, 27 de abril de 2012. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000008473104122012315727483985.pdf>. Acesso em: 10/08/2017.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Perfil dos municípios brasileiros: 2018** / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101668.pdf> Acesso em: 10/12/2019.
- ILO, International Labor Organization. **ILO Global estimates of migrant workers and migrant domestic workers: results and methodology**. International Labour Office- Geneva: ILO, 2015.

ILO, International Labor Organization. **ILO Global Estimates on International Migrant Workers: results and Methodology**. 2nd ed. International Labour Office - Geneva: ILO, 2018.

IOM. International Organization for Migration. **International Migration Law - Glossary on Migration**. Geneva, Switzerland: International Organization for Migration, 2019.

IOM. International Organization for Migration. **World Migration. Global Migration Flows**. 2017. Disponível em: <https://www.iom.int/world-migration>. Acesso em: 10/08/2017.

IOM. International Organization for Migration. **World Migration Report 2018**. Geneva, Switzerland: International Organization for Migration, 2018.

IOM. International Organization for Migration. **World Migration Report 2020**. Geneva, Switzerland: International Organization for Migration, 2020.

JACQUES, P. B. **Elogio aos errantes**. Salvador : EDUFBA, 2012.

JARDIM, D. F. Imigrantes ou refugiados? As tecnologias de governamentalidade e o êxodo palestino rumo ao Brasil no século XX. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 22, n. 46, p. 243-271, jul./dez. 2016.

JUBILUT, L. L.; MADUREIRA, A. L. Os desafios de proteção aos refugiados e migrantes forçados no marco de Cartagena + 30. **REMHU - Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana**, Brasília, ano XXII, n. 43, p. 11-33, jul./dez., 2014.

KASTRUP, V. Pista 2 - O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (orgs.). **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2015, p. 32-51.

KASTRUP, V.; BARROS, R. B. Pista 4 - Movimentos-funções do dispositivo na prática da cartografia. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (orgs.). **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2015, p. 76-91.

LAZZARATO, M.; NEGRI, A. **Trabalho Imaterial: formas de vida e produção de subjetividade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LAZZARATO, M. **Signos, máquinas, subjetividades**. São Paulo: Edições Sesc São Paulo: n-1 edições, 2014.

LEÃO, R. Z. R. CONARE: Balanço de seus 14 anos de existência. In: RAMOS, A. C.; RODRIGUES, G.; ALMEIDA, G. A. (orgs.). **60 anos de ACNUR: perspectivas de futuro**. São Paulo: Editora CL-A Cultural, 2011.

LUSSI, C. Formulação legal e políticas públicas no trato das migrações nacionais e Internacionais. In: PRADO, E. J. P.; COELHO, R. (Org.). **Migrações e trabalho**. 236 p. Brasília: Ministério Público do Trabalho, 2015.

MAGALHÃES, L. F. **Brasil precisa aprender a valorizar a qualificação trazida pelos refugiados.** (Entrevista). Repórter: Camila Maciel. São Paulo: Agência Brasil, 23 de julho de 2017. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2017-07/brasil-precisa-aprender-valorizar-qualificacao-trazida-pelos>. Acesso em: 10/08/2017.

MAGALHÃES, L. F. A.; BÓGUS, L. M. M.; BAENINGER, R. Migrantes haitianos e bolivianos na cidade de São Paulo: transformações econômicas e territorialidades migrantes. **REMHU, Rev. Interdiscip. Mobil. Hum.**, Brasília, v. 26, n. 52, p. 75-94, abr. 2018.

MANSANO, S. R. V. **Sorria, você está sendo controlado:** resistência e poder na sociedade de controle. São Paulo: Summus, 2009.

MANSANO, S. R. V.; CARVALHO, P. R. Políticas de subjetivação no trabalho: da sociedade disciplinar ao controle. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 20, n. 4 p. 651-661, out./dez. 2015.

MARINUCCI, R. Migrações e trabalho: precarização, discriminação e resistência (Editorial). **REMHU, Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana**, Brasília, v. 25, n. 49, p. 7-11, apr. 2017.

MARTINE, G. A globalização inacabada: migrações internacionais e pobreza no século 21. **São Paulo em Perspectiva**, v. 19, n. 3, p. 3-22, jul./set. 2005.

MENEZES, T. S.; REIS, R. R. Direitos humanos e refúgio: uma análise sobre o momento pós-determinação do status de refugiado. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 56, n. 1, p. 144-162, 2013.

MEZZADRA, S. Capitalismo, migraciones y luchas sociales: apuntes preliminares para una teoría de la autonomía de las migraciones. In: MEZZADRA, S. **Derecho de fuga:** migraciones, ciudadanía y globalización. Madrid: Traficantes de Sueños, 2005. p. 143-157.

MEZZADRA, S. Multidão e migrações: a autonomia dos migrantes. Trad. Leonora Corsini. **ECO-PÓS: Revista do Programa de Pós-Graduação da Escola de Comunicação da UFRJ**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 70-107, 2012.

MEZZADRA, S. Multiplicação das fronteiras e práticas de mobilidade. **REMHU - Rev. Interdiscip. Mobil. Hum.**, Brasília, Ano XXIII, n. 44, p. 11-30, jan./jun. 2015.

MOFFETTE, D.; WALTERS, W. Flickering Presence: Theorizing Race and Racism in the Governmentality of Borders and Migration. **Studies in Social Justice**, v. 12, n. 1, p. 92-110, 2018.

MOULIER-BOUTANG, Y. **De l'esclavage au salariat.** Économie historique du salariat bride. Paris: PUF, 1998.

MOULIER-BOUTANG, Y. **Le capitalisme cognitif:** la nouvelle grande transformation. Paris: Éditions Amsterdam, 2007.

MOULIER-BOUTANG, Y. Art et Capitalisme Cognitif. **Observatoire des politiques culturelles - l'Observatoire**, hors-série, n. 03, p. 43-48, sept., 2010.

MOTTA, F. P.; ALCADIPANI, R.; BESSLER, R. Cultura Brasileira, estrangeirismo e segregação nas organizações. In: DAVEL, E.; VERGARA, S. C. **Gestão com pessoas e subjetividade**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

NA ROTA dos venezuelanos. **Correio do Povo** (impresso). Porto Alegre, 26/08/2018.

NEGRI, A. **Exílio seguido de valor e afeto**. São Paulo: Iluminuras, 2001.

NEGRI, A. **5 lições sobre o Império**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

NEGRI, A. **Travail Vivant contre capital**. Paris: Les éditions sociales, 2018.

NEGRI, A.; COCCO, G. **Glob(AL):** biopoder e luta em uma América Latina globalizada. Rio de Janeiro: Record, 2005.

NEGRI, A.; HARDT, M. **Império**. trad. Berilo Vargas. Rio de Janeiro: Record, 2001.

OIM, Organização Internacional para as Migrações. **Glossário sobre Migração**. Genebra, Suíça: Organização Internacional para as Migrações, 2009.

OLIVEIRA, R. A. D. Referenciais teóricos da migração internacional e a questão da mobilidade espacial dos cortadores de cana. **R. bras. Est. Pop.**, Rio de Janeiro, v. 31, n.2, p. 453-469, jul./dez. 2014.

OS DOIS lados da migração: França tem 19 “gringos” na seleção e 29 nativos em outros países da Copa. **Globo Esporte**. Por Diego Ribeiro e Rafael Iandoli, São Paulo, 14/06/2018. Disponível em: <https://globoesporte.globo.com/futebol/selecoes/franca/noticia/os-dois-lados-da-migracao-franca-tem-19-gringos-na-selecao-e-29-nativos-em-outros-paises-da-copa.ghtml>. Acesso em: 14/07/2018.

PADILLA, B. Saúde dos Imigrantes: Multidimensionalidade, Desigualdades e Acessibilidade em Portugal. **REMHU, Rev. Inter. Mob. Hum.**, Brasília, Ano XXI, n. 40, p. 49-68, jan./jun. 2013.

PAPADOPOULOS, D.; STEPHENSON, N.; TSIANOS, V. **Escape Routes: Control and Subversion in the 21st Century**. London and Ann Arbor: Pluto Press, 2008.

PASSOS, E.; BARROS, R. B. Pista 1 - A cartografia como método de pesquisa-intervenção. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (orgs.). **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2015a, p. 17-31.

PASSOS, E.; BARROS, R. B. Pista 8 - Por uma política da narratividade. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. da (Org.). **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2015b. p. 150-171.

PASSOS, E.; EIRADO, A. Pista 6 - Cartografia como dissolução do ponto de vista do observador. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. da (Org.). **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2015. p. 109-130.

PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (Org.). **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2015.

PAULIC, M.; MAUGER, M. Dix questions sur la crise migratoire. In: FOTTORINO, É. **Porquoi les migrants ? Comprendre les flux de population**. Paris: Philippe Rey, 2016.

PELBART, P.P. **A vertigem por um fio: políticas da subjetividade contemporânea**. São Paulo: Iluminuras/FAPESP, 2000.

PELBART, P. P. **Vida capital: ensaios de biopolítica**. Editora Iluminuras Ltda, 2003.

PELBART, P. P. **O avesso do niilismo - Cartografias do esgotamento**. São Paulo: N-1 Edições, 2013.

PEREIRA, G. L.; ABREU, M. E. C. Transformando o “intruso” em “incluso”: xenofobia e discriminação na acolhida de imigrantes no Brasil. In: GAIRE – Grupo de Assessoria a Imigrantes e a Refugiados (Org.). **Múltiplos olhares: migração e refúgio a partir da extensão universitária**. Porto Alegre: Faculdade de Direito da UFRGS, 2016.

PEREIRA, F. O.; OLIVEIRA, J. S. A intersecção entre raça, gênero e imigração no mercado de trabalho: um estudo com mulheres haitianas na cidade de Maringá, Paraná. In: VI Encontro de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho. **Anais...** Curitiba: EnGPR, 2017.

PETERS, M. **Pós-estruturalismo e filosofia da diferença [uma introdução]**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

POLÍCIA FEDERAL. **Tráfego Migratório**. Relatório do Sistema de Tráfego Internacional – STI com dados até julho/2019. MJSP/ Diretoria Executiva/Coordenação-Geral de Polícia de Imigração, 2019. Disponível em: http://www.pf.gov.br/servicos-pf/imigracao/Apresenta_ate_julho_2019_rev_17_07.pdf

PORTAL BRASIL. **Lei de Migração atenderá melhor estrangeiros em busca de oportunidades no Brasil**. 26 de maio de 2017. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2017/05/lei-de-migracao-atendera-melhor-estrangeiros-em-busca-de-oportunidades-no-brasil>. Acesso em: 01/08/2017.

POZZANA, L. A formação do cartógrafo é o mundo: corporificação e afetabilidade. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 25, n. 2, p. 323-338, Maio/Ago. 2013.

RIBEIRO, C. A.; ROMAGNOLI, R. C. Os processos de subjetivação de deficientes intelectuais no mercado de trabalho: uma cartografia. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 18, n. 3, p. 489-506, 2012.

RODRIGUEZ, J. K; MEARNS, L. Problematizing the interplay between employment relations, migration and mobility, **Employee Relations**, v. 34, n. 6, p. 580-593, 2012.

ROLNIK, S. Toxicômanos de identidade: subjetividade em tempo de globalização. In: LINS, D. **Cultura e subjetividade: saberes nômades**. Campinas: Papyrus, p. 19-24, 1997.

ROLNIK, S. **Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo**. Porto Alegre: Sulina; Editora da UFRGS, 2006.

ROMERO, M. L.; ZAMORA, M. H. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 21, n. 3, p. 451-461, jul./set. 2016.

SADE, C.; FERRAZ, G. C.; ROCHA, J. M. O ethos da confiança na pesquisa cartográfica: experiência compartilhada e aumento da potência de agir. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 25, n. 2, p. 281-298, Maio/Ago. 2013.

SAYAD, A. **Imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: EDUSP, 1979.

SAVAZZONI, C. A. **Subjetividade e devir à luz da filosofia de Deleuze e Guattari: contribuições para uma psicologia**. 2012. 116 f. Dissertação (Mestrado em Ciências/área: Psicologia) - Programa de Pós-graduação em Psicologia, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2012.

SCHERER, L. A.; GRISCI, C. L. I. Imagem e conceito filosófico: uma experiência do olhar sobre percurso de vida e trabalho de refugiado. In: V Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais - V CBEO. Curitiba: SBEO, 2018.

SCHERER, L. A.; PRESTES, V. A.; GRISCI, C. L. I. Usos/Desusos/Abusos de Termos sobre Mobilidade Internacional e Trabalho: Diálogos Possíveis entre Administração e Antropologia. In: XVI Encontro Nacional da ABET, realizado de 3 a 6 de setembro de 2019, em Salvador, BA, Brasil.

SCHERER, L. A.; PRESTES, V. A. Trabalho de Imigrantes e Refugiados(as) no Brasil: intersecções com Gênero e Classe. In: XLIII Encontro da ANPAD. São Paulo: Anpad, 2019.

SENNETT, R. **A corrosão do caráter**. Rio de Janeiro: BestBolso, 2012.

SENNETT, R. **Richard Sennett e Saskia Sassen respondem a pergunta Braskem: a questão da imigração**. (Entrevista). *Fronteiras do Pensamento*. 27 de agosto de 2015. Disponível em: <http://www.fronteiras.com/noticias/richardsennettesakiasassenrespondemaperguntabaskem>. Acesso em: 21/03/2017.

SILVA, F. R.; UZIEL, A. P.; ROTENBERG, L. Mulher, tempo e trabalho: o cotidiano de mulheres comissárias de voo. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 26, n. 2, p. 472-482, maio/ago. 2014.

SIMÕES, A.; CAVALCANTI, L.; PEREDA, L. Movimentação do Trabalhador Migrante no Mercado de Trabalho Formal. In: CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T.; MACEDO, M. **Imigração e Refúgio no Brasil. Relatório Anual 2019**. Série Migrações.

Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2019.

SOUZA, F. T. **A crise do refúgio e o refugiado como crise**. 2016. 204 f. Tese (Doutorado em Direito) - Programa de Pós-Graduação em Direito, Departamento de Direito, Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2016.

TEDESCO, S. H.; SADE, C.; CALIMAN, L. V. A entrevista na pesquisa cartográfica: a experiência do dizer. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 25, n. 2, p. 299-322, 2013.

TITTONI, J.; NARDI, H. C. Subjetividade e Trabalho. In: CATTANI, A. D.; HOLZMANN L. **Dicionário de Trabalho e Tecnologia**. Porto Alegre: Zouk, 2011.

UN/DESA, United Nations, Department of Economic and Social Affairs, Population Division (2019). **International Migrant Stock 2019** (United Nations database, POP/DB/MIG/Stock/ Rev. 2019). Available at: www.unmigration.org. Acesso em: 20/01/2020.

UNHCR, The United Nations Refugee Agency. **Global Trends - Forced Displacement in 2016**. UNHCR, 2016.

UNHCR, The United Nations Refugee Agency. **Global Trends - Forced Displacement in 2018**. UNHCR, 2018.

UNHCR, The United Nations Refugee Agency. **Global Trends - Forced Displacement in 2019**. UNHCR, 2019.

VENTURA, D. Migrações internacionais e seus fluxos de contradições. Panorama entrevista: Deisy Ventura. Por Robson Valdez. **Panorama Internacional FEE**, v. 1, n. 3, p. 31-36, mar. 2016.

VILELA, E. M.; COLLARES, A. C. M.; NORONHA, C. L. A. Migrações e trabalho no Brasil: fatores étnico-nacionais e raciais. **Rev. Bras. Ci. Soc.** vol.30 no.87 São Paulo Feb. 2015.

VILLEN, P. **Imigração na modernização dependente**: “braços civilizatórios” e atual configuração polarizada. 2015. 284 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-graduação em Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2015a.

VILLEN, P. Imigração e racismo na modernização dependente do mercado de trabalho. **Lutas Sociais**, São Paulo, v.19 n.34, p.126-142, jan./jun. 2015b.

WEBER, L.; GRISCI, C. L. I.; PAULON, S. M. Cartografia: aproximação metodológica para produção do conhecimento em gestão de pessoas. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 10, n. 4, p. 841-857, 2012.

WILLIAMS, J. **Pós-estruturalismo**. Trad. Caio Liudvik. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

ZENI, K.; FILIPPIM, E. S. Migração haitiana para o Brasil: acolhimento e políticas públicas. **Pretexto**, Belo Horizonte, v. 15, n. 2, p. 11-27, 2014.

ZIZEK, S. Žižek: não podemos abordar a crise dos refugiados sem enfrentar o capitalismo global. **Blog da Boitempo**. 18 de setembro de 2015. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2015/09/18/zizek-nao-podemos-abordar-a-crise-dos-refugiados-sem-enfrentar-o-capitalismo-global-os-refugiados-nao-chegarao-a-noruega-tao-pouco-a-noruega-que-eles-procuram-existe/>. Acesso em: 01/06/2018.

ZOURABICHVILI, F. **O vocabulário de Deleuze**. Rio de Janeiro: IFCH-UNICAMP, 2004.

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado a participar de um estudo sobre o percurso de vida e trabalho de imigrantes e refugiados. A sua participação será através de entrevista em que as falas serão gravadas. Após a sua transcrição, o registro em áudio será destruído como forma de garantir o sigilo das informações e identidades. Todas as informações coletadas serão utilizadas apenas para fins científicos. Nomes próprios de pessoas ou organizações que forem mencionados durante a entrevista não serão divulgados, em hipótese alguma, no intuito de manter o sigilo do entrevistado.

A sua participação é voluntária. Você poderá interromper a sua participação na pesquisa a qualquer momento, sem qualquer prejuízo. Cabe ressaltar que a sua participação contribuirá para a produção de conhecimento científico a respeito do contexto de migrantes e refugiados no Brasil cujo trabalho está relacionado ao conhecimento e à cultura do seu país de origem.

Eu _____ aceito participar da presente pesquisa. Informo que todas as minhas dúvidas foram respondidas com clareza e sei que, a qualquer momento, poderei solicitar novos esclarecimentos, bem como pedir meu afastamento da pesquisa através de contato com a pesquisadora responsável Laura Alves Scherer, doutoranda em Administração - Recursos Humanos e Relações de Trabalho na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) pelo e-mail lauralvescherer@gmail.com ou telefone (55) [REDACTED].

Assinatura do Participante

_____/_____/_____

Assinatura da pesquisadora

_____/_____/_____

*Documento em duas vias, uma para o pesquisador e outra para o participante.